Nossas Histórias, Nossas Vozes

Resistências históricas de Lésbicas e Mulheres Bissexuais no Brasil



Metanoia
EDITORA


SENALESBI

Copyright © 2018, SENALESBI

Editora
Léa Carvalho

Projeto Gráfico
MaLu Santos

Capa
Ilustração: Bruna Bastos Santos
Design: Ana Paula Rosário Moreira e MaLu Santos

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R354

Nossas Histórias, nossas vozes : resistências históricas de mulheres lésbicas e bissexuais no Brasil / [Diana Raffaella Kalazans Ribeiro] ... [et al.] ; [ilustração Bruna Bastos Santos]. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Metanoia, 2018.

438 p. : il. ; 23 cm.

ISBN 9788594750587

1. Crônicas. 2. Lésbicas. I. Ribeiro, Diana Raffaella Kalazans. II. Santos, Bruna Bastos.

CDD: 869.93
CDU: 821.134.3(81)-3

Metanoia Editora
www.metanoiaeditora.com
Rua Santiago, 319/102 - Penha - Rio de Janeiro - RJ - Cep: 21020-400
21 3256-7539 | 21 4106-5024

Associada:
Liga Brasileira de Editoras - www.libre.org.br
Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) - www.snel.org.br

Impresso no Brasil

Nossas Histórias, Nossas Vozes

Resistências históricas de Lésbicas e Mulheres Bissexuais no Brasil



Metanoia
EDITORA

Gratidão

Nossa mais profunda gratidão e consideração àquelas que estiveram ANTES de nós, nomeadas ou não nos trabalhos aqui publicados, e cujos nomes não citaremos para que não cometamos o erro de esquecer ou omitir alguém.

Sabemos que nossa luta não existiria sem as que nos precederam. Sabemos, também, que nossas lutas de nada valerão sem as que nos sucederão.

Nosso respeito a toda a história já construída, em construção ou que ainda será construída por cada uma destas mulheres guerreiras que ousam desafiar a heteronormatividade compulsória, vivendo suas vidas e suas sexualidades de forma livre, sem as amarras impostas pelo patriarcado. Continuaremos escrevendo, JUNTAS, estas narrativas!

Sumário

Apresentação , 12

Senale/Senalesbi - A construção de nossa história , 20

Parte I – Fatos Históricos

01 Maternidade e Lesbianidade: Artigo Manifesto pelas várias existências, 26

Diana Raffaella Kalazans Ribeiro

02 Cena Lés-Bi: identidades políticas em disputa no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, 46

Maria Leão

03 10 anos de atuação do Movimento de Lésbicas no Complexo da Maré: Reflexões de Sapatões faveladas, 98

Autoras: Dayana Gusmão & Michele Seixas

Coautoras: Ana Teixeira & Jessica Andrade

04 Influências mútuas entre ativismo e visibilidade lésbica e bissexual na música popular brasileira, 114

Adélia de Souza Procópio & Vanilda Maria de Oliveira

05 Ser Lésbica Feminista em Tempos de Fascismo: É um Ato Revolucionário!, 156

Silvana Conti

06 "A luta pelo direito de falar por si e de falar de si", 194

Roselaine Dias da Silva

07 Hardcore Lesbofeminista: visibilidade, construção e consolidação de identidades dissidentes através da (contra-)cultura, 206
Maria Rita

08 Senhora Passado: memória, cultura e resistência, 220
Dandara Pinheiro

09 O Feminismo das Lésbicas, 234
Marisa Fernandes

10 SENALE - Seminário Nacional de Lésbicas: resgate histórico, 248
Andréia Augusta de Sousa Santos

11 A Marcha Mundial das Mulheres: experiências para a garantia do Estado Laico para a superação do patriarcado, da lesbofobia, 262
Vanessa Gil

Parte II – Perspectivas pessoais e circunstânciais

12 Um relato de experiência sobre lesbofobia e a produção de ciência no contexto universitário, 284
Caroline Siqueira Noal

13 Uma memória de um Sapatão: sua existência e resistência lésbica nas encruzilhadas periféricas de fronteiras subalternas, 308
Íris de Fátima

14 Bi-sides antes e por quê, 318
Daniela Furtado

15 O papel da professora lésbica na formação de alunas lésbicas adolescentes: da formação do imaginário docente, 326
Ana Laura Perenha dos Santos &
Jéssica Akemi Kawano Ribeiro

16 Negra, lésbica e jovem: minha trajetória como militante no Estado do Espírito Santo, 344
Wakyla Cristina Amaro Corrêa

17 Promoção da Saúde e Lesbianidade, 360
Caroline Bastos da Silva & Natália Duarte Flores

18 O que é ser mulher, negra e lésbica na atual conjuntura do país? Ainda em busca pela garantia dos Direitos Humanos de 1° geração, 370
Liliane Cristina Martins

19 O que a descolonialidade tem a ver com a luta e resistência diária que é ser lésbica, 384
Amanda Neves Rastrelli

20 Ensaio sobre a heterossexualidade compulsória e a mulher negra, 404
Duda Toledo

Parte III – Artigos visuais

Artigo Visual. 418

Sumário

Apresentação

AMPLIFICANDO NOSSAS VOZES!

Nossa maior riqueza está na diversidade de nossas construções pessoais e coletivas.

Reconhecendo essa diversidade e usando-a como uma forma de torná-la visível aos olhos de quem não nos conhece, o movimento de Lésbicas e Mulheres Bissexuais organizadas no **X SENALESBI** resolveu, em 2018, produzir um livro que reunisse os relatos da construção do movimento no Brasil, a partir da perspectiva de cada uma das autoras.

Quem somos, de onde viemos, como formamos nossa militância e qual a leitura que fazemos dos fatos históricos passados e presentes da construção de nossa luta é o tema central desta coletânea de artigos.

A chamada foi feita para relatos históricos do movimento, mas recebemos uma riqueza de textos que falavam não apenas de fatos, mas de circunstâncias que envolviam esta história. Decidimos, unanimemente, por manter vinte (20) destes artigos e amplificar as vozes das mulheres que os escreveram.

Foi possibilitada a liberdade de trabalhar os textos em formato acadêmico ou não, como forma de respeitar a construção pessoal de cada mulher que desejasse partilhar sua perspectiva deste ainda recente, mas já muito rico, universo militante; ou mesmo de processos pessoais e coletivos de luta e de resistência a partir de suas próprias vidas, como nos mostraram muitos dos textos.

Os conteúdos dos textos e a forma como estão escritos são de responsabilidade exclusiva de cada autora, cabendo à Comissão Avaliadora Nacional - formada por nove organizações de mulheres que estão na consecução deste projeto - apenas analisar se o conteúdo estava de acordo com

a chamada feita para entrega destes trabalhos e determinar a ordem com que estariam nesta publicação, determinação feita a partir de critérios objetivos e subjetivos que elegemos em rede.

Realizamos uma revisão formal do texto - corrigindo apenas pontuações e palavras grafadas com erro - já que outras correções poderiam interferir na linguagem de cada autora. Também não analisamos a fidedignidade dos relatos, já que, como dito, são artigos autorais, cujas narrativas se colocam como pessoais, uma fotografia cuja perspectiva compete exclusivamente a quem captura a história, através de seu texto. **Pedimos que considerem isso como riqueza e não como um prejuízo no projeto.**

Foram cerca de quatro meses de trabalho árduo que contou com o empenho de nove mulheres fantásticas e que teve o apoio da Editora Metanoia, através da queridíssima Léa Carvalho, para a diagramação, registro do ISBN e a ficha catalográfica do livro, trabalho que foi ofertado de forma voluntária e sem qualquer custo para o SENALESBI, em formato PDF.

O título do material foi escolhido pela Comissão Organizadora do **X SENALESBI**, por votação direta das participantes, dentre opções apresentadas pelas mulheres que trabalharam no projeto.

Com estas considerações iniciais, a **Comissão Organizadora Nacional do Projeto do Livro** entrega às participantes do **X SENALESBI-2018,** este material riquíssimo e de grande relevância para nossa história.

Esperamos que vocês se encantem como nós nos encantamos ao realizarmos este trabalho conjunto, com uma EQUIPE SAPATÔNICA (de lésbicas e bissexuais) da melhor qualidade, representantes de nove organizações Nacionais ou Regionais, que estiveram à frente na organização deste projeto coletivo:

- **Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL** - Patrícia Esteves
- **Bi Sides** - Natasha Avital

- **Candaces** - Heliana Hemetério
- **Coletivo de Mulheres Bissexuais e Lésbicas - Coletivo BIL** - Fernanda Coelho
- **Fórum Enlesbi** - Bruna Bastos
- **Liga Brasileira de Lésbicas - LBL** - Mariana Meriqui Rodrigues
- **Marcha Mundial das Mulheres - MMM** - Ana Naiara Malavolta Saupe
- **Núcleo de Estudos de Gênero - NugSex Diadorim/Uneb** - Lucilia Vieira
- **Rede Nacional de Negras e Negros Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - Rede Afro LGBT** - Julie Soares

Nossa gratidão àquelas que protagonizaram os relatos partilhados: escritoras, atrizes ou "atoras" destas histórias que construímos nas nossas vivências diárias.

Esperamos que vocês leiam atentamente cada uma das preciosidades que reunimos aqui, como forma de amplificar as nossas vozes em busca da equidade que vem com o reconhecimento de nossas existências e do valor que elas têm para todo o movimento de mulheres.

Boa leitura!

Comissão Organizadora do Livro

X SENALESBI - SEMINÁRIO NACIONAL DE LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUAIS

Salvador – Bahia – Agosto/2018

ORGANIZAÇÃO:

ABL - Articulação Brasileira de Lésbicas
Titular: Dayana Gusmão; Suplente: Danielle Santa Brígida

Amuleto
Titular: Rosy Mary titula; Suplente: Jamile Ribeiro

Brejo Salvador - Coletiva de Sapatonas Pretas
Titular: Tharcia Purificação; Suplente: Patrícia Rosa

CANDACES
Titular: Heliana Hemeterio; Suplente: Rivania Rodrigues

Coletivo de Mulheres Bissexuais e Lésbicas - Coletivo BIL
Titular: Fernanda Coelho; Suplente: Bella Ramalho

Centro de Estudos de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades - CEGRES Diadorim-UNEB
Titular: Zuleide Paiva; Suplente: Lucilia Vieira

Forum Enlésbi
Titular: Bruna Bastos; Suplente: Rebeca Benevides

GAMI - Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes
Titular: Maria Goretti Gomes; Suplente: Shimene Cristina Scheid Dias

LBL - Liga Brasileira de Lésbicas
Titular: Amélia Maraux; Suplente: Virgínia Figueiredo

MMM - Marcha Mundial das Mulheres
Titular: Cinthia Oliveira Abreu; Suplente: Ana Naiara Malavolta Saupe

Odara Instituto da Mulher Negra
Titular: Naiara Leite; Suplente: Ana Paula Rosário

Rede Afro LGBT
Titular: Eliane Dias; Suplente: Janaina Oliveira

COORDENAÇÃO:

LBL - Liga Brasileira de Lésbicas
Centro de Estudos de Gênero, Raça, Etnia, Sexualidades - CEGRES Diadorim-UNEB

ORGANIZAÇÃO DO LIVRO:

Ana Naiara Malavolta Saupe - Marcha Mundial das Mulheres - MMM
Bruna Bastos - Fórum Enlesbi
Fernanda Coelho - Coletivo de Mulheres Bissexuais e Lésbicas - Coletivo BIL
Heliana Hemetério – Candaces
Julie Soares - Rede Nacional de Negras e Negros Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - Rede Afro LGBT
Lucilia Vieira - Núcleo de Estudos de Gênero - NugSex Diadorim/Uneb
Mariana Meriqui Rodrigues - Liga Brasileira de Lésbicas – LBL
Natasha Avital - Bi Sides
Patrícia Esteves - Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL

COORDENAÇÃO DO PROJETO DO LIVRO:

Ana Naiara Malavolta Saupe - MMM

Senale/Senalesbi

A CONSTRUÇÃO DE NOSSA HISTÓRIA

O **Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais**, conhecido inicialmente como **SENALE** e hoje como **SENALESBI**, é um espaço de interação político-pedagógico nacional construído por Lésbicas e mulheres Bissexuais no Brasil, com a finalidade de discutir, refletir e propor ações para intervir nas políticas públicas do país.

A proposta organizativa do evento se faz a partir da construção coletiva, compreendendo a busca pela garantia de direitos e dignidade, além da livre expressão das sexualidades e da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero.

O **SENALE,** hoje **SENALESBI,** nasceu como um Seminário, em 1996, reunindo lésbicas e mulheres bissexuais pela primeira vez na cidade do Rio de Janeiro, onde se estabeleceu o 29 de agosto como DIA NACIONAL DA VISIBILIDADE LÉSBICA. Mas se transformou, ao longo dos anos, no maior evento deliberativo de lésbicas e mulheres bissexuais do Brasil, questionando os padrões culturais pré-estabelecidos e propondo o rompimento com o padrão heteronormativo socialmente aceito.

Ao todo foram realizados até o momento 10 Encontros Nacionais, apesar da previsão de realização de encontros bianuais a partir da edição de 1998:

1. I Seminário Nacional de Lésbicas - SENALE: 1996 — Rio de Janeiro/RJ
2. II Seminário Nacional de Lésbicas - SENALE: 1997 — Salvador\BA
3. III Seminário Nacional de Lésbicas - SENALE: 1998 — Betim\ MG
4. IV Seminário Nacional de Lésbicas - SENALE: 2001 — Aquiráz\CE
5. V Seminário Nacional de Lésbicas - SENALE: 2003 — São Paulo/SP
6. VI Seminário Nacional de Lésbicas - SENALE: 2006 — Recife\PE
7. VII Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais — SENALE: 2010 - Porto Velho/RO
8. VIII Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais - SENALE: 2014 — Porto Alegre/RS
9. IX Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais - SENALESBI: 2016 — Teresina/PI
10. X Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais — SENALESBI — 2018 — Salvador/BA

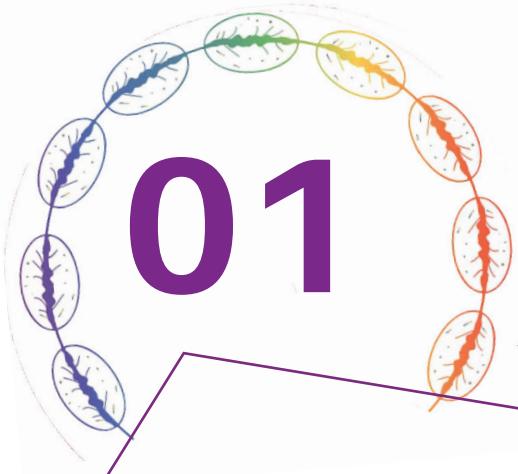


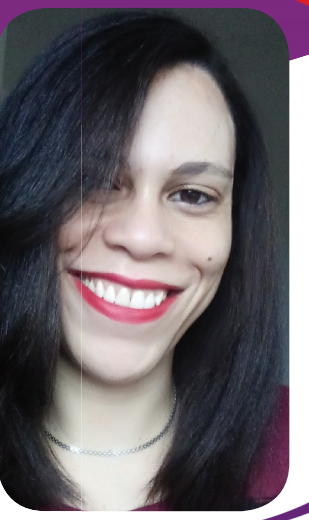
Parte I

Fatos Históricos



Diana Kalazans





Diana Raffaella Kalazans Ribeiro é uma mulher cis, lésbica, de 33 anos, mãe de duas meninas. Nascida em Belo Horizonte/ MG é acadêmica do curso de Ciências Sociais, com formação transversal em Direitos Humanos, pela UFMG. Sempre gostou de escrever, sendo esta sua maior paixão. Mantém uma página no Recanto das Letras com diversos textos e poesias e, no momento seu objeto de maior de reflexão tem sido a pluralidade das existências e as questões relacionadas à sexualidade, as performatividades diversas e o apagamento da lesbianidade na sociedade.

Resumo

A autora traz a historicidade do movimento de lésbicas de São Paulo e Rio de Janeiro. A partir de marcos históricos relacionados à luta das mulheres lésbicas e bissexuais no Brasil – como a disputa judicial pela guarda de Francisco, filho da cantora Cassia Eller e de Maria Eugênia, em 2001 - assim como ao desenvolvimento da luta feminista no país, a autora relaciona diferentes momentos da própria experiência como mãe e como lésbica, palco de fundo para questionar as dicotomias entre maternidade heterossexual e homossexual a partir de condições e escolhas, fazendo um verdadeiro manifesto em prol da pluralidade do ser mulher, do ser lésbica e do ser mãe.



MATERNIDADE E LESBIANIDADE:
Artigo Manifesto pelas várias existências

1. Introdução

Em momentos de extremismos e aumento do conservadorismo, as tensões entre o retrocesso e os avanços conquistados se acirram. Essas situações de conflito propiciam reflexões em prol de estratégias que buscam a não estagnação, dando continuidade às conquistas alcançadas. Nesse âmbito atuam os movimentos sociais, reivindicando pautas e, trazendo a público todas as questões que lhes são de interesse, para que a sociedade discuta e avance. A proposição dessas demandas, em muito tem a ver com as relações de poder internas que permeiam esses movimentos e, dada essas relações, algumas pautas podem ser — e fatalmente são — deixadas de lado na agenda desses grupos. A orientação dessas questões a serem debatidas está, na maioria das vezes, fixada na ordem de quem tem o poder de fazer ver. Nesse cálculo, as questões pertinentes às mulheres e principalmente àquelas que são lésbicas, veem seu resultado negativado, tanto pelos valores exponenciais ocupados pelo patriarcado na sociedade, quanto pela heteronormatividade estabelecida pelas normas de gênero.

As relações de poder estabelecidas na sociedade dão conta de conformar os moldes que são legitimados e os que são relegados à insignificância. Este artigo é um manifesto que relata uma situação possível e existente que subverte a ordem social estabelecida e perdura tensionando as fronteiras dela. A partir de alguns conceitos

e teóricos sociais que pensam as relações de poder e dominação, o binarismo de gênero, as dicotomias existentes na estrutura, um convite a uma reflexão é feito para que através das teorias já pensadas e da experiência vivenciada, novos caminhos possíveis possam ser traçados e as trajetórias já concretizadas possam emergir à visibilidade.

2. Lesbianidade: Movimento e emergência, indivíduo e existência

A historicidade do movimento social que reivindica questões da sexualidade no Brasil, tem como marco a organização de um movimento homossexual e este se inicia na década de 70. Estudos acadêmicos publicados e sites relacionados ao tema, que recompõem o histórico das organizações LGBT, coincidem os relatos de que o eixo Rio-São Paulo marca o espaço dessas iniciativas e trazem o grupo SOMOS como primeiro, em formação politizada, a emergir as questões pautadas na sexualidade ao debate público.

Facchini[1] em seu texto define o movimento homossexual em três ondas, cuja primeira compreende o período de 1978 a 1983, a segunda o período de 1984 a 1992 e a terceira onda que abrange de 1992 até os dias de hoje. Essas divisões têm como marcos a ascensão, um certo declínio e uma retomada dos grupos, além de modificações nas formas de reivindicação, agenda e atores que compunham o movimento.

Já na primeira onda, que constitui o germe do então movimento homossexual, algumas lésbicas integravam o grupo SOMOS — entendido como primeiro grupo LGBT organizado politicamente no Brasil — porém assim como este se autodenominava uma organização homossexual, a visibilidade lésbica nesse contexto não emerge como deveria. Logo as demandas das mulheres lésbicas e feministas seguem uma outra vertente, causando assim um racha no SOMOS e fundando o LF — Grupo Lésbico-Feminista, 1980 — e posteriormente, o grupo GALF — Grupo Ação Lésbica Feminista, 1981-1989 — e chega à década de 90 chamando-se Rede de Informação Um Outro

1. FACCHINI, R. *Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico*

Olhar. Essa dissidência é pautada a priori pelo fato dos grupos com demandas homossexuais, ainda que expressando a vontade de reivindicar questões da ordem da sexualidade, não contemplavam as questões de gênero que também perpassam a sexualidade e também são marcadores de opressão. Nesse sentido, a agenda do movimento feminista se aproximava e se aproxima até hoje, bem mais das agendas das mulheres lésbicas.

Em dezembro de 1982 também temos, como um marco importante na história do movimento lésbico, a primeira edição da revista *"Chana com Chana"* produzida pelas ativistas e fundadoras do GALF: Rosely Roth[2] e Míriam Martinho[3]. As publicações do boletim foram periódicas de 82 a 87 e ajudaram a fomentar a cultura lésbica e promover a visibilidade em São Paulo. Outra questão que marca essa linha do tempo e, considerada como o Stonewall brasileiro, foi a resistência no Ferro's Bar, promovida também por Roth e Martinho, em 19 de agosto de 1983, com o lançamento de um manifesto em prol dos direitos das lésbicas. Esse ato foi organizado, pois o dono desse bar que várias lésbicas frequentavam, havia, em um ato de preconceito e machismo, proibido dias antes a divulgação e venda da revista *"Chana com Chana"*. Essas articulações promovidas por grupos lésbicos, principalmente pelo GALF, através dessas duas grandes ativistas, constituíram a historicidade do movimento lésbico brasileiro e pautam nosso marco histórico com ações de profunda força, ímpeto e resistência, em um período de fim de ditadura militar, no qual a repressão fazia parte do cotidiano das pessoas e atos como esses, promovidos por essas mulheres lésbicas, eram impensáveis e, caso ocorressem, eram extremamente coibidos.

Antes desses atos, os movimentos sociais, pautados nas reivindicações da ordem da sexualidade, existiam e eram, também, constituídos por uma parcela de mulheres e, quando isso não acontecia, estes movimentos falavam em seus nomes, ou diziam lhes convidar a falar. A revista "*Lampião da Esquina"* (1978-1981) não trazia em sua composição mulheres lésbicas no corpo editorial principal, mas dizia não fazê-lo por não encontrar quem quisesse participar (edição

2. ROTH, R. (1959-1990) Filósofa (PUC-SP), ativista, pioneira do movimento lésbico e uma das fundadoras do GALF e periódico Chanacomchana.

3. MARTINHO, M. Letras (USP), ativista, fundadora do GALF e do periódico Chanacomchana, jornalista e editora chefe do site Um outro Olhar.

03 de 1978, traz Lúcia Rito e trata o tema: mulheres na redação) e, em algumas de suas 38 edições, temas que abordavam o público lésbico, inclusive com uma famosa entrevista com a cantora Lecy Brandão falando de como era ser lésbica, negra e sambista naquela época. O fato é que essas poucas e pontuais aparições em grupos que priorizavam a homossexualidade masculina, datadas na chamada "primeira onda" do movimento, não tiveram a expressividade que o GALF teve em suas ações, ao final desse período compreendido entre 78 e 83.

A germinação e ascensão — e a palavra "germinação", aqui neste texto, sendo usada como um irônico resgate da biologização do feminino, como aquele que tem de gerar — do movimento lésbico se dá em sua plenitude, com o "racha" no SOMOS. Pois de fato, até então não éramos. E essa é uma questão passiva de ser problematizada sobre a historicidade do movimento, talvez não podíamos ou conseguíamos ser como gostaríamos. Essas tensões internas nos movimentos sempre ocorreram e produziram silenciamento. Foi na busca por visibilidade que o movimento lésbico conseguiu implementar suas reivindicações e emergir a público como um dos agentes dotados de identidade.

Findada a "primeira onda", lida como um momento de ascensão, a "segunda onda" é marcada pela redemocratização do país, a epidemia de HIV/AIDS e a diminuição dos grupos com reivindicações LGBT. Nesse contexto histórico se dá o meu nascimento — 15 de janeiro de 1985, justamente no dia das eleições presidenciais que retomaram a democracia no Brasil, após um longo período de obscurantismo da ditadura militar — e a minha entrada nesse ambiente de hostilidades e preconceitos, principalmente às mulheres lésbicas. Mas, logicamente, grande parte do período de disputas do movimento lésbico que abarca a segunda e terceira ondas, eu estava disputando brinquedos e outras coisas ínfimas na infância e, na adolescência, buscando autoconhecimento e identidade. O serviço prestado por essas mulheres ao longo de boa parte na nossa história, que se intersecciona desde 1985, foi fundamental para minha autodescoberta e minha trajetória de vida. A escrita a mim proporcionada hoje é fruto das reivindicações das muitas mulheres lésbicas que me antecederam. Enquanto eu não me reconhecia nem como indivíduo — maio de 1985 e abril 1986 — Rosely Roth participava do programa da apresentadora Hebe Camargo, falando abertamente sobre sua lesbianidade e promovendo

a visibilidade lésbica em rede nacional, obviamente causando uma enorme polêmica que publicizou o fato em outras mídias da época, como o jornal Folha de São Paulo.

Retomando o histórico, o fim da década de 80 e início da década de 90, foi marcado pelo terror do HIV/AIDS com um extermínio avassalador que atingiu grande parte da população de homens gays e travestis. As informações disponíveis sobre as mídias da época demonstram um acirramento no preconceito contra essa parcela da população. Isso fez com que os grupos de homossexuais que existiam se unissem ainda mais em prol dessa demanda, mas também fez com que, durante o período de muito temor e a enorme baixa de indivíduos por conta das mortes causadas pela AIDS, a quantidade de grupos reduzisse. Muito dessa redução se deu também pela implacável publicidade que marginalizava ainda mais os gays e as travestis, relegando-os a portadores e transmissores de doenças no espaço social. As organizações de mulheres lésbicas, no início dos anos 90, tiveram um maior agrupamento e aumento de contingência. A confluência das pautas dos grupos em suas especificidades possibilitou uma maior busca identitária e nesse contexto um fortalecimento dos grupos de lésbicas existentes. A segunda onda do movimento homossexual (que ainda não era chamado LGBT) foi marcada pelas ações em prol dos direitos civis, uma melhora na organização dos grupos e um aumento da visibilidade pública desses indivíduos, principalmente dos homens gays que, juntamente com as travestis, promoviam campanhas de combate à epidemia de AIDS e se articulavam para desenvolver um enfrentamento à doença e atuar onde as políticas públicas e as instituições ainda não se faziam presentes.

A partir de 1992, os grupos de ativismo se especializaram em suas formas de reivindicação. Já sabiam como tensionar as fronteiras do sistema e alavancar as pautas, necessárias. Também já tinham um melhor entendimento de organização e nesse contexto, mais e mais grupos começam a existir e ascender ao formato de ONG — Organização Não governamental — ao cenário de disputas sociais. O movimento lésbico emerge ainda mais na diversificação desses grupos e na diferenciação desses atores políticos que vão traçando novas trajetórias nas reivindicações de direitos. O movimento social, que antes figurava apenas como movimento homossexual e trazia consigo uma voz predominantemente masculina, agora começa a

explicitar, de forma mais substancial, outras identidades: lésbicas, bissexuais, homens e mulheres trans e etc. É nesse campo de luta que um ator político importante implementa uma mudança significativa no contexto do movimento. Em agosto de 1996 surge o SENALE — Seminário Nacional de Lésbicas — que vem com uma proposta de reunir as lésbicas em um seminário, realizado pela primeira vez naquele ano e na cidade do Rio de Janeiro. É nesse encontro que é definido o dia 29 de agosto como o "*Dia Nacional da Visibilidade Lésbica*". E é através das discussões promovidas pelos encontros do SENALE que a questão da reprodução do sistema heteronormativo dentro do próprio movimento que reivindicava as pautas de sexualidade, pôde vir ao debate e ser pensada. Surge, então, uma reviravolta na forma de enxergar o agrupamento daqueles — advindos de ambos os lados do binarismo biológico — que lutavam para exercer sua orientação sexual em sua plenitude, mas não voltavam o olhar para a própria questão de gênero implícita nessas organizações. A nacionalização de um encontro de mulheres lésbicas propiciou a difusão desse debate de gênero. Nesse período também surgem a ABL — Associação Brasileira de Lésbicas e a LBL — Liga Brasileira de Lésbicas — aumentando ainda mais o contingente para fortalecer as lutas. E, nesse ano, eu estava saindo da infância e apenas começando a me perceber, de fato, como diferente das outras meninas em gostos e atitudes.

Foi através dessas novas articulações, que o movimento lésbico se configura a partir de 1996, que muitas mudanças em prol de uma maior visibilidade lésbica acontecem, tanto na ordem dos movimentos cunhados na sexualidade já existentes, quanto na própria sociedade brasileira. Em virtude dessa massiva organização de mulheres é que, em 2008, a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais decide, através de um comunicado da ABGLT — Associação Brasileira de Gays Lésbicas e Travestis, que já havia sido fundada em 1995, estabelecer a mudança de movimento GLBT para LGBT. Se não houvesse essa articulação advinda dos debates promovidos pelas organizações de mulheres, a explicitação desse machismo incrustado no próprio movimento, não seria possível. Essa alteração era o reconhecimento de uma demanda antiga das organizações de mulheres lésbicas e bissexuais.

Minha história em 2008 já estava de certa forma constituída, mas

de forma completamente diferente da experiência de hoje. Nessa época eu já era mãe e, tinha minha identidade de gênero performatizada de acordo com o meu sexo biológico de nascimento, ou seja, também era mulher. Porém estava assumindo minha sexualidade, que tardiamente havia sido descoberta. Passara por um casamento e dois partos num espaço de tempo de cinco anos e levara, até então, uma vida heteronormativa, socialmente aceita e calcada nos valores do patriarcado. Havia algo de estranho naquela existência, que somente a descoberta da lesbianidade veio revelar.

A descoberta tardia — assumindo o "tardia" nessa situação como a descoberta aos 23 anos, mas que não se aplica a todos os sujeitos dessa forma — de uma orientação sexual pode ocorrer por diversos fatores. Neste caso específico (o meu), acredito que uma construção social pautada em valores e dogmas religiosos, atrelada a uma vivência interiorana, contribuiu em muito para retardar algo que, na maior parte dos casos, acontece na adolescência. A forma com que os acontecimentos se desenrolaram, a partir desse constructo social, corroborou para que o primeiro namorado se tornasse marido e essa formação se constituísse em uma família nuclear, de comercial de margarina.

Pronto, dessa forma estava cumprido o papel social o qual se designara para a minha pessoa. Não era feliz, nem completa, mas a sociedade seguia exercendo sua conformação sistêmica e legitimada.

Antes de me descobrir, um fato havia me chamado muita atenção: a morte da cantora Cássia Eller em 2001 que culminou em uma disputa judicial pela guarda de seu filho Francisco, que era criado por ela e sua companheira Maria Eugênia até a ocasião de seu falecimento. Esse caso repercutiu muito no Brasil e fomentou inúmeros debates acerca de quem realmente deveria, merecia e teria direitos legais de ficar com o filho da cantora. O caso chamou ainda mais atenção pelo desfecho inédito, que concedeu a guarda à companheira de Cássia, que não possuía vínculos biológicos com o garoto e nenhum documento legal — como um registro de casamento, ou união estável que só veio a ser reconhecido em maio de 2013 — que comprovasse a relação das duas. Lembro que uma das provas dos autos do processo foi um áudio de uma entrevista que Cássia Eller concedeu a uma revista feminina, falando que Maria Eugênia era também mãe do menino. Esse acontecimento mexeu com o país e - talvez por motivos

que eu desconhecia, mas estariam por vir em um futuro próximo - mexeu bastante comigo.

3. Maternidade e as dicotomias: antes e depois, hétero e o homo, condição e escolha

Ao tratar maternidade e lesbianidade é natural que se pense em conceitos tais quais os das práticas de reprodução assistida, adoção unilateral, mãe biológica e não-biológica, dentre outros que são pertinentes ao campo dessa interseccionalidade. Porém, neste caso, a forma pela qual a maternidade e a lesbianidade se cruzam, não se aplica aos costumes tradicionais — o que é ainda melhor, pois tratar de "formas tradicionais" em uma categoria que, apenas pelo fato de existir, já subverte a ordem, seria aceitar demais a normatização vigente. O fato é que, ao tornar-me mãe, passei por duas condições de maternidade: a legitimada e a marginalizada.

A *"primeira onda"* de minha maternidade — tomando emprestado essa nomenclatura das ondas, porque achei digno, erudito e pontual — se estabeleceu entre os anos de 2003 à 2008. Esse período, apesar de estar em uma condição de gravidez ainda na adolescência, era socialmente aceito, pois eu tinha mais de 18 anos, tinha um parceiro conforme as normas culturais impostas pela sociedade e estava formando uma família, e como já sabemos em nossa construção social irônica e superficial, os valores da família estão acima de tudo, inclusive das orientações sexuais, das performatividades, das felicidades e vontades alheias.

O curioso desse período é perceber, através de sua própria experiência, o quanto o patriarcado articula e se impõe à revelia. Existe um modelo legítimo de formação familiar que deve ser perpetuar para contribuir com a manutenção do sistema social vigente, e este modelo não necessariamente estará configurado da forma exata em que foi idealizado. As coisas vão acontecendo e se ajeitando para caber nessa caixa preestabelecida.

Ser mãe aos 18 anos, quando a noção de si ainda não está completa — haja vista o fato de não ter conhecido nem a minha sexualidade

ainda, por completo — é mais orgânico que racional. Todos os conceitos de maternidade e todas as falácias difundidas ao longo da minha criação estavam bem internalizados e encontravam terreno fértil em minha vivência. Um período cuja problematização não fazia parte do meu dia e não me preocupava com questões complexas. Ser mãe era algo dado biologicamente, natural e, eu era mãe à medida que estava grávida e assim estava por ser mulher.

Muito trabalho e uma mudança de vida repentina, também contribuem para a naturalização das coisas e o pragmatismo das tarefas. Tinha muito a fazer e muito com o que me preocupar com a maternidade: pré-natal, situação econômica, alimentação, parto, amamentação, cuidado, novas responsabilidades. A vida adulta chegava e junto com ela trazia uma série de requisitos que, em tese, eu deveria estar preparada para cumprir, mas, na prática, as ações vão fazendo acontecer.

Durante esse período da minha, vida não fazia ideia das pautas reivindicadas pelo movimento lésbico — eu sequer o conhecia — e, se me falassem sobre ele, provavelmente não teria prestado atenção, pois a necessidade momentânea nos anos que se seguiram com os nascimentos de duas filhas, era mais urgente que pensar em outras questões.

Durante cinco anos mudei de cidade quatro vezes e todas acompanhando as necessidades daquele que exercia a função, a priori, de provedor da casa. A minha função era de cuidar das crianças para que elas estivessem saudáveis e fossem educadas. Era uma função de cuidado, da casa e das filhas. Essa tarefa de cuidar das crianças era algo imposto, tanto por questões econômicas quanto por questões sociais, mas não era algo que me martirizava ao extremo. Dentre toda a experiência dessa primeira onda da maternidade, a única coisa que eu me lembro com saudosismo, é esse cuidado. Ter tempo para participar da criação de alguém e contribuir para sua formação como individuo, é algo que eu sempre quis fazer e não me trouxe prejuízo algum em vivenciar. O que eu realmente não concebia durante todo esse tempo, era ser reduzida a apenas isso. Eu não era nada além de mãe e esposa. Não tinha nome que não fosse a esposa de tal pessoa e/ou mãe das outras duas. Voltar a ser um ser com identidade própria é um legado maravilhoso que a lesbianidade me trouxe e isso eu tenho muito que agradecer. Mas falarei mais nesse sentido quando chegar ao segundo momento da maternidade.

Desvelar a experiência da maternidade em um contexto heteronormativo, é desvelar uma relação de poder, opressora e hierarquizada. Hoje podemos alçar novas formas de maternidade inseridas no âmbito da heteronormatividade, mas estamos vivenciando um advento do feminismo muito intenso nos últimos quatro anos. O contexto no qual eu estava sociabilizada naquela época era muito mais conformador, os papéis eram bem marcados e o binarismo era visto e imputado de forma ferrenha. Tanto que, a minha relação com o meu ex-marido — é muito engraçado escrever isso — era vista com estranhamento, pois ambos éramos de certa forma diferentes dos outros casais que conhecíamos. Essas fronteiras ficavam bem marcadas quando ele cozinhava para receber os amigos, ou me ajudava a trocar as meninas, isso era visto por todos como algo inusitado, que eu deveria ser grata em ter a oportunidade de vivenciar. O modelo burguês de família eurocêntrica, nuclear pedia que a responsável pelas tarefas domiciliares, como cozinhar e arrumar, e de cuidado com os filhos, fossem de minha inteira competência. E ao realizar parte dessas tarefas, o homem estava abstraindo-se de sua masculinidade para me conceder a graça de ajudar! Um absurdo. Até pra mim naquela época sempre soou como absurdo e precisava fazer essa ressalva.

O fato é que, o que teóricos como Bourdieu[4] formulam como relações de dominação ao observarem as normas sociais vigentes, eu pude vivenciar na prática. Uma imersão não consentida nas relações de poder, pra ver o quanto é ruim e poder problematizar isso depois com propriedade. Olhando por essa perspectiva, até soa mais suave do que realmente era. Então até aqui, vamos analisar através desse prisma.

A virada da primeira onda da maternidade, para a segunda onda da maternidade, não acontece — também como as passagens de fases históricas — de forma demarcada. Foi um momento meio borrado, onde muitas indagações se sobrepunham e muitos problemas aconteceram. Os anos sucederam entre 2008 e 2010, foram marcados por um relacionamento abusivo, descoberta de uma orientação sexual encubada — palavra que se aplica totalmente nesse contexto, pois era assim que as que se diziam "entendidas" me chamavam quando entrei

4. BOURDIEU, P.F. (1930-2002), sociólogo francês, docente na École de Sociologie du Collège de France.

no meio lésbico — medo da perda das minhas filhas, da passagem para uma nova experiência, das ameaças sofridas, das condições de vida que estavam se apresentando. Ou seja, um período de tensões entre o que eu achava que era, o que eu de fato era, o que queriam que eu quisesse e o que eu de fato queria. Complexo, mais é justamente assim.

Não era pra ser fácil e não foi. Muito da identidade que tenho hoje é advinda dessa fase e se não fosse dessa forma, talvez não adquirisse a resiliência necessária para seguir sustentando a personalidade e a experiência que posso vivenciar hoje.

Sem entrar em passagens muito pessoais desse relato-artigo-manifesto, a descoberta se deu de forma complexa em sua revelação, mas maravilhosa em sua experiência. Entendo como descoberta, porque de fato foi e descobri que o que eu achava viver sexualmente, até então, não procedia e as experiências posteriores e as práticas sexuais com mulheres eram parte da minha essência. A partir daí, não pude mais retomar nem o casamento, nem as práticas sexuais heteronormativas, nem a vida social que levava antes. Nada daquilo me cabia mais, na verdade, nunca coube e eu levei anos pra descobrir.

A segunda onda da maternidade se estabelece nessa fronteira de conflitos internos e externos, os quais eu tenho que conciliar com a maternidade, e ainda manter a racionalização para exercer a função de cuidado, ainda relegada a mim e desta vez de forma bem mais incisiva, pois com o fim do casamento e dos valores da família tradicionalmente aceita, finda-se se também as implicações paternas. Passo por uma grande desconstrução e por ela também passam duas crianças pequenas. E essa responsabilidade, de acabar com os valores familiares e com uma constituição de núcleo promissora, é toda atribuída a mim. E é nesse momento que a ficha das reivindicações de direitos e a retomada da existência perdida acontecem. Ao "destruir" uma pseudo-família-feliz pude sair da condição de engrenagem de máquina constitutiva que não me pertencia, para tornar-me agente da minha própria história — que no caso é esta que conto de forma mais sucinta possível aqui — e esse protagonismo traz consigo uma série de escolhas possíveis que, até então, eu sequer vislumbrava. Essas escolhas trazem consequências conscientes e a tomada de consciência nos faz deixar de lado o

pragmatismo e exercer a racionalidade. E, como dizia Elster[5], a escolha racional faz com que o indivíduo procure maximizar seus ganhos. E as reivindicações de direitos e a conscientização do meu papel enquanto mulher, mãe e lésbica emergiram disso.

Passado o período de transição, que foi bastante denso e complexo, parecia que os acontecimentos a partir daí seriam mais fáceis. Todavia não foram e não são. Foi a partir da desconstrução dessa constituição normatizada de família que a marginalização e a invisibilidade iniciaram-se. A quebra do binarismo dos papéis de pai e de mãe, foram fundamentais na consolidação da minha nova construção familiar, os marcadores socioeconômicos e de gênero já não faziam parte da minha experiência, pois essa hierarquização já não se aplicava ao meu contexto. Porém uma nova dicotomia se apresenta: o protagonismo e a invisibilidade. Finalmente assumira uma identidade, a única possível, mas esta não era legitimada. Para complexificar ainda mais, início em 2010 um relacionamento e, após a desconstrução dos moldes familiares antigos, um novo emerge, desta vez configurado por duas mulheres.

Em sua pesquisa etnografia "*Maternidade Lésbica e Novas Tecnologias Reprodutivas: um Relato sobre Casos Canadenses",* SOUZA (2007) realiza uma etnografia com um casal de lésbicas canadenses em um contexto de reprodução assistida e relata a utilização dos modelos familiares nucleares para designar os papéis advindos dessa composição familiar homoafetiva. Mesmo com a nova composição, eles tendem a reproduzir algumas formas de *modus operandi* que pertencem à heteronormatividade, como exemplo a forma (pronomes de tratamento) na qual a mãe biológica é tratada em detrimento da mãe adotiva e as relações de dominação. Porém, e no meu caso, que o modelo normatizado se desconstrói e outro modelo emerge, depois? Possivelmente essa problematização será solucionada com o tempo, após surgimento de mais relatos como o este. Mas o que é percebido até então a nova configuração de maternidade que se estabelece após a lesbianidade, no meu caso não segue os moldes de dominação socialmente vigentes. Com o novo relacionamento e a configuração de uma nova família, as padronizações não se estabeleceram, pois não constituímos formas socioeconômicas a serem cumpridas, nem

5. ELSTER, J. Filósofo norueguês erradicado nos Estados Unidos, escritor.

prescrições de papéis ou valores preestabelecidos.

A maternidade na segunda onda, com o surgimento de uma outra mãe, foi se estabelecendo a partir das relações. Ambas, como protagonistas dessa construção, vão constituindo uma relação familiar sem atribuições prévias. Essa nova configuração seria uma forma ideal, caso somente existisse nossa família e esta fosse o sistema. Mas não é assim que acontece, a dicotomia advém justamente daí, somos protagonistas silenciadas todo o tempo.

Dentro do nosso ambiente familiar exercemos nossa maternidade em sua plenitude, mas ao sairmos porta afora, não existimos enquanto família. Não surgimos das construções tradicionais heteronormativas, nem das homoafetivas de reprodução assistida. Não existimos no papel — juridicamente falando. Ela não consta na documentação das minhas filhas, as instituições não a reconhecem em uma relação parental. Ela não existe na escola, apesar de frequentar as reuniões; não existe para as instituições de saúde, apesar de ter revezado comigo quando uma de nossas filhas ficou hospitalizada; não existe socialmente e sempre é indagada no shopping, na padaria ou em qualquer lugar que vá e as pessoas me conheçam primeiro como a figura materna.

Essa realidade as políticas públicas não previram, essa configuração não foi assistida e nem legitimada socialmente. Nós protagonizamos nossas ações, enquanto mães e enquanto lésbicas, mas somos invisíveis ao sistema. O patriarcado engole a gente todos os dias quando saímos para realizar tarefas corriqueiras. Quando nossas filhas saem para ir à escola ou conversam, conhecem pessoas novas. As novelas não mostram a gente. Nesse sentido, retomo a reportagem da situação da Cassia Eller em sua morte, porque me representa totalmente. Eu como mãe legitimada pela biologia, caso morra, o que acontecerá com nossa família? Este artigo é o único relato registrado de que existimos e resistimos a cada dia em uma sociedade pautada pelas relações de dominação. Como mulheres lésbicas somos dominadas em diversos âmbitos: ganhamos menos que os homens, sofremos assédio diário (por sermos lésbicas ainda mais, pois a hipersexualização da nossa existência é latente numa sociedade machista como a nossa, somos a todo tempo silenciadas e, temos nossa família invisibilizada).

4. Conclusão

Trazer a público esse artigo é um importante veículo de visibilidade. Pensar em formas de ativismo possível, além da militância já conhecida e combativa que em muito nos ajudou durante muito tempo, também é uma questão importante para a contemporaneidade. Muitas de nós, mulheres lésbicas e mães, não têm a oportunidade de lutar ativamente contra as amarras do patriarcado, explicitando à sociedade nossas pautas. Nossa experiência e nossa vivência diária é também uma forma de ativismo. Ao persistimos e continuarmos fraturando o sistema aos poucos, nos espaços públicos, nas instituições e em todos os espaços que não são pensados para nossas experimentações, estamos resistindo e demonstrando a que viemos. Quando Simone Beauvoir diz que não se nasce mulher e sim torna-se mulher, traz para a literatura uma expressão dotada de uma imensa amplitude e sensibilidade, as coisas não são dadas a priori, elas tornam-se a medida das ações.

O poder de fazer ver é um poder de dominação por um sistema elitista que traz consigo as normatizações oriundas do patriarcado. Tensionar esse sistema é uma prática diária e fundamental para emergir nossa existência. Muitos protagonismos silenciados figuram pela sociedade relegados à marginalidade e a invisibilidade. Resistir é um ativismo possível, ainda que não institucionalizado ou cristalizado através de um grupo específico. Resistir é preciso a todas as mulheres, a todas as lésbicas e também a todas as mães. Em uma sociedade de muitas conformações e coerções e poucas escolhas. Escolher é um ato de resistência!

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. 2012. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil..

BOURDIEU, Pierre & Passeron, Jean-Claude. 1975. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. Livro I.

ELSTER, Jon. *Peças e Engrenagens*. 1994. São Paulo: Relumé Dumara Editora.

PINTO, Regina Tânia. *Lesbianismo na TV: Polêmica aumenta*. Folha de São Paulo, São Paulo 01 de junho 1985.

REVISTA VEJA, notícia: *Em decisão inédita, a justiça concede a guarda do filho de Cássia Eller a sua companheira.* Revista Veja, Edição 1734, Janeiro/2002, Editora Abril, São Paulo.

SOUZA, Érica Renata. *Maternidade Lésbica e Novas Tecnologias Reprodutivas: Um relato Sobre Casos Canadenses*. In: FERREIRA, Verônica. ÁVILA, Maria Betânia. PORTELLA, Ana Paula (orgs). Feminismo e Novas Técnicas Reprodutivas. Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, novembro de 2006, p.136-162

“Resistir é preciso a todas as mulheres, a todas as lésbicas e também a todas as mães. Em uma sociedade de muitas conformações e coerções e poucas escolhas. Escolher é um ato de resistência!”



Maria Leão

Maria Leão é uma mulher Cisgênero, bissexual de 25 anos. Mora no Rio de janeiro.



Resumo

Baseado no segundo capítulo da dissertação de mestrado da mesma autora "Os unicórnios no fim do arco-íris, identidades, política e bissexualidade feminina no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais" (2018) o artigo analisa diferentes aspectos da identidade política "mulher bissexual" a partir do Seminário Nacional de Lésbicas (Senale)/Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (Senalesbi). Analisa diferentes aspectos da estruturação de "mulher bissexual" como uma identidade política através das alianças construídas entre mulheres que se identificam como "lésbicas" e "bissexuais" e das negociações de fronteiras identitárias no referido Seminário Nacional. Descreve alguns dos principais coletivos políticos a partir da perspectiva de participação de mulheres bissexuais e atuação nos Senalesbis de 2010, 2014 e 2016.



Cena Lés-Bi: identidades políticas em disputa no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais

O presente artigo é um excerto baseado no segundo capítulo de minha dissertação de mestrado, "Os unicórnios no fim do arco-íris: identidades, política e bissexualidade feminina no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais" (2018). Em minha dissertação, busquei analisar diferentes aspectos da estruturação de "mulher bissexual" como uma identidade política através das alianças construídas entre mulheres que se identificam como "lésbicas" e "bissexuais", as negociações de fronteiras de identidade e a força do feminismo em aproximá-las nas diversas conjugações de movimento. Fiz isso através da reflexão sobre o processo que levou com que tal identidade entrasse em cena no Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) e sobre como o próprio nome do evento foi alterado para Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (SENALESBI). Neste trabalho, o foco se concentrará em descrever alguns dos principais coletivos políticos a partir da perspectiva de participação de mulheres bissexuais e atuação nos SENALESBIs de 2010, 2014 e 2016. Os dados presentes nesse trabalho são referentes aos relatos coletados em entrevistas semiestruturadas com minhas interlocutoras, materiais coletados online produzidos pelas organizações dos SENALEs/SENALESBIs e dos coletivos políticos analisados e referencial bibliográfico de produção anterior à minha cujos temas se conectam a este trabalho.

A partir da constatação que a organização política de mulheres bissexuais em coletivos políticos encontra-se fragmentada e constantemente apagada das narrativas dos movimentos LGBT, a mudança de nome do SENALE para SENALESBI funcionou

como um cerne gravitacional, condensando em si a capacidade de bissexuais organizadas politicamente produzirem algo concreto. Interessava também olhar o SENALE/SENALESBI porque têm sido as mulheres as que mais reivindicam a bissexualidade como uma identidade política e social e as relações com as mulheres que se identificam como lésbicas compõem uma imbricada dinâmica de alianças e tensionamentos.

Esse trabalho não tem o intuito de vilanizar lésbicas e nem vitimizar bissexuais. Meu esforço acadêmico e militante centra-se em discutir vivências e relações até então relegadas à margem dos estudos brasileiros sobre movimentos LGBT. Se é verdade que pouco se produziu e se produz sobre os esforços de organização de lésbicas (CARRARA; SIMÕES, 2014), é também verdade que as bissexuais costumam aparecer apenas como um apêndice retórico em uma equação linguística das "lésbicas-e-bissexuais". Nas páginas a seguir pretendo aplicar o que Donna Haraway chamou de saberes parciais[1] e, ao não tratar a equação "lésbicas-e-bissexuais" como óbvia e natural, trazê-la para o centro do debate, com foco na bissexualidade, e analisá-la em suas potências e limitações.

Minhas entrevistadas podem ser divididas em dois grupos principais: bissexuais que tiveram um papel importante no jogo de forças do 8° SENALE (2014) e lésbicas que valorizam e estimulam a organização de mulheres bissexuais dentro do SENALESBI. Não consegui acessar nenhuma lésbica que tivesse sido contra a participação ativa de bissexuais no seminário ou que ainda se mantenha contra a mudança de seu nome e sigla. Embora, conforme narrado em diversas entrevistas coletadas, essa tensão esteja longe

1. "Ter uma visão de baixo não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente; mesmo que 'nós' 'naturalmente' habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados. Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas dos subjugados não são posições 'inocentes'. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que tem menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento. (...) A alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia." (HARAWAY, 1995: p. 23).

de ser resolvida, havendo, inclusive, relatos de movimentação para reabertura da questão no 10º SENALESBI (2018), que está marcado para acontecer na Bahia. Apesar de mulheres em minha rede terem me colocado em contato com mulheres lésbicas que tiveram ou mantêm posicionamentos resistentes à atividade bissexual no SENALESBI, aquelas que acessei não quiseram participar da pesquisa. Algumas demonstraram sua ausência de interesse ao não retornarem minhas iniciativas de contato ou não encontrarem espaço vago em suas agendas. Outras disseram explicitamente que não tinham interesse em participar de uma pesquisa "para falar de bissexuais".

Participaram ativamente dessa pesquisa sete mulheres que acessei através de *redes comunitárias*, ou seja, que conheci em minhas idas a campo e me indicaram outras pessoas e/ou acionando contatos que já possuía antes de iniciar essa pesquisa. Do conjunto das entrevistadas, três se identificavam como lésbicas e quatro como bissexuais. Duas mulheres foram selecionadas por sua atuação destacada há décadas em movimentos feministas e LGBT. Uma lésbica e uma bissexual. Destas, três entrevistadas pediram que fosse mantido seu anonimato, as outras quatro abriram mão dele por diferentes motivos.

Regina Facchini e eu nos localizamos no mesmo campo de pesquisa e rede colaborativa de pesquisadores. Sua produção acadêmica já se destacava nas influências teóricas de minha dissertação quando meus orientadores julgaram que sua história de vida e de militância acrescentariam aspectos importantes à minha pesquisa e nos colocaram em contato. Regina abriu mão do anonimato em relação à pesquisa, dado que considerou que tudo o que me contou já havia aparecido em sua produção acadêmica e/ou sua trajetória militante. Sua atuação se destaca não apenas na fundação da Parada LGBT de São Paulo e em colaborações com o Ministério da Saúde, mas como em extensa produção sobre gênero e sexualidade, inclusive abordando vivências de "mulheres que se relacionam com mulheres". Sua relação com a militância/o ativismo passou também pelos Fóruns Sociais Mundiais, o Partido dos Trabalhadores (PT), pelo Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da Universidade de São Paulo

(CAEHUSP) e o Grupo Corsa[2]. Regina se aproxima dos cinquenta anos, é branca, teve um filho no final da adolescência e nasceu e cresceu no interior de São Paulo. Eu a entrevistei na cozinha de sua casa, em São Paulo capital. Sua relação com a identidade bissexual é fortemente política, como demarcação de sua trajetória de vida. Ressaltou frequentemente, no entanto, que nunca quis "criar uma nova caixinha para as pessoas" com a identidade bissexual. Citarei seu nome ora como Regina Facchini ou Facchini, quando estiver em cena sua produção intelectual, ora como Regina, apenas pelo primeiro nome, como minhas outras entrevistadas, em um esforço de tentar separar o que me foi dito por ela em entrevista de sua obra.

Com quase sessenta anos de idade, a trajetória militante de Virgínia Figueiredo começa no movimento secundarista, perpassa espaços sindicalistas, o PT, o Movimento Homossexual Brasileiro e a fundação da Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (LBL). Virgínia participou da fundação do SENALE em 1996 (e esteve em quase todos os SENALEs que já ocorreram) e esteve presente na conferência da ILGA em 1995 no Rio de Janeiro que motivou sua criação4. Nós já nos conhecíamos anteriormente da "cena" feminista e ela aceitou prontamente meu convite para entrevista. Sua atuação também é marcada por ser uma aliada constante da organização seja de bissexuais, seja de transexuais, dentro do movimento LGBT. Eu identifiquei Virgínia como branca, ela me contou que cresceu e reside na Zona Norte do Rio de Janeiro, vem de família de camadas baixas da classe trabalhadora, a primeira identidade política que assumiu foi de "entendida", depois lésbica. Eu a entrevistei no pátio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), onde nos encontramos depois de seu horário de trabalho, e ficamos sentadas nas mesinhas de mármore em frente ao *bandejão*. Virgínia abriu mão do anonimato, considerando que tudo o que me narrou em entrevista era de conhecimento público e notório através de sua trajetória militante.

2. O "Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor – Grupo pela Conscientização e Emancipação das Minorias Sexuais" (Corsa) foi fundado em 1995, na cidade de São Paulo. Regina acompanhou o grupo entre 1997 e 1999, como parte de sua dissertação de mestrado. Para mais sobre o CAEHUSP e o Grupo Corsa, ver o livro "Sopa de Letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990" (FACCHINI, 2008).

As outras cinco entrevistadas participaram do SENALE de 2014, sendo as três bissexuais restantes figuras de destaque na mudança da sigla do seminário e visibilização da mudança de nome. Conheci Alyne Evelyn em um evento organizado pela Coletiva Sapa Roxa[3] sobre "Memória do Movimento de Lésbicas no Brasil", no qual ela pediu a palavra após a pergunta que eu fiz à mesa acerca da relação com bissexuais nos movimentos. A fala de Alyne, que está na metade dos seus vinte anos, se destacou por mencionar especificamente o 8° SENALE (2014) e o sentimento de isolamento que a acompanhava ao se organizar com lésbicas dentro da LBL. Alyne declarou em entrevista que abria mão do anonimato por achá-lo desnecessário diante do foi tratado durante a mesma, considerando suas avaliações e experiências acerca do movimento LGBT como fatos públicos. Alyne é negra, nasceu e cresceu em Fortaleza (CE), se mudou para o Rio de Janeiro há poucos anos e mora em um bairro da Zona Norte da cidade. Eu a entrevistei em sua casa, sentadas em banquinhos em sua laje. Sua trajetória militante começou em espaços de acolhimento de jovens da favela onde morava em Fortaleza e foi nos grupos de formação LGBT do projeto pelo qual era atendida que descobriu a identidade bissexual e politizou sua negritude. Além da LBL e do SENALE, Alyne participou do coletivo Tambores de Safo[4] enquanto morava em Fortaleza.

Greta e eu nos conhecemos no Seminário Internacional Fazendo Gênero, por indicação de minha orientadora. Ela é branca, tem trinta e poucos anos, nascida e criada em um estado do Sudeste, vem de uma família de classe média e é formada em um curso do campo das Ciências Humanas. Começou a atuar no ativismo pela discussão de direitos humanos e população LGBT. Hoje integra a LBL. Ela sempre soube que não era hétero e se definiu como lésbica na adolescência. Além de lésbica, reforça como importante a identidade "sapatão" em sua atuação política e vivência pessoal. Esteve na organização do 8° SENALE (2014). Greta gostaria que sua fala ficasse anônima, dado

3. Fundado em 2017, a Coletiva Sapa Roxa (RJ) se define como "(...) um brejo de sapas feministas, anticapitalistas, antiracistas, anticapacitistas e descoloniais coaxando pela dissidência Lésbica.". Para mais, ver o site oficial delas: <https://saparoxa.wordpress.com>.

4. Para mais sobre o coletivo Tambores de Safo, ver a dissertação de Margareth Cristina de Almeida Gomes (2013), disponível em <http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4927>.

que estava no meio de diversas negociações pela LBL e algumas coisas que me disse poderiam dificultar sua posição política.

Ananda me foi apresentada por Greta, no congresso Fazendo Gênero, dentre diversas outras pessoas que a militante da LBL gostaria que eu entrevistasse. Ananda foi a única mulher da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL)[5] a aceitar me dar uma entrevista e enfatizou veementemente querer anonimato total. Nascida no Centro-Oeste é formada em um curso da área de ciências humanas. Está na metade dos trinta anos, é negra. Começou a ter relacionamentos com mulheres na universidade e se identifica como lésbica. Começou a se organizar politicamente pela pauta de direitos humanos e população LGBT e, ao se aproximar do feminismo, compreendeu a importância de se identificar pública e politicamente como lésbica. Atualmente participa da ABL e de dois coletivos de mulheres negras lésbicas. Esteve presente nos 8° e 9° SENALESBIs (2014 e 16).

Fernanda Coelho foi mencionada direta ou indiretamente em todas as entrevistas. Está na metade dos trinta anos, é branca, moradora do Vale do Aço de Minas Gerais, formada em Direito. Percebeu que não era heterossexual aos vinte anos, ao se apaixonar por uma amiga. Ingressou em movimentos sociais pela pauta dos Direitos Humanos, tendo feito o seu Trabalho de Conclusão de Curso sobre direitos para pessoas LGBT. Foi da LBL por um curto período e se afastou, por relatar não ter sentido espaço real para discutir a bissexualidade dentro da rede. Participou da fundação do Coletivo de Bissexuais e Lésbicas (Coletivo BIL), nessa ordem, para demarcar que a bissexualidade não seria apenas um apêndice dentro dele. Foi uma das pessoas que propuseram a mudança da sigla para SENALESBI e participou ativamente da organização do Grupo de Discussões sobre bissexualidade no 8° SENALE (2014). Também participou da organização do 8° SENALE (2014), embora tenha se retirado dela

5. A ABL foi fundada em 2004 e se define em seu site oficial como uma "Organização de promoção e defesa dos direitos humanos, dos direitos sexuais e reprodutivos, da cidadania, da prevenção e combate às doenças sexualmente transmissíveis (DST, HIV/Aids), da redução de danos no uso de álcool e outras drogas, da saúde da mulher, da história da lesbianidade, da família homoparental e da igualdade de gênero, por meio de uma plataforma político-feminista e humanista". Disponível em <http://redeabl.blogspot.com.br/>. Acessado em fevereiro de 2018.

por não ver espaço para falar de bissexualidade. Participa do Bi-Sides[6] postando informes do Coletivo BIL e como uma rede de informação e suporte para bissexuais. Fernanda abriu mão de seu anonimato – por considerar público tudo o que me contou e porque não haveria como disfarçar a posição de destaque que ela assumiu nos últimos dois SENALESBIs.

Pérola me foi indicada por Fernanda, quando lhe perguntei se pensava em mais bissexuais que houvessem tido papel de destaque nos SENALEs/SENALESBIs. Mora em um estado do Sudeste; é terapeuta, negra, está no final dos seus vinte anos. Foi aos 8° e 9° SENALESBIs (2014 e 16). Foi contra a mudança de nome, porém não se manifestou publicamente sobre isso, explicou-me que o fez por respeito à organização das mulheres bissexuais que o propuseram. Acredita que as bissexuais devem estar no SENALESBI apenas para fazer contato com outras bissexuais e organizar espaços centrados na bissexualidade em suas localidades e, no futuro, no Brasil. Passou a se identificar como bissexual no final da adolescência. Descobriu a palavra na internet. No começo da vida adulta, participou de uma organização de mulheres lésbicas por dois anos, de onde se sentiu praticamente expulsa por não abrir mão de falar de sua bissexualidade. Participou de um coletivo negro LGBT nos últimos três anos, que era seu principal espaço de organização, até que atritos muito sérios em torno de sua bissexualidade levaram ao seu afastamento. Usa o Bi-Sides como um espaço de articulação com outras pessoas bissexuais. Foi no Bi-Sides que entrou em contato com outras pessoas bissexuais para organizar um coletivo de pessoas bissexuais, com atividades em setembro de 2017 na cidade onde reside. Pérola enfatizou por diversas vezes que gostaria de ver mantido o anonimato de sua entrevista.

6. Coletivo político baseado em São Paulo, grupo online no site do Facebook, maior espaço de organização de bissexuais do Brasil em atividade. Mais sobre o Bi-Sides na página 63.

Cenas e movimentos

A seguir, me proponho a apresentar o SENALE (1996-2014) focando na inserção das mulheres bissexuais e os conflitos identitários entre mulheres que se identificam como bissexuais e lésbicas dentro dele. Discutirei também a atuação de alguns coletivos políticos importantes na construção do sujeito "mulher bissexual".

Regina Facchini (2005; 2008), Guilherme Almeida (2005), Júlio Simões e Regina Facchini (2009) já fizeram importante trabalho de resgate da memória e de disputas envolvidas no atualmente denominado movimento LGBT brasileiro. As narrativas dessa história são protagonizadas em sua maior parte, se olharmos pelo viés de gênero, por homens e, se olharmos pelo viés da identidade sexual, por homossexuais. Uma referência importante nessa história é Leila Míccolis, relevante também quando falamos de mulheres que verbalizaram sem pudor seu desejo e suas práticas bissexuais em suas produções literárias. Míccolis é também uma das fundadoras do Movimento Homossexual Brasileiro, tendo participado da criação do Somos/RJ e construído importantes parcerias com figuras como Herbert Daniel e João Silvério Trevisan. Em seu ensaio "Eram as lésbicas marcianas?" (1983), Míccolis apresenta alguns mitos de origem da categoria "lésbica" e os ironiza, joga com a noção de fixidez identitária ou essência de identidades. No fim do texto, a autora reforça a sua posição política contra-identitária e zomba da ideia de ser acusada de estar "defendendo o bissexualismo" sub-repticiamente por "ter medo" de se assumir *bi*, ao que responde:

> Se não creio em homo ou hétero, não acredito em bi, mais uma classificação inútil. (...) Para mim, todas essas palavras (...) só podem ser minadas por um comportamento libertário esvaziando seu sentido pejorativo e até ofensivo. Enquanto elas forem apenas usadas maquinalmente, sem uma ação coerente que as desmistifique, cada vez mais estarão reproduzindo estereótipos (...). (MÍCCOLIS, 1983: p. 78-79).

Quase duas décadas depois, a necessidade de construção e reafirmação de identidades políticas se solidifica no cenário internacional e produz impactos entre pessoas com desejos e práticas bissexuais. O Dia da Visibilidade Bissexual, criado em 23 de setembro de 1999 pelos ativistas americanos Wendy Curry[7], Michael Page e Gigi Raven Wilbur, se popularizou progressivamente pelo mundo nas últimas duas décadas. É comum que as atividades se distribuam ao longo do mês de setembro, apresentando os mais diversos formatos. "Visibilidade" é um conceito-chave neste artigo, aparecendo constantemente como oposição a "apagamento" nos discursos sobre a mudança de nome do SENALE para incluir as bissexuais e, posteriormente, a mudança de sigla para SENALESBI.

A chave visibilidade-apagamento aparece como elemento crucial da Carta de Teresina (2016). Aprovada ao final do 9º SENALESBI, a Carta declara que "no processo histórico de construção dos seminários nacionais de lésbicas, as mulheres bissexuais sempre estiveram na luta e presentes" e afirma que a mudança no nome do seminário seria uma questão de "memória" e "verdade". Esse capítulo propõe-se a seguir a linha da construção de memória e investigar as "verdades" acerca da participação de mulheres bissexuais no movimento LGBT brasileiro, através do SENALESBI, e de suas demandas políticas.

As "histórias" do SENALE

Fundado em 1996, o Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) teve nove edições ao longo de vinte anos. A primeira ocorreu no Rio de Janeiro (RJ), em 29 de agosto, que se tornou o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. As edições seguintes foram nas cidades de Salvador (BA) em 1997, Betim (MG) em 1998, Aquiráz (CE) em 2001, São Paulo (SP) em 2005, Recife (PE) em 2006, Porto Velho (RO) em 2010, Porto Alegre (RS) em 2014 e Teresina (PI) em 2016. Alguns temas de discussão são recorrentes ao longo dos diversos seminários como saúde de mulheres lésbicas, democracia e racismo.

7. Wendy Curry conta mais sobre essa história neste texto: <http://www.bine-tusa.org/curriedspam.html#cbd>.

Apesar de se chamar "seminário" e se definir como um espaço que há participação acadêmica e de gestores governamentais que pensam políticas públicas para mulheres e/ou população LGBT, o texto chamado "História" no *blog* oficial do SENALESBI destaca sua "importância (...) para a afirmação do sujeito político lésbica" no Brasil e não esconde quais organizações políticas constroem tradicionalmente e contemporaneamente o espaço, tornando-o híbrido de encontro político e acadêmico. As cartas de resoluções publicadas após o encerramento dos encontros abordam múltiplas pautas, realizando análises sobre a conjuntura política no Brasil, se posicionando sobre temas diversos em relação a mulheres e/ou pessoas LGBT e demandas de mulheres lésbicas e bissexuais.

Tais cartas são expressões de consensos elaborados pelas participantes dos encontros e apenas dão pistas sobre divergências e problemas que possam ter ocorrido nos encontros. No 8º SENALESBI, além de uma carta de encerramento como de praxe, foi publicada uma "Carta da Juventude", produzida a partir do Grupo de Trabalho (GT) de Juventude, que narrou a existência de disparidades entre as ativistas históricas e as recém-chegadas e mais jovens, além de sentimentos de ausência de "acolhimento" por parte das mais velhas em relação às jovens no encontro. A "Carta da Juventude" faz alusão à existência de práticas discriminatórias contra as "jovens", que são caracterizadas no texto como lésbicas e mulheres bissexuais.

Eu possuía uma expectativa, antes de minha ida a campo, de que haveria uma forte interpenetração entre o grupo de mulheres bissexuais que se organizou no 8º SENALE e o grupo de mulheres que produziu a "Carta da Juventude". No entanto, nos relatos de campo, foi narrado que, embora Alyne e Pérola tenham se envolvido de diferentes formas com a movimentação das "jovens", esse não foi um processo de forte protagonismo bissexual. "Bissexualidade" e "juventude" são características que frequentemente se misturam discursivamente. Seja porque a juventude é localizada como um período de experimentações diversas, incluindo de práticas sexuais (HERDT; BOXER, 1995) ou porque a bissexualidade é comumente pensada como uma identidade transicional, típica da juventude (POLLAK, 1990. apud CARRARA; RAMOS, 2005). Como Zanetti (2011) discute em seu trabalho sobre organização de jovens feministas na cidade do Rio de Janeiro, "juventude" não é uma categoria estática

ou que corresponda literalmente a faixas etárias, mas sim relacional. No movimento feminista, a autora se referencia no trabalho de Pierre Bourdieu (1983) para apresentar a juventude como relacionada ao tempo de inserção em espaços políticos em geral e internamente aos grupos feministas. Nesse sentido, embora minhas interlocutoras e as outras mulheres bissexuais a que elas se referiram em entrevistas tenham passado dos simbólicos 25 anos localizados por Pollak como momento padrão de abandono da identidade e das práticas bissexuais - minhas interlocutoras tinham entre 25 e 35 anos, pode-se dizer que essas mulheres bissexuais são localizadas, junto com parte das lésbicas, como "jovens" no contexto do SENALE/SENALESBI por estarem há menos tempo organizadas naquele espaço político.

A "juventude" apareceu também como instrumento de legitimação e deslegitimação tanto na "Carta da Juventude", ao se localizarem como um grupo coeso que sofreu discriminação por parte das "mais velhas" do SENALE, quanto nas falas de minhas interlocutoras. Destaco uma passagem da entrevista de Alyne por considerá-la particularmente ilustrativa desta questão,

> Eu não participei diretamente da carta [da Juventude]. Mas tinha uma questão muito forte que é a questão geracional. Principalmente dentro desse encontro, que são de mulheres lésbicas que já estão no movimento há muito tempo, que são de redes conhecidas e tal. E que muitas vezes você só vê essas mulheres nesses espaços. Porque parece que elas já têm a vaga garantida. "Vai ter SENALE", "ah, Fulana vai, ah, Fulana, Fulana". (...) Só que a gente [jovens] queria muito mudar isso. Não é porque a gente tá chegando agora... E, inclusive, várias vezes a gente já ouviu isso "ah, não, você nem sabe o que tá acontecendo, você tá chegando agora". Mas não é porque a gente tá chegando agora que a gente não tenha força, que a gente não tenha histórico político, que a gente já carregue uma bagagem política e que a gente não entende nada de política. Que as pessoas, às vezes, as mais velhas veem a gente assim. Não tô dizendo todas, mas muitas [pensam] "cara, essa menina tá chegando agora no movimento e pá". (...) Eu cheguei agora no Rio, as pessoas não conheciam a minha militância aqui, aí as pessoas me olha como se eu tivesse entrado agora na militância. Aí eu [digo sempre] "gente,

> eu milito desde os catorze anos. O movimento nacional de lésbicas, de mulheres, já conheço". Já conheço, cara. Já conheço as artimanhas de tudinho, então não tenta me enganar não (...) Tá achando, assim, que eu sou bobinha, que "ah, novinha", não é porque eu sou novinha que eu não tenho bagagem política, né, velho? (Alyne)

As "jovens" provocariam disrupções na política do SENALE/SENALESBI por questionarem o poder estabelecido daquelas que estão há mais tempo organizando o seminário e as redes e coletivos políticos que fazem parte dele. Porém, sem renovação das fileiras militantes, qualquer movimento está fadado desaparecimento. Nesse sentido, os últimos SENALESBIs têm tido a complexa tarefa de promover a integração da "juventude", capaz de dar continuidade ao trabalho das "mais velhas". Parte desse trabalho é renovar a produção de memória coletiva, com, por exemplo, a realização de rodas de conversa e textos de formação política com esse fim.

No site oficial do SENALESBI, há um texto sem autoria definida e sem data, chamado "História", com agá maiúsculo. Considero esse texto a síntese dos debates realizados na última década de SENALEs/SENALESBIs e uma reformulação do mito fundador do SENALE, onde as mulheres bissexuais são incluídas como sujeito político. Neste parágrafo, analiso criticamente esse texto e, para tanto, me valho de excertos do original. O texto "História" descreve o SENALE como um "um espaço de interação político pedagógico nacional construído por Lésbicas e mulheres Bissexuais no Brasil" e a equação "lésbicas-e-bissexuais" aparece repetidas vezes ao longo do texto e "bissexual" desaparece sem maiores contextualizações em outros momentos. Por exemplo, o SENALE "reuniu lésbicas" em 1996, "mas se transformou no maior evento deliberativo de lésbicas e bissexuais" e, no último parágrafo do texto, o sujeito "mulher bissexual" desaparece das frases como alguém que teria importância política e histórica no SENALE. Considero esse "lusco-fusco" identitário uma perfeita exemplificação do lugar ambíguo ocupado pelas mulheres bissexuais no seminário, ora existindo como um apêndice narrativo, ora desaparecendo completamente.

Narrativas sobre a fundação e sua importância para as bissexuais

Para além de textos oficiais intitulados "História", essa pesquisa foi permeada pelo interesse em mapear os processos de negociação entre memórias individuais e a memória coletiva (Pollak, 1989) através dos discursos de minhas entrevistadas. Pedi a todas que me narrassem o que sabiam da fundação do SENALE, como descreveriam a importância do SENALE para a organização de lésbicas e de mulheres bissexuais no Brasil e se consideravam haver outros espaços políticos de importância igual ou similar. As respostas foram bastante significativas e optei aqui por apresentar a seguir os argumentos de cada uma delas.

Ao ser perguntada sobre como descreveria a fundação do SENALE, Virgínia a associou fortemente à XVII Conferência da ILGA, como uma condição para que o Brasil pudesse assumir uma cadeira na Secretaria de Lésbicas da entidade, destacando a importância do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ) em sua organização:

> Foi quando o COLERJ pegou essa tarefa na frente e, em 29 de agosto, fez esse primeiro Seminário Nacional de Lésbicas no Rio de Janeiro, com os grupos que tinham no Brasil e vieram, a gente descobriu que tinha muito. Veio o Nuances, que tinha um núcleo de lésbica em Porto Alegre, veio o GLB, que era um núcleo do GGB, veio as meninas de São Paulo. Aqui do Rio tinha o COLERJ, tinha a própria, o Movimento Dellas da Ione. Então, veio... Eu era do Setorial na época, né, o Núcleo de Gay do PT. Então veio mais de cem meninas. E aí a gente conseguiu fazer esse documento, registrar, mandar pra ILGA a tempo de o COLERJ entrar como primeiro núcleo de lésbica negra na ILGA. (Virgínia)

Sua descrição é a que mais se assemelha ao texto oficial provido pelo *site* do SENALE, marcando a importância de sua participação na construção da história oficial do seminário e o quanto esse espaço ocupou e ocupa um papel relevante em sua vida pessoal. Enfatizou

que havia um planejamento das organizadoras do SENALE em fazer com que as edições acontecessem em localidades onde o movimento de lésbicas era considerado incipiente ou necessitado de ajuda do movimento nacional, associando cada edição do SENALE com a ebulição de coletivos e ONGs de lésbicas nos estados onde estes haviam ocorrido.

Dos espaços de importância similar para as lésbicas e mulheres bissexuais, Virgínia focou sua análise na cidade do Rio de Janeiro, em espaços anteriores à existência do SENALE e que já não existem mais. Alguns dos espaços listados foram o Jornal Nós Por Exemplo; o Safe Bar, que ficava na Glória, onde aconteciam shows de drag, inclusive *drag kings*[8], e reuniões de movimentos sociais, como a fundação do Movimento Dellas; o grupo Atobá, que tinha o grupo Meninas do Rio, que era um espaço mais lúdico do que o Safe Bar, de acordo com ela.

Greta, que também é membra ativa da LBL e destacou a importância do SENALE como um espaço agregador das "redes autônomas" de lésbicas e bissexuais do Brasil, preferiu falar da criação do SENALE em termos mais amplos sobre os objetivos e necessidades gerais:

> Nasceu duma necessidade que é muito específica nossa, aqui do contexto brasileiro, e acho que talvez mundial, eu não sei, pensar global também, mas de ter espaços onde se falam de questões de mulheres com... Que não sejam hétero, né? Que não sejam especificamente lésbicas... E espaços de construção feminista, lésbico-feminista. Então ele nasce com essa necessidade de pensar as nossas questões e de fazer um enfrentamento a esse movimento, é, que

8. Destaco a passagem a seguir do artigo de Eliane Borges Berutti, "Drag kings: brincando com os gêneros" (2003), que discute a dificuldade de fixar a categoria drag king: "Escrito por Judith Halberstam e com fotos de Del LaGrace Volcano, The Drag King Book aponta, no primeiro capítulo, a dificuldade de conceituar o termo. Entre as inúmeras tentativas, cito a seguinte: 'um performer que transforma a masculinidade em seu show' (HALBERSTAM; VOLCANO, 1999, p. 36, tradução nossa). Este performer pode ser uma mulher heterossexual que assume uma persona masculina apenas para fazer o show, uma butch que encontra uma forma de expressar sua masculinidade, ou até mesmo um homem gay." (BERUTTI, 2003 p. 55)

> existe. Que até hoje é bem complicado, misógino, enfim, e que tem uma perspectiva muito diferente de, de atuação, que é o movimento LGBT brasileiro, então ele nasce com, com essa necessidade. Eu sei que partiu, isso muitas me contaram das que já tiveram nesses primeiros SENALEs, de que partiu duma vontade inclusive de lésbicas negras de construir esse espaço mais autônomo, mais reservado e mais fechado pras nossas próprias questões. (Greta)

Ananda, a única integrante da ABL que participou de minha pesquisa, localizou a fundação do SENALE em 2006, quando teria surgido a ABL. Enfatizou a importância do SENALE para a organização de outros coletivos de lésbicas e, em especial, de lésbicas e bissexuais negras, citando em sua fala organizações de mulheres lésbicas e bissexuais negras. Para ela, o SENALE é "a nossa instância máxima enquanto sociedade civil", localizando as Conferências Nacionais LGBT[9] como o único espaço nacional para essas mulheres com importância similar ao seminário.

Regina descreveu a importância do SENALE para as bissexuais por discutir as pautas em comum que lésbicas e bissexuais teriam, como "a invisibilidade que as relações afetivo-sexuais com mulheres têm na sociedade". Fez questão de destacar que considera o SENALE:

> Conquista *fundamental* do movimento lésbico, muito importante. Um espaço de articulação. O espaço de articulação que nós bissexuais não tivemos a oportunidade de ter na vida. E é oportunidade que não depende só do nosso trabalho, né? Porque o SENALE também (...) não dependeu apenas da luta das lésbicas. Dependeu de ter um reconhecimento do poder público e de quem apoiava financeiramente. A gente [bissexuais] não teve essa oportunidade. (Regina)

9. A tese de Silvia Aguião, "Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos 'LGBT' como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo" (2014), destaca-se como um trabalho contemporâneo cuidadoso e elaborado sobre movimento LGBT brasileiro e o papel das Conferências Nacionais LGBT. Ao longo da tese, há inclusive breves passagens contendo situações do campo etnográfico da autora onde são descritas cenas que retratam conflitos em torno da presença de bissexuais naquele espaço político.

Regina relatou em entrevista parte das iniciativas de organização de bissexuais em coletivos e redes políticas no começo dos anos 2000 das quais ela participou, salientando que não foi um sentimento espontâneo que fez com que esses ativistas bissexuais com os quais ela atuou politicamente se vissem organizados em coletivos e espaços de bissexuais, mas as constantes iniciativas de exclusão e apagamento que vivenciaram nos espaços LGBT. No encontro nacional da ABGLT os conflitos sobre a existência ou não de bissexuais organizados politicamente retornaram e os ativistas de São Paulo se articularam com outros indivíduos e núcleos de diferentes regiões do país para criar o CBB e lançar uma carta com suas demandas. Reproduzo a seguir, um trecho da entrevista realizada com Regina onde ela leu e comentou passagens dessa carta de fundação do Coletivo Brasileiro de Bissexuais (2005-2008):

> [lendo a carta] "Nós, ativistas de núcleos bissexuais, afiliados à ABGLT" porque era essa a linguagem que a gente tinha que dizer, 'tá? "Gostaríamos de ter reconhecido por essa entidade nacional nosso trabalho e organização política de homens e mulheres bissexuais. Queremos continuar atuando no sentido de fortalecer o movimento pelas liberdades de orientação sexual e de identidade de gênero como um todo". E a gente se colocava. A gente não dizia assim "a gente 'tá lutando pela gente". **A gente 'tá lutando por todos vocês, mas vocês vão nos reconhecer**. "Que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais juntos e juntas sejamos agentes de transformação do preconceito e do ódio em respeito e equidade. Afirmemos a diversidade que compõe o arco-íris do desejo e do amor humanos. Caminhemos juntos e juntas". **Então, a nossa linguagem era sempre essa, era sempre do "a gente não tá aqui pra lutar pela gente, mas a gente não quer se apagar"**. A gente tá aqui junto, a gente veio pra somar, a gente não veio pra dividir, mas a gente tá aqui, né? (Regina. Grifos meus)

Pérola narrou a criação do SENALE a partir do que aprendeu com o caderno de formação produzido pela Associação de Lésbicas

de Minas (ALEM)[10], chamado "28 anos de Ativismo", que leu com uma amiga. Correlacionou o processo organizacional brasileiro de luta por direitos sexuais com o de países como os EUA e países europeus, descrevendo-o assim:

> De nascimento de movimento de gays, as lésbicas muito dentro desse movimento gay. E aí elas conseguem pelo menos aparecer no desenvolvimento desse movimento, né? Com a coisa de gays e lésbicas. E aí eu entendo que o SENALE se encaixa nessas primeiras tentativas de dar mais visibilidade ao grupo de lésbicas e enfrentando o machismo presente no movimento gay. E nessa interação com os gays, né? (Pérola)

Para ela, assim como para Regina, o SENALE tem significados diferentes para as mulheres lésbicas e as bissexuais. Localiza o seminário como importante para "dar direção pro movimento de lésbicas no Brasil". No que tange às bissexuais, considera que, apesar de ser um espaço importante para

> (...) avaliação, reavaliação e de teste das estratégias de luta em conjunto com as lésbicas, mas eu acho muito problemático quando essa é a única estratégia de fortalecimento do movimento e da pauta. É que me incomoda desde 2014, que eu acho que agora tá melhorando porque tem um pronunciamento. Eu vejo um pronunciamento mais forte do movimento bi. Mas eu gostaria que fosse menos dependente, né, de... Dessas outras vias de lésbicas e de gays. Então eu acho que é importante, mas ele não deveria ser o principal, a princípio. (Pérola)

Alyne está atualmente organizada na LBL, depois de ter passado pelo coletivo Tambores de Safo quando morava em Fortaleza. Descreveu a criação do SENALE de forma ampla, enfatizando sua importância para que as ativistas autônomas pudessem participar do movimento de forma mais democrática. Para ela, a importância atual

10. Criada em 1998, após o SENALE ocorrido em Betim (MG). A ALEM é uma rede de lésbicas do estado de Minas Gerais, que se articula nacionalmente om o SENALE. Não possui site oficial e, em fevereiro de 2018, foi profundamente difícil encontrar mais informações sobre a rede online.

do SENALESBI para lésbicas e bissexuais está em ser um espaço onde se reúnem coletivos e organizações de todo o Brasil, podendo sintetizar suas pautas políticas e implementar em suas localidades de origem as deliberações do SENALE. Alyne considera as Conferências Nacionais LGBT e as Paradas LGBT como espaços importantes para lésbicas e bissexuais, mas que "não nos contemplam", inclusive mencionando que o coletivo Tambores de Safo teria sido criado para demarcar o espaço de mulheres lésbicas e bissexuais na Parada LGBT de Fortaleza, onde não haveria um trio elétrico nem espaço político para suas demandas. Nesse sentido, o SENALESBI seria único por ser apenas sobre mulheres lésbicas e bissexuais.

Fernanda aprendeu sobre a criação do SENALE em uma atividade de formação do 9° SENALESBI (2016) e, após descrever de forma sucinta a criação de uma forma bastante parecida com o texto oficial do site do SENALESBI, dedicou sua resposta à minha pergunta a refletir sobre o lugar das bissexuais no SENALE, enfatizando a presença de mulheres que se identificavam como bissexuais em suas vidas pessoais "desde o primeiro momento", sem tornar a bissexualidade uma pauta com demandas políticas específicas. Atribuiu ao SENALE/SENALESBI o papel de principal espaço de articulação do movimento de "lésbicas" e de "lésbicas e bissexuais"[11] do Brasil, localizando as Conferências Nacionais LGBT como espaços igualmente relevantes de articulação, porém onde "de concreto a gente não alcança nada nelas". Fernanda enfatizou também a importância estratégica de inserção da discussão sobre "bifobia" no seminário e do combate interno ao apagamento da bissexualidade e à descriminação contra bissexuais, uma vez que ela identifica que "esse movimento que se faz de lésbicas e bissexuais a todo o momento tá trazendo outras mulheres bissexuais pra compor".

Diversas ONGs e coletivos locais e regionais participaram e ainda participam da composição política dos SENALEs e SENALESBIs, descritas com riqueza e detalhes na tese de Guilherme Almeida (2005) e no livro de Facchini e Simões (2009). Nas páginas a seguir, me dedico a caracterizar algumas das principais organizações na

11. Mantenho a aparente repetição entre "lésbicas" e "lésbicas e bissexuais" de propósito, utilizando o jogo de palavras realizado por Fernanda, para evidenciar que o sujeito político "mulher bissexual" só faz sentido nos Senales/Senalesbis em uma relação dual com o sujeito "lésbicas".

estruturação do sujeito político "mulher bissexual" e nas disputas acerca do lugar das bissexuais e da bissexualidade no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais. Outras organizações e articulações foram mencionadas, seja porque minhas interlocutoras fizeram parte destas em algum período de suas trajetórias militantes ou ainda estão integradas em alguma delas. No entanto, não me dedico nesse trabalho a fazer um estudo amplo das organizações de movimento de lésbicas no Brasil nem um estudo em profundidade de todas as organizações de bissexuais locais que estão emergindo no país – ambos os aspectos dariam teses completas, diferentes de meu objeto de estudo.

O lugar da LBL na organização de bissexuais

"Quem não foi da LBL?", Fernanda me perguntou com uma risada, ao narrar sua trajetória de participação em movimentos sociais. Essa frase, embora não deva ser tomada como verdade absoluta acerca das atrizes na cena lésbica e bissexual brasileira, contém em si um dado de realidade sobre os últimos quinze anos de movimento. A Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (LBL) já foi objeto de pesquisas[12] e, atualmente, é uma das principais articulações na organização do Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais.

Fundada no Fórum Social Mundial de 2003, a LBL é descrita por Selem (2007) como uma alternativa à ABGLT para as lésbicas em seu cuidadoso artigo sobre a Liga, "A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbicas". O ponto do separatismo das lésbicas estaria, de acordo com Selem (2007), no fato de que muitas lésbicas participantes do movimento LGBT à época "não se sentiam representadas pelos discursos dos grupos mistos pela livre expressão sexual por acreditarem que estes invisibilizavam as questões referentes à desqualificação das

12. O trabalho mais abrangente sobre a Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais permanece a dissertação de mestrado de Maria Célia Orlato Selem, "A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica" (2007).

mulheres nas sociedades androcêntricas e seus desdobramentos." (SELEM, 2007). As entrevistadas de Selem descreveram também dificuldades em se inserirem no movimento feminista, uma vez que não haveria espaço no feminismo para discutir questões concernentes à lesbianidade.

Guilherme Almeida (2005) associa a criação da LBL com a existência do SENALE, como parte de:

> "(...) um desejo de autonomia com relação aos movimentos gay e feminista, expresso inclusive na criação de uma data própria de celebração da visibilidade (ou seria orgulho?) lésbica, não obstante o fato de que permaneçam participando de alguns dos fóruns comuns aos outros dois movimentos" (ALMEIDA, 2005: p. 59-60)

Dentre os documentos de seu acervo pessoal que Regina disponibilizou para essa pesquisa, há um relatório produzido por ela em 2004 para a Associação da Parada LGBT-SP acerca das atividades do Espaço B. Nele, encontramos informação segundo a qual, no I Encontro da LBL-SE em 2004, militantes bissexuais, ao reivindicarem essa identidade, foram impedidas de participar do evento. Esse conflito foi levado a espaços nacionais da Liga e foi quando apareceu a primeira indicação de discutirem aprofundadamente a participação ou não de mulheres bissexuais na articulação. Há ainda a compilação de uma fala feita por Regina para o encontro nacional da LBL em 2004 sobre a inserção de bissexuais e mulheres transgêneras que tivessem relações com outras mulheres.

Nessa apresentação, Regina defende a inserção de mulheres bissexuais e mulheres transgêneras na LBL sob a perspectiva de alargar o sujeito político que se mobilizaria acerca da lesbianidade. Dentro de sua perspectiva de não criar um "gueto bissexual" (em suas palavras) apartado do resto do movimento LGBT, Regina argumentou que a LBL deveria ser mais do que aquelas que adotavam "lésbica" como sua identidade pessoal, permitindo-se incluir todas as mulheres que tivessem experiências sexuais e afetivas com outras mulheres.

A existência de tal debate desde praticamente a fundação da LBL, no começo dos anos 2000, situa a presença de mulheres bissexuais como sujeitos políticos que fizeram diversas reivindicações desde a emergência de um movimento de lésbicas separado do movimento

LGBT em geral. Nesse sentido, a mudança de nome do SENALE em 2010 e a mudança da sigla em 2014 podem ser vistas como soluções contemporâneas a uma questão em aberto há quase vinte anos.

Algumas ativistas do começo do século XXI, como Regina, possuíam um olhar de estranhamento em relação às identidades sexuais, situando-as como instrumentos importantes para a política, mas potencialmente perigosas ao serem capazes de engessar a pluralidade de experiências individuais ou limitar a atuação dos movimentos. As reivindicações das mulheres que se identificavam como bissexuais naquele contexto se concentravam mais em questões internas ao movimento, como a possibilidade de participar de espaços junto com mulheres lésbicas para discutir relações entre mulheres e as implicações de gênero na violência homofóbica. Questões ligadas ao reconhecimento e ao respeito pelas mulheres que se identificavam como bissexuais, como não associá-las à transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e a interpretação de que não estariam "fora do armário" "de verdade", também eram importantes.

Após mais de dez anos de movimento, o lugar das mulheres bissexuais e da bissexualidade no movimento LGBT em geral e nos espaços conjuntos com lésbicas em específico, ainda se coloca como uma questão em aberto. A LBL pode ser identificada como a organização que mais assumiu esse conflito de forma pública em suas contradições e limitações. Nesse sentido, a LBL e suas membras acabam ocupando um espaço extremamente conflitivo dentro do movimento de lésbicas e bissexuais. Por um lado, as mulheres bissexuais que participam ou participaram da LBL narram situações internas de violência simbólica e apagamento, nas quais o espaço para elaborar sobre as pautas que diriam respeito especificamente a mulheres bissexuais seria mais formal do que efetivo. Por outro, ativistas lésbicas autônomas, de outras organizações e até mesmo membras da LBL apontam pressões sofridas por assumirem uma pretensa postura de priorização das bissexuais em detrimento das lésbicas, como aparece na fala de Greta:

> (...) a gente [LBL] ouviu muito "ah, as lésbicas estão oprimindo as bissexuais", "ah, é um espaço só de bifobia, é um espaço...". Ao mesmo tempo em que a gente ouviu de várias lésbicas dizendo "vocês estão apoiando a mudança do nome", "vocês deram a rasteirada na mudança do

> nome", ou seja, a gente fica meio, né? Algumas, eu me incluo aí, meio no limbo. (Greta)

Poderíamos utilizar os relatórios finais dos SENALE como instrumentos para essa reflexão. Pois, se à primeira vista, eles passam a impressão de encontros onde as divergências foram ocorrências pontuais e as decisões foram tomadas de forma harmônica e "civilizada", ao deixarem de fora os atritos e as concessões necessárias à produção do consenso, eles poderiam ser considerados exemplos vivos de um processo político onde a progressiva construção de acordos não exclui os conflitos, que se reatualizam no processo. Como Greta ressaltou,

> Apesar de todas as divergências e conflitos, eu acho que conflito não necessariamente ele é ruim. A disputa política e identitária não necessariamente ela é ruim, ela é ruim quando você esvazia e aí você fica na briguinha da hierarquia de opressão, né? (Greta)

Movimentações bi: Aqueles que vieram antes

A entrevista com Regina desenhou um retrato da emergência da bissexualidade como uma identidade política no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000. Trajetória acadêmica e de ativismo se misturam de maneira singular em seus relatos. Os textos escritos pelo Coletivo Brasileiro de Bissexuais e o Espaço B que ela me disponibilizou e sobre os quais conversou comigo em entrevista trazem as marcas de reflexões teóricas que influenciavam as elaborações políticas dos ativistas bissexuais, que iam de citações ao Subcomandante Marcos, líder do movimento Zapatista, à filósofa Judith Butler. A preocupação desses ativistas centrava-se muito mais em desconstruir preconceitos acerca da bissexualidade presentes em espaços partilhados com gays e lésbicas e ter sua participação como bissexuais reconhecida junto ao movimento LGBT do que em criar espaços exclusivos de bissexuais. As discussões que provocaram em diversos coletivos e esferas de mobilização da vida social pavimentaram muitos dos debates e concepções que existem hoje acerca de bissexuais e bissexualidade.

> E a gente se colocava. A gente não dizia assim "a gente tá lutando pela gente". A gente tá lutando por todos vocês, mas vocês vão nos reconhecer. (...) Então, a nossa linguagem era sempre essa, era sempre do "a gente não tá aqui pra lutar pela gente, mas a gente não quer se apagar". A gente tá aqui junto, a gente veio pra somar, a gente não veio pra dividir, mas a gente tá aqui. (Regina)

O Espaço B, fortemente impulsionado, entre outros, por Regina, não era e nem se pretendia ser um espaço exclusivo de bissexuais, mas sim um espaço para falar da bissexualidade e de vivências fora da heteronormatividade. Regina, em entrevista, expressou de forma veemente e constante a preocupação de "não criar uma nova caixinha" a partir da bissexualidade, como ela sentia que eram outras identidades sexuais. O Espaço B, que existiu entre 2004 e 2008, funcionava como um espaço de formação política acerca da bissexualidade e de acolhimento de pessoas que participavam ou não de movimentos LGBT em São Paulo. A proposta era desfazer preconceitos sobre bissexuais e bissexualidade e produzir pautas políticas para os movimentos sociais. No relatório de atividades a que tive acesso, produzido em 2004, e na entrevista com Regina, fica destacada a importância desse espaço para possibilitar discussões sobre bissexualidade em coletivos e ONGs do movimento LGBT e em pautar a bissexualidade nos Encontros Paulistas GLBT e nos Encontros Brasileiros GLT.

O Espaço B não foi o único espaço de articulação que existiu naquele período com proposta similar. Regina destacou em sua entrevista alguns ativistas que impulsionaram iniciativas semelhantes ao Espaço B ou que pautavam isolados a bissexualidade em outros coletivos políticos. O disparador dessas movimentações teria sido a deliberação no XI Encontro Brasileiro GLT (ocorrido em São Paulo, em 2003) pela exclusão do termo "bissexuais" sob a argumentação de que "bissexuais" não seriam um segmento organizado e visível de fato como identidade. Diante disso, esses ativistas listados por ela, entre outros, se uniram para criar uma lista de e-mails chamada "Rede B", onde trocavam experiências políticas e produziam formulações.

Embora tais iniciativas não tenham criado raízes em si mesmas na memória coletiva do movimento LGBT contemporâneo, considero que o trabalho desse grupo de ativistas no começo deste século

foi fundamental para pavimentar o caminho daquelas e daqueles que vieram depois. As demandas de bissexuais sofreram poucas alterações de lá para cá, assim como o apagamento que experimentam nos movimentos LGBT. Para as *bi* com quem tive contato em meu campo, identifiquei em suas falas muitas vezes ecos das trajetórias desses primeiros ativistas brasileiros que se organizaram a partir da bissexualidade como uma identidade política.

Bi-Sides

O grupo fechado do Facebook "Bi-Sides" funciona como fórum de debate, espaço de acolhimento e por vezes polo de mobilização para 4106 pessoas[13] que se identificam com identidades dentro do guarda-chuva bissexual e com as mais diferentes identidades de gênero. Os administradores do grupo também gerenciam uma página de Facebook homônima, *curtida* por 4698 pessoas[14], e há um grupo fechado menor, de 188 pessoas[15], chamado "Coletivo Bi-Sides", que congrega apenas aquelas e aqueles que se organizam politicamente em torno da bissexualidade. Esse grupo é menos ativo em publicações e debates do que o grupo amplo de bissexuais.

Os membros do Coletivo Bi-Sides mantêm um site, atualização do blog original fundado em 2009 por Daniela Furtado, que tinha inicialmente o intuito de traduzir material internacional sobre bissexuais e bissexualidade. Daniela iniciou o *blog* sozinha, de acordo com ela[16], pois não conhecia nenhuma outra pessoa *bi* no Brasil e nem tinha inserção no movimento LGBT. Na Caminhada Lésbica e Bissexual de São Paulo, em 2010, conheceu Natasha Avital, após fazer uma fala sobre bissexualidade no carro de som. No mesmo dia, conheceu Regina, que também estava na Caminhada, e atuou brevemente como colaboradora do coletivo, em uma atividade que organizaram em São Carlos. Pouco depois Alex Tso se incorporou ao

13. Números de junho de 2018.

14. Idem.

15. Idem.

16. Em conversas que tivemos online no começo de 2018, visto que Daniela reside atualmente na Argentina.

grupo e ele, Natasha e Daniela, passaram a atuar de forma coletiva no blog e, posteriormente, no grupo do Facebook. Sua atuação presencial se concentra na cidade de São Paulo e cidades próximas, como Campinas e São Carlos. Tradicionalmente, membros do Bi-Sides vão aos eventos públicos LGBT da cidade de São Paulo em grupos, por vezes de duas ou três pessoas, levando a bandeira azul, roxa e rosa, do orgulho bissexual. Em 2018, participaram da organização de um grupo na Parada LGBT, chamado "Bloco Bi-Pan-Poli" (do qual eu participei em meu lugar híbrido de sujeito, ativista e pesquisadora), que marchou à frente do carro da ONG Mães Pela Igualdade e, dentro do cordão de isolamento providenciado e gerenciado por seus ativistas, o Bloco chegou a ter dezenas de pessoas sob bandeiras bissexuais, cartazes e diversos outros elementos (como o uso de balões de unicórnios).

Todas as mulheres bissexuais que participaram dessa pesquisa estão no grupo virtual do Bi-Sides e atribuem ao grupo um papel importante na formação política de militantes e ativistas bissexuais, como elas mesmas. Foi no grupo amplo do Bi-Sides que algumas de minhas interlocutoras bissexuais encontraram outras pessoas bissexuais interessadas em organizar atividades referentes ao Mês da Visibilidade Bissexual, setembro, no ano de 2017. Logo após minha entrevista com Alyne, ficamos sentadas na laje de sua casa conversando sobre como seria legal se houvesse alguma atividade naquele setembro que se aproximava.

Alyne então publicou um anúncio no mesmo dia no grupo Bi-Sides convocando pessoas da cidade do Rio de Janeiro e arredores para organizarem atividades de visibilidade. O resultado foi um grupo no WhatsApp com aproximadamente trinta pessoas de diferentes idades, perfis e localidades, que organizou uma roda de conversa na Cinelândia, para a qual fui convidada a fazer parte como *facilitadora*. Apesar de a roda de conversa não ser sobre bissexualidade feminina, apenas mulheres estavam à frente da organização e apenas mulheres fizeram falas como convidadas no dia do evento. Ironicamente, no dia de setembro em que estava marcada para acontecer a atividade sobre bissexualidade, foram agendadas mobilizações nacionais do movimento LGBT como um todo contra uma liminar da Justiça Federal do Distrito Federal que autorizava psicólogos a tratarem a homossexualidade e a bissexualidade como distúrbios, realizando as

chamadas “terapias de reversão sexual”, apelidadas popularmente de “cura gay”[17]. Como se fosse uma (re)encenação da história, as/os bissexuais consideraram que era melhor que sua reunião acontecesse logo após o ato, que se usasse o carro de som da manifestação para divulgar a atividade e que todos aqueles que estavam se programando para ir à atividade sobre bissexualidade fossem antes à manifestação do movimento LGBT.

A roda de conversa aconteceu em um canto da Cinelândia, as pessoas sentaram-se em alguns bancos de praça, canteiros de plantas e em cangas e bandeiras no chão. Aproximadamente vinte pessoas se encontravam no espaço. Em sua maioria, eram rostos jovens, entre vinte e trinta e poucos anos, mulheres e pessoas brancas. Havia a presença de mulheres negras, algumas mulheres com 40 anos ou mais e homens jovens, brancos e negros. Muitas também tinham relações com espaços acadêmicos, algumas relataram que – como eu – foram buscar em pesquisas no campo de estudos de gênero e sexualidade caminhos para questões com as quais se defrontavam em seu cotidiano como bissexuais.

Enquanto conversávamos sobre quais seriam as nossas pautas e o que gostaríamos que acontecesse com aquele grupo de bissexuais dali em diante, o barulho das batucadas no fim do ato e das falas no carro de som permaneciam. Dentre as falas, apareciam principalmente dois perfis: pessoas organizadas em coletivos políticos, como a LBL e o RUA-Juventude Anticapitalista, e pessoas cujo contato com a organização política girava principalmente em torno do Bi-Sides e que viam naquele espaço uma possibilidade de criar algo centrado na bissexualidade. Os temas discutidos na roda foram a escassez de pesquisas no Brasil sobre bissexuais e bissexualidade, relatos de experiência enquanto bissexuais e “saúde mental”, por exemplo.

A partir de setembro de 2016, houve um ascenso de atividades pelo Brasil por conta do Mês da Visibilidade Bissexual. Algumas de minhas entrevistadas atribuíram ao 9° SENALESBI, em Teresina, a

17. Para mais sobre a manifestação ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, é possível consultar jornais do período, com matérias similares a esta do G1: “Ato contra a Cura Gay interdita as ruas do Centro do Rio: manifestação começou às 17h na Alerj e percorreu outras vias da região”, disponível em <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/ato-contra-a-cura-gay-interdita-ruas-do-centro-do-rio.ghtml> (acesso em abril de 2018).

vontade de realizarem atividades em seus estados. Algumas dessas atividades foram rodas pontuais como essa de que participei no Rio de Janeiro, outras, como a Primavera Bissexual em São Paulo, que surgiu em 2016, se estenderam pelo mês. O Coletivo Primavera Bissexual organizou em 23 de setembro de 2017 a 1ª Caminhada do Orgulho e Visibilidade Bissexual, além de debates e atividades lúdicas como um piquenique.

Foi-me informado por Pérola que um coletivo de pessoas bissexuais havia começado a se reunir em setembro de 2017 em sua cidade. Pérola esteve em suas reuniões e me contou sobre a organização de eventos de Visibilidade Bissexual naquele setembro. Não é um coletivo exclusivo para mulheres, podendo participar dele qualquer pessoa que identifique sua orientação sexual com um termo dentro do "guarda-chuva bissexual". O surgimento do coletivo foi narrado como uma felicidade para Pérola, que declarou em entrevista estar há muito tempo esperando "(...) não passivamente, uma condição sócio-histórica mais favorável pra criação do movimento [de bissexuais]".

Coletivo BIL

A partir da saída de Fernanda da LBL, em junho de 2013, foi fundado em Ipatinga, Vale do Aço de Minas Gerais, o Coletivo de Mulheres Bissexuais e Lésbicas, Coletivo BIL. A inversão da ordem clássica de "lésbicas e bissexuais" para "bissexuais e lésbicas" foi proposital, como forma de demarcar que, naquele coletivo, as bissexuais e a bissexualidade não seriam um adendo à existência e às pautas das mulheres lésbicas. Segundo relatou, já havia participado de Conferências Nacionais LGBT e era reconhecida por quadros técnicos da Secretaria Nacional de Políticas Para Mulheres (SPM), além de ter contato com figuras de destaque da LBL, no mesmo ano de sua fundação, o Coletivo BIL foi convidado a participar de uma oficina de atenção à saúde integral de mulheres lésbicas e bissexuais organizada pela Secretaria e, pouco depois, da Comissão Organizadora do 8º SENALE (2014). Fernanda e o Coletivo se retiraram da Comissão Organizadora durante a preparação para o 8º SENALE, diante da percepção de que não haveria espaço no evento para debates sobre a bissexualidade. Segundo ela,

> A gente saiu, num determinado momento, dessa organização do seminário. E também, como eu já tinha conhecido o Bi-Sides, enfim, eu tive acesso àquela "Carta a uma amiga bissexual", que a Regina Facchini e outras companheiras tinham feito no seminário anterior. A única referência que eu tinha mais concreta acerca da pauta da bissexualidade no SENALE era essa, essa carta que eu tinha lido. E da minha experiência também no movimento que se faz, de lésbicas e bissexuais, que sempre foi de muito apagamento. Não necessariamente muita violência, mas muito apagamento. (Fernanda)

A pedido de integrantes da LBL do Rio Grande do Sul, que estavam à frente da organização do 8° SENALE, o Coletivo BIL retornou à Comissão Organizadora durante o SENALE. O pedido da LBL-RS se deu porque algumas das ONGs e coletivos que haviam se comprometido a participar dessa tarefa organizativa não foram ao SENALE ou foram com menos pessoas do que o necessário. A relação do Coletivo BIL com o SENALESBI continua próxima e conflituosa, especialmente após Fernanda ter ocupado um papel de destaque na alteração da sigla do seminário e ter continuado a se posicionar de forma pública e incisiva pela visibilização da participação de bissexuais e na denúncia de situações de bifobia ocorridas naquele seminário e no próximo.

Talvez essa "condição sócio-histórica" de que Pérola falou tenha chegado, talvez o momento em que vivemos seja pontual. O que fica explícito, em minha percepção, é que as bissexuais estão progressivamente se articulando e provocando mudanças nos espaços políticos que ocupam, como, no exemplo central dessa dissertação, alterar o nome e a sigla do que até então era "o maior encontro de lésbicas do Brasil" e tornando-o formalmente um espaço para mulheres bissexuais também. No trecho a seguir, me debruçarei sobre o processo de mudança SENALE-SENALESBI e as tensões e os desconfortos relatados por minhas interlocutoras.

BISSEXXUAIS PROVOCAM MUDANÇAS

Em entrevista, Greta, ao me contar sobre as expectativas das mulheres bissexuais que ela conheceu no movimento feminista e LGBT, mencionou a seguinte expressão: "eu já ouvi de pessoas diferentes dizer 'a gente não quer só tá dentro do livro, a gente quer tá na capa do livro também'" (Greta). Neste trecho, discuto as demandas das mulheres bissexuais que participaram do processo de mudança de nome e da sigla do SENALE/SENALESBI e a forma como elas lutaram para, nas palavras de Regina, poder passar a falar de si mesmas.

Carta a uma amiga bissexual

Produzida em maio de 2010 pelas mãos de Tatiana Maurano, Fabiana Karine de Jesus[18] e Regina Facchini, a "Carta a uma amiga bissexual" apresenta algumas impressões sobre o 7° SENALE, em forma de texto curto e informal. Tatiana – que à época fazia parte da ONG CASVI[19] - esteve presente no 7º SENALE e, ao fim dele, entrou em contato com Regina e Fabiana para relatar suas percepções sobre o evento. As três decidiram, então, transformar seu diálogo em carta pública, com fins de divulgar os problemas que identificavam na participação de mulheres bissexuais no movimento com lésbicas, em específico, e LGBT em geral.

---

18. Ativista carioca feminista e da saúde, que já foi inclusive objeto de homenagem na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, em 2011, através de uma Moção de Louvor e Reconhecimento (MOÇÃO Nº 29926/2011) solicitada pela vereadora Tania Bastos (Partido Republicano Brasileiro - PRB) por sua atuação no Fórum de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, realizada na III Conferência Municipal das Mulheres do Rio de Janeiro, em agosto de 2011.

19. A Organização Não Governamental Centro de Apoio e Solidariedade à Vida define-se em seu site oficial como "(...) [uma ONG] de direitos humanos com enfoque na sexualidade, fundada em 1992, inicialmente com o objetivo de prestar assistência os portadores do vírus HIV (sintomáticos e não sintomáticos), disponibilizando distribuição de cestas básicas, assistência psicossocial e jurídica quando demandadas, e realização de atividades de integração entre os seus associados". Disponível em <http://www.corais.org/casvi/>.

A carta é um retrato poderoso de diversas construções sobre "a bissexual". O texto descreve cenas como "Ver pessoas até engasgar na hora de falar 'bissexualidade' ou falando simplesmente *pro forma* e quando levanto para falar, vem aquele sentimento de alguém falando: 'lá vem aquela de novo dizer que é bissexual'". Alguns desses aspectos são narrativas de sentimentos de isolamento, apagamento e solidão. As autoras falam também da contradição percebida entre identificar as bissexuais como um "hospedeiro da aids", que a transmitiria para as lésbicas, mas não se pesquisar a "saúde de bissexuais". No texto, elas definem a bissexualidade como "um nome que damos para a nossa incapacidade de nos sentirmos confortáveis na distinção entre heterossexualidade e homossexualidade". Na Carta, a alteração do nome do SENALE para Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais é mencionada brevemente, sob uma perspectiva crítica, caracterizando essa alteração como algo "meio perverso", já que não haveria um espaço real para a discussão sobre pautas referentes a bissexuais e bissexualidade.

Considero esse um documento muito importante na construção da memória sobre a participação de mulheres bissexuais não apenas no SENALE/SENALESBI, mas no movimento LGBT e feminista como um todo. É um dos textos que mostra a persistência ao longo dos anos das demandas de mulheres bissexuais no SENALE e o quão pouco esses conflitos se modificaram desde então.

SENALESBI: LÉSBICAS-E-BISSEXUAIS EM FOCO

Em 2014 o SENALE mudou sua sigla para SENALESBI. No entanto, o seminário mudou de nome em 2010 para "Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais". Como é possível perceber lendo o seu Caderno de Resoluções, essa mudança não foi originalmente incorporada pelas organizadoras do evento de 2014, que tiveram de alterar a arte referente ao nome do Seminário e a temática dele na capa do Caderno, mantendo a versão original na folha de rosto, logo abaixo da lista com os nomes das organizadoras e os coletivos políticos a que são filiadas. A temática original do encontro era "LESBIANIDADES E FEMINISMOS: Enfrentando o machismo, o racismo e a lesbofobia" (a caixa alta estava presente no

material original e foi mantida aqui por fidelidade à fonte), sendo transformado em "Lesbianidades, bissexualidades e feminismos: Enfrentando o Machismo, o Racismo, a Lesbofobia, a Bifobia e a Transfobia".

A menção à mudança do nome do seminário na "Carta de Porto Velho" (2010) é sumária e não nos fornece nenhuma pista de como e quem a provocou. Na maior parte das entrevistas e dos relatos encontrados no campo sobre o SENALE/SENALESBI, também não se marca 2010 como o momento da mudança, mesmo entre aquelas que estavam presentes no SENALE de Porto Velho. Dentre as minhas interlocutoras que estiveram no 7° SENALE (2010), Alyne descreve sua participação nele como isolada de outras bissexuais, cujo reconhecimento acontecia pontualmente em diálogos informais fora de espaços políticos do seminário. Greta se refere à participação das bissexuais no SENALE de Porto Velho como "não tão organizada" quanto os dois SENALESBIs seguintes e não menciona em sua entrevista a mudança no nome do SENALE. Para Virgínia, foi neste SENALE em que ela começou a notar mulheres bissexuais se identificando politicamente como tal, não fazendo nenhuma referência à inclusão de "e Mulheres Bissexuais" logo após "Seminário Nacional de Lésbicas". Não encontrei pistas de quem se organizou para realizar essa mudança ou como foi esse processo. O não-dito também é uma forma de discurso. Em seu trabalho "Memória, esquecimento e silêncio", Pollak (1989) define os "não-ditos" como zonas de sombra da memória coletiva, entre o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente.

O ano de 2010 precede imediatamente o período de reorganização que o feminismo viveu no Brasil e no mundo nos últimos anos, com a inserção de mulheres jovens, de universitárias, de bissexuais (que podem ou não compartilhar essas características). De todo modo, como quer que tenha sido feita essa mudança, não apenas ela não criou raízes na memória e no imaginário das bissexuais que propuseram a alteração da sigla em 2014 como não gerou impacto na organização do SENALE de Porto Alegre, que não previa nenhuma discussão sobre bissexualidade e bissexuais.

Esse apagamento inicial da pauta do 8° SENALE (2014) acerca da bissexualidade não se deu sem conflito, conforme apreendido em minhas entrevistas. O Coletivo BIL foi convidado para integrar a

comissão organizadora do 8° SENALE e a representante escolhida para participar do processo foi Fernanda, que se identifica como bissexual. No entanto, como já relatado, ela e o Coletivo BIL se retiraram da organização antes da realização do seminário por não sentirem que havia espaço para tratar, de fato, do tema da bissexualidade. Em seguida, diante do pedido de ajuda de integrantes da LBL-RS para Fernanda, que alegaram a ausência no 8º SENALE de diversas organizações políticas que integravam a Comissão Organizadora, Fernanda, representando o BIL, se reincorporou à Comissão Organizadora no primeiro dia do seminário.

As memórias individuais de minhas interlocutoras sobre o SENALESBI de Porto Alegre (2014) e o de Teresina (2016) reforçam a versão oficial relativa ao ascenso da participação e da organização de mulheres bissexuais nestes. As "rachaduras" na incorporação da memória coletiva apareceram principalmente quando pedi para narrarem o que sabiam ou lembravam do Grupo de Trabalho de Bissexualidade e a Plenária Final do SENALESBI de Porto Alegre. O papel das jovens nos dois SENALESBIs foi enfatizado em todas as minhas entrevistas de formas diferentes. Uma das marcas da presença jovem no 8° SENALESBI inclusive na organização do evento foi a estratégia diferente de hospedagem das participantes do encontro. Conforme descrito no Relatório de Atividades produzido pelas organizadoras e por minhas interlocutoras que participaram dessa tarefa em 2014, os SENALEs anteriores disponibilizavam vagas em hotéis e nas casas de ativistas lésbicas da cidade onde o encontro fosse sediado. Em 2014, no entanto, as organizadoras disponibilizaram um ginásio onde foi realizado um esquema de acantonamento para aquelas que trouxeram barracas e colchões. Com isso, o número de mulheres que moravam em outras cidades do Rio Grande do Sul e que participaram informalmente dos espaços daquele SENALESBI aumentou em relação aos anteriores.

A participação de Alyne no SENALESBI de Porto Alegre foi muito marcada pela questão da juventude, unindo tanto lésbicas quanto bissexuais, especialmente em relação a uma situação que foi identificada por elas como assédio sexual. Em um momento recreativo, um grupo de mulheres, formado principalmente por jovens, iniciou uma brincadeira que envolvia as perdedoras tirarem peças de roupa. Nisso, uma mulher mais velha e respeitada no movimento, com cargo

governamental, começou a tirar fotos das participantes seminuas sem o consentimento delas e se recusou a apagar as fotos quando solicitada. A traição das expectativas de um lugar seguro, uma vez retirada a presença dos homens e sendo um encontro com raízes no feminismo, aparece explícita em uma frase dita por ela na entrevista: "Só que a gente tá num espaço de mulheres, a gente tá num espaço político e tal, a gente nunca pensou que, naquele espaço, ia haver uma violência daquelas" (Alyne). A ideia de que mulheres não são "naturalmente" agentes violentos, seja em violência doméstica, física, sexual, é amplamente difundida nos movimentos feministas das mais diversas correntes. Confrontadas com a violência perpetrada por outra mulher, uma que elas identificavam como "representante do Estado", as jovens se reuniram para realizar um "escracho"[20] na plenária final do SENALE e para produzir a Carta da Juventude. Alyne, no entanto, não participou da redação da Carta. O "escracho" consistiu de as jovens levarem para a plenária final cartazes contra o assédio sexual e tirarem suas blusas, ficando apenas de sutiã ou com os seios nus. Pérola se recorda dessa manifestação na plenária final, tendo retirado também a sua blusa e ficado apenas de sutiã. No entanto, apesar de declarar ter participado da revisão final da Carta da Juventude e de localizar essa manifestação como parte de um conflito geracional dentro do SENALE, Pérola descreveu a plenária final como confusa, "muita coisa junto" (Pérola).

O que coesionou as bissexuais como um grupamento político dentro do SENALE teria sido uma carta lida por Fernanda em uma plenária do segundo dia do encontro. Esse fato foi mencionado pela própria e por outras entrevistadas (que se referiram a ela pelo nome ou como "a moça do Coletivo BIL"). A carta, que falava do apagamento da bissexualidade nos espaços do movimento LGBT e da importância da luta em conjunto das bissexuais com as lésbicas, foi escrita por uma amiga de Fernanda, também bissexual, que não pudera ir ao encontro. Ananda se referiu a essa carta como o primeiro

20. Forma de manifestação política comum no movimento feminista jovem, onde se promove o constrangimento público de alguém ou alguma instituição. Para mais, ver o artigo de Carla Gomes e Bila Sorj (2014) sobre a Marcha das Vadias e a dissertação de mestrado de Letícia Ribeiro (2016), "Somos todas vadias? Igualdade, diferença e política feminista a partir da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro".

momento em que ela percebeu o desconforto de mulheres bissexuais em participar dos SENALEs e identificou sentimentos de "Talvez ressentimento, mágoa, (...) uma carga muito grande de ressentimento (...)" (Ananda) no texto da carta. Essa dinâmica é curiosamente similar à produção da Carta a Uma Amiga Bissexual (2010), porém com resultados diferentes. A leitura da carta disparou um debate nesta plenária, sobre bifobia e a presença de bissexuais no seminário, que culminou na deliberação da criação de um Grupo de Trabalho para discutir bissexualidade.

Fernanda me disponibilizou uma cópia da relatoria que ela produziu durante o GT. Na cópia há uma lista de presença contando 13 mulheres. Oito delas se identificavam como bissexuais, três como lésbicas (uma delas usa a definição "está lésbica"), uma heterossexual e uma que não indicou nenhuma identidade sexual em sua apresentação ou falas. Duas bissexuais e duas lésbicas eram integrantes da LBL, uma bissexual se apresentou como membra da ABL, há uma bissexual que estava na Rede Afro LGBT e uma bissexual integrante da Marcha Mundial de Mulheres. Quatro das mulheres presentes eram mineiras, três baianas, uma cearense, duas paraenses e duas gaúchas. A lista, no entanto, deve estar incompleta, visto que o nome de Alyne não aparece.

De todo modo, essa relatoria acompanha principalmente as propostas feitas pelas integrantes do GT e as discussões principais que surgiram nele, como a existência ou não de bifobia e se bissexuais sofreriam "mais" ou "menos" do que lésbicas. Uma das participantes do GT, que Pérola descreveu como "branca burguesa", argumentou que não haveria pautas específicas de mulheres bissexuais, baseado na sua experiência pessoal de aceitação familiar e ausência de situações que identificasse como violências associadas ao fato de ser bissexual.

Ao fim do GT sobre bissexualidade, tendo-se chegado à conclusão de que era importante reforçar e visibilizar a participação de mulheres bissexuais nos SENALEs e que a mudança do nome no 7° SENALE não tinha sido o suficiente para provocar esse impacto, as participantes deliberaram levar como proposta à plenária final a alteração da sigla para SENALESBI. Pérola foi contra essa mudança, pois à época estava convencida de que era um esforço infrutífero das bissexuais em relação ao SENALE, mas não se manifestou contrária à proposta na plenária final por considerar que era mais importante

se alinhar com as bissexuais que estavam propondo a alteração do que demarcar sua divergência.

A plenária final foi unanimemente descrita como um momento bastante confuso, especialmente no que tangenciou mudar a sigla do SENALE e reconhecer de fato a mudança de nome ocorrida em 2010. A sigla aprovada foi SENALESBI, uma negociação das bissexuais com parte das lésbicas pelo apoio à alteração. Fernanda identificou essa alteração como uma forma de não identificar tanto assim as bissexuais na sigla. Em suas palavras: "E foi alterada na plenária final pra tentar uma negociação com as lésbicas que estavam insatisfeitas com o SENALESBI, porque 'lesbi' é quase 'lésbica', né?" (Fernanda). De acordo com Greta, a proposta de mudança da sigla foi votada e reaberta para votação cinco vezes, no meio de gritos e acusações. Por diversas vezes, participantes da plenária alegaram ter "questões de ordem"[21] para fazer defesas de posição contrária à alteração da sigla. Os votos referentes a essa deliberação precisaram ser contados um a um e a vitória foi apertada. O contraste entre a felicidade a maioria das bissexuais em conquistar o que elas consideraram uma vitória no reconhecimento de sua participação com a frustração de parte das lésbicas é sintetizado por Fernanda dessa forma:

> A gente teve que contar os votos, no final foi um momento catártico, com uma companheira puxando "eu beijo homem, beijo mulher, sou feminista pra beijar quem eu quiser" e tal e outras companheiras dizendo que a gente tinha acabado com o SENALE, acabado com a história do SENALE. (Fernanda)

A questão geracional aparece novamente na caracterização do grupo de ativistas que ficaram descontentes com a alteração da sigla para SENALESBI, descritas por todas as interlocutoras em meu campo como sendo em sua maioria "ativistas históricas" ou "as mais velhas". O ponto principal evocado nas falas contrárias à alteração da sigla era de necessidade de uma "preservação histórica", uma

21. "Questão de ordem" é um dispositivo dos movimentos sociais para se referir a problemas na metodologia de espaços como reuniões e assembleias, que pula a ordem das inscrições de falas, devendo ser atendidas imediatamente. A prática de utilizar esse recurso para manifestar opiniões ou pautas políticas é comum nos movimentos estudantis e sindicais.

tradição que se perderia com a alteração. De outro lado, as bissexuais que se colocaram à frente desse processo e as lésbicas que se aliaram a elas em sua proposta lembravam que não apenas não estavam propondo um apagamento do passado como a alteração de siglas não é algo novo no movimento LGBT. Em verdade, as próprias lésbicas organizadas mais de uma vez já se mobilizaram para alterá-las, como lembra Fernanda "As siglas tão aí pra mudar. O próprio movimento era GLBT, a luta das lésbicas fez alterar. Isso não mudou a história. Não houve uma ruptura" (Fernanda).

Há aquelas, identificadas como "parte das ativistas históricas" e as "próximas ao feminismo radical", que acreditam que o seminário deveria voltar a se chamar "Seminário Nacional de Lésbicas", sem nenhuma concessão às bissexuais. Algumas propostas dessas mulheres, de acordo com o que fui capaz de mapear, para a organização de mulheres bissexuais seriam de que as *bi* continuem organizadas no SENALE, mas sem protagonismo, ou que se separem das lésbicas e criem um espaço exclusivo para bissexuais. Essas posições reapareceram no SENALESBI de Teresina, com menos força do que em Porto Alegre. Houve uma terceira proposta, que apareceu pontualmente na plenária final de Porto Alegre, de o encontro passar a ter duas nomeações, mantendo SENALE e acrescentando SENALESBI. Assim, o encontro em Teresina seria o 9° SENALE e o 2° SENALESBI. Essa proposta foi rejeitada por ser considerada, além de confusa, uma inclusão artificial das bissexuais:

> "E aí tinha uma proposta muito bizarra de que a gente colocasse que a próxima edição, de 2016, fosse, eu não lembro qual que era o número, mas, tipo assim, o 5° SENALE e o 2° SENALESBI. Que eu achei uma proposta indecente. Porque dentro do SENALESBI tem lésbicas, então seria dar continuidade ao Seminário de Lésbicas e fazer a segunda edição do Seminário de Lésbicas e Bissexuais. (...) Dessa discussão muito difícil, a gente entendeu coletivamente com as lésbicas que continuar a contagem como SENALESBI era uma reparação histórica pras bissexuais, porque as bissexuais sempre estiveram com as lésbicas na luta contra a lesbofobia. E sem poder trabalhar as suas próprias questões." (Pérola)

Algumas das mulheres que entrevistei citaram a pesquisadora, poeta e ativista lésbica e negra Ana Carla Lemos como alguém que se manifestou no 9º SENALESBI de modo descontente com a alteração do nome e da sigla do seminário. Ana Carla Lemos formou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e publicou um trabalho baseado em sua observação participante justamente no 8º SENALESBI. O artigo de dezessete páginas, "Uma análise sobre os movimentos de lésbicas e movimentos feministas no 8º SENALE - Seminário Nacional de Lésbicas", discute a proposta de alteração do nome na plenária final do encontro na seguinte passagem:

> Uma proposta que foi inovadora e bastante polêmica foi à mudança do nome do SENALE para SENALESBI, para agregar as mulheres bissexuais visto que **elas têm participado do processo do VI SENALE em diante, pois antes, as lésbicas incluíam o nome das mulheres bissexuais para dar visibilidade, mas não havia o sujeito político** para ter voz dentro deste espaço de poder e construção política.
>
> Durante a plenária final, esta proposta causou muitas falas e inquietações, entendendo que o espaço do SENALE **é um espaço legítimo e de afirmação política das lésbicas**. **Durante 10 (dez) anos o evento sempre aconteceu com este intuito, mas agora há reivindicação do protagonismo, também, pelas mulheres bissexuais.**
>
> Há quem entendesse como legítimo, visto que a proposta foi aprovada, mas há também quem discordasse, pois pelo caráter histórico do nome e em respeito das pessoas que construíram e pelo reconhecimento político nacional. A proposta foi aprovada pelas presentes, **visto que muitas já haviam ido embora**, pois era o último dia do evento para aprovação de todas as propostas. (LEMOS, 2016) [grifos meus].

Os "não-ditos" (POLLAK, 1989) sobre a participação de mulheres bissexuais criam sombras compridas no trabalho de Lemos (2016). Embora Lemos (2016) se refira como o 6º SENALE ocorrido em Recife (PE) no ano de 2006 como o momento em que as mulheres bissexuais surgem no cenário político, não sendo ainda

sujeito organizado, sendo incluídas nominalmente pelas mulheres lésbicas "para dar visibilidade" (LEMOS, 2016), os dados coletados não corroboram sua afirmação. As intrincadas relações políticas entre as identidades "bissexual" e "lésbica" aparecem anteriormente ao 6º SENALE, como se pode observar na fala realizada por Regina em 2004, no I Encontro da LBL, "Contribuição para a mesa: 'O lugar do sujeito político: bissexuais e transgêneros na LBL'".

É baseado em questionamentos similares à análise de Lemos, que a alteração de SENALE para SENALESBI só haveria sido aprovada na plenária final do 8º seminário porque "muitas já haviam ido embora" (LEMOS, 2016), de que a discussão sobre a alteração do nome e da sigla do seminário foi reaberta no SENALESBI de Teresina, em 2016. O 9° SENALESBI (2016) aconteceu em um período de grandes convulsões políticas e sociais no Brasil e a "Carta de Teresina" reflete o sentimento das participantes do encontro de resistirem aos retrocessos vividos no país. Diversos temas são abordados na carta, que se dedica pouco às questões internas ao seminário que não se encontravam e não se encontram pacificadas. As tensões ligadas à alteração da sigla do SENALE para SENALESBI e a participação de mulheres bissexuais nos seminários aparecem quase em código na Carta de Teresina, no seguinte ponto:

> RECONHECEMOS que no processo histórico de construção dos seminários nacionais de lésbicas, as mulheres bissexuais sempre estiveram na luta e presentes e portanto, é necessário reconhecer a invisibilidade histórica das companheiras bissexuais e REAFIRMAMOS que seguimos na construção da memória e da verdade pela continuidade dos SENALESBI – Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais que REAFIRMAMOS como sendo o espaço legítimo e autônomo de planejamento, articulação e deliberação dos Movimentos de Lésbicas e Bissexuais no Brasil. (Grifos das autoras)

A necessidade de afirmação da presença de mulheres bissexuais, sua "invisibilidade histórica" e a "construção da memória e da verdade" mostram que o debate sobre quem é o sujeito político do Seminário está em aberto e produz conflitos. O Seminário de 2014, que mudou a sigla para SENALESBI, aparece, portanto, como um momento privilegiado para, através dos documentos produzidos pelas

organizadoras e relatos das entrevistadas, analisar as dinâmicas que levaram essa afirmação da presença de mulheres bissexuais no antigo SENALE ao nome do evento.

Em Teresina, houve uma organização prévia de ativistas e militantes bissexuais com intuito de defender o seu espaço político e garantir a manutenção das conquistas que haviam alcançado em Porto Alegre. Houve a proposta inicial de que diversos espaços do 9° SENALESBI (2016) se dedicassem a debater "monossexismo". Algumas pessoas que atuam politicamente como bissexuais no movimento LGBT propõem a utilização do conceito analítico "monossexualidade" (Yoshino: 2000) como uma categoria a ser incorporada pelos movimentos para falar das violências e capacidade de opressão que homossexuais e heterossexuais compartilhariam contra bissexuais, ou seja, "monossexismo". Creio que tal viés muitas vezes é uma transposição mecânica da proposta de Yoshino (2000), perdendo de vista as nuances de distribuição social de poder seja entre heterossexuais e homossexuais, seja mesmo entre gays e lésbicas. Se é verdade que "monossexuais" são capazes de se aliar de diferentes formas para perpetuar o contrato epistêmico de invisibilidade bissexual, essa aliança é frágil e se manifesta de formas mais pontuais e sutis do que um elo forte o bastante para se sobrepor à heteronormatividade. Para manter a aliança com o movimento de lésbicas, as bissexuais concordaram em retirar o termo "monossexismo" da programação e substituí-lo por discussões sobre "bifobia" e bissexualidade em si.

Enquanto no 8° SENALESBI (2014) o debate sobre a bissexualidade foi mais pontual, no 9° SENALESBI (2016), foi discutida com maior profundidade e conflito. De acordo com Pérola, já na primeira plenária, originalmente prevista para discutir a conjuntura política nacional a questão emergiu da plateia. Foi realizada uma roda de conversa de nome "20 anos de SENALE a SENALESBI - Movimento de Lésbicas e mulheres bissexuais no Brasil: história, desafios e perspectivas", na qual fundadoras do SENALE que participaram da mesa incluíram a participação de bissexuais na memória coletiva sobre a fundação do evento. É curioso notar que, não apenas entre minhas interlocutoras diretas como em relatos que emergiram no campo, por diversas vezes apareceram formulações sobre a organização de bissexuais no movimento conjunto com lésbicas como algo novo, que data de 2014 em diante. Documentos

como “Carta a Uma Amiga Bissexual” (2010) e a presença desse debate no ano seguinte à fundação da LBL não criaram, até então, raízes e impacto na memória coletiva. Tal iniciativa na roda de conversa de 2016 não apenas legitimou, então, a versão dos eventos de perspectiva que evidencia a participação bissexuais como garantiu que a renovação de participantes do SENALESBI, das quais poucas já tinham participado de espaços de formação política e de memória de movimento, tivessem acesso a uma história diferente.

Se o 9° SENALESBI (2016) trouxe para o centro a discussão sobre a bissexualidade e a presença de bissexuais nas suas fileiras militantes, efetivamente combatendo o apagamento da bissexualidade, tal iniciativa disparou situações de conflito mais agudizadas e violentas. Pérola narrou ter presenciado uma cena em que uma mulher bissexual, que recentemente assumira publicamente essa identidade e estava em seu primeiro SENALESBI, foi verbalmente atacada com acusações de que ela seria, na verdade, heterossexual e reivindicações de provas de sua bissexualidade. Outras entrevistadas descreveram o 9° SENALESBI (2016) como “mais emotivo”, mais duro, onde diversas presentes chegaram a chorar em diferentes momentos.

Para além daquelas mulheres que se identificam como bissexuais e creem que esta não deve ser uma identidade política e que todas as suas experiências podem ser subsumidas como derivadas de experiências homossexuais ou heterossexuais, identifiquei outras divisões internas entre as bissexuais. As posições das bissexuais com quem dialoguei podem, para fins analíticos, ser divididas em três. A primeira seria de que investir em espaços políticos conjuntos com lésbicas seria um desperdício de esforço militante, um trabalho digno de Sísifo, onde as bissexuais teriam que constantemente ficar lutando por migalhas de protagonismo e combatendo bifobia dentro dos movimentos. A segunda coloca a inserção das bissexuais no SENALESBI de uma forma pragmática, com importância estratégica para identificar bissexuais com interesse em se organizar politicamente tendo a bissexualidade como pauta central, criando condições para a formação de ativistas e movimentos de e para bissexuais. Nessa perspectiva, seria importante também fazer um trabalho de combate aos preconceitos sobre a bissexualidade e à bifobia interna ao movimento, tornando o SENALESBI um espaço saudável de participação política, que não desestimulasse a organização de bissexuais. Eu identifico a

terceira posição como uma perspectiva mais otimista sobre o futuro do SENALESBI e das organizações políticas compartilhadas com lésbicas, onde haveria lugar para reformá-las e compartilhar de fato o protagonismo desses espaços.

No 10º SENALESBI (2018), a ocorrer em Salvador, de acordo com falas de minhas interlocutoras e diálogos travados no campo, é provável que sejam reabertas e atualizadas as disputas acerca do nome do seminário e do papel político que nele cabe às mulheres bissexuais. Como as bissexuais se organizarão então será matéria para produções acadêmicas futuras, assim como os resultados de sua articulação. Em minhas considerações finais deste artigo, me propus a abordar algumas das questões de fundo que permeiam esses conflitos.

Considerações Finais

Eu iniciei essa pesquisa profundamente impactada pela atuação de feministas radicais e lésbicas segregacionistas (ALMEIDA; HEILBORN: 2009) no V Encontro de Mulheres da UNE (ocorrido em Curitiba, 2015) e este me parecia um problema óbvio e premente nas disputas do SENALESBI. Porém, pesquisar é a arte de estranhar o óbvio. Em meu campo, a existência de feministas radicais entre as participantes dos últimos três SENALEs/SENALESBIs foi referenciada apenas em comentários pontuais, muitas vezes retratadas como uma minoria barulhenta e caricata, que não influenciava tão fortemente a balança nas disputas em jogo. A atuação de lésbicas segregacionistas é um ponto mais sensível que apareceu em diversos momentos nos relatos de minhas interlocutoras, seja como protagonistas de momentos de agressão verbal ou autoras de propostas de ruptura na aliança entre lésbicas e mulheres bissexuais.

O SENALESBI não se encontra pacificado. O Encontro Estadual de Lésbicas da Bahia, ocorrido em 2017, foi caracterizado em entrevistas e conversas como um espaço hostil para bissexuais, no qual foram reforçadas propostas de não apenas anulação das formulações dos últimos dois SENALESBIs como separação do movimento. A expectativa generalizada que chegou a mim é de que o 10º SENALESBI, a ocorrer em 2018 em Salvador, seja um espaço tenso e conflituoso.

O conflito em torno da mudança do nome e da sigla do SENALE/SENALESBI é apenas um "sintoma" de questões maiores e mais profundas, que ainda não se encontram resolvidas e que podem ser expressas com uma pergunta: quem é o sujeito político do seminário? Assim, ainda cabe ao movimento formular qual o papel do SENALESBI para as mulheres bissexuais e para as lésbicas. Parte dos descontentamentos das mulheres bissexuais podem ser sintetizados nesta fala de Pérola, que nos dá pistas também do cerne do problema de disputa do protagonismo do movimento:

> Então a gente levou um posicionamento assim: "olha, vocês, lésbicas, decidam se vocês querem de fato continuar a parceria com as bissexuais, mas, se vocês quiserem continuar a parceria, que seja trabalhando as pautas bissexuais. Se abrindo para discutir as nossas questões também, porque **nós não somos lésbicas, nós temos questões diferentes**. Nós precisamos trabalhar a nossa identidade, fortalecer a nossa identidade. **Nós não vamos nos tornar lésbicas.** E a gente não vai mais aceitar uma parceria que é conveniente pra vocês. Vocês usam nossos corpos nas ruas na hora de fazer as atividades do movimento, nós somos usadas por vocês enquanto instrumento de luta, mas nós não somos respeitadas na nossa pauta. Isso não é parceria. Então a gente não quer mais essa parceria forjada". (Pérola) [grifo meu]

A proposta de bissexuais não mais fazerem parte do SENALE e abandonar a ideia de um SENALESBI pode ser problematizada por dois aspectos. A partir da correspondência entre bissexualidade e juventude, desenvolvo um dos aspectos desta problematização. Se tomarmos "juventude" como associada ao papel de renovação de participantes do seminário e do movimento LGBT como um todo, as mulheres que se identificam como bissexuais têm sido sujeitos proeminentes. Na perspectiva de garantir a continuidade dos SENALESBIs e sua renovação, banir as bissexuais como um todo representa um problema em potencial para as organizadoras históricas dos SENALEs/SENALESBIs. Pelo lado das mulheres bissexuais, a perspectiva de construir qualquer forma de encontro nacional situa-se muito longe no horizonte, especialmente se recordamos que vivemos no Brasil um momento de grave crise política e econômica e de perseguição às discussões de gênero e sexualidade.

Mesmo entre as lésbicas cuja posição política busca as alianças com mulheres bissexuais, os discursos acerca do lugar da bissexualidade no SENALESBI reforçam a noção de que aquele seria um espaço para falar de relações e desejos por mulheres. As mulheres bissexuais teriam um lugar ali se fosse para, apropriando-me de uma expressão utilizada por Regina em entrevista, "falar de sua vivência lésbica". Assim, se as bissexuais quiserem espaços para discutir suas relações sexuais e afetivas com homens, as contradições, os riscos e as expectativas que as concernem, deveriam criar um espaço próprio para tanto.

O tema de sexo com homens aparece como delicado e tenso de ser abordado com lésbicas, na tese de Guilherme Almeida (2005). Mais da metade das lésbicas participantes do 4° SENALE (2001) já haviam feito sexo com homens, de acordo com os resultados de uma pesquisa quantitativa realizada pela CN-DST/AIDS (ALMEIDA, 2005). Admitir mulheres bissexuais como sujeitos plenos dentro do espaço do SENALE e fazer com que suas pautas sejam incorporadas a ele potencialmente provocaria convulsões à fixidez da categoria "lésbica". É compreensível que esse seja um tema delicado, tendo em vista que mulheres que se identificam como lésbicas são constantemente confrontadas com questionamentos sobre sua sexualidade, já que o machismo presente em nossa sociedade não permite que se conceba vidas e desejos femininos que não envolvam a presença de homens. No entanto, a validação da identidade sexual "lésbica" através da construção de uma suposta pureza sexual totalmente à parte de homens silencia uma miríade de vivências não apenas de mulheres bissexuais, mas também de mulheres lésbicas. Compreender o SENALE/SENALESBI como um espaço não de "mulheres que fazem sexo com/amam mulheres", mas sim como um espaço de "mulheres que não são heterossexuais" implicaria, assim, em assumir que o SENALE nunca foi a Ilha de Themyscira[22] e nem suas participantes, amazonas.

Compreender o SENALESBI como um espaço de "mulheres que não são heterossexuais" seria talvez a única chave que possibilitaria o coprotagonismo de lésbicas e bissexuais no movimento. No entanto,

22. Local fictício do universo dos quadrinhos da DC. Terra natal da Mulher Maravilha, habitada apenas por mulheres amazonas, de onde homens foram banidos há milênios.

além da problemática de uma definição de movimento a partir de uma ausência (da heterossexualidade), significaria trazer para o centro do palco uma série de debates que até então se localizaram nas fronteiras do não-dito. De certa forma, seria uma solução que, ao estabilizar de um lado as tensões entre mulheres bissexuais e lésbicas, criaria conflitos novos tanto entre essas duas identidades quanto internos a elas, com mais força talvez para as lésbicas. Em primeiro lugar porque colocaria por terra a ideia romântica de que as relações entre mulheres são por definição mais livres, mais verdadeiras e que, em última instância, conhecer o amor entre mulheres faria com que os homens se tornassem desnecessários e a "revolução sexual sapatão"[23] derrotaria o patriarcado[24].

Em segundo lugar porque assumir a bissexualidade como uma possibilidade válida da expressão do desejo e do afeto humano em geral e das mulheres em específico, rompendo com o contrato epistêmico de apagamento da bissexualidade, potencialmente borra as fronteiras entre os mundos homo e hétero. Nesse borrar de fronteiras, a ideia da imutabilidade das orientações sexuais e do desejo seria mais difícil de defender. Por fim, a ausência de correlação automática e natural entre desejo, prática e identidade sexual se tornaria mais evidente, ao se abrir espaço para narrativas de lésbicas que fazem ou já fizeram sexo com homens e de bissexuais que estão em relacionamentos monogâmicos e desejam manter sua identidade como bissexuais.

De todo modo, que caminhos as mulheres que se identificam politicamente como bissexuais seguirão é algo que pertence ao futuro. Assim como quais serão os desdobramentos das questões identificadas neste trabalho. Permanece como possibilidade que a bissexualidade nunca se torne uma identidade estabilizada e pacificada, provocando

23. A expressão aparece aqui como uma ironia à apropriação que parte do movimento de mulheres lésbicas faz da proposição de Adrienne Rich (2010) de pensar lesbianidade como resistência política ao que a autora chama de heteropatriarcado.

24. Em "Gênero: uma categoria útil para análise histórica", Joan Scott (1989) discute as limitações do conceito de patriarcado, teorizado de diferentes formas como um sistema de dominação masculina sobre as mulheres. O termo esteve muito em voga especialmente entre teóricas do feminismo marxista, durante a chamada "Segunda Onda" do feminismo, e ainda é bastante utilizado nos movimentos sociais no Brasil.

sempre novos desconfortos acerca das pessoas que se identificam como bissexuais. Minha hipótese é de que novas identidades surgirão (como já estão surgindo) e serão identificadas como o novo foco dos desconfortos quando se fala de gênero e de sexualidade.

Referências bibliográficas

AGUIÃO, S. *Fazer-se no "Estado":* uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. 2014, 340 p. Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

ALMEIDA, G. S. de. *Da invisibilidade à vulnerabilidade*: percursos do "corpo lésbico" na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids. 2005, 344 p. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____; HEILBORN, M. L. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. In *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – Nuteg*, v. 9, n. 1, p 225-249, jan./jun. 2009.

ANDRADE, H. *"Combate às opressões" na universidade*: O feminismo universitário no enfrentamento à violência de gênero. 2018, 56 p. Monografia de Conclusão de Curso em Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BERUTTI, E. B. *Drag kings*: brincando com os gêneros. In *Revista Gênero*, v. 4, n. 1, 2º sem. 2003.

FACCHINI, R. *Entre umas e outras*: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. 2008, 323 p. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

_____. *Sopa de letrinhas?:* Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

LEMOS, A. C. da S. Rachas ou agregações? Uma análise sobre os movimentos de lésbicas e movimentos feministas no 8º SENALE - Seminário Nacional de Lésbicas. In *Gêneros, feminismo, poderes e políticas públicas*: investigações Contemporâneas. – 19º REDOR: Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de estudos e pesquisas sobre mulher e relações de gênero [Livro eletrônico]. FERREIRA DIAS, A.; FERREIRA SANTOS, E.; SANTANA CRUZ, M. H. (org.). Campina Grande: Realize Eventos Científicos e Editora, 2016.

MACHADO, P. S. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. In *Cad. Pagu*. Campinas, n. 24, p. 249-281, Junho 2005.

MASON, G. *The spectacle of violence: homophobia, gender, and knowledge*. Nova York: Routledge, 2002.

MÍCCOLIS, L. Eram as lésbicas marcianas?. In MÍCCOLIS, L.; DANIEL, H. *Jacarés e lobisomens*: dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1983, p. 73-79.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494.

RIBEIRO, L. *Somos todas vadias?* Igualdade, diferença e política feminista a partir da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. 2016, 90 p. Dissertação de mestrado em Saúde Coletiva – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RICH, A. VALLE, C. G. (tradução). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. In *Bagoas*, v. 4, n. 05, p. 17-44, 2010.

SELEM, M. C. O. *A Liga Brasileira de Lésbicas*: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica. 2007. 192 f. Dissertação de Mestrado em História, Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2007.

_____. A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbicas. In *Labrys*: *études féministes* / estudos feministas, julho-dezembro, 2007.

SIMÕES, J.; FACCHINI, R. *Na trilha do arco-íris:* do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

YOSHINO, K. *The epistemic contract of bisexual erasure*. In Stanford Law Review. Palo Alto: Stanford Law Review, 2000.

ZANETTI, J. P. Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais. In *Cad. Pagu,* Campinas, n. 36, p. 47-75, Jun. 2011.

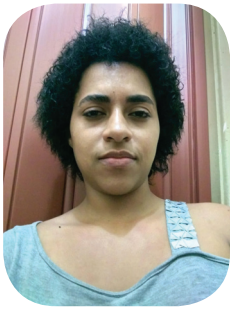
> “A necessidade de afirmação da presença de mulheres bissexuais, sua “invisibilidade histórica” e a “construção da memória e da verdade” mostram que o debate sobre quem é o sujeito político do Seminário está em aberto e produz conflitos.”



Dayana Gusmão é assistente social, preta, "cria da Maré". Coordenadora política da Articulação Brasileira de Lésbicas, membro do Coletivo Resistência Lesbi de Favelas e Coordenadora do Programa para Mulheres do Grupo Conexões G.



Michele Seixas de Oliveira é Filha D'Oxum Opará, negra, Assistente Social, moradora do Complexo do Alemão, Secretária Executiva Nacional da Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL, é hoje Diretora Executiva do Grupo de Mulheres Felipa de Souza. Atua na Rede Candaces e é Assessora da ONU Mulheres.



Ana Teixeira é lésbica, moradora do Complexo da Maré no RJ, tem 26 anos e cursa Gestão Pública. É fundadora do Coletivo Essence, é musicista e compõe os Coletivos Resistência Lésbica e Frente Lésbica do RJ.



Jéssica Andrade é lésbica, enfermeira, agente comunitária na favela Rio das Pedras, primeira ativista a tocar o movimento de lésbicas na Maré, no RJ.

Dayana Gusmão & Michele Seixas

Coautoras: Ana Teixeira & Jessica Andrade



Resumo

As autoras percorrem a história do nascimento e resistência do Complexo da Maré, uma conhecida favela da Zona Norte do RJ, com cerca de 143 mil habitantes, 90 mil votantes, composta de Norte e Nordeste com grande incidência da população negra, onde 60% dos lares é chefiado por mulheres, cuja sexualidade não é objeto do senso, provocando o apagamento das lésbicas. Discorrem sobre a criação e atuação do Grupo Conexão G, fundado em 2006 para atendimento à população LGBT do território da favela, a partir de entrevistas com mulheres que dirigiram este grupo entre 2008 e 2018. Focam na atuação das ativistas Jéssica Andrade, Ana Paula Teixeira, Michele Seixas Filha d´Oxúm Opará e Dayana Gusmão e nos diversos eventos e articulações feitas no coletivo para aglutinar o organizar lésbicas e mulheres bissexuais do Complexo da Maré.

Nas reflexões finais trazem o olhar de quem é lés-bi favelada e tem que sobreviver no território em que atua como defensora de Direitos Humanos.



10 anos de atuação do Movimento de Lésbicas no Complexo da Maré: reflexões de Sapatões faveladas

Situado na zona norte do Rio de Janeiro, o Complexo da Maré nasce e se consolida nos anos 1920 a partir da construção da então rodovia Rio Petrópolis, posteriormente conhecida como Avenida Brasil, que se tornou uma das principais vias expressas do Rio de Janeiro. As trabalhadoras e trabalhadores que vieram das mais diversas regiões do país trabalhar no processo de construção da via expressa construíram barracos às margens das construções da rodovia como forma de ficar perto do local de trabalho e, intencionalmente ou não, iniciaram a história da existência do Complexo da Maré.

A presença das populações das regiões norte e nordeste foi fundamentais no processo de construção dos barracos, construção de rede mínima de esgoto e de captação de água uma vez que estas populações tinham a expertise da sobrevivência em condições adversas e dominavam conhecimentos importantes na área a construção civil. A formação racial da favela carrega grande diversidade, mas tem maior incidência da população negra. Também existe a incidência indígena da tribo Caeté que habitou o então Morro dos Caetés, hoje chamado de Morro do Timbau. A formação do Complexo da Maré exala resistência e sobreviveu, lutando de modo coletivo e organizado, às diversas tentativas de remoções que se iniciaram no período varguista e atravessaram todo o período ditatorial[1].

Hoje com 18 favelas totalizando143 mil moradoras e moradores o Complexo da Maré é um território controlado pelo tráfico, dividido

1. Segundo dados do Museu da Maré e do site rioonwact.org.br.

em duas facções que disputam poder e lucro, sendo constantemente alvo de operações policiais desastrosas que fazem com que este território esteja constantemente sob confronto armado. A Maré é uma cidade dentro da cidade do Rio de Janeiro, são 90 mil pessoas votantes. Aproximadamente 60% dos lares são chefiados por mulheres[2] que trabalham dentro e fora da favela como forma de sustentar suas famílias. Embora exista registro de um número majoritário de lares chefiados por mulher, a orientação sexual dessas mulheres não é alvo do censo. Por isso mulheres lésbicas não aparecem nos dados.

Historicamente lésbicas e mulheres bissexuais sempre estiveram nas trincheiras de luta por direitos, no entanto, este histórico de luta é frequentemente apagado por outros setores da sociedade e até mesmo dentro das ditas lutas feministas num claro ato de lesbofobia e machismo estruturais. No que se refere às lutas de lésbicas de territórios favelados esse apagamento é ainda mais cruel. Considerando tal característica, as representantes do movimento de lésbicas do Complexo da Maré decidiram registrar neste texto a atuação dos 10 anos, provando ao mundo que as lésbicas de territórios de favelas existem, resistem e não serão silenciadas nem interrompidas.

Na Maré, a luta de lésbicas e mulheres bissexuais nasce atrelada à atuação do Grupo Conexão G. Uma OSC voltada para atendimento da população LGBT de território de favelas, fundada em 2006 e presidida por Gilmara Cunha. A organização nasce a partir de um episódio de homofobia sofrido por Gilmara Cunha dentro de um pré-vestibular comunitário do território e se dedica a debater e criar estratégias para garantia de direitos da população LGBT de favela.

Considerando a inexistência de bibliografia sobre o movimento de mulheres lésbicas no Complexo da Maré, para construção deste texto foram ouvidas as ativistas do movimento de mulheres lésbicas que tocaram a luta de mulheres lésbicas a partir das ações do Grupo Conexão G de 2008 a 2018.

> Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social

2. Dados do Censo Maré de 2015 realizado pela OSC Redes da Maré.

> onde se encontram as mulheres negras. Muda-se a base do capitalismo. (DAVIS, Angela, 2018)[3]

Pioneira no movimento de lésbicas do Complexo da Maré Jéssica Andrade, preta, favelada, sapatão, agente comunitária de saúde, inicia em 2008 com inúmeros desafios pela frente. Lésbica assumida, em um território completamente hostil às lésbicas, a ativista não tinha muitas opções de apoio na rede local. Entender onde estavam as lésbicas e como alcançá-las foi o primeiro desafio que se colocou de modo frontal. Para enfrentar tal conjuntura a ativista começou a promover, na sede do Grupo Conexão G, pequenos encontros reservados com lésbicas do território para falar de vivências lésbicas. A maioria das mulheres que comparecia aos encontros não eram publicamente assumidas por isso esses encontros não eram divulgados publicamente, mas estava ali o embrião de toda a luta das lésbicas do Complexo da Maré.

O movimento de lésbicas na Maré participou ativamente da construção do SENALE 2010 como representação de favelas. Ainda neste período aconteceu a primeira semana da visibilidade lésbica na Maré onde, pela primeira vez, lésbicas de favela colocaram suas vozes no para serem ouvidas. Esta luta organizada recebeu o Prêmio de Direitos humanos, cultura e cidadania LBGT de favelas Atila Ramalho pela atuação na Maré.

Quando as ações começavam a ganhar força, a ativista que liderava o movimento passou em um concurso público e precisou sair do território, deixando sob responsabilidade de Ana Paula Teixeira tocar a luta dali em diante.

Preta, favelada, sapatão, cuidadora de idosos, Ana Paula Teixeira assumiu o movimento de lésbicas da Maré de 2010 a 2012 tendo atuação importante no que se refere ao diálogo com a Articulação Brasileira de Lésbicas, uma rede nacional que ajudou orientando e apoiando a ativista em sua empreitada nesse novo momento do movimento de lésbicas mareenses.

O maior desafio que se colocou para a ativista foi trazer lésbicas do território para a luta, uma vez que como a ativista Jéssica Andrade já havia observado, as lésbicas do Complexo da Maré evitavam assumir suas orientações sexuais em público, primeiro porque não eram

3. Angela Davis durante fala na Universidade Federal da Bahia em 2018.

socialmente assumidas, segundo porque as violações contra lésbicas na favela eram bastante cruéis. A estratégia adotada pela ativista foi continuar impulsionando a visibilidade lésbica das mulheres da Maré fora do território como forma de encorajar as mulheres da favela a se engajarem na luta por seus direitos.

Aos poucos as lésbicas foram se sentindo encorajadas e passaram a lutar junto com a ativista ocupando espaços como Marcha Nacional Contra a Homofobia[4], Dia da Visibilidade Lésbica no Programa Rio Sem Homofobia, Dia da Visibilidade Lésbica na Casa da Mulher Trabalhadora – CAMTRA, além de ocupação nos eventos promovidos pelas instituições locais. Era o início do fortalecimento da luta sapatão no território que permitiu às ativistas seguintes realizarem ações mais ousadas. Nas palavras da ativista,

> "Na minha época não era tão difícil atuar no movimento de lésbicas como é hoje. As meninas demoravam chegar para o movimento, mas quando vinham ficavam. Hoje existe um desinteresse na luta por direitos. Tenho a sensação que as pessoas não acreditam que lutar vale a pena. Isso demanda muito mais empenho na busca por novas manas para compor a luta" (Ana P. Teixeira).

A principal conquista citada pela ativista para o movimento de lésbicas da Maré foi a aproximação com as redes e grupos de mulheres com mais tempo na luta organizada de direitos das mulheres. No final de 2012, por motivos de trabalho, a ativista saiu do movimento de lésbicas da Maré passando o protagonismo da luta à Michele Seixas Filha d´Oxúm Opará, preta, favelada do Complexo do Alemão e assistente social Michele Seixas assume o movimento de lésbicas da Maré de 2015 a 2017. Inicia sua trajetória no território a convite da fundadora e Presidenta do Grupo Conexão G Gilmara Cunha.

Articulando com redes (Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL), grupos (Coletiva Sapa Roxa e Redes de Desenvolvimento da Maré) e instituições públicas (Rio Sem Homofobia e Fiocruz) ela executa ações na tentativa de aglutinar estas mulheres. Lembrando sempre dentro e fora da Maré que as lésbicas existem e resistem. Devido a todo o processo de invisibilidade dentro da favela, os

4. Realizada em Brasília em 2010.

encontros com estas mulheres eram com poucas (as assumidas publicamente). Onde os maiores relatos de violações de direitos percebidos nestas reuniões foram: na educação (baixa escolaridade e evasão escolar), atendimento básico de saúde e empregabilidade.

Como todos os anos o Grupo Conexão G realiza a Parada do Orgulho LGBT, abrindo com a Semana de Diversidade, tendo como atividade de abertura desta semana, a I Visibilidade Lésbica da Maré. Dentro desta programação ela coordenou diversas atividades, oficinas e grupos focais com funcionários das sete Unidades Básicas de Saúde (UBS), trazendo a reflexão diversas questões ligadas diretamente à saúde das lésbicas, de como estas eram atendidas ou deixadas de ser atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Tendo como linha de estudo e pesquisa desde a graduação os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres lésbicas, ela instrumentalizou os agentes de saúde, assim como os demais técnicos da área médica, literalmente em como proceder no atendimento de atenção básica as lésbicas e de pessoas trans também. Questões como atendimento ginecológico humanizado para lésbicas masculinizadas e homens transexuais, planejamento familiar e humanização dos exames ginecológicos. Explicando que cada corpo é um corpo e o direito da paciente deve ser respeitado em primeiro lugar a Semana da Diversidade se construiu de maneira a modificar positivamente a conduta nos atendimentos. “Nós lésbicas temos o direito de gerar. O SUS precisa nos contemplar.” (Michele Seixas)

Sendo fruto de uma construção coletiva, as meninas da Coletiva Sapa Roxa articularam com Michele a então I Visibilidade Lésbica da Maré com o tema “Lésbica da favela: resistir para existir”, tem como parte deste processo outros grupos. A programação foi construída com uma metodologia lúdica e popular, onde dialogasse não só com as lésbicas do território, mas com lésbicas de fora dele, assim como moradores. Oficina de grafiti, uma roda de conversa na Pracinha da Nova Holanda (sob o olhar atento do tráfico) e maracatu compuseram a estratégia de intervenção social desta Semana da Diversidade. O cortejo do grupo de maracatu Baque Mulher RJ reuniu pelas ruas da Maré lésbicas, crianças e moradores e visitantes. Muitos acenavam de suas janelas. No fim do cortejo, as portas e paredes do Grupo Conexão G foram também grafitados com insígnias reconhecidamente do Movimento de Lésbicas Feministas, Mulheristas Africanas,

Movimento de Mulheres e inclusive a participação da candidata à vereança Marielle Franco que contribuíram para que o evento pudesse ter a magnitude que teve, sendo uma chamada histórica para as lésbicas da Maré e de outras favelas também. Para além de visibilizar e chamar atenção da comunidade sobre a importância daquele dia e das diversas atividades executadas.

Dando prosseguimento à Semana da Diversidade ocorreu pela manhã a Feira de Saúde com os mesmos funcionários na qual se capacitaram durante esta semana, houve distribuição de preservativos e folders informativos sobre promoção à saúde e prevenção de HIV/AIDS, IST's e Hepatites Virais.

Encerrando as atividades aconteceu a 5ª Parada do Orgulho LGBT do Complexo da Maré/Nova Holanda reunindo cerca de 5.000 mil pessoas.

O debate da lesbianidade foi levado aos alunos do preparatório da Redes da Maré, a convite de Professores. Sendo uma roda de conversa após a exibição do filme "Favela Gay" do Diretor Rodrigo Felha. Trazendo à tona assuntos como diversidade sexual, gênero e LGBTfobia.

Apesar das dificuldades encontradas no território, sua atuação, que não se iniciou na Maré, rendeu ações que perduram até os dias atuais; onde de maneira linear constrói com a atual referência do Movimento de Lésbicas dentro do Complexo da Maré, Dayana Gusmão. E em 2017 ela participa da II Visibilidade da Maré, que também teve a presença da já eleita Vereadora Marielle Franco.

A partir de 2016 Dayana Gusmão assume a luta. Sapatão, preta, favelada, cria da Maré e assistente social, a ativista assume com a missão de aglutinar as lésbicas e mulheres bissexuais do território em torno desta luta. As dificuldades se colocaram imediatamente vindas de diversas direções e atores sociais. Segundo a ativista,

> "Meu cartão de boas vindas na Maré foi um episódio de lesbofobia sofrido dentro de uma dita OSC parceira do Grupo Conexão G que atua no território há mais de uma década. Minha atitude política foi ressignificar o ato, usando-o para constranger a OSC. Funcionou tanto que hoje é a principal parceria depois do Grupo Conexão G". (Dayana Gusmão)

Mapear onde estavam as lésbicas do território e alcança-las foi o maior desafio que se colocou, uma vez que considerando as regras impostas pelo tráfico a população L e B de favelas não exerce livres afetos na rua ou em locais públicos. Diversas estratégias foram elaboradas e executadas sem sucesso. Até que se pensou em fazer pequenas festas particulares de acolhida para a população L e B. Essas festas recebiam o nome de "sociais + o nome da dona da casa onde aconteceria o evento (exemplo: Social da Day, Social da Carol etc). Nessas festas as mulheres conversavam sobre tudo e trocavam contatos, iniciando a formação do banco de contatos do movimento de mulheres lésbicas e bissexuais do complexo da Maré. A partir da formação do primeiro banco de dados as ações ficaram menos difíceis uma vez que já era possível alcançar essas mulheres.

Os diálogos foram se intensificando originaram o Coletivo Resistência Lesbi de Favelas[5] doravante chamado apenas de Resistência. A criação deste coletivo foi oficializada em agosto de 2017 durante a realização do Dia da Visibilidade Lésbica da Maré. Pautado na defesa intransigente dos direitos das lésbicas, este é um grupo composto apenas por lésbicas de territórios favelados que tem a intenção de aglutinar todos os territórios favelados do Rio de Janeiro, mas que por ora tem apenas representantes do Complexo da Maré e Complexo do Alemão em sua composição. Existem fortes relações com as ativistas do Morro da Providência e comumente a execução de ações conjuntas com este território. O objetivo do Resistência é que cada sapatão de favela se sinta representada e acolhida por pares e temos encaminhado todas as ações neste sentido.

Falar de representatividade e luta por direitos com lésbicas faveladas é um desafio diário já que os direitos postos fora da favela, em sua grande maioria, não são possíveis em territórios favelados. O Resistência recebe diversos relatos de violência de cunho lesbofóbico nas escolas, clínicas da família e outros serviços públicos dentro do território. Algumas denúncias são enviadas aos Conselhos de Direitos, outras não são tocadas porque a população não acredita que exista justiça para pobres. Nesse sentido, todo diálogo que o coletivo tem travado é no sentido de instrumentalizar sobre direitos para fomentar a construção e consciência política.

5. As fundadoras deste coletivo foram Dayana Gusmão, Caroline Caldas, Ana Paula Teixeira, Tauane Oliveira, Gleice Cardoso e Thaisa Medina.

Outro desafio que tem se colocado é o avanço do conservadorismo religioso e a proliferação de igrejas protestantes radicais articuladas com o tráfico para ditar regras sociais de vivência nos territórios. Nos últimos cinco anos percebeu-se a expulsão de religiões de matriz africana das favelas do Complexo da Maré e o impulsionamento do protestantismo que aparece de diversas formas nos relatos de violência contra lésbicas que recebemos em nossos encontros. Os principais relatos de cunho religioso são de ritos de exorcismo como forma de cura da lesbianidade e expulsão de casa obrigando essas lésbicas a desenvolverem as mais diversas formas de trabalho como forma de sobrevivência. Nesse processo tem – se identificado o surgimento de iniciativas como "sapartamentos"[6] e a proliferação da inserção de lésbicas em trabalhos como moto táxi, produção de alimentos de fácil escoamento e produção de festas locais.

No que se refere às violências vindas das regras do tráfico percebe-se mais a fetichização, sobretudo em relação às mulheres que atendem aos padrões socialmente impostos para mulheres, e violências físicas impostas às mulheres lésbicas que se aproximam mais dos padrões de estereótipos socialmente impostos aos homens. Não raramente recebemos relatos de que "se essas mulheres querem ser homens vão apanhar como homens". A intervenção realizada por nosso coletivo tem sido no sentindo de acolhida dessas mulheres. Encaminhamentos para acompanhamentos de saúde mental, busca ativa nas redes parceira para inserção no mercado de trabalho como forma de garantir autonomia financeira e um possível impulsionamento da dignidade dessas lésbicas. Além disso, existe um diálogo com o Centro de Referência de Assistência Social e Conselhos de Direitos como forma de ampliar essa rede de acolhida, no entanto, por não existir efetividade dessas políticas as demandas acabam sendo resolvidas de outras formas, através de outros caminhos encontrados na maioria das vezes pelas próprias vítimas em parceria com as representantes do movimento lésbico local.

Nesse processo de construção da luta de lésbicas e mulheres, vale ressaltar a importância da parceria que mulheres lésbicas negras de vanguarda tiveram. Sempre que o Resistência precisa é acolhido,

6. Apartamentos grandes que são alugados por grupos de mulheres lésbicas que passam a socializar seus custos de sobrevivência e consequentemente suas vidas.

orientado e apoiado nas ações locais por essas mulheres lésbicas mais velhas que trocam experiências conosco, mostrando que o dialogo intergeracional dá certo e fortalece tanto as mais jovens quanto as mais velhas.

O movimento de lésbicas da Maré existe e resiste diariamente às diversas violências que se colocam. Sua estrada tem sido construída pela energia e afeto de cada lésbica que atuou na Maré imprimindo assim sua marca na história desse movimento.

Reflexões Faveladas

Ser mulher preta, sapatão e favelada é por si só resistência e todas ativistas lésbicas da Maré têm ciência disso, mas nenhuma das mulheres que construiu a luta de lésbicas no território do Complexo da Maré tinha a intenção de se tornar liderança local. A intenção de lutar sempre foi para permanecerem vivas num território que mata as mulheres lésbicas de diversas formas diariamente até que por fim leve seus corpos. No entanto, construir tal luta coloca essas mulheres num lugar de referência social local e consequentemente as eleva ao perigoso status de lideranças de direitos humanos em territórios favelados.

As dificuldades que se colocam para militantes de direitos humanos de favelas não são as mesmas que se colocam para militantes não faveladas, uma vez que nestes territórios nenhum dispositivo de proteção existente na rede de serviços garante qualquer proteção. Sendo assim, construir a luta por direitos em territórios favelados significa colocar esses corpos constantemente na mira da morte.

É preciso pensar formas de minimamente garantir algum nível de autopreservação para que essas mulheres não sejam constantemente obrigadas a darem passos atrás para não acabarem adoecidas ou silenciadas para sempre. É preciso pressionar por políticas públicas reais, que consigam ganhar adesão das populações faveladas para garantir a vida, um direito básico universal.

Além disso, é preciso estimular a intensificação do debate sobre democracia e formas de luta nestes territórios. O povo favelado nunca

foi alvo dessa "democracia bonita" que pessoas não faveladas invocam o tempo todo. A democracia que chega à favela é mal dita[7] já que todo contato do Estado com os povos de favela é atravessado por algum tipo de violência, mostrando que esta população está constantemente na mira da morte. Usar esse luto que sempre se coloca na favela como formas de luta tem sido a principal forma de atuação das ativistas de direitos humanos do Complexo da Maré. No que tange às violências contra lésbicas, o Resistência está começando um processo de mapeamento das violências contra lésbicas em territórios favelados, uma vez que não existem esses dados específicos, o que dificulta a obtenção de recursos e a elaboração de políticas públicas específicas.

É preciso manter viva a chama da rebeldia[8] e seguirmos organizadas na luta sem dar nenhum passo atrás, porém é importante cuidar das mulheres lésbicas de favelas e periferias. A execução de Marielle Franco colocou luz sobre tal questão evidenciando que esses corpos não estão seguros em nenhum lugar. Finalizamos este artigo com um trecho da última fala de Marielle Franco na Casa das Pretas, no Rio de Janeiro em 14 de março de 2018. "Eu não sei se daqui a 10 anos estou viva porque sou preta e estou sempre na mira da morte... Quantos mais terão que morrer pra que essa guerra acabe?"

Marielle Franco Presente!

Referências bibliográficas

ALMEIDA, G.E.S. *Da invisibilidade à vulnerabilidade:* percursos do "corpo lésbico" na cena brasileira face À possibilidade de infecção por DST e AIDS. 2005. 307p. Tese (Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009.

COSTA, Ana Maria. *O PAISM: uma política de assistência integral à saúde da mulher e se resgatada.* Comissão de Cidadania e Reprodução, 1992.

7. No sentido de mal explicada.

8. Iamamoto (2004).

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Organização das Nações Unidas (ONU), 1948.

LEI ORGÂNICA DA SAÚDE. *Lei n°8.080/1990*. Institui, no capítulo II dos Princípios e Diretrizes a "I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência".

MARCELINO, Sandra Regina de Souza. *Mulheres Negras Lésbicas: A fala rompeu seu contrato e não cabe mais espaço para o silêncio*. Dissertação apresentada em abril de 2011 à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social – PUC-Rio.

MARQUES, Larissa Alves de Freitas et al. *A Lesbofobia no Sistema de Saúde Brasileiro.* Artigo apresentado no VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. S/d.

SEIXAS, Michele. *"Eu tenho o direito de gerar: os direitos reprodutivos da mulher lésbica"*. Monografia apresentada no curso de Serviço Social. Novembro de 2013. Rio de Janeiro.

Videografia

Desejos proibidos (EUA, 2000).

> "É preciso pensar formas de minimamente garantir algum nível de autopreservação para que essas mulheres não sejam constantemente obrigadas a darem passos atrás para não acabarem adoecidas ou silenciadas para sempre."

Adélia de Souza Procópio & Vanilda Maria de Oliveira

04





Adélia de Souza Procópio se define como "mulher gorda, lésbica e feminista, gateira nas horas vagas e não vagas". Graduada em Ciências Sociais, Mestra em Sociologia pela universidade Federal de Goiás e doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalhou por seis anos com programas sociais no Governo Federal e hoje atua e pesquisa nos campos dos feminismos, gênero e sexualidades.

Vanilda Maria de Oliveira é uma feminista negra bissexual Goiana, professora de sociologia, mestra em sociologia pela Universidade Federal de Goiás e Doutora em sociologia pela UNB. Dedica-se aos estudos feministas, de gênero, sexualidades, raciais e saúde psíquica das mulheres.

Resumo

O artigo apresenta de forma interseccionada o protagonismo de cantoras lésbicas e bissexuais desde a década de 50 até os dias de hoje, assim como apresenta a lesbianidade enquanto tema musical, analisando de que forma esse protagonismo está imbricado com o surgimento do movimento lésbico. Discorrendo sobre a importância da música para a expressão da sexualidade e, pensando a arte como brecha de ser, a autora analisa como essa expressão de subversão se deu de formas diferentes dentro de cada período histórico e político. Durante esta análise identifica as expressões de lesbianidade na música, faz recorte racial, foca em determinado momento em Leci Brandão e no cenário da época, analisando o impacto do se assumir lésbica, a abertura de alguns estilos para essa subversão e, por fim, ressalta a importância dessas mulheres na criação de novas referências e o fortalecimento da identidade lésbica através da representatividade.



Influências mútuas entre ativismo e visibilidade lésbica e bissexual na música popular brasileira

Introdução

Neste texto, refletimos sobre o surgimento da lesbianidade como tema musical e de cantoras pioneiras lésbicas ou bissexuais na música popular brasileira e as imbricações disso com o nascimento do ativismo homossexual, em especial, o início do movimento lésbico. Apresentamos brevemente cantoras lésbicas ou bissexuais que iniciaram suas carreiras antes da década de 1990, algumas de suas características mais marcantes e algumas canções que elas interpretaram com a temática do homoerotismo feminino. Escolhemos a cantora e compositora Leci Brandão para um maior aprofundamento, visto que esta tem sido um exemplo de artista que fez da sua música e carreira uma forma de militância política.

A música popular brasileira tem se constituído como espaço discursivo para a construção de subjetividades lésbicas e bissexuais**.** Entendendo os discursos, incluindo o musical, como realizados por sujeitos e instituições em determinadas posições e historicamente situados, nosso intuito neste texto é fazer uma contextualização histórica, reconstruindo as condições de possibilidade da constituição da MPB como um locus privilegiado para a visibilidade lésbica e bissexual, ao longo do período do final da primeira metade do século XX até a década de 1980.

Procuramos relacionar a carreira de cantoras lésbicas e bissexuais e as canções de temática lésbica aos contextos políticos, econômicos, sociais e culturais nos quais atuaram ou foram escritas e/ou interpretadas, respectivamente. Em especial, consideramos a influência dos movimentos sociais, principalmente os feministas e o chamado nesse período de "movimento homossexual", na realização de transgressões das normas relativas ao gênero e à sexualidade na MPB.

Para tanto, inicialmente, apresentamos o surgimento de cantoras que obtiveram maior projeção artística até os anos 1960 e que eram tidas como lésbicas pela opinião pública. Isso é feito conjuntamente com uma discussão sobre o mecanismo do armário na música, visto que nesse contexto era quase inexistente o espaço para a declaração pública da lesbianidade. Em seguida, refletimos sobre as cantoras lésbicas ou bissexuais que iniciam suas carreiras após os anos 1960, as novas performances artísticas que trouxeram, influenciadas por ideais feministas e outras transformações sociais, bem como o início da visibilização da lesbianidade por canções que elas interpretavam com essa temática. Após isso, apresentamos o contexto político do início do ativismo homo/transexual e do movimento lésbico e os impactos disso na música popular brasileira. Apresentamos ainda as cantoras lésbicas ou bissexuais que transgrediram os padrões tradicionais de feminilidade e o interdito da homossexualidade feminina, de formas mais ou menos explícitas. Por fim, refletimos sobre a atuação de Leci Brandão, sambista, mulher, negra e lésbica, que fez da sua vida e carreira ativismo político ao romper não apenas com o armário lésbico, mas com vários interditos, como o racismo e o classismo.

Pioneiras lésbicas na música popular no Brasil: a problemática do "armário" na música

Aracy de Almeida foi a primeira cantora vista como lésbica na música popular no Brasil. A cantora, ora negava isso, ora brincava com essa possibilidade (Edward MACRAE, 1983). Outra cantora e compositora da MPB vista como lésbica foi Dora Lopes. Dora não se colocava publicamente como lésbica (Rodrigo FAOUR, 2006).

Antes da década de 70 do século XX, mulheres que transgredissem os padrões tradicionais de feminilidade, ou que manifestassem características tidas por masculinas, ou ainda que expressassem independência ou que sentissem desejo sexual por outras mulheres, eram marginalizadas. Lésbicas, por rejeitarem frequentemente papeis femininos tradicionais, incluindo a "passividade", ficavam fora do paradigma dominante do gênero (James GREEN, 2000).

Do começo do século XX até os anos 60, contexto no qual Aracy e Dora ganharam projeção, as canções com referências à homossexualidade não eram explícitas e usavam mensagens cifradas, termos dúbios, enigmáticos, para que fossem compreendidas apenas por "entendidas/os" (FAOUR, 2006). Isso mudou apenas quando o jeito de cantar começou a ser mais importante que as próprias músicas, levando-as a ter outro sentido em suas performances.

A ocultação da lesbianidade, e a escrita de canções que disfarçavam a temática homossexual, ocorreu exclusivamente até meados da década de 60 e majoritariamente até o final dos anos 70. Isso é compreensível não apenas pelo contexto que possibilitava determinados discursos sobre gênero e sexualidade, mas também pela tendência de reprodução do "armário" no campo musical. De acordo com Elizabeth Wood e Philip Brett (2002), historicamente a música fornece um refúgio para homo/transexuais, sobretudo para as/os enrustidas/os ou "discretas/os", desde que mantenham o status quo. Para a autora e o autor, poder expressar livremente o desejo e outros sentimentos na música tem sido um privilégio para essas pessoas, uma vez que normalmente suas emoções são invalidadas. Contudo, o mundo da música tem mostrado pouca oposição explícita à ordem heteronormativa. O campo musical, embora amplamente constituído de lésbicas, gays, bis e trans, procura desvincular a homossexualidade da música. Para possibilitar essa dissociação, existe, segundo Brett e Wood (2002), o "mecanismo do segredo público". A função deste seria menos encobrir o conhecimento da homossexualidade do que a publicização desse conhecimento. Seu efeito é reforçar as oposições binárias (público/privado, hétero/homossexualidade) e consignar a homossexualidade à esfera privada, sempre no limiar da visibilidade, logo, sob vigilância como alternativa impensável. Por isso, as/os homossexuais têm dependido muito do boato e do mexerico para construir sua história. Os segredos devem estar à vista, mas há um processo para impedir que estes façam diferença.

Eve Kosofsky Sedgwick (2007) também aborda a dinâmica ambígua do segredo que envolve a homossexualidade. Para a autora, esta tem sido tomada como uma sexualidade particular, distintivamente constituída como segredo. Assim, a expressão da sexualidade de lésbicas e gays é uma exposição ao mesmo tempo compulsória – pois quem a oculta é vista/o como quem mente e engana as/os outras/os – e proibida. Nesse sentido, "o armário", pode ser visto como um segredo aberto. Sedgwick compreende o "armário" como um dispositivo de regulação da vida de lésbicas e gays, mas que também diz respeito a heterossexuais, na medida em que estes têm privilégios de visibilidade e hegemonia de valores. De forma que as incoerências e contradições das identidades homossexuais na cultura correspondem às demandas da heterossexualidade compulsória. O "armário" é uma imagem de grande força, de tal modo que tem marcado a vida lésbica e gay desde o início do século XX até a atualidade, apresentando-se como a estrutura definidora da opressão homossexual nesse contexto. Por isso, evocamos aqui a ideia de que jogos de artistas com o armário são fundamentais para compreender suas obras e carreiras.

De acordo com Brett e Wood (2002), a música tem desempenhado papel importante, tanto como válvula de escape quanto reguladora do mecanismo do "armário". Segundo a autora e o autor, no campo musical, grande parte das/os homossexuais interiorizou a opressão, sobretudo até meados do século XX. No entanto, muitas/os delas/es combinaram essa interiorização com alguma forma de protesto. Elementos da arte e da autoapresentação de homossexuais na música podem ser lidos tanto como acomodação ao enruste quanto sua subversão. Isso ocorre, por exemplo, nas canções interpretadas por Aracy e Dora, nas quais o enruste existe na não explicitação da homossexualidade como temática. Ao mesmo tempo, há a subversão no ato mesmo de se escrever e gravar canções que tratam da homossexualidade, tema implicitamente proibido.

Para Brett e Wood (2002), "assumir-se" tem sido a ação política mais efetiva desde os anos 70. Já Sedgwick (2007), relativiza o alcance do "assumir-se". Para a autora, até entre as pessoas mais "assumidas" há poucas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas. A imagem do "assumir-se" geralmente é vista como confrontando a imagem do "armário". Contudo, de acordo com Sedgwick, "Viver no

armário, e então sair dele, nunca são questões puramente herméticas. As geografias pessoais e políticas são, antes, as mais imponderáveis e convulsivas do segredo aberto." (p. 39). Dessa forma, assumir-se não acaba com a relação de alguém com o "armário", e nem mesmo com os "armários" das/os outras/os. Para Sedgwick (2007), é muito limitada a influência que uma revelação individual pode exercer sobre opressões em escala coletiva e institucionalmente corporificadas. O que não significa que os atos de saída do armário não sejam poderosos e destrutivos.

No entanto, Brett e Wood (2002), embora enfatizem o ato de "assumir-se", também consideram outras dinâmicas na relação de homossexuais com o "armário" na música. A partir dos anos 70, musicistas lésbicas e músicos gays começaram a encontrar meios de expressar musicalmente suas sexualidades, frequentemente pela reinterpretação radical de um gênero ou de uma instituição musical existente – como veremos posteriormente que ocorreu no Brasil com Gal Costa e Maria Bethânia, até antes disso, desde os anos 60. Épocas anteriores exigiram táticas diferentes. Um exemplo disso é o fato de que muitas/os homossexuais no mundo musical aprenderam a explorar o segredo público e tirar proveito de seu sucesso para assegurar a ampla circulação das suas ideias. Assim, a presença da homossexualidade na música se processa de modo complexo, envolvendo jogos de transgressão e transigência, acomodação e resistência. Parte do que procuramos fazer neste texto é discutir as diversas táticas das quais cantoras lésbicas e bissexuais se utilizaram para lidar com o mecanismo do "armário" na MPB, entre a quase metade do século XX até o final dos anos 1980. Isso inclui o estar no "armário", como Aracy de Almeida e Dora Lopes, o não negar e nem "assumir", como Maria Bethânia, Gal Costa, Simone, Joanna e o "assumir-se", ou estar fora do "armário", como Leci Brandão, Ângela Ro Ro e Marina Lima. Outra parte importante do que é feito no texto, é levantar como a temática da lesbianidade pode romper com o mecanismo do "armário" e com a tentativa da dissociação entre homossexualidade e música.

Ecos da modernização brasileira na música popular: novas performances e letras lésbicas na MPB

No contexto no qual Aracy de Almeida e Dora Lopes construíram suas carreiras, o Brasil passava por grandes mudanças a partir de seu processo de modernização. Durante as décadas de 1940 e 1950, a relação campo-cidade no país começa a se inverter e a sociedade torna-se predominantemente industrial e urbana (Javier LIFSCHITZ, 2011). De acordo com Osmundo Pinho (2003), a modernização brasileira se deu de forma seletiva e desigual, "marcada pela reprodução da desigualdade e da violência, pela retórica racial-sexual-colonial, pela articulação entre traços "modernos" – individualismo, destradicionalização, mercado etc. – e traços "não– modernos" – particularismos, clientelismos/ personalismos" (p.72). Um elemento fundamental no processo de modernização brasileira, foi, segundo o autor, a formação discursiva da miscigenação,

> que opera por estruturar discursivamente – e isso quer dizer também materialmente – raça, sexualidade e identidade nacional de modo a instituir um campo de leituras, interpretações, sujeitos, todo um "regime de verdade", que pressupõe uma figura idealizada e essencializada de "mestiço" – a mulata ou mulato – como base para a transformação modernizante e modernista da sociedade brasileira naquilo que ela é, como vontade e como representação. (PINHO, 2004, p. 91).

Assim como ocorre com as relações sociais em geral e com a dimensão cultural, a concepção de mestiçagem conforma fortemente o campo das artes no Brasil, em especial o da música popular, tido como lócus privilegiado de expressão da identidade nacional. Como parte do processo de modernização brasileira, estruturado pela concepção da miscigenação, há o mito da democracia racial que, de acordo com Carlos Hasenbalg (GOZALEZ; HASENBALG,1982) impede a consideração da intersecção entre racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista. A essa lógica, o autor contrapõe o argumento de que o racismo não se mantém intacto após a abolição, adquirindo novas funções e significados dentro da nova estrutura social.

Ainda no contexto das maiores transformações a partir do processo de modernização brasileira, entre os anos 50 e 60, começam a ocorrer mudanças na percepção sobre homossexuais e transexuais, quando surgem os primeiros shows das travestis, e as casas noturnas passam a ser frequentadas por artistas lésbicas, bis, gays ou trans. Até o fim dos anos 50, não existiam bares dirigidos exclusivamente a esse público. Essas pessoas se encontravam publicamente em parques, cinemas, banheiros públicos ou ocupavam de forma disfarçada restaurantes, cafés, ou partes de praias. Encontros sexuais frequentemente ocorriam em quartos alugados, ou em casas de amigos. Havia ainda festas que eram realizadas em casas particulares. Gays podiam expressar-se livremente apenas no carnaval. Já as lésbicas, embora muito mais limitadas por normas sociais, também se apropriaram do carnaval para expressar de forma mais sutil seus desejos em público. O carnaval era também o momento por excelência em que as travestis reinavam. Nos anos 50 e 60, as cidades atraíam homossexuais do interior que buscavam o anonimato das grandes cidades, longe do controle familiar. Assim, formaram subculturas homossexuais urbanas (GREEN, 2000). Na década de 60, foram abertas boates declaradamente destinadas a uma clientela homo/transexual de classe média (MACRAE, 1983).

É importante enfatizar que o surgimento de maiores transgressões em gênero e sexualidade na MPB ocorreu no contexto da ditadura militar, que trouxe impactos profundos nos mais diversos campos para o país, sobretudo em termos de repressão política e cultural e na esfera econômica. De acordo com Lélia Gonzalez (GONZALEZ; HASENBALG, 1982), com o golpe de 1964 estabeleceram-se mudanças por meio da criação de um novo modelo econômico. Suas características principais se assentaram na tríplice aliança entre estado militar, multinacionais e o grande empresariado nacional. Dessa aliança surgiu a dívida externa. Para trabalhadora/es, isso resultou em empobrecimento causado pelo arrocho salarial. Houve também o aumento do êxodo rural, o que provocou o inchamento das cidades, o aumento do número de favelas e de pessoas pobres. Aproveitando esse afluxo de mão-de-obra barata e majoritariamente negra e não qualificada, a indústria automobilística e a construção civil dominaram o mercado, inviabilizando os demais setores da economia. A prestação de serviços foi outro grande escoadouro de mão-de-obra barata, onde também se encontrava um

grande número de trabalhadoras/es negras/os em atividades menos qualificadas, como limpeza urbana, serviços domésticos, segurança. Já os novos setores da classe média, majoritariamente branca, serviam de suporte ideológico do "milagre econômico". Eram essas as pessoas que adquiriam eletrodomésticos e carros do ano.

Foi nos anos 60 que duas das cantoras mais importantes da MPB, tidas como lésbicas, iniciaram suas carreiras: Maria Bethânia e Gal Gosta. Ambas jamais se declararam lésbicas ou bissexuais. Contudo, essas cantoras gravaram canções com referências à lesbianidade, além de terem trazido inovações em suas performances artísticas e terem transgredido normas de gênero com suas posturas, dentre outras formas, pelo uso da sensualidade no palco. Um exemplo disso ocorreu em 1973 no show *Phono 73*, no qual, após a apresentação da canção *Oração de Mãe Menininha,* Maria Bethânia e Gal Costa se beijaram.

Em 1969, Maria Bethânia gravou "*Preconceito*", de Fernando Lobo e Antônio Maria. Trata-se de uma canção amorosa, dirigida a outra mulher, que descreve uma relação proibida, impedida por preconceitos. Referindo-se a esta canção, Karlla da Trindade e Elisa Nóbrega (2008) afirmam que "a enunciação do preconceito, nesta historicidade, associada a uma cantora, que era constantemente interpelada sobre sua (homo)sexualidade, cria fissuras na cultura brasileira."(p.1). Em 1979, Maria Bethânia gravou *Mel*, composta por Caetano Veloso e Waly Salomão, que foi considerado como um "hino lésbico" (TRINDADE; NÓBREGA, 2008), por tratar da entrega apaixonada a uma mulher forte, sendo cantada por outra mulher. Essa canção rendeu à cantora o apelido de abelha rainha. Na década de 90, Maria Bethânia gravou *Mar e lua*, composição de 1980 de Chico Buarque, criando furor em seus shows (TRINDADE; NÓBREGA, 2008). Essa canção simbolizou uma nova tradição musical de rompimento com padrões, tornando-se um *hit* dos amores entre mulheres. A canção faz referências à lesbianidade com menções explícitas de que se trata de uma relação entre mulheres, como "uma andava tonta", "outra andava nua" e "levantavam as saias", além de alusões a um "amor proibido". Embora não se declare lésbica, Bethânia gravou várias canções com temática lésbica. Entretanto, é no terreno da performance artística que a cantora transgride as normas de gênero e sexualidade mais fortemente. Em muitos momentos,

a cantora apresentou uma performance artística na qual ela performava o gênero rompendo com padrões de feminilidade, como na apresentação de Carcará, em 1965, quando apelou à androginia em sua aparência e atuação.

Em 1977, Gal Costa gravou uma canção de autoria de Caetano Veloso, que foi regravada posteriormente por Maria Bethânia, com conteúdo feminista, e que ganhou um tom lésbico, por ser uma canção amorosa direcionada a uma mulher, e pela performance de Gal: *Tigresa.* Outra canção gravada por Gal Costa com conteúdo lésbico foi *Bárbara*, que cantou em 1981 em dueto com Simone, o que provocou fofocas na imprensa sensacionalista da época (FAOUR, 2006). Rafael Noleto (2014), em um estudo sobre Gal Costa, afirma que esta desenvolveu um discurso performático afinado aos propósitos Tropicalistas e à contracultura. Além disso, o discurso performático de Gal Costa demonstrou cenicamente uma apropriação dos discursos feministas da época. A performance artística de Gal fez uso da exposição do corpo como um ato de subversão da ordem estabelecida em sua época. No caso de Gal Costa, a voz também foi usada como apelo ao erotismo por meio do repertório e das suas interpretações vocais sensualizadas. Gal Costa também gravou outras canções com conteúdo homoerótico. A cantora ousou ao interpretar canções que tinham mulheres como objeto amoroso.

Trindade e Nóbrega (2008) afirmam que Gal Costa e Maria Bethânia ousaram não somente quando "fizeram de músicas reconhecidamente masculinas uma nova arte de falar sobre o amor, ousaram também na nudez de seus corpos, na forma como eles interagiam nos palcos, causando furor na cena cultural carioca." (p.2). Suas performances ousadas ficaram registradas na apresentação da canção *Esotérico*, de Gilberto Gil, em 1976, quando ao cantarem o trecho "não adianta nem me abandonar", segundo Trindade e Nóbrega,"se aproximam, e sem desgrudar os olhos, fazem 'amor' no palco – como anunciou a imprensa de época."(2008, p.2).

De acordo com Marcos Napolitano (2006), no final dos anos 60, o cancioneiro brasileiro passa por uma grande valorização cultural e estética. Ao longo dos anos 70, a música popular assume importância política, sendo um foco de resistência cultural significativo e reconhecido. A canção passava a ser o artefato mais dinâmico da crítica cultural e da abertura comportamental que marcava a vida

da juventude brasileira desde 1968, criando um novo lugar social, comercial e cultural para a canção brasileira nos anos 70, no auge da repressão.

MacRae (1983) acredita que no começo da década de 70, com a volta da Europa de Caetano Veloso e a nova ênfase que as/os antiga/os tropicalistas passaram a dar à androginia, o comportamento homossexual começou a sair dos espaços fechados para se tornar público. Surgiram depois os Dzi Croquetes e o conjunto Secos e Molhados, com o cantor Ney Matogrosso, que quebrou a fronteira binária da divisão de gênero e inovou fortemente a MPB no quesito performance cênica, sobretudo no que esta se relaciona à expressão do gênero e da sexualidade na música. Além disso, chegavam ao Brasil notícias vindas da Europa e dos Estados Unidos falando sobre a "revolução gay" que estaria acontecendo nesses lugares.

Diferentemente das décadas anteriores, a partir dos anos 1970, com a gradual mudança dos costumes – promovida, entre outros fatores, pelo surgimento da pílula anticoncepcional, pela expansão de ideais feministas, o aumento da entrada de mulheres no mercado de trabalho, a aprovação da lei do divórcio, a ampliação de possibilidades para as mulheres – lentamente aparecem músicas brasileiras especificamente inspiradas na homossexualidade nas quais estas apareciam de forma mais explícita (FAOUR, 2006).

Segundo Miriam Grossi (2004), o feminismo brasileiro na década de 70 se desenvolveu com algumas particularidades em virtude da ditadura militar. Uma delas foi o forte compromisso político, que se expressou na importância do caráter de luta de classe e contra a ditadura que marcou as ações e as primeiras publicações feministas – por exemplo, jornais Brasil Mulher e Nós, Mulheres – na época. A outra peculiaridade foi que suas participantes – majoritariamente das camadas médias intelectualizadas – tiveram uma forte preocupação com a pesquisa sobre a situação daquilo que se pensava ser "a mulher brasileira". Neste mesmo período, desenvolveu-se a pós-graduação no Brasil e consolidaram-se importantes grupos de trabalho sobre mulher e gênero nas principais associações científicas das ciências humanas e da área de letras.

Contudo, é importante lembrar que as mudanças que ocorreram a partir do final dos anos 60, e se aprofundaram nos anos 70, e que modificaram bastante as condições das mulheres, não atingiram todas

elas da mesma forma. De acordo com Sueli Carneiro (2003), os ganhos obtidos pelas lutas feministas no mercado de trabalho, em especial, embora tenham se constituído em grandes avanços, não conseguiram dirimir as desigualdades raciais que obstaculizaram melhorias para as mulheres negras nessa esfera. Para a autora, muitas mulheres negras entraram no mercado de trabalho pelo serviço doméstico. Mesmo quando mulheres negras conseguiram investir em educação, numa tentativa de mobilidade social, elas se dirigiram para empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho. Como aponta Carneiro (2003), as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher – que embasa a concepção de uma "liberação" feminina a partir dos anos 60 – não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida tem tido na identidade feminina das mulheres negras. Para a autora, o mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, não diz sobre a experiência das mulheres negras, pois estas nunca foram tratadas como frágeis. Essas são também mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas. Assim, não se aplica a elas o chamado feminista para que mulheres ganhassem as ruas e trabalhassem. Muitas mulheres negras ficaram nas casas de mulheres brancas de classe média cuidando do serviço doméstico e de crianças quando estas ganharam o mercado de trabalho. Acrescente-se a isso a presença minoritária de mulheres negras nas mídias, bem como a fixação dessa presença em categorias específicas como a mulata e a empregada doméstica. São mulheres que também passaram pela esterilização maciça, no mesmo contexto que é chamado de liberação feminina. Por isso, Carneiro defende uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica inseparável de outros eixos de opressão, como raça e classe, o que é indicado pelo conceito de interseccionalidade (Kimberlé CRENSHAW, 2002). Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade é uma conceituação que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Trata da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres e de outros grupos, produzindo também o desempoderamento.

De acordo com Green (2000), "a sub-cultura gay e lésbica das grandes cidades inicialmente foi pouco afetada pelo golpe militar. Alguns homossexuais que eram militantes de esquerda sofreram repressão não por sua sexualidade, mas por seu posicionamento ideológico e seu engajamento político" (p. 280). Enquanto os militares controlavam o governo, as transformações sociais e culturais que ocorriam no país iriam afetar as noções de gênero e sexualidade. Nesse contexto, é que cantora/es como a/os já citada/os Caetano Veloso, Maria Bethânia e Ney Matogrosso puderam apresentar uma imagem mais andrógina e que transgredia os padrões de gênero e sexualidade. Valores boêmios e contraculturais que enfatizavam a liberdade sexual individual começaram a influenciar as/os intelectuais e estudantes.

Entre as canções que surgiram na década de 70 com temática lésbica, na peça de Chico Buarque e Ruy Guerra, *Calabar – O elogio da traição* há alguns temas de amor lésbico. Nesta peça havia a canção *Ana de Amsterdam*, que tem o sentido e o tema lésbico complementado pela canção *Bárbara*, pois as duas canções em conjunto representam um diálogo entre Ana e Bárbara. *Bárbara*, por sua vez, se tornaria um clássico lésbico da MPB. Foi lançada anteriormente à peça *Calabar*, no LP *Chico e Caetano juntos e ao vivo*, em 1972. Em *Bárbara*, o trecho "nós duas" foi abafado por palmas em função da censura. Na peça original, a personagem Ana de Amsterdam a cantava para outra mulher (a própria Bárbara). Somente após a queda do AI-5, *Bárbara* foi interpretada por cantoras lésbicas como Ângela Ro Ro (1980), Simone e Gal Costa (em 1981) e, nos anos 90, por Maria Bethânia. Em 1974 surgiu outra canção com temática lésbica, *Girl*, composta por Tuca, gravada pela mesma no disco *Drácula, I love you*. Tuca foi outra cantora e compositora notoriamente lésbica. Tinha um estilo muito peculiar. Ousada, fazia uma música aberta e cosmopolita. A sexualidade e a condição de mulher sempre estiveram presentes em sua música, tanto em sua performance quanto em suas letras.

Contexto político do surgimento da lesbianidade na MPB: impactos do ativismo homossexual e lésbico na música popular brasileira

Na história ocidental, a teorização sobre a lesbianidade e bissexualidade feminina e de suas lutas precisa ser feita levando-se em consideração os feminismos e os movimentos de gays e trans como contextos fundamentais. As afiliações políticas que decorrem de identidades sexuais e de gênero são tão instáveis e contingentes quanto elas e refletem mudanças sociais mais amplas. Dessa forma, a discussão explícita sobre a homossexualidade feminina no movimento feminista e acerca das desigualdades de gênero no "movimento homossexual" se deu por meio de lutas internas (Ana Maria BRANDÃO, 2009).

Para se conhecer a história dos movimentos de lésbicas no Brasil é preciso um esforço para ir além do que está escondido por trás da "grande bandeira do movimento homossexual", uma vez que a maior parte dos textos sobre o tema aborda a questão da homossexualidade masculina. Há escassez de informações sobre a condição e evolução da comunidade lésbica no Brasil. Em parte, isso se deve ao fato de mulheres terem sido historicamente relegadas à esfera privada, desenvolvendo, dessa forma, poucas comunidades de caráter público. Além disso, há o silenciamento sobre a sexualidade feminina em geral (Tânia PINAF, 2010). Trabalhando em grupos mistos com gays, lésbicas foram constatando que havia uma grande diferença entre ser uma mulher lésbica e ser um homem gay em uma sociedade androcêntrica, patriarcal e machista. (PINAF,2010). Gays e lésbicas entraram em confronto principalmente pela crença em que as diferenças de classe, sexo/gênero e raça/etnia seriam subjugadas perante a luta comum contra a opressão característica da sociedade heteronormativa, o que os levou a desconsiderar as assimetrias de poder.

Os movimentos políticos em torno da homossexualidade surgem, no Brasil, no final dos anos 1970, no período de abertura política (Marylucia MESQUITA, 2004). As notícias do surgimento do

movimento de libertação gay em 1969, após a rebelião de Stonewall, em Nova York, chegaram à América Latina no começo dos anos 70, e incentivaram a formação de grupos na Argentina, México e Porto Rico. Contudo, a repressão militar no Brasil impossibilitou a formação de um movimento homo/transexual. A censura do governo militar limitava até referências à homossexualidade na imprensa. No ano de 1978 começou a se esboçar o movimento homossexual brasileiro, como era chamado na época. Nesse contexto, novas formas de resistência surgiram, como o movimento estudantil, as greves de metalúrgicas/os, a emergência do, movimento negro. Músicas que eram censuradas começaram a ser tocadas nas estações de rádio e a se tornar as canções mais populares no país (James GREEN, 2000).

Entre 1978 e 1979 estudantes, servidores públicos e intelectuais reuniam-se semanalmente em São Paulo planejando a primeira organização pelos direitos das/os homossexuais no Brasil, que inicialmente foi nomeada de "Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais". O nome final do grupo acabou sendo "Somos: Grupo de Afirmação Homossexual", criado a partir de um debate em fevereiro de 1979, no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Esse debate ocorreu como parte de uma série de discussões sobre a organização de movimentos sociais diversos. Para Green (2000), foi nesse evento em que o movimento de lésbicas, gays, bis e trans do Brasil "se assumiu". A partir daí, houve rápida expansão do movimento, que tinha orientação antiautoritária, participando da luta contra a ditadura militar. Contudo, o "movimento homossexual" brasileiro, desde o início foi formado predominantemente por ativistas homens, brancos, com educação superior e de classe média (GÓES, 2012).

Movimentos lésbicos feministas brasileiros existem desde que o movimento feminista se consolidou. Lésbicas demoraram algumas décadas para se organizarem politicamente, mas isso não significa que elas não militavam antes em grupos feministas ou que não existiam. A maior visibilidade de lésbicas e bissexuais a partir da década de 1980 demonstra força e amadurecimento político, mas não seu nascimento ou ineditismo (Suanne SOARES, 2014). Sua busca de autonomia se faz notar com a criação de grupos como o GALF (SP) e Iamuricumá (RJ). Nesses grupos, lésbicas elaboram estratégias políticas para ganhar visibilidade e obter direitos. Núcleos de lésbicas se organizam

nos movimentos feministas e gays. Os movimentos lésbicos no Brasil caminharam lentamente durante o final dos anos 1970, mas se expandem nos anos que vão de 1980 a 1990 (Patrícia LESSA, 2008).

Patrícia Lessa (2008) dividiu o movimento lésbico feminista brasileiro em três momentos. O primeiro, a partir de 1979, foi a visibilidade, marcado pela produção de materiais que tiravam as lésbicas feministas do anonimato em que viviam. Saindo do armário, lésbicas e bissexuais perceberam que precisam de visibilidade e de autonomia e que ambas são interdependentes. Foi o mesmo momento em que passam a encontrar algum apoio em meios feministas heterossexuais, o que não foi duradouro. Dessa forma, lésbicas e bissexuais começaram a construir movimentos autônomos tanto das esquerdas, quanto das feministas e dos gays. Contudo, a partir disso, elas passam a vivenciar o isolamento tanto por falta de contingente que lute pela homossexualidade publicamente quanto por falta de interesse público. O segundo momento, a autora chama de institucionalização, e começa quando as ONGs e o fim da ditadura promovem o aparelhamento estatal por meio do financiamento dos movimentos sociais. O que trouxe o risco de apagamento. Por questões de sobrevivência, muitas incorporam organizações gays e de mulheres. O terceiro momento, de pulverização *versus* popularização, é marcado pela popularização da internet e de pequenos grupos lésbicos feministas em diversas cidades do Brasil.

As primeiras iniciativas de ativismo lésbico no Brasil acontecem ainda nos anos 1970. A organização especificamente lésbica ocorre em 1979, quando lésbicas, predominantemente feministas, conquistam presença e visibilidade no Somos. Com o aumento do número de mulheres que ingressaram no Somos, as diferenças entre gays e lésbicas se acentuarem e esses acabaram se separando. As lésbicas começaram a realizar reuniões exclusivamente femininas. Isso ocorreu por meio da formação de um subgrupo que agregou várias denominações: facção lésbica-feminista, subgrupo lésbico-feminista, ação lésbica-feminista. Em maio de 1980, constitui-se como primeiro grupo só de lésbicas, denominado Grupo Lésbico-Feminista, LF, como resposta ao sexismo do movimento gay (MESQUITA, 2004). A independência foi vista pelos homens gays como divisionista, acontecendo, por essa razão, de forma conturbada (Gilberta SOARES; Jussara COSTA, 2011). No final dos anos 1980, as lésbicas do LF se dividem. Parte delas

saem da militância, outras ocupam diferentes organizações (espaços de natureza feminista e/ou espaços de natureza lésbica ou outros movimentos). Em outubro de 1981, as lésbicas que optaram pela consolidação do ativismo lésbico e feminista fundam o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), que atuou durante quase toda a década de oitenta (1981-1989). Durante esse período, duas produções se destacaram: o jornal homossexual "Lampião da Esquina", que surge, em 1978, no Rio de Janeiro e, que traz uma matéria sobre o amor entre mulheres, intitulada "Nós também estamos aí", e a publicação lésbica brasileira, "ChanaComChana", editada em janeiro de 1981. Ambas colocaram pela primeira vez publicamente reflexões sobre as mulheres lésbicas, não sob a ótica alheia, mas a partir delas próprias (MESQUITA, 2004).

A relação entre o incipiente movimento lésbico e o movimento feminista se inicia, em 1980, no II Congresso da Mulher Paulista. Apesar de resistências, o movimento de mulheres lésbicas foi se abrigando no movimento feminista e se separando do movimento homossexual. O LF desenvolvia atividades externas, tinha um núcleo de artes, participou de eventos feministas e homossexuais. O fim do LF pode ser associado ao desgaste de suas militantes e aos ataques de dissidentes, que passaram a integrar o SOS-Mulher, e não viam sentido na existência de um grupo lésbico. As integrantes do LF, não integradas ao SOS Mulher, criaram o GALF – Grupo de Ação Lésbica Feminista, como já dito. Na primeira fase (1982-1984), o GALF realizou vários eventos, participou de debates, encontros e "agitos" do Movimento Homossexual e Feminista, fez contatos com grupos do exterior, iniciou aproximação com lésbicas não-organizadas, que vendiam o ChanaComChana em bares e boates de São Paulo. A experiência mostrou ser imprescindível para o movimento lésbico constituir-se como movimento social específico em relação aos movimentos homossexual e feminista, procurando manter laços com esses grupos, sem, entretanto, permitir que as alianças diluam prioridades das mulheres lésbicas (SOARES; COSTA, 2011).

De acordo com Maria José Magalhães (2010), o feminismo lésbico tem sido um movimento vibrante, controverso e radical. O movimento feminista lésbico desenvolveu formas de ação política que alargaram as possibilidades de escolha para as mulheres e ajudaram a mudar parcialmente algo das estruturas sexistas e patriarcais. Para

Mesquista (2004) a auto-organização de mulheres como lésbicas, dentro e fora do movimento feminista, tem contribuído para reoxigenar a radicalidade peculiar ao movimento, qual seja, o questionamento da ordem patriarcal e ao mesmo tempo a defesa pública da livre orientação e expressão sexual. Tanto no campo do conhecimento quanto do político, a relação entre feminismo e lesbianidade tem sido historicamente marcada por tensões. Mesmo na atualidade, ainda é problemático para o feminismo ser identificado como um movimento de lésbicas. Os feminismos promoveram um ambiente favorável às descobertas, ajudando as mulheres a se revelarem e experimentarem o amor e o afeto com outras mulheres e a lesbianidade. Na prática, o campo feminista é marcado pela existência de mulheres lésbicas, bissexuais e com vivências afetivas e sexuais entre mulheres. Os encontros nacionais feministas, que tiveram seu auge na década de 80 e 90, foram momentos importantes de visibilização da presença lésbica no feminismo. Mesmo que a lesbianidade não estivesse pautada no temário central, as lésbicas realizavam oficinas, reuniões, promoviam visibilidade nas festas, demarcando sua existência e presença nos encontros. Muitas lésbicas integraram-se ao movimento feminista brasileiro desde seu início, considerando os anos 70, mas não foram todas que se anunciaram como lésbicas e trouxeram pautas específicas. A tendência do movimento feminista foi estabelecer a convivência com feministas lésbicas sem preocupar-se com a desconstrução da heteronormatividade na pauta política e teórica. Algumas mulheres lésbicas articularam grupos de lésbicas, todavia, muitas lésbicas feministas construíram sua atuação política junto aos grupos feministas e não romperam com a invisibilidade das mulheres lésbicas (SOARES; COSTA, 2011).

De acordo com Soares e Costa (2011), assim, os movimentos de mulheres lésbicas paulatinamente adquire autonomia, funda suas próprias organizações, produz crítica a misoginia, ao patriarcado e a forma falocêntrica do movimento homossexual, dominado por homens; apoiadas nas argumentações feministas para propagar a insatisfação com a ausência de lugar nos movimentos feministas e homossexual.

Não se pode dizer que houve uma correspondência direta entre o ativismo do então chamado "movimento homossexual" com a produção musical na MPB entre fins dos anos 70 e durante a década

de 80. Até porque o "mundo" musical é também um campo próprio de relações sociais (BOURDIEU, 1996) e apresenta, a cada momento histórico, especificidades na forma de se relacionar com a sociedade mais ampla, participando da produção e reprodução desta. Há ainda as peculiaridades do fazer artístico. Contudo, a música não é autônoma (BRETT; WOOD, 2002), de forma que o discurso musical depende de condições históricas de possibilidade e também participa da constituição de subjetividades em cada momento. De qualquer forma, nesse contexto, tanto os grupos ativistas, como as/os cantoras/es e compositoras/es, intencionalmente ou não, criavam formas de tornar visível a homossexualidade em seus trabalhos.

O final da década de 70 e toda a década de 80 do século XX representaram uma nova fase cultural e sociopolítica do país e constituíram um período efervescente para a produção musical pop. Nesse momento, a MPB, que era reconhecida pelo público e pela crítica como de alta "qualidade musical", coexistia com o crescimento do consumo televisivo e com as mais diversas produções que alcançavam um grande público (GÓES, 2012). Nesse sentido Góes (2012) defende que as músicas populares desde de finais de 60 até início de 80, que circulavam tanto nas mídias de massa quanto nos lugares elitizados, compactuavam de um novo estilo estético-musical e promoviam uma nova reflexão sobre a homossexualidade.

As/os cantoras/es e compositoras/es que estavam em evidência na transição dos anos 70 para 80, herdeiras/os de uma geração marcada pelos Festivais, a Jovem Guarda, a Tropicália, viveram um momento de extravagância. A "geração da sexualidade transviada, fielmente representada por Ney Matogrosso e Edy Star em suas performances, onde corpo, voz, gestos e letras marcavam um lugar e despertava a curiosidade de tantos (tele)espectadores" (GÓES, 2012, p. 3). Assim, não é possível restringir a leitura desse período apenas às letras das canções. O corpo das/os cantora/es é fundamental para a compreensão das composições desse tempo: "tanto as apresentações quanto as letras começavam a apontar para um posicionamento discursivamente identitário nesse período histórico musical (GÓES, 2012, p. 2).

A cantora Simone, que iniciou sua carreira na década de 70, mas obteve maior consagração artística nos anos 80, declarou-se bissexual. Gravou várias canções com temática lésbica, algumas delas

em parceria com outras cantoras lésbicas, como *Bárbara*, com Gal Costa em 1981. *Mar e Lua*, de Chico Buarque, foi interpretada por Simone em 1980 e regravada pela mesma com Zélia Duncan em 2007, no álbum *Amigo é casa*. Também de Abel Silva, em parceria com Tunai, Simone gravou *Água na boca*, de 1985, que ganhou um tom lésbico em sua interpretação, já que era uma mulher cantando no feminino e dirigida a outra mulher. Simone tornou a canção mais ousada ao acrescentar em apresentações um trecho que não existia na letra original: "Por ela eu vivo com esse tesão" (FAOUR, 2006). Essa canção gravada por Simone rompe com o pudor tradicional, pois tem uma letra altamente erotizada. A maior parte das canções de sucesso de Simone foram gravadas na década de 80. Nesse momento as mulheres, que começavam a falar de si por meio da música, passaram a falar mais ainda de sua sexualidade, transgredindo normas (TRINDADE; NÓBREGA, 2008). Também na década de 80, a então estreante Sandra de Sá, gravou a canção *Bandeira*, composição dela com Faffy Siqueira, que, além de ser cantada de uma mulher para outra, faz referência ao "dar bandeira", expressão frequentemente utilizada para se referir à demonstração pública da homossexualidade.

A cantora e compositora Joanna, que iniciou sua carreira na década de 70, tornou-se mais conhecida nos anos 80. Ela é mais um ícone da MPB que é tido por lésbica, mas que evita falar a respeito disso publicamente. De acordo com Faour (2006), Joanna foi uma das principais representantes, nesse contexto da década de 80, da tendência das cantoras da MPB se mostrarem mais sensuais do que propriamente se revelarem em músicas homoeróticas. As posturas que rompiam com isso eram exceções. Contudo, esse foi também o momento de projeção de cantoras que se colocaram de forma bastante explícita quanto à orientação sexual. Os anos 80 foram também o momento em que a MPB foi dominada por vozes femininas, sendo que a maior parte delas era de cantoras declaradas ou tidas por lésbicas ou bissexuais.

Consideramos que Leci Brandão foi a primeira cantora e compositora a romper com o interdito do "armário" na MPB. Como já dito, ela o fez ainda na década de 70, desde o início de sua projeção artística. Já no contexto da década de 80, Angela Ro Ro e Marina Lima foram as representantes de uma geração que ousava tornar pública sua sexualidade.

Em 1979, Angela Ro Ro gravou seu primeiro disco, iniciando uma trajetória de sucesso. A cantora, compositora e pianista, conhecida por seu temperamento irreverente e ousado. Frequentemente Angela dizia, ironicamente, que ela era a única cantora lésbica da MPB, visto que a maior parte das cantoras não se definia como tal. Angela declarou ter apanhado da polícia em virtude de sua orientação sexual. Ela teve a casa invadida por policiais na época da ditadura. Trindade e Nóbrega (2008) afirmam que com Angela Ro Ro a irreverência se corporificou não somente por aquilo que é cantado, mas sim por um estilo de vida que passa a ser publicizado a partir desse lugar. A lesbianidade era explicitada em suas composições, na contramão de cantoras/es homossexuais da MPB que, com raras exceções, quase sempre saíam pela tangente quando o assunto homossexualidade era abordado, temendo represálias e perseguições do público e da imprensa (FAOUR, 2006).

Ângela Ro Ro foi capa do Chanacomchana. Sua foto era seguida da frase "não me envolvam, eu me envolvo. Patrícia Lessa (2008) afirma que a cantora não esperava que os movimentos lésbicos falassem por ela. Ela se envolve, e por isso sua postura é de quem toma a frente da situação e fala em nome próprio. Ao longo da entrevista o grupo perguntou à cantora se ela se apresenta publicamente como lésbica, ao que ela responde: "Eu não me disse lésbica hora nenhuma. Não me envolvam, eu me envolvo. Não é preconceito, sabe, com a palavra. Eu acho que vocês têm uma motivação para estarem usando esse termo". De acordo com Lessa, a cantora não aceita enquadrar-se em um termo, é uma cantora e deixa evidente o sentido de brincar com a identidade sem necessitar fixar-se na mesma ancoragem da militância lésbica. Ângela continua: "mas ser lésbica, ou ser bicha, ou ser negro, ou ser judeu é detalhe da pessoa humana, você recebe um carimbo e aceita? Isto é dar continuidade à discriminação". O rótulo imposto pelo olhar do outro é por ela recusado, sobretudo quando expressa "a diferença", aquela que traz em seu sulco a inferioridade e a discriminação (LESSA,2008).

Como visto, a maior parte das canções de temática lésbica, ou homossexual em geral, de Angela Ro Ro, foram escritas e gravadas na década de 80. Nesse contexto, o Brasil já passava pelo processo de redemocratização. Com o final da ditadura militar a censura em torno das músicas havia diminuído em relação à década anterior. O

eu lírico masculino era um recurso ainda muito utilizado por algumas cantoras para se referir a objetos amorosos femininos. Contudo, esse uso começou a recuar na década de 80, como as canções compostas e gravadas por Ro Ro demonstram. Esse foi também o contexto em que se consolidou uma tradição na música popular de cantar os amores lésbicos (TRINDADE; NÓBREGA, 2008). Ainda existiam canções com letras cifradas, com referências implícitas ao "amor que não ousa dizer seu nome", mas cada vez mais era rompido o interdito em relação à expressão da lesbianidade na música. E mesmo que muitas das canções com essa temática fossem compostas por heterossexuais, crescia o número delas escritas por lésbicas e bissexuais, que na maioria dos casos eram quem as interpretavam.

Foi na década de 1980 que também se consolidou a figura da "entendida". Esta era a representação cultural criada para as mulheres que se relacionavam afetivo-sexualmente com outras mulheres.

> Mais concentradas nos centros urbanos, a entendida era a frequentadora dos bares e das praias cariocas, bem como dos salões e das casas noturnas de várias outras cidades. Moderna, destemida, falante, a entendida surge no contexto de Malu Mulher, que produzia também uma importante representação sobre a mulher moderna. Não necessariamente militante, ativista da causa gay, a entendida procurava referências para o seu modo de viver (TRINDADE; NÓBREGA, 2008, p.3).

Nesse contexto, a cantora, compositora e instrumentista Marina Lima, que se define como bissexual, consolidou sua carreira. Marina foi símbolo de uma geração, ao se apresentar como uma nova tendência feminina, mostrando-se como uma mulher sexualmente livre, aberta, surfista, roqueira, moderna. Marina Lima gravou e compôs canções que abordavam a sexualidade, incluindo letras de apelo homoerótico. Em geral, a cantora fazia isso mais explicitamente, interpretando canções sem jogos requintados de mensagens cifradas. Em 1980, Marina gravou uma canção, composta por Gilberto Gil, com referências à bissexualidade, *Corações a mil*, Uma canção marcante na carreira de Marina Lima, e que ganhou sentido lésbico por sua interpretação, foi *Mesmo que seja eu*, composição de Erasmo Carlos e Roberto Carlos, de 1984. Embora não tenha sido feita com essa intenção, essa canção ganhou uma conotação transgressora ao ser

cantada por uma mulher e também pela performance de Marina. De acordo com Erasmo Carlos, "Fiquei sabendo que essa música virou o hino das sapatas [...] Só me dei conta disso quando fui ao presídio do Carandiru fazer um show para a ala feminina e as detentas todas a cantaram em massa, era o hino delas" (reproduzido em FAOUR, 2006, p. 415).

Leci Brandão – sambista, mulher, negra e lésbica

Nesse contexto da década de 70, no qual cantoras e compositoras lésbicas e bissexuais não publicizavam sua orientação sexual, ainda que ousassem na composição ou escolha das letras de canções que interpretavam, bem como em suas performances artísticas, Leci Brandão rompeu com esse padrão. A cantora e compositora sempre se declarou publicamente lésbica, sendo provavelmente a primeira cantora de MPB a fazê-lo, conforme aponta Rita Colaço (2004).

> Leci Brandão [...] Em entrevista ao Jornal Lampião da Esquina, nº 6, de novembro de 1978, págs. 10-11, perguntada sobre se "Seu relacionamento com o homossexual, entendido, povo guei, como se queira chamar, é platônico ou participante", responde: "Platônico e participante". "Em que sentido", perguntam novamente. – Leci: "Quer ver? Por exemplo, o fato de eu ser homossexual é uma coisa que não me incomoda, não me apavora, porque eu não devo nada a ninguém (…) A gente já é marginalizado, de cara, pela sociedade. Então a gente se une, se junta, dá às mãos. E um ama o outro, sem medo nem preconceito. É um negócio maravilhoso, que eu estou sentindo de cabeça, realmente.

Colaço (2004) também aborda a militância política de Leci em outras questões, como a racial, principalmente, e as reprovações que sofreu em virtude de seu ativismo como mulher, negra e lésbica. Por causa de sua militância contra o racismo, classismo e homofobia, Leci teve problemas com a Mangueira e com a gravadora, como mostrou Colaço:

> Durante cinco anos Leci ficou sem gravar por absoluta questão política. As gravadoras não aceitavam suas canções marcadas pelas letras sociais. Ela cantou a defesa das minorias (todas elas), era convocada para cantar em todos os eventos afinados com sindicalistas, estudantes, índios, prostitutas, gays, partidos de esquerda, movimentos de mulheres e principalmente o Movimento Negro. Nos últimos quinze anos todos os discos de Leci contêm uma faixa falando do assunto de forma direta, transparente e apaixonada. É a cantora das comunidades e sente muito orgulho por isto.[1]

Em seu texto, Colaço (2004), reproduz um dito de Leci Brandão "os homossexuais, essas tais criaturas". A cantora está se referindo à canção que compôs e gravou em 1980, *Essa tal Criatura*, que traz referências implícitas à homossexualidade e na qual faz um chamado para alguém que vive com vergonha enfrente o preconceito e ame em liberdade.

Tire essa bota
Pisa na terra
Rasgue essa roupa
Mostra teu corpo
Limpa esse rosto
Como a poeira
Seja essa cara
Sinta meu gosto
Morda uma fruta madura, lamba esse dedo melado
Transa na mais linda loucura, deixa a vergonha de lado
Corra no campo
Leva um tombo
Rala o joelho
Mata esta sede
Durma na rede
Sonha com a lua
Grita na praça
Picha as paredes
Ama na maior liberdade...

1. Leci Brandão. Biografia. Disponível em http://www.lecibrandao.com.br/historia/historia.php. Acesso 01/05/2017, 12:00.

abra, escancara esse peito
Clama! Só é linda a verdade, nua sem ser preconceito
Tire essa fruta
Lamba essa terra
Pisa as paredes
Sinta esse tombo
Rala esse rosto
Transa com a lua
Morda essa cara
Linda, tão nua...
Faça da vergonha, loucura...
abra, escancara a verdade
E ama essa tal criatura que envergonhou a cidade

Alguns anos antes, em 1974, Leci Brandão já havia composto uma canção com temática homossexual, *Deixa pra lá*, na qual apela para que alguém se assuma e resista.

Deixa, que essa vida um dia muda, você tem que se assumir
E se o próprio amigo o acusa, você deve resistir... (...)
Deixa, não perturbe a sua vida, carnaval já vem aí
Vou brincar com o povo na avenida, descobrindo o que não vi

Além dessa, Leci Brandão compôs várias canções que abordam, explícita ou implicitamente, questões de sexualidade, como a canção *As pessoas e eles*, em 1976, que faz referência à discriminação que obriga o ocultamento da sexualidade.

As pessoas olham pra eles
Com ar de reprovação
As pessoas não percebem que eles
Também tem o porquê e a razão
As pessoas não entendem porque eles se assumiram
Simplesmente porque eles descobriram
Uma verdade que elas proíbem
As pessoas que são boas
Que são certas
Deixaram todas as portas abertas
E ninguém jamais entrou
Enquanto eles

Os perseguidos, incompreendidos
Num sorriso e num gesto
Não ligaram pro resto
E o amor chegou

Ainda sobre a existência escondida de quem vivencia o que é proibido socialmente, Leci Brandão também compôs *Ombro amigo*, em 1977.

Você vive se escondendo
Sempre respondendo
Com certo temor
Eu sei que as pessoas lhe agridem
E até mesmo proíbem
Sua forma de amor
E você tem que ir pra boate
pra bater um papo
ou desabafar
e quando a saudade lhe bate
surge um ombro amigo
pra você chorar. (...)
Num dia sem tal covardia
Você poderá com seu amor sair
Agora ainda não é hora
De você, amigo, poder assumir
Por isso tem que vir pra boate (...)

Leci Brandão também compôs *Assumindo*, em 1985, que trata de homossexuais que confrontam as discriminações que sofrem, resistindo à ordem heteronormativa.

Vocês estão incomodando uma meia dúzia
Vocês estão atrapalhando esse meio campo
Somente porque vocês não são desse meio termo
E eles estão pretendendo dar a meia trava
Mas no meio dia de sol
Ou sob a meia lua
Vocês já andam de mãos dadas no meio da rua
Mas no meio dia do sol
Ou sob a meia lua
Vocês já ousam de mãos dadas no meio da rua

Você vive se escondendo
Vocês estão incomodando uma meia dúzia
Vocês estão atrapalhando esse meio campo
Somente porque vocês não são desse meio termo
E eles estão pretendendo dar a meia trava
Mas no meio dia de sol
Ou sob a meia lua
Vocês já andam de mãos dadas no meio da rua
Mas no meio dia de sol
Ou sob a meia lua
Vocês já ousam de mãos dadas no meio da rua
Mas no meio dia de sol
Ou sob a meia lua
Vocês assumem de mãos dadas

É preciso falar da importância de Leci ter se assumido e ter feito isso não apenas como lésbica, mas assumido sua negritude e sua origem pobre. Essa atitude marcou profundamente sua trajetória pessoal, artística e política. Ademais, ao assumir-se como negra e homossexual, Leci traz a público a visibilização de um sujeito social até então bastante invisibilizada, a lésbica negra. Ainda que para muitos pareça não fazer sentido afirmar que alguém assumiu a negritude, é preciso ressaltar como no Brasil se construiu um discurso sobre a mestiçagem e uma política eugenista e identitária que visava o embranquecimento populacional. Como demonstrou Lilian Schwarcz (1998), criou-se no Brasil um discurso em que a classificação racial é apresentada como contextual, não sendo vista como significativa em todas as relações sociais nem tampouco impregnada nas estruturadas sociais, mas, algo que pertenceria ao domínio da intimidade, já que só teria importância em algumas relações interpessoais. De acordo com esse ideal, segundo Schwarcz, o peso do contexto social daria origem a um sistema classificatório multirracial, em que se encontra um predomínio de auto-classificações em torno das categorias branca, parda, preta, morena, marrom, morena clara, morena escura, mulata, entre tantas outras. Schwarcz (1998) critica esse discurso e evidencia como, no Brasil, as esferas política, cultural, econômica, jurídica e social estão racializadas e mostra como o mencionado reconhecimento social do mestiço se deu às custas da depreciação dos pretos.

Nesse cenário em que o discurso sobre cor toma o lugar do discurso de racialização, com o intuito de se defender a existência no Brasil de uma democracia racial, a negritude teria ganhado um caráter de intimidade e, dessa forma, a pessoa teria o "direito" de decidir sobre publicizar ou não algo de caráter tão pessoal e como fazê-lo. Contudo, essa liberdade de assumir-se negra pode ser questionada, tendo em vista a constante depreciação dos negros, facilmente vistas em expressões populares como "o lado negro", "a coisa ficou preta", "humor negro", "magia negra", entre tantas, indicam o negro sempre relacionado ao ruim.

As desvantagens da população negra ficaram ainda mais evidentes no final dos anos 70, quando Carlos Hasenbalg (1979) e Nelson do Valle e Silva (1980) analisam os dados agregados, produzidos pelo IBGE, e demonstram sem deixar margens para dúvidas as desigualdades econômicas e sociais entre brancas/os e negras/os. A partir daí o movimento negro consegue fortalecer seu discurso sobre a racialização da sociedade brasileira e da importância de se adotar a identidade racial em vez da de cor a fim de enfrentar o racismo e seus efeitos. Portanto, adquirir uma identidade racial seria importante em um país que pretende teoricamente desracializar a sua população, mas que na prática produz e reproduz o racismo (Antônio GUIMARÃES, 2003).

Daí, como afirmou Vanilda Oliveira (2006), a tentativa de colocar o negro brasileiro no armário, estimulando-o a se identificar a partir de critérios de cor, entre diversas nuances, deu lugar cada vez mais à prática de assumir-se negra/o. E era assim que Leci se apresentava publicamente.



Figura 1 - Jornal Lampião da Esquina, nº 6, novembro de 1978, pág. 10. Fonte: Blog memórias & histórias das homossexualidades. Disponível em https://memoriamhb.blogspot.com/2012/06/leci-brandao-essa-tal-criatura.html.

De acordo com Magalli Lima (2016), a música, e o samba em especial, foi um dos poucos espaços que negras/os brasileiras/os, segregadas/os da cultura dominante da elite branca, encontrou para sua expressão. Para negras/os, a música brasileira não representa apenas uma expressão artística importante, mas sim está diretamente ligada à propagação e legitimação da cultura negra na diáspora. Ressalte-se a presença das mulheres no samba, já que os homens

majoritariamente estiveram à frente do samba, quantitativamente e em termos simbólicos. Contudo, as mulheres também contribuíram para o enriquecimento musical do ritmo de forma significativa – dominando, inclusive, o samba e sua popularização a partir dos anos 1970. Antes disso, as origens do samba contaram com a atuação de mulheres que eram consideradas as principais guardiãs das práticas musicais e religiosas nos redutos negros. Mulheres negras enfrentam barreiras específicas para sua participação na MPB, colocadas pela forma como o gênero se relaciona com o racismo, de forma que são invisibilizadas nesse campo.

Nesse sentido, ao apresentar-se como uma mulher, negra e homossexual, Leci Brandão rompe com essa invisibilização. Ela estava lá e não em uma postura de silenciamento de quem era, mas identificando-se, assumindo-se, resistindo e convidando à resistência. Ademais, ao assumir-se como negra e homossexual, Leci quebra com outra lógica implantada pelos discursos sexuados e racializados sobre as mulheres negras brasileiras, principalmente no que diz respeito à sua sexualidade, discursos de submissão, hipersexualização e heteronormatização. É importante lembrar, como já atentou Pinho (2002), que não existe desejo fora da história. Este e as formas pelas quais eles se realizam têm a ver com a história, os discursos e a estrutura social. Pinho (2002) enfatiza que muitas das imagens, símbolos e discursos associados à/ao negra/o preservam elementos plenamente coloniais e escravistas e que esta subordinação também passa pela sexualidade porque constrói a/o negra/o apenas como corpo - para o trabalho, para o prazer e sempre para outrem. No caso dos corpos das mulheres negras esse "outrem" está bem definido – é masculino e, preferencialmente, branco. Para mostrar o quanto sexo e desejo são historicamente forjados, Pinho (2004) ressalta que no Brasil os discursos em torno da sexualidade estão estreitamente relacionados com a construção imagética de uma nação miscigenada. A identidade nacional seria construída em torno da crença na mestiçagem e na harmonia do povo brasileiro, comprovadas por meio da prática de sexo inter-racial reprodutiva.

Portanto, houve um longo investimento no sentido de expropriar os corpos das mulheres negras e transformá-los em meros objetos de prazer para os homens. A mulher negra sempre foi mostrada como um objeto de uso sexual e, mais do que isso, como o uso da

sexualidade exótica pelo homem branco. Nesse sentido, Patrícia Collins (2016) propõe o conceito de "imagens controladoras", que liga representações culturais a formas estruturais de desigualdade. As imagens controladoras das mulheres negras, segundo ela, são projetadas para fazer racismo, sexismo e pobreza parecerem naturais, portanto, inevitáveis. Essas imagens controladoras serviriam ainda para esconder práticas históricas e contemporâneas de dominação racial e de gênero. Essa passagem sugere que, enquanto ambos os grupos são estereotipados, embora de maneiras diferentes, a função da imagem é a de desumanizar e controlar ambos. Nesse sentido, os discursos de submissão e hipersexualização das mulheres negras pretendiam produzir uma verdade sobre a mulher negra e, desse modo, moldar corpos heterorraciais, como definiu Hilan Bensusan (2005).

Como discutiu Oliveira (2006), assumir-se negra ou lésbica envolveria investimentos nos corpos para que não só mostrassem o que as pessoas são, mas como se veem e esperam ser vistas pelos outros. Além disso, não basta parecer a partir da produção corporal, seria necessário dizer que é, para que as antigas identidades objeto de desprezo pudessem ser ressignificadas em discursos identitários orgulhosos. A autoclassificação aliada a uma ressignificação positiva da negritude e da homossexualidade seria uma ferramenta importante de luta para as lésbicas negras, pois a adoção de uma identidade "negra lésbica" ou "negra homossexual", como de Leci, tornaria visível tanto a posição particular de sujeito quanto a necessidade de uma resistência interseccional ao racismo, ao sexismo e à lesbofobia.

Se adotarmos a perspectiva de Curiel (2004) de que o caráter mais subversivo da adoção de uma identidade subalterna é fazê-lo orgulhosamente, a partir de sua ressignificação, podemos concluir que quando uma mulher se assume orgulhosamente negra lésbica ela frustra as expectativas de que um sujeito marcado pelo gênero "dominado", pela raça "inferiorizada" e pela sexualidade "anormal" seria uma vítima das desigualdades sociais. A mulher negra lésbica questiona discursos construídos em torno das mulheres, das negras e das lésbicas, durante séculos. Ela subverte o feminino, rompe com a heteronormatividade e transgride o espaço determinado à negra. Ela desconstrói e ressignifica categorizações e demonstra a possibilidade de resistência e transformação própria e social porque sua identidade

é construída a partir do engajamento na luta contra o racismo, o sexismo e o heterossexismo.

Assim, a mulher negra lésbica parte de um lugar de opressão interseccional, para usar o importante conceito de Kimberlé Crenshaw (2002), para uma resistência interseccional, porque subverte os padrões socioculturais impostos ao questionar a dominação masculina, branca e heterossexual; problematiza a visão dos outros sobre si próprios ao contestar as normas e os modelos estabelecidos; explicita as muitas possibilidades de composição de narrativas dos sujeitos e exigem um olhar mais elaborado das diversas formas de subjetivação.

De fato, Leci Brandão é constantemente tomada como uma artista líder, uma mulher de vanguarda, que a partir de uma postura proativa, abre novos espaços de representação dentro e fora da comunidade artística. Nada impressionante se considerarmos, por exemplo, que ela assumiu os incontáveis riscos profissionais por não abrir mão de cantar e contar as coisas do seu pessoal no decorrer de 35 anos de carreira. Tal postura sinaliza para uma mulher que, inegavelmente, exerce um poder de liderança, senão sobre o outro, que ora soma ou antagoniza seu percurso, sobre os caminhos traçados por suas próprias escolhas (PEREIRA, 2010).

A postura de Leci ao afirmar-se positivamente como negra homossexual, cantando um convite à visibilidade pode ser lido a partir do conceito de Collins de imagens controladoras, só que, nesse sentido, quando as mulheres negras tomam para si a produção da própria imagem, de forma consciente e positiva a fim de construir outras imagens de si mesmas. Ao controlar a própria imagem as mulheres negras como Leci promovem sua autodefinição e rompem com a desumanização essencializada promovida pelo sistema de dominação heterorracial e criam novas ferramentas de avaliação de si mesmas.

Quando mulheres negras escolhem valorizar os aspectos da condição feminina afro-americana que são estereotipados, ridicularizados e criticados na academia e mídia popular, elas estão na verdade questionando algumas das concepções básicas que são usadas para controlar grupos dominados em geral. Uma coisa é aconselhar mulheres afro-americanas a resistirem ao estereótipo de Sapphire, alterando o seu comportamento para se tornarem mansas, dóceis e estereotipadamente "femininas". Outra coisa

bastante diferente é aconselhar mulheres negras a abraçarem sua assertividade, a valorizarem sua ousadia, e a continuarem a usar essas qualidades para sobreviverem e transcenderem os ambientes hostis que circunscrevem as vidas de tantas mulheres negras. Ao definir e valorizar a assertividade e outras qualidades "não femininas" como atributos necessários e funcionais da condição feminina afro-americana, a autoavaliação das mulheres negras desafia o conteúdo de imagens controladoras externamente definidas (COLLINS, 2016, p. 104).

Defendemos aqui que Leci na sua identidade e nas suas músicas produziu a visibilidade de novas subjetividades, assertivas, fortes, talentosas, negras e lésbicas. Para uma mulher que nasceu em um país em que historicamente seu corpo foi descrito e usado como voltado para o prazer do outro, duplamente subordinado às normas sexuais e raciais de uma cultura colonial hetero-racial, controlar a própria imagem, apesar dos obstáculos, exigiu uma resistência interseccional. Leci mostrou sua capacidade e inspirou seu público a se construir e se apresentar por si mesma, de forma autônoma e corajosa.

Considerações finais

Com exceção de Aracy de Almeida, Dora Lopes e Tuca, que faleceram, as outras cantoras tratadas neste texto continuam atuantes. Sem nos basearmos em estudos e sem termos condições de fazer uma análise mais aprofundada dessas gerações, por questão de recorte, consideramos que não houve modificações com relação à forma com que essas cantoras e compositoras expressavam a sexualidade em suas performances artísticas, canções e declarações públicas em direção a uma maior visibilização da lesbianidade.

Não se pode minimizar a importância na vida e obra de artistas da proibição da homossexualidade em uma sociedade heteronormativa. Então, é preciso considerar que, ainda que isso não diga tudo sobre essas cantoras, a dinâmica do "armário", ou seja, o lidar com a proibição da lesbianidade, perpassa suas carreiras e impacta, com sua atuação, as relações de gênero e sexualidade. O fato de cantoras serem vistas como lésbicas contribui com a visibilidade lésbica, a despeito de

ser ou não esta a intenção das artistas. Primeiramente, porque são cantoras de grande projeção. A MPB chega a um grande público. Além disso, artistas famosas são pessoas sujeitas a provocar admiração em seu público. Dessa forma, essas artistas podem contribuir para maior "aceitação" da homossexualidade entre heterossexuais, e como modelos positivos de identificação para lésbicas e bissexuais.

Essas cantoras não foram simplesmente "produtos" de um tempo. Cada uma delas marcou de maneira pessoal essa experiência histórica, como se pode perceber ao longo do texto nas diferenças entre suas atuações e posicionamentos públicos quanto à sexualidade. Uma contribuição importante foi no campo da performance artística. Nesse sentido, entendemos que a visibilidade lésbica na MPB não se dá apenas por "saídas do armário", ou seja, não se dá apenas pelo que se diz, mas pelo que se faz e canta. Gal e Bethânia, em especial, revolucionaram a forma de expressar gênero e sexualidade na música com suas performances. A visibilidade lésbica também se deu quando muitas dessas artistas cantaram canções de temática lésbica ou quando tornaram lésbicas canções com eu lírico masculino por sua interpretação. Por outro lado, elas o fizeram em um momento de grande efervescência cultural, em que os movimentos sociais se fortaleciam e o movimento lésbico ganhava voz e visibilidade. Ao mesmo tempo em que cantoras lésbicas famosas estavam saindo do armário, militantes lésbicas estavam ganhando espaços públicos para debate da lesbianidade. Dessa forma, houve influências mútuas entre o ativismo lésbico e a visibilidade lésbica na MPB.

É importante reconhecer que nem todas as mulheres partem das mesmas condições de possibilidade de resistência e enfrentamento da heteronormatividade. Algumas o fazem de uma posição social em que a lesbofobia se cruza com a pobreza e o racismo, por exemplo. Se o movimento lésbico estava se construindo e reconstruindo diante de embates, limites e interconexões com os movimentos homossexual e feminista, ele mesmo era alertado a não tratar da lesbianidade sem considerar os resultados do capitalismo e do racismo na vida das mulheres.

Por isso, a centralidade de Leci Brandão nesse cenário. Leci rompeu com normas de gênero ao se tornar uma das poucas mulheres sambistas com visibilidade na década de 70 e fez isso com a coragem de assumir sua negritude e lesbianidade como identidade e bandeira

política. Leci cantou a luta e o amor de negras/os e homossexuais, como mulher negra e lésbica que é e que nunca tentara aprisionar no armário. Mostrou que mesmo em condições de opressão interseccional seria possível apropriar-se de sua vida, sua imagem, seu corpo e destino, convidando e inspirando outras mulheres a fazerem o mesmo. Desse modo, contribuiu para romper com as imagens controladoras a respeito das mulheres negras, sua submissão e sua (hétero)sexualidade. Envolveu desfazer-se, reconstruir-se e identificar-se a partir de sua própria referência.

Tanto as militantes lésbicas e bissexuais quanto as cantoras lésbicas e bissexuais que publicizaram sua vivência afetivo-sexual homossexual fizeram mais do que apresentar uma performance de si. Essas militantes e cantoras lésbicas ajudaram a criar e recriar novas referências para um grupo de mulheres que ainda não poderiam fazê-lo por si mesmas.

Referências bibliográficas

ÁVILA, Maria. B.; GOUVEIA, T. Lesbianidade e Cidadania. In: *Bocas do mundo* – revista da articulação de mulheres brasileiras, ano I, n. 2, p. 03, 2003.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam. Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora queer. *Anais do V Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura* – ABEH, Natal (RN), 2010.

BENSUSAN, Hilan. *Heterosexuais, heteroraciais, heteroculturais*: as colonizações das mulheres negras. Brasília, UNB, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Papirus Editora, 1996.

BRANDÃO, Ana Maria. Lesbianismo, feminismo e activismo gay: alianças difíceis. *LES Online*, Vol. 1, No 1 (2009), p. 12-20.

BRETT, Philip; WOOD, Elizabeth. Música lésbica e guei. *Revista Eletrônica de Musicologia*. v. VII, Curitiba: UFPR, dezembro de 2002.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados* 17 (49), 2003.

COLAÇO, Rita. Ação e reflexão de um ativismo homossexual na Baixada Fluminense. 2004. Reproduzido em Ativismo lésbico de Leci Brandão, no blog *Boteco comer de matula.* Disponível em: http://comerdematula.blogspot.com.br/2009/02/ativismo-lesbico-de-leci-brandao.html. Acesso em 03/05/2017, 16:00.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, Abr. 2016. CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, Florianópolis, v.10, n. 01, 2002, p.171-188.

CURIEL, Ochy. *Identidades esencialistas o construccion de identidades politicas: El dilema de las feministas negras.* jan / 2004. http://www.creatividadfeminista.org/articulos. FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas-Estudos gays*: gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, 2009, p. 131-158.

FALQUET, Jules. Breve reseña de algunas teorías lésbicas. In: LAGO, Mara C. de S., GROSSI, Miriam P., ROCHA, Cristina T. da C. & GARCIA, Olga R. Z. *Interdisciplinaridade em diálogos de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

_____. De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas. Bogotá: Brecha lésbica, 2006.

FAOUR, Rodrigo. *História sexual da MPB*: a evolução do amor e do sexo na canção brasileira. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.

GÓES, Jancleide. Musicalidade: um discurso homossexual. *Anais do VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH*. Salvador (BA), 2012.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GREEN, James N. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu* (15) 2000: p. 271-295.

GROSSI, Miriam. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 12(N.E.): 264, set-dez/2004, p. 211-221.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com" raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LECI Brandão. Biografia. Disponível em http://www.lecibrandao.com.br/historia/historia.php. Acesso 01/05/2017, 12:00.

LEITE JR, Jorge. *"Nossos corpos também mudam"*: sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. Tese de doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2008.

LESSA, Patrícia. Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-feminista e do Boletim Chanacomchana. *Gênero*. Niterói, v. 8, n. 2, p. 301-333, 1 sem. 2008.

LIFSCHITZ, Javier. Comunidades étnicas no Brasil e modernização. *Avá*, n. 18, 2011.

LIMA, Magalli. *Mulheres negras na música brasileira*: estéticas, identidades e discursos de cantoras Contemporâneas. Vila Velha: Praia Editora, 2016.

LINO, Tayane et al. O movimento de travestis e transexuais: construindo o passado e tecendo presentes. *Anais do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*. Salvador (BA), 2011. MACRAE, Edward. Em defesa do gueto. *Novos estudos* Cebrap, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 53-60, 1983.

MAGALHÃES, Maria José. Feminismos e lesbianismo: derrubando o mito da lavender menace. *LES Online*, Vol. 2, No 1 (2010), p. 33-46.

MESQUITA, Marylucia. Histórico do movimento lésbico no Brasil. *Revista Lábia* do GALF - Grupo de Activistas Lesbianas Feministas Tercera época. No. 18, Lima, diciembre 2004. Disponível em: http://www.galf.org/, acesso em 20/02/2018.

NAPOLITANO, Marcos. A historiografia da música popular brasileira (1970-1990): síntese bibliográfica e desafios atuais da pesquisa histórica. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 135-150, jul.-dez. 2006.

NOLETO, Rafael da S. "Eu sou uma fruta 'gogóia', eu sou uma moça": Gal Costa e o Tropicalismo no feminino. *Per Musi*, Belo Horizonte, n.30, 2014, p.64-75.

OLIVEIRA, Vanilda Maria (2006). *Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes e lesbianidades em Goiás*. Disponível em: <https://possociologia.cienciassociais.ufg.br/up/109/o/Vanilda.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2015.

PEREIRA, C. dos S. *Coisas do meu pessoal***:** samba e enredos de raça e gênero na trajetória de Leci Brandão. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, 2010.

PINAFI, Tânia. Assimetrias de poder na militância entre gays e lésbicas. COSTA, H. et al. *Retratos do Brasil homossexual*: fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 333-342, 2010.

PINHO, Osmundo de A. Uma experiência de etnografia crítica: raça, gênero e sexualidade na periferia do Rio de Janeiro. *Sociedade e Cultura*, v. 6, n. 1, jan/jun 2003, p. 71-84.

_____. Desejo e História: Relações raciais e a comunidade homossexual. *Jornal Nuances*. Rio de Janeiro, p. 9 – 12, 2002.

_____. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. *Cadernos Pagu* (23), julho-dezembro de 2004, p.89-119.

PINTO, Céli Regina J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCHWARCZ, Lilia K. M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: *História da vida privada no Brasil***:** contrastes da intimidade contemporânea**.** São Paulo, Cia das letras, p. 173-244, 1998.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*. 2007, n.28, p.19-54.

SILVA, Nelson do Valle. O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 21-44, 1980.

SOARES, Gilberta S.; COSTA, Jussara C. Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. *Labrys:* estudos feministas. Jul 2011.

SOARES, Suane F. Procura-se sapatão: histórias invisibilizadas do movimento lesbofeminista brasileiro. *Anais do 16° Redor*. Recife: UFPE, 2014.

SOUSA, Fernanda Kalianny Martins. *A filha da Dona Lecy***:** estudo da trajetória de Leci Brandão. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

TRINDADE, Karlla; NÓBREGA, Elisa. Novas visibilidades no feminino: lesbianismo, história e cantadas na Música Popular Brasileira. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH*, 2008.

VERAS, Elias F. *Carne, tinta e papel***:** a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE) no tempo dos hormônios/farmacopornográfico. Tese de doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.



Silvana Conti

Silvana Conti é lésbica feminista, professora aposentada da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Porto Alegre-RS, uma das fundadoras da Liga Brasileira de Lésbicas, Vice-Presidenta licenciada da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil – CTB/RS, compõe a executiva Nacional da União Brasileira de Mulheres – UBM, na pasta LBT e é Conselheira licenciada do Conselho Nacional LGBT, licenças que exerce por ser, atualmente, pré-candidata à Deputada Federal pelo PcdoB-RS



Resumo

Através de um relato minucioso o artigo apresenta aspectos sociais e históricos da lesbianidade, traça uma cronologia de eventos do movimento lésbico no Brasil e na América latina de 1978 a 2015 e analisa aspectos da atual conjuntura política brasileira, como a reforma trabalhista, a dupla jornada e as diferenças salariais entre homens e mulheres e o golpe de estado que derrubou o Governo Dilma e mantém preso o presidente Lula. Ao analisar estes aspectos a autora defende um projeto de desenvolvimento para o Brasil, colocando a educação e a educação para a diversidade no centro do debate. Finaliza com um chamamento de unidade e coragem e com a apresentação de fotografias históricas dos eventos listados.



Os poemas que faço são para expressar a minha indignação frente às opressões, aos preconceitos, injustiças, feminicídios, lesbocídios, violências cotidianas que sofremos simplesmente por sermos mulheres que ousamos ser sujeitos políticos da nossa história e resolvemos sair do armário.

As Outras

Visibilidade
Corporeidade
Poder
Democracia
Transgressão
Autonomia
Sapatão!
Ser inteira e não pela metade
Lesbianidades
Bissexualidades
Transexualidades...
Laicidade
Sair da Margem
Sair do Armário
Ter luz na sociedade
Fim da hipocrisia
Guerreiras investidas do poder ancestral
Safos, Roselis, Lélias, Nzingas, Felipas, Alices, Rosângelas, Mirians, Leilas, Roses, Audres, Lecis, Carmens, Marinalvas, Goretes, Naiaras, Jandiras, Dilmas, Lurdinhas, Claudetes, Carlas, Marielles, Mary Lúcias,
Alegrias, utopias, realidades
Fim do racismo, do machismo da LGBT fobia...
FELICIDADE!
Igualdade na diversidade!
Democracia!
Liberdade!

(Silvana Conti)[1]

1. Silvana Conti – Professora aposentada da Rede Pública de Porto Alegre. Lésbica-feminista. Vice- Presidenta da CTB\RS - Licenciada. Membra da Executiva Nacional da UBM na pasta LBT. Membra da direção da UNALGBT.

Ser Lésbica Feminista em Tempos de Fascismo:

É um Ato Revolucionário!

Quero dedicar minhas palavras para todas as mulheres que estavam na luta antes de nós, e em especial para: Lurdinha, Claudete, Carla e MaryLúcia, guerreiras que contribuiram com suas vidas para escrevermos a nossa história.

Nossos passos vem de longe!

Muitas de nós já foram queimadas em fogueiras!

Muitas de nós estavam na linha de frente como atiradoras de elite na Revolução Russa!

Muitas de nós como Aqualtune avó de Zumbi dos Palmares estavam dirigindo Quilombos, grandes espaços de luta e resistência!

Muitas de nós como Helenira estavam no Araguáia liderando guerrilhas!

Muitas de nós já foram estupradas nos porões da casa grande!

Muitas de nós perderam seus companheiros e companheiras, perderam seus filhos e filhas no terror da ditadura!

Lutamos para que não esqueçamos e que tudo isso nunca mais aconteça.

As Mulheres que ousam sair do Armário

Sempre foi proibido desejar outra mulher, e ainda hoje, a sociedade e os "moralistas de plantão" consideram o amor entre duas mulheres um "pecado", um "desvio", uma "anormalidade", um desejo proibido.

Nos dias de hoje, os fundamentalistas que estão representados no Congresso Nacional pelas bancadas do Boi, Bala, Bíblia (BBB), ainda afirmam que o divórcio é uma praga, que o aborto é um crime e entendem que o grande papel da mulher é procriar e cuidar da família, e que as Lésbicas, as Bis, as Travestis, as Transexuais e os Gueis são pessoas que necessitam de "ajuda" da medicina, dos exorcistas ou da polícia.

A questão não é ser Lésbica mas, sim, a lesbofobia que enfrentamos a cada dia, nessa sociedade regida pelo heteropatriarcado, pelo sexismo, pelos fundamentalismos que excluem e tão brutalmente destroem vidas e sentimentos, impedindo que nos expressemos livremente. É preciso considerar o processo de exclusão existindo a partir de determinadas opções ideológicas, de classe social, gênero, raça/etnia, livre orientação e expressão sexual, identidade de gênero, condições sociais e individuais exigidas para atingir as suas necessidades. Portanto, é um processo múltiplo que se compõe de situações de apartação de condições de classe, qualidade de vida, dignidade e igualdade de direitos e oportunidades.

Peço licença para compartilhar um fragmento do **Dossiê sobre o Lesbocídio no Brasil (pg.** 30-31), por considerar o tema do suicídio ou crime de ódio coletivo muito significativo neste momento político que vivemos, onde os conservadores estão ditando as regras da barbárie e alimentando a violência e o ódio na sociedade brasileira.

Destaquei este fragmento do Dossiê também para expressar minha saudade e admiração por nossa companheira Mary Lúcia Mesquita que sofreu crime de ódio coletivo e partiu.

"A condição lésbica é bastante complexa e trata-se de uma condição sociocultural, política e econômica que perpassa todos os indivíduos, pois vincula-se a manutenção de uma sociedade pautada por um modelo

hegemônico heterossexual. Assim, o preconceito expresso em palavras e atos é a parte visível de valores e estruturas que sustentam a comunidade da qual as lésbicas serão sempre forasteiras. Ser lésbica é compreender que não existem espaços feitos para você e que sua existência nunca será validada pelo entorno social. Ao contrário, existirá sempre a necessidade de provar-se útil, íntegra e capaz, apesar da sua condição lésbica, pois há uma falsa crença de que a homossexualidade é uma expressão de uma perversão de caráter, um desvio existencial que se expressa por meio da sexualidade fora do padrão.

Como a expressão do preconceito atua em duas vias, uma social e outra pessoal, há também a experiência do preconceito nas relações interpessoais no trabalho, na família, da escola etc.

O que significa dizer que sentir-se isolada e experimentar altos graus de preconceito nas ruas e dentro da cultura, da religião e das estruturas estatais não é algo que ocorre de forma isolada, mas é reforçado pelo entorno, em nível micro, que desampara as lésbicas e as isola em todos os espaços da comunidade.

Diante deste processo de longa duração no qual as lésbicas são inseridas desde que começam a construção de sua identidade pessoal, há uma ausência de referenciais positivos sobre si mesmas e uma ausência de significado para o que é ser uma lésbica, em cada uma das realidades em que a criança cresce e se forma, enquanto pessoa, cidadã e membra da comunidade e da família.

Tal situação de isolamento, desamparo, desinformação e sistemáticas reprovações e retaliações, movidas por consecutivas tentativas de heterossexualização da lésbica, podem levar a uma condição de incapacidade de construção de uma autoestima positiva e estável. Nestes casos é comum a desistência da busca por enquadramento que culmina no suicídio.

O suicídio é observado em todas as fases da vida a partir da adolescência e em todas as categorias de lésbicas, nas diversas regiões e classes sociais. É certo que a inadequação gera um acúmulo de frustrações que podem levar a uma falta de interesse pela própria existência.

Os índices de suicídio de lésbicas na fase da adolescência, fase esta em que se espera das pessoas que elas assumam uma vida sexual pública, por meio do engajamento em relacionamentos que culminem na formação de famílias. Determinados aspectos preconceituosos

associados à condição lésbica podem ser justamente as causas principais para o alto número de suicídios entre lésbicas jovens. O suicídio é comum a todas as lésbicas, em todas as classes sociais, idades, tipologia etc.

Lembro também de Roseli Roth, a primeira lésbica que apareceu em cadeia nacional no programa da Hebe Camargo na década de 70. Também sofreu crime de ódio coletivo e partiu.

Marylúcia, Presente! Agora e Sempre!

Um pouco da nossa história!

A história de mulheres que amam outras mulheres não representa nenhuma novidade em nossa sociedade, já que a origem do termo lésbica, provém da ilha de Lesbos, ilha grega da Ásia Menor, marcada pela presença de Safo (século VII a. C), poetisa de talento excepcional cuja inspiração era insuflada pela paixão e desejo por mulheres. Sua obra foi queimada e reduzida a fragmentos, por sua orientação sexual e pela devoção às deusas gregas. As mulheres nascidas em Lesbos, eram chamadas de lésbicas.

No Brasil, no século XVI, Felipa de Souza foi denunciada ao tribunal do Santo Ofício, na Bahia, por "práticas diabólicas". Entre essas práticas, fazer amor com mulheres. Sua punição foi severa: a humilhação e o açoite públicos seguidos pelo exílio e morte.

Hoje, no século XXI, pode-se dizer que muita coisa mudou, em decorrência da luta, da organização e da resistência das mulheres LBT.

As mulheres lésbicas, bissexuais e trans brasileiras não são açoitadas em praça pública e não podem ser legalmente punidas por suas escolhas afetivas e sexuais. No entanto, o preconceito e a consequente discriminação seguem impedindo o exercício de liberdades fundamentais, matando e violando os direitos humanos das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais.

Movimento de Lésbicas no Brasil

O movimento organizado e politizado em torno da população LGBT surge, no Brasil, no final dos anos 1970, no período de abertura política.

Se as décadas de 1970 e 80 são marcadas por uma presença ainda tímida de grupos lésbicos, a partir de 1990, a organização do segmento começa a ocupar o cenário brasileiro de forma menos isolada, através da criação de outros grupos compostos somente de lésbicas, ou do fortalecimento de núcleos de lésbicas atuantes nos grupos mistos ou por meio de ativistas independentes/autônomas que militam em fóruns, redes e articulações. Dessa forma, no Brasil, os grupos de lésbicas vão se multiplicando e, aos poucos, conquistando maior visibilidade.

Um momento significativo para a organização das lésbicas brasileiras foi a construção do Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE).

O SENALE surgiu da necessidade de se ter um espaço onde as especificidades das lésbicas pudessem ser discutidas de uma forma mais ampla e democrática, já que nos encontros mistos esse espaço era e na maioria das vezes e continua sendo machista e insuficiente.

Fragmentos importantes da nossa história

1978 – É lançado o Jornal Lampião da Esquina pelo Grupo Somos (lésbicas e gueis). As lésbicas do Ação Lésbico-Feminista (LF), subgrupo do Somos, ingressam no Movimento Feminista, em 1980 no II Congresso da Mulher Paulistana.

OBS.: O painel colocado no saguão de entrada com fotos e recortes que davam visibilidade à nossa existência, foi todo rasgado já na primeira hora de exposição.(referência do texto Lésbicas e o Feminismo no Brasil, da Marisa Fernandes).

1979 – Surgimento do Grupo Lésbico-Feminista (LF), que realiza a primeira publicação Lésbica, denominada - Chana com Chana, em janeiro de 1981.

19 de Agosto de 1983 – Resistência do Ferro□s Bar. Os donos do bar, não permitiam que as integrantes do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), vendessem seu boletim no estabelecimento, embora permitissem a venda de qualquer outro tipo de material. A manifestação contou com o apoio de feministas, grupos homossexuais, parlamentares, OAB. Depois de discursos inflamados, muita tensão, pressão e resistência, a venda do CHANA com CHANA foi liberada. Demarcando o Dia do Orgulho Lésbico.

1983 – No Peru, cidade de Lima, aconteceu o II Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, onde foi realizada uma oficina sobre as questões Lésbicas, fora da programação oficial.

Na década de 80, o Feminismo brasileiro, foi marcado pela batalha para que o movimento feminista assumisse politicamente as questões das lesbianidades.

Já nos anos 90, o movimento feminista encara suas contradições e reconhece que de fato, nenhuma mulher será realmente livre enquanto todas não tenham liberdade de escolher quem queiram desejar e amar.

1993 – Na Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, novos paradigmas foram abordados sobre sexualidades.

1995 – Na 4ª Conferência Mundial de Mulheres, em Pequim, novos paradigmas influenciaram os movimentos sociais, e neste momento, os direitos das mulheres são considerados humanos.

Nesta Conferência Mundial, pela 1ª vez na história, a presença das Lésbicas adquiriu um papel preponderante para elaboração e aprovação de propostas. Durante o debate, representantes de mais de 30 países discutiram a necessidade da erradicação de toda forma de violência e discriminação contra as mulheres. Os Direitos Sexuais e Orientação Sexual, foram pontos de estrangulamento das negociações. As duas expressões sumiram dos documentos finais, por pressão do bloco conservador, que reuniu católicas e islâmicos, que só, aceitaram: Direitos Humanos da Mulher. Outro conceito discutido foi o de família, que deveria aparecer no plural e não no singular, pois no

plural significaria reconhecer a existência de múltiplas organizações familiares. Ainda neste período a sexualidade foi discutida dentro do tema da saúde, mas garantiu o direito das mulheres decidirem livremente questões relativas à sua sexualidade.

1996 – 1º SENALE (Seminário Nacional de Lésbicas) no RJ – organizado pelo Grupo Coisa de Mulher, grupo de lésbicas negras. O 1° SENALE consolidou-se como um espaço de discussão de políticas públicas e construção de agenda de lutas especificamente para lésbicas. Aconteceu entre 29 de agosto e 01 de setembro. O evento contou com a participação de aproximadamente, 100 lésbicas e teve como tema central "Saúde, Visibilidade e Organização".

Neste SENALE foi escolhido o 29 de agosto, como Dia Nacional pela Visibilidade Lésbica. A data adveio da necessidade coletiva de tornar público um segmento que, historicamente, ocupou o espaço da invisibilidade. Nesse horizonte, a expressão pública desponta como uma das estratégias centrais para romper com os estigmas sociais. Trata-se, ainda, de um instrumento para o fortalecimento político das mulheres que se relacionam com mulheres, sendo muitas delas, vítimas de violência psicológica, física e sexual em razão do machismo e dos preconceitos impregnados na sociedade.

1997 – II SENALE, em Salvador, Bahia.

Temas: Cidadania Lésbica, Lésbicas e AIDS, Lesbianismo: Resgatando nossa história.

Oficinas: Autoconhecimento, Nossa Saúde, Nossos Prazer, Psicologia do Relacionamento.

Grupos: Movimento Lésbico nas TVs Comunitárias, Lésbicas Negras no Movimento Sindical, Uso de Drogas entre Lésbicas, Lésbicas e Relações Familiares e Lésbicas e Religiosidade.

1998 – III SENALE, Betim, Minas Gerais.

Este Seminário foi de fundamental importância para as Lésbicas Mineiras, pois através deste evento surgiu uma Associação exclusivamente de Lésbicas, a ALEM. Durante o Seminário, foi discutida a criação de uma rede de informação entre Lésbicas, o que significou um grande avanço para o movimento.

2001 – IV SENALE, Porto das Dunas, Ceará.

Temas: Cidadania e Visibilidade, Políticas Públicas para Lésbicas, Prevenção de câncer de mama/útero, DST/AIDS, Drogas: alcoolismo e fumo, A importância do Movimento de Lésbicas no Fórum Social Mundial e organização.

2003 – III FSM (Fórum Social Mundial)— Porto Alegre

Oficina de Visibilidade Lésbica. Planeta Arco-Íris. Constituição da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL). A Liga Brasileira de Lésbicas foi pensada por muitas mulheres lésbicas, e em Janeiro de 2003 no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, criou asas e começou a se espalhar por todo o Brasil.

Compartilho aqui a carta de princípios de fizemos a muitas mãos, com muita energia, sonhos, risos e lágrimas. Foi um lindo processo de construção coletiva e aprendizagem que jamais vou esquecer.

A LBL é uma expressão do movimento social, articulação nacional, que se constitui como espaço autônomo e não institucional de articulação política, antirracista, não lesbofóbica e não homofóbica, de articulação temática de Lésbicas e bissexuais, pela garantia efetiva e cotidiana da livre orientação e expressão afetivo-sexual. É um movimento que se soma a todos os movimentos sociais que lutam e acreditam que um novo mundo é possível, porque ele já é realidade nas mentes e corações de muitas pessoas que a ele buscam e nele acreditam.

A Liga Brasileira de Lésbicas não pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades, pessoas e movimentos que dela participam.

Princípios:

- Pluralidade: Espaço plural e diversificado, não confessional, não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades, movimentos e ativistas;
- Autonomia, autodeterminação e liberdade: São princípios fundamentais para o exercício da sexualidade sem coerção. Nesse sentido, a Liga, espelhada na organização do movimento feminista, pretende contribuir para a conquista

da autonomia, da autodeterminação e da liberdade sobre o próprio corpo e sobre o afeto das Lésbicas e bissexuais;

- A defesa do feminismo e de suas bandeiras;
- Democracia: Princípio fundamental e nesse sentido um aprendizado, algo que se conquista no dia a dia e onde se constrói o pensamento coletivo.
- Transparência: Interlocução permanente, publicidade nas decisões, sem direcionamentos e hierarquizações, censuras ou restrições;
- Horizontalidade: Evitar a constituição de hierarquias de poder;
- Defesa do Estado Laico: Nenhuma forma de fundamentalismo pode coibir ou impedir as mulheres Lésbicas e bissexuais. A defesa de um Estado Laico, orientado para a defesa dos Direitos Humanos e pautado por políticas universalizantes;
- Visibilidade Lésbica: A visibilidade é um princípio de afirmação de nossa existência enquanto mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com mulheres.
- Luta contra todas as formas de machismos e fundamentalismos: Que cerceiam as Lésbicas e bissexuais de exercerem livremente sua sexualidade;
- Posição anticapitalista(socialista, comunista, libertária, anarquista): A Liga Brasileira de Lésbicas se compromete com a construção de uma sociedade justa e igualitária, que respeite as diferenças. Onde os valores humanos, éticos e espirituais são mais importantes que as coisas materiais. Portanto, um mundo sem pobreza, poluição, injustiça e corrupção. Um mundo onde não exista nenhuma forma de exploração de classe e de discriminação, tais como acesso à informação, deficiências, raça/etnia, gênero, geração, orientação, expressão, identidade sexual e de gênero, e onde os direitos das Lésbicas e bissexuais sejam garantidos. A luta contra o capitalismo, os fundamentalismos, o patriarcado, a heteronormatividade e todas as formas de violência, discriminação, estigmatização e desrespeito."

2003 – V SENALE, São Paulo-SP.

Tema Central: Políticas Públicas: Conquista de Cidadania para Lésbicas. Mesas e Oficinas sobre: Saúde, Educação, Identidade, Direitos e Políticas Públicas. Foram debatidos assuntos como combate à violência, gênero, sexualidade, diversidade, entre outros.

Neste SENALE, referendamos o 29 de Agosto, como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica e reafirmamos a necessidade de realizar eventos que marcassem esta data em todas as regiões do país.

2003 – I Caminhada de Mulheres Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes, durante o V SENALE. A caminhada foi organizada pelo Grupo Umas & Outras.

2003 – XIV Encontro Nacional Feminista – Porto Alegre

As Lésbicas e Bissexuais da LBL participaram da coordenação do Encontro, das mesas principais e oficinas. Durante o Encontro, foi realizada uma Plenária Nacional da LBL, onde se fez um balanço da construção da Liga até aquele momento.

2004 – I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (ICNPM) - Brasília

Grande visibilidade das Lésbicas na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Conseguimos incluir a questão da orientação sexual em todas as propostas onde aparecia as diversidades das mulheres negras, indígenas, idosas, jovens e outras.

2004 – Projeto Olhares – Ação para a visibilidade Lésbica em Porto Alegre;

2005 – I Encontro Nacional da LBL- São Paulo, onde foi aprovada sua Carta de Princípios.

2006 – 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC): A LBL esteve presente em grande número, fazendo parte da Comissão organizadora, do Comitê Consultivo, e, fazendo a fala nos Diálogos Complexos: Feminismo e Lesbianidade - Sexualidades e Democracia.

2006 – Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências: A LBL se fez presente, pautando junto à academia, a importância das questões da diversidade sexual e da Lesbianidade. Conseguimos incorporar

nas discussões dos grupos e na plenária final, a inclusão da orientação sexual, quando se destaca as diversidades das mulheres.

2006 – Lei Maria da Penha - Inclusão dos casais de Lésbicas nos casos previstos na Lei – Violência Doméstica e familiar. Grande avanço do nosso movimento.

2006 – Conquista de assento nas instâncias de controle social: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e no Conselho Nacional de Saúde.

2006 – VI SENALE, Recife-PE. https://www.youtube.com/watch?v=HyG3jBtYivY

2007 – VII Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe (ELFLAC) - Chile. Este encontro teve 3 eixos principais:

História do movimento lésbico feminista Latino Americano e do Caribe;

Velhos e novos Feminismos: da teoria à ação;

Rebeldias e cumplicidades do movimento. Uma utopia do passado ou um desafio atual?

Neste VII ELFLAC saiu a resolução de um dia das Rebeldias Lésbicas Latino-Americano e Caribenho. Dia 13 de Outubro.

2007 - II Conferência Nacional de Políticas públicas para as Mulheres – Brasília. Consolidamos nossa parceria com o movimento de Mulheres negras. O conjunto do movimento de mulheres reconhece que a violência de gênero, a opressão de raça/etnia e orientação sexual são violências estruturantes e históricas que expressam a opressão das mulheres e precisam ser tratadas como questões de segurança pública, justiça, educação e saúde pública.

2008 - I Conferência Nacional LGBT – Brasília. Momento ímpar para o movimento LGBT unificar bandeiras a fim de garantir políticas públicas para a população LGBT.

2009 – XI EFLAC – México. Participação significativa das mulheres negras e lésbicas, dando importante visibilidade a estas pautas na América Latina e Caribe.

2010 – I Conferência Nacional de Educação - CONAE – Momento importante de garantir uma educação pública, laica, de qualidade, sem nenhum tipo de violência, opressão, lesbo/homo/transfobia.

2010- VII SENALE, Porto Velho-RO. https://www.youtube.com/watch?v=PcnwMnSXgL4.

2011 – II Conferência Nacional LGBT e III Conferência Nacional de Política para as Mulheres. Momento de avaliação e debate que temos muito que avançar para termos os direitos LGBT garantidos.

2014 – II CONAE

2014 – VIII SENALE, Porto Alegre-RS. Passamos a chamar de SENALESBI nossos seminários nacionais.

2015 – Seminário de Lésbicas e Bissexuais Negras no Paraná, III ENLESBI na Bahia

2015\2016 – Processo de construção da IV CNPM e III CNLGBT

2016\2017\2018 – Golpe no Povo Brasileiro.

A nossa luta é por um Projeto de Desenvolvimento para o Brasil

Enganam-se os(as) que ainda pensam que nós, Lésbicas/Feministas Emancipacionistas, nos tornamos cidadãs fazendo as nossas lutas específicas, por conquistas de direitos civis, sociais e políticos para as mulheres LBT.

Nossa luta pela conquista da cidadania passou e passa pela nossa participação nos movimentos democráticos pela Independência do País, contra o crime brutal da Escravatura, pela República, contra o Estado Novo, pela Paz, contra a Ditadura Militar, pela Anistia, contra a Carestia, pelas Diretas Já, contra o Racismo, pela Constituinte, contra a corrupção, pelo "Impeachment" de Collor, contra a Privatização do Estado, pela Reforma Agrária, pela Reforma da Mídia, pela Reforma Política, pela Reforma da Educação, contra o Estatuto da Família, pela Autonomia dos Movimentos Sociais, contra o Estatuto do Nascituro, pelos Direitos da Classe Trabalhadora, pela Descriminalização e Legalização do Aborto, contra a Lesbofobia, contra a Bifobia contra a homofobia, contra a transfobia, contra os fundamentalismos, contra a fome, pela Laicidade do Estado, pela Democracia, pela Soberania

Nacional, pela Petrobras, pelo Pré – Sal, pela Escola Sem Mordaça, pela não redução da maior idade penal, pela manutenção do gênero na educação em todos os níveis e modalidades de ensino, contra o golpe que retirou a Presidenta Dilma e fez com que o Brasil entrasse em uma profunda crise política, institucional, econômica e um projeto ultraliberal e conservador tomasse conta do País.

Sem democracia não existem direitos trabalhistas!

Sem democracia não existem direitos para negros e negras!

Sem democracia não existem direitos humanos!

Sem democracia não existem direitos para as mulheres, não existem direitos LGBT….

Estamos atravessando uma crise política, institucional, midiática, jurídica e civilizatória, que é bem mais grave que uma onda conservadora, vivemos um Tsunami Conservador que considero a sala de espera do fascismo.

O que o fascismo foi e é, um sistema de governo em conluio com grandes empresas, que favorecem economicamente com a cartelização do setor privado, os subsídios às oligarquias financeiras e econômicas. Quando as crises rebentam as pessoas humanamente interrogam-se sobre o dia de amanhã. A reação mais imediata e espontânea é o receio pelo seu futuro. Se num primeiro impacto os princípios da sociedade que os impôs são postos em causa, a seguir regressam em força, pela mão dos agentes mais violentos do capitalismo.

O golpe no Brasil tem muitas dimensões e acentua o acirramento da luta de classes, concentrando mais ainda a riqueza em prejuízo da classe trabalhadora. O Impeachment foi um golpe sem crime de responsabilidade, que esconde a verdadeira máscara dos interesses do capital que é exterminar os governos populares e progressistas da região que formaram um bloco anti – imperialista latino – americano que conseguiu barrar a Alca e avançou nos últimos anos mais do que nos últimos dois séculos através do Mercosul, da Unasul, do conselho de defesa Sul – Americano, fortaleceram as relações regionais a nível político e econômico e articulações transcontinentais especialmente no caso da Venezuela e Brasil sendo o BRICS a expressão mais destacada deste tipo de aliança.

A vitória de Donald Trump no pleito presidencial dos EUA, é um atestado do declínio do império americano e dos impasses da globalização neoliberal, embaralhou a política externa do império, com iniciativas contraditórias como o fim da Parceria Transpacífico e a proibição da entrada de imigrantes muçulmanos no país, e acrescentou novas nuvens de incertezas num cenário que já se configurava crítico.

O cenário de fundo é a crise atual do capitalismo que promove os fascismos, como já aconteceu na história recente, em formato diferente, com Mussolini, Hitler, Franco e Salazar.

A crise do capitalismo nos últimos 10 anos mostra que a saída dos governos neoliberais, do capital financeiro e especulativo tem sido o arrocho e o aperto para cima dos(as) trabalhadores(as). A consequência é nítida: aumento da fome, pobreza, de guerras e conflitos em diversas partes do mundo.

Vivemos uma conjuntura de avanço do conservadorismo e de perda de direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados, seguido do aumento da violência e do controle sobre a vida e o corpo das mulheres, com o aumento do racismo, aumento do feminicídio, da lesbofobia, da bifobia, da homofobia, da transfobia, além da repressão, criminalização aos movimentos sociais e populares, criminalização do movimento sindical, das Centrais Sindicais e da desqualificação e perseguição das esquerdas.

A face do conservadorismo da direita fascista – Onde grupos conservadores são maioria do Congresso Nacional, e retiram dos Planos Nacionais de Educação os conteúdos de Igualdade de Gênero, jogando todo o seu moralismo e atraso numa vala comum afirmando que queremos acabar com a família. Escancaram sua lesbofobia, transfobia e homofobia, mentindo e criando uma falsa polêmica sobre uma ideologia de gênero inventada por eles. A retirada do gênero dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação, faz parte da pauta conservadora em curso, que também se relaciona com a tramitação do Estatuto da Família que nega o direito a proteção do Estado às famílias LGBT e todas as outras famílias que fogem do padrão margarina: Papai, Mamãe e filhos(as).

No último censo IBGE 2010 foram apontadas 60 mil famílias LGBTs e 19 laços de parentescos. Múltiplas famílias, múltiplas formas, jeitos, arranjos, amores...

A laicidade do Estado está garantida na Constituição Brasileira, mas muitos se elegeram pastor disso e daquilo, e deu nisso, a direita saiu do armário e em parceria com a mídia golpista buscam fazer a cabeça do povo, mostrando o que querem, quando querem, enfim, exercendo seu poder em favor do golpe institucional e midiático em curso.

Os Feminicídios estão acontecendo com requintes de crueldade e violência, e as mulheres LBT não aparecem nas estatísticas por estarem invisíveis, pois na maioria das vezes todas as mulheres são consideradas heterossexuais.

A banalização da violência contra a população LGBT, é um fator crucial que dificulta o seu enfrentamento. Enraizada na cultura e nas práticas sociais, essas violências acabam sendo assimiladas como comuns nas nossas relações. Tal assimilação produz subjetividades marcadas pela subalternidade e hierarquização entre sujeitos/as LGBTs e não-LGBTs. Esse processo cultural nos impõe o desafio de desnaturalizar as opressões e denunciar a forma como elas constrangem a humanidade por meio de novas práticas culturais e educativas - numa perspectiva Freireana, libertadora.

A classe trabalhadora é quem mais sofre com a crise. O desemprego assume proporções devastadoras e já atinge mais de 200 milhões de trabalhadores(as) no mundo.

O ataque à classe trabalhadora é sem dúvida uma arma letal que fere de morte o povo brasileiro, já que o trabalho é um elemento definidor do próprio ser. Segundo Marx e Engels, ontologicamente o trabalho é o definidor do ser humano, uma vez que gera condições reais de existência.

Com a Reforma trabalhista**,** as férias poderão ser parceladas em até 3 vezes. A jornada de trabalho pode ser de até 12 horas diárias. A jornada intermitente permite que o(a) trabalhador(a) atue apenas alguns dias na semana, ou trabalhe apenas algumas horas por dia. Terá que ficar à disposição do patrão e só receberá o equivalente às horas trabalhadas. Ou seja, nunca saberá qual será o seu salário no final do mês. Direito a 30 min de intervalo e mulheres grávidas ou amamentando poderão trabalhar em ambientes considerados insalubres, dentre outras atrocidades.

O preconceito vivenciado pela população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) têm resultado em graves

violações de direitos humanos. No mundo do trabalho, o estigma e a discriminação influenciam os níveis de eficiência e produção, o bem-estar laboral e o próprio acesso ou permanência em um trabalho decente.

Sabemos que a Reforma Trabalhista acaba com a CLT e, portanto o negociado vale mais que o legislado. Imaginem que o exército de desempregados(as) aumentará cada vez mais e sem dúvida as mulheres, negros(as), LGBTs, deficientes serão cada vez mais excluídos do mundo do trabalho. O Brasil será um país de "biscateiros"(as).

A dupla jornada de trabalho e a desigualdade salarial são dois dados chocantes da situação das mulheres trabalhadoras no Brasil que se completa com a triste constatação de que a precarização, a terceirização, o trabalho informal e o desemprego tem rosto de mulher e em sua maioria o rosto das mulheres negras.

A violência do Racismo Institucional segue matando e massacrando as mulheres negras que tem em sua história social a marca da escravidão, dos estupros e da violência cotidiana imposta por uma sociedade racista e machista. As mulheres negras chegam a ter salário duas vezes menor do que os homens brancos e, em geral, ocupam lugares de trabalho muito precarizados.

Assim, o governo golpista de Michel Temer seguiu implementando seu projeto "Pinguela para o Inferno", aprovando a EC 95(Emenda Constitucional do Ajuste Fiscal) - que congela o orçamento obrigatório para a educação, assistência social, saúde e segurança por 20 anos, buscando sucatear ainda mais a educação pública e acabar com o SUS, para assegurar os ganhos astronômicos dos rentistas e ter mais elementos para privatizar o Brasil e desta forma retirando os direitos que conquistamos com muita mobilização e participação dos movimentos sociais.

As conquistas que obtivemos com muita luta nos processos de conferências e nas conferências nacionais de educação, LGBT, direitos humanos, igualdade racial, saúde e tantas outras estão sendo enterradas a cada momento, pois não existem direitos sociais e respeito as especificidades e diversidades sem democracia.

Estão vendendo nosso País e depois do ataque ao regime de partilha do pré-sal que abriu caminho para a entrega dessa grande

riqueza às multinacionais, Temer tentou e não conseguiu colocar em votação a Reforma da Previdência = morte sem aposentadoria, que podemos considerar um crime na vida do povo brasileiro, principalmente na vida das mulheres e das trabalhadoras rurais. Esta conquista é nossa! Nossa mobilização e luta, barrou mais esta maldade deste governo ilegítimo e que não tem apoio popular.

A agenda conservadora e ultraliberal que vem sendo imposta pelo conjunto de valores que ganham muita força com este governo ilegítimo, sem voto popular que representa e fortalece o patriarcado, a misoginia, o feminicídio, a cultura do estupro e a violência contra as mulheres: negras, lésbicas, bissexuais, transexuais, prostitutas, ciganas, deficientes, enfim, todas as mulheres com suas diversidades e especificidades, precisa ser combatida.

Neste momento de resistência e luta o principal desafio dos movimentos sociais e populares, movimentos sindical, é a unidade na luta e elevar a consciência política da classe trabalhadora e de todos os movimentos sociais dando destaque aos movimentos LBT na luta para derrotar o golpe, conquistar a democracia que nos foi roubada, resistindo e lutando pela soberania do voto popular e retomar a agenda da classe trabalhadora por um projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, direitos sociais e enfrentamento ao machismo, ao racismo e a LGBTfobia.

Seguimos lutando e perguntando quem assassinou Marielle e seguiremos clamando sempre em todos os cantos, becos, ruas, vielas, praças, fábricas e esquinas por:

LULA LIVRE! EM DEFESA DA DEMOCRACIA E PELA SOBERANIA DO VOTO POPULAR!

Precisamos acreditar na nossa capacidade de construir, transformar, revolucionar esta sociedade, que continua, oprimindo, quem se atreve a "sair da caixinha"…. "fugir da regra"…. *sair do armário*….

Nossa cidadania existe, porque, lado a lado com a luta de classes, nos organizamos e nos constituímos enquanto sujeitos políticos coletivos, como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, em torno do direito à participação política, ao trabalho, à educação, à saúde, à cultura e às artes, aos esportes, a decidir pelo uso do próprio corpo, à subjetividade de desejar, amar e amar de novo, enfim, termos o direito de ter direitos.

A Educação como uma ferramenta de transformação Social

Dediquei 33 anos da minha vida como professora da Rede Pública Municipal de Porto Alegre no fortalecimento da autoestima e autonomia das jovens e mulheres: Negras(os), Lésbicas, Bis, Gays, Trans, por acreditar que a educação é uma das ferramentas importantes de transformação social.

Destaco aqui o golpe que sofremos na educação pública, e considero que a educação precisa dialogar com o projeto de nação que acreditamos e precisamos defender para que cada menina, jovem, mulher LBT e todas as mulheres e homens possam se constituir enquanto sujeitos políticos que lutam por um Brasil justo, economicamente livre e soberano, livre do machismo, da misoginia, da lesbofobia, da bifobia, da transfobia e todas as formas de violência e opressão.

Ações concretas e coletivas
para seguirmos resistindo e lutando

Lanço um desafio para cada militante dos movimentos sociais, professor(a), educador(a), trabalhador(a), juventude, idosos(as), negros(as), LGBTs, deficientes, que estão no chão da escola, nas universidades, nas praças, nas ruas, nas periferias, nos centros, em todos os lugares, um desafio para toda a sociedade brasileira!

Um manifesto que defenda um Programa de educação para afirmar/reafirmar/ressignificar um Projeto de nação democrático, soberano, igualitário, equânime e justo que dialogue com o Plano Nacional de Educação, que é a nossa ferramenta política e pedagógica que teve como princípio a participação de quem faz e pensa a educação brasileira. Um Programa que represente a nossa concepção de educação e dialogue com os movimentos sociais e amplos setores da sociedade, já que a construção de uma Frente Ampla Popular e Democrática também depende de cada um e cada uma de nós.

Considerando o longo percurso de debates e construção de consensos, o atual Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014),

com suas metas e estratégias *estabelece as linhas mestras para a retomada do desenvolvimento educacional do país.*

"O PNE foi elaborado com esses compromissos, largamente debatidos e apontados como estratégicos pela sociedade na CONAE 2010, os quais foram aprimorados na interação com o Congresso Nacional. Há metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais" (MEC, 2014).

Não foi por acaso que de norte a sul do Brasil travamos uma cruzada com a pauta "ideologia de gênero" no Plano Nacional de Educação e nos Planos Estaduais e Municipais na maioria dos Estados brasileiros. Os fundamentalistas, conservadores, e que defendem a tradição /família e a propriedade, colocaram em campo seus exércitos, suas igrejas, suas mídias, que em sua maioria orientaram a Câmara Federal, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais que seria muito "perigoso" trabalhar com as relações de gênero na educação, pois isto poderia "subverter a ordem".

Na concepção patriarcal, a educação precisa manter as mulheres resignadas, dominadas, dóceis, nos espaços privados, cuidando da família, fora dos espaços públicos e de poder e, por consequência, fora da política. Consideram que trabalhar gênero na educação coloca em risco a sexualidade dos meninos e das meninas.

A retirada do gênero dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação faz parte do golpe e da pauta conservadora em curso, que também se relaciona com a tramitação do Estatuto do nascituro, com o Estatuto da Família que nega o direito a proteção do Estado às famílias LGBT e todas as outras famílias que fogem do padrão patriarcal e heteronormativo.

Negar para crianças e para a juventude o conteúdo das relações de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero, nos currículos escolares em todos os níveis e modalidades de ensino é, sem dúvida, amordaçar, silenciar e reproduzir o sistema racista, machista e sexista da sociedade em que vivemos.

Nesse contexto, cabe destacar que os discursos de ódio proferidos pelos conservadores estimulam a violência contra pessoas LGBT, em especial contra pessoas trans (travestis, mulheres transexuais e homens trans).

Dados revelam que em 2017 foram assassinadas 179 travestis e transexuais, mostrando que a cada 43 horas uma pessoa trans é assassinada no Brasil; houve 59 tentativas de homicídio e 109 casos de violação de direitos humanos. Esta triste realidade indica que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo (Rede Trans Brasil).

Além disso, os mesmos discursos têm cada vez mais legitimado todos os tipos de violência (física, psicológica, sexual, simbólica e patrimonial) contra as mulheres, sendo que a cada 11 minutos um estupro é cometido, uma mulher é assassinada a cada 2 horas, 503 são vítimas de agressão a cada hora e 5 espancamentos a cada 5 minutos, resultando em um destaque perverso no cenário mundial: o Brasil é o 5º país com maior taxa de homicídio de mulheres (dados do Instituto Patrícia Galvão).

Neste cenário grotesco, em que um golpista vira presidente sem voto popular, um estuprador confesso assessora o ministro da educação, os conservadores colocam na sua agenda perversa o projeto "Escola Sem Partido", que representa mais uma ação coordenada e orquestrada pela turma que tem ódio de classe. Projeto que quer nos amordaçar, exigindo "neutralidade", censurando e regulando a atuação dos e das docentes dentro da sala de aula.

Os Projetos de Lei apresentados nos diversos Estados são pautados pelas ideias da associação da Escola sem Partido. O PL busca legislar defendendo os limites da liberdade de expressão dos(as) professores(as). Além da mordaça, propõe a censura nos livros didáticos e nos planos educacionais. Além de tudo isso ainda afirma que professor(a) não é educador(a). Seria um mero transmissor(a) de conhecimento.

O projeto Escola com Mordaça significa uma "CAÇA ÀS BRUXAS", ameaçando a liberdade de expressão, e isto significa um retrocesso em relação aos direitos constitucionais e democráticos.

Dentre as maldades que este governo golpista impôs também está a reforma do ensino médio através de Medida Provisória, que desperta grande indignação nacional em professores(as) e alunos(as). Reacionária em seu conteúdo e autoritária na forma, a MP impõe a retirada da obrigatoriedade de disciplinas humanas como Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia, acenando com uma escola que atende apenas às expectativas de formação para o mercado.

Os(as) estudantes reagiram bravamente ocupando mais de mil escolas em todo o país. Mais uma vez, a juventude lidera a resistência e a luta em defesa da democracia, da soberania nacional e do Estado Democrático de Direito.

Diante desse cenário de regressão em toda a linha de desconstrução do País, tenho a convicção de que, no curso da jornada da resistência democrática, é imperativo reunir, agregar, as mais amplas forças políticas e sociais, com base em um programa que aponte saídas e alternativas para o Brasil superar a presente crise.

Compartilho assim algumas propostas do *PROGRAMA EDUCAÇÃO/BRASIL/NAÇÃO*, que foi construído coletivamente pela Rede Educação/Brasil/Nação, com a participação de professoras (es) universitárias, professoras(es) das Redes Estadual e Municipal de Educação (RS e POA), representantes da cultura, saúde, assistência social, juventude, feministas, movimento negro, feministas negras, LGBT, educadoras (es) populares e ambientalistas.

Propostas

- Defender o alcance das metas nacionais, previstas no PNE.
- Defender um Programa de educação que se comprometa com um Projeto de nação democrático, soberano, igualitário, equânime e justo, que dialogue com o Plano Nacional de Educação, que é a nossa ferramenta política e pedagógica que teve como princípio a participação de quem faz e pensa a educação brasileira. Um Programa que dialogue com os movimentos sociais e amplos setores da sociedade, já que a construção de uma Frente Ampla Popular e Democrática também depende de cada um e cada uma de nós.
- Defender a educação pública, laica e de qualidade social, que garanta o acesso e a permanência a todas e todos, independente da sua classe social, origem, religiosidade, raça/etnia, deficiências, orientação sexual, identidade de gênero e toda e qualquer diversidade e especificidade.

- Defender a educação emancipatória, que tenha como princípios o respeito as diversidades, a liberdade de expressão, autonomia e escolha; portanto, uma educação sem mordaça.
- Defender a implementação da Lei 10639\2003 nos currículos escolares em todos os níveis e modalidades de ensino, para que a história da África e cultura afro-brasileira e africana sejam destacadas, e para tornar visível o protagonismo das mulheres negras.
- Defender um currículo que inclua a Lei Maria da Penha em todos os níveis e modalidades de ensino, para que a educação contribua como política pública de prevenção à violência contra as mulheres.
- Defender a educação para além da escola, ações intersetoriais com os campos da cultura, do esporte, do lazer, das tecnologias, da saúde, do ambiente e outros, que promova uma sociedade econômica, social e ambientalmente justa.
- Valorizar as experiências acumuladas nos intervalos democráticos da sociedade brasileira, tanto em relação às experiências escolares como às do campo da cultura e educação popular, tais como os Centros Populares de Cultura, os Pontos de Cultura, as Escolas parque, os CIEP e outras possibilidades, que respondem de modo diferente à diversidade da sociedade brasileira. Nada de homogeneizações ou propostas homogeneizadoras.
- Defender o acesso e a permanência de pessoas trans (travestis, mulheres transexuais, homens trans e outras identidades de gênero não binárias) na escola, promovendo o respeito e eliminando o bullying transfóbico e a transfobia institucional.
- Defender a educação em Direitos Humanos, em todos os níveis e modalidades de ensino para a efetivação do direito à memória e à verdade, uma vez que é papel da educação educar para democracia.

O Brasil precisa da nossa coragem

"Vem vamos embora que esperar não é saber

"Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Desejo que nossos registros permaneçam vivos na história e na vida, para que as que vierem depois de nós tenham possibilidade de conhecer algumas coisas importantes que aconteceram para termos conseguido chegar até aqui.

Nestes dias que vivemos pós 2016, matamos um leão por dia, levamos uma goleada de 7x1 a cada instante, mas seguimos resistindo e lutando.

Muitas já se foram, mas nós permanecemos na luta sempre.

"Somos madeira que cupim não rói", e acreditamos na força, resistência e sabedoria das mulheres brasileiras.

Escolhi algumas fotografias para eternizar momentos que vivemos com muita intensidade, alegria, sororidade, garra e determinação.

Todas as políticas públicas e direitos que conquistamos no último período foram fruto de muita organização, participação social e luta do movimento de lésbicas, bissexuais e trans.

Portanto, o que nos cabe é resistir e lutar, lutar e lutar, até que todas sejamos livres.

Somos Tantas

Estamos em todos os lugares
Mas poucas pessoas querem nos ver
Somos negras, brancas, mestiças
Somos altas, magras, roliças
Somos jovens, adultas, idosas
Somos mulheres comuns, famosas

Somos ateias, cristãs, religiosas
Somos trabalhadoras do lar, da rua
Somos filhas, mães, avós da lua
Somos tristes, alegres, sonhadoras
Somos lésbicas batalhadoras
Existimos!
Estamos no mundo!
Vê quem quer enxergar!
Escuta quem quer ouvir!

(Poema que escrevi em 2003 quando participei pela primeira vez de um seminário nacional de lésbicas. V SENALE)





Acordos Gerais

De acordo com os resultados da Plenária Final, a proposição de uma Política Nacional para as Mulheres na direção da igualdade e equidade de gênero - considerando raça e etnia e a livre orientação sexual - implica reconhecer que a organização do Estado, especialmente a sua lógica de formulação de políticas, interfere na vida das mulheres, determinando, sancionando, reproduzindo ou alterando padrões de relações de gênero, raça e etnia, e a liberdade de orientação sexual.



2004 – Projeto Olhares – Ação para a visibilidade Lésbica em Porto Alegre. Espaço de formação, diálogo e fortalecimento das mulheres lésbicas e bissexuais em Porto Alegre. Organizado pela LBL e Nuances.



2008 - I Conferência Nacional GLBT – Brasília. Momento de intenso debate sobre as políticas públicas e também grande disputa onde conseguimos mudar a sigla para LGBT, dando visibilidade para as Lésbicas que sofrem dupla opressão: o machismo e a lesbofobia.



2009 – XI EFLAC – México. Mulheres Negras demonstrando sua força e organização.



2009 – 13 Conferência Nacional de Saúde – Defendemos o SUS e a descriminalização do aborto.

O sucesso da 13ª Conferência Nacional de Saúde marca histórica e simbolicamente a caminhada atuante do Conselho Nacional de Saúde(CNS) e do controle social ao longo desses anos. Pela primeira vez uma Conferência é coordenada pelo presidente eleito do CNS. Isso representa uma conquista social sem precedentes e um passo largo na consolidação democrática das relações entre o Governo, representado pelo Ministério da Saúde, e os conselhos de saúde de todo o país.

Defendemos um currículo que inclua a Lei Maria da Penha em todos os níveis e modalidades de ensino, para que a educação contribua como política pública de prevenção à violência contra as mulheres.



2009 — Marcha Lésbica em no México – “Cada beijo uma revolução”.



2010 – Prêmio nacional de Educação para a Igualdade Racial. EMEF Mário Quintana. Prêmio recebido pela implementação da Lei 10639\2003. Enquanto direção da escola, priorizamos recursos e formação sistemática e em serviço para professoras(es) e comunidade escolar.



Defendemos a educação pública, laica e de qualidade social, que garanta o acesso e a permanência a todas e todos, independente da sua classe social, origem, religiosidade, raça/etnia, deficiências, orientação sexual, identidade de gênero e toda e qualquer diversidade e especificidade.

Defendemos a implementação da Lei 10639\2003 nos currículos escolares em todos os níveis e modalidades de ensino, para que a história da África e cultura afro-brasileira e africana sejam destacadas, e para tornar visível o protagonismo das mulheres negras.



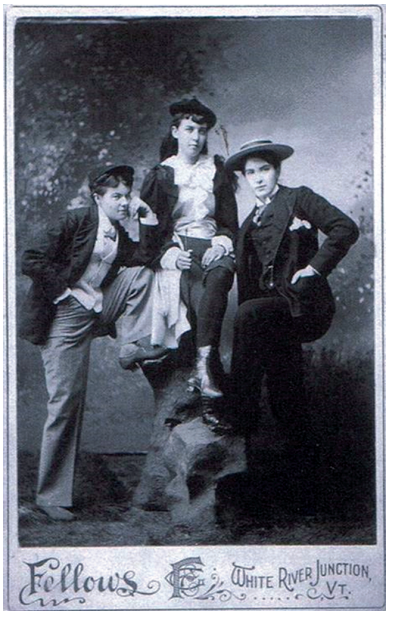
2012 – UBM na luta por mais mulheres na política. A União Brasileira de Mulheres é uma entidade feminista emancipacionista que tem 30 anos de luta em defesa da democracia, dos direitos de todas as mulheres, por um mundo de igualdade contra todas as opressões.



2016 – Em defesa da Escola sem mordaça. Desfile da EMEF Mário Quintana.



2017 - Gibi Lei Maria da Penha na Escola da Vida – Organizei este material didático pedagógico que trata da violência doméstica, das relações de gênero, raça\etnia, deficiências, orientação sexual e identidade de gênero. Já foi lançado em vários municípios do RS, cidades brasileiras e foi apresentado na ONU Mulheres pelas



companheiras Ação da Mulher Trabalhista (AMT), e está traduzido em inglês e espanhol. Pode ser utilizado desde a educação infantil e em todos os níveis e modalidades de ensino.

Referências Bibliográficas

Carta de Princípios da Liga Brasileira de Lésbicas. Brasil, 2003. (mimeo).

CONTI, Silvana B. A liga brasileira de lésbicas. *Revista projeto olhares: ação para visibilidade lésbica em Porto Alegre*. Nuances (grupo pela livre orientação sexual de Porto Alegre), jan. 2005, p. 12.

CONTI, Silvana B. *Educação e lesbianidades: educando para a diversidade*. In: PASINI, Elisiane (org.). Educando para a diversidade. Porto Alegre: Nuances, 2007.

CONTI, Silvana B. *Fios e Tramas do Arco-Íris*. Revista Princípios, Nº 96, Julho/2008

DOSSIÊ SOBRE LESBOCÍDIO NO BRASIL, 2014 – 2017. Milena Cristina Carneiro Peres, Suane Felippe Soares, Maria Clara Dias.

ENGELS, Friederich. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*,1876.

Promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho: OIT. UNAIDS.PNUD.Ano:2015, 2. ed. revista e ampliada

VENTURA, Miriam (org.). *Direitos sexuais e direitos reprodutivos na perspectiva dos direitos humanos: síntese para gestores, legisladores e operadores do direito*. Rio de Janeiro: Advocaci, 2003.

KOTLINSKI, Kelly. *Legislação e jurisprudência LGBTT*. Letras Livres. Brasília: 2007.

VALADARES, Loreta. *As faces do feminismo*. Ed.Anita, 2007.

Roselaine Dias

Roselaine Dias da Silva é lésbica, militante LGBT e Mestranda na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul onde pesquisa a LGBTFOBIA na Escola. Professora, mãe de dois filhos, tem 48 anos e hoje divide sua vida entre o MT e o RS. Foi Conselheira Nacional LGBT (2011-2016), Vice-Presidenta do CNCD/LGBT (2015-2016) e Presidenta do Conselho Estadual LGBT/RS (2016/2017); Integrante Licenciada da Liga Brasileira de Lésbicas-LBL.



06

Resumo

A autora faz um relato sobre a participação políticas de lésbicas e mulheres bissexuais nos mais diversos espaços de representação desde a década de 80, focando no enfrentamento não só da lesbofobia como da invisibilidade das mulheres no movimento LGBT. Cita a participação nas conferências GLBT, e na mudança da sigla do movimento durante a primeira Conferência, quando o movimento passou a se autodenominar LGBT, em respeito à questão de gênero. Cita também a importância dos Seminários Nacionais (SENALES/SENALESBIS) que surgem em 1996, no Rio de Janeiro.



"A luta pelo direito de falar por si e de falar de si"[1]

A escolha desse título é consequência da caminhada de militância que se confunde com a minha vida e que, nesse momento, está disposta no espaço acadêmico. O título, *"A luta pelo direito de falar por si e de falar de si"* (LOURO, 2000) está colocado na perspectiva da transversalidade das trajetórias de vidas e histórias de lésbicas, hoje, também, as mulheres bissexuais que constroem o movimento LGBT no Brasil.

O exercício de "falar por si" pode ser visto como um processo histórico que vem se desenhando desde a década de 1980 até o SENALESBI 2018. O cenário de militância da "sapataria" no país perpassa pela luta feminista, nos anos oitenta e se articula aos movimentos sociais no marco da Constituição de 1988, quando muitas mulheres foram às ruas para reivindicar direitos específicos e, assim, constituíram os sujeitos que marcariam a democracia no estado brasileiro.

Ao configurar o espaço de representação das especificidades entre as mulheres no movimento social, as lésbicas do país demarcaram nossa existência e romperam com a sujeição do masculino dentro do movimento. Em tal contexto, ingressamos em uma nova fase de construção do movimento LGBT brasileiro. Em que a busca pela autonomia das mulheres passou a ser pressuposto para organização coletiva. A partir desse recorte histórico, as lideranças procuraram outras

1. LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

formas de organização das mulheres que fazem sexo com mulheres, tem desejo, atração ou afeto por outra mulher. Desde a constituição em grupos partidários, até a organização das redes nacionais.

Nesse cenário, as Paradas foram relevantes para a caracterização do sujeito político lésbica e bissexual no espaço público (ARENDT, 1958). Passamos a "materializar nossos corpos" (FOUCAULT, 1998) em uma perspectiva de confronto e resistência, ao final da década de 1990. Vale ressaltar o ato emblemático das mulheres, que saíram às ruas com sacos plásticos (tipo usado para armazenar lixo) cobrindo os rostos, literalmente, colocando seus corpos nas ruas do Bairro Bom Fim, no entorno do Parque Redenção, em Porto Alegre, como mecanismo de enfrentamento à sociedade gaúcha. Mais tarde, no início dos anos 2000, saímos às ruas entre 04 lésbicas, na capital do Rio Grande do Sul, quando, ainda, comemorávamos as primeiras Paradas Livres, no mês de junho. É oportuno dizer que esses pequenos atos eram uma forma de demarcação da nossa existência no espaço LGBT e uma "afronta" à sociedade porto- alegrense.

A partir do momento histórico de afirmação das diversidades e a configuração das identidades lésbicas e bissexuais, as lideranças perceberam que a organização política era a forma de enfrentamento possível à cultura masculina vivenciada por dentro do movimento LGBT. Por esse viés, passam a usar como estratégia de resistência e busca pelo poder (PERES, 2009) a ocupação dos espaços políticos de definição das esferas do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais para assegurar a presença das especificidades nas pautas de lutas do movimento.

Nessa perspectiva, após anos de discussões e articulações das mulheres do norte ao sul do país, realiza-se o primeiro SENALE - Seminário Nacional de Lésbicas - no Rio de Janeiro, em 1996. Importante registrar que o Seminário para sua realização contou com a parceria das Companheiras Militantes do estado do Rio de Janeiro por meio do COLERJ(Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro), Arco Íris, Movimento Delas e lésbicas autônomas. Têm- se, o primeiro encontro nacional, exclusivo de lésbicas e, marca-se o tempo histórico no campo da militância LGBT. Passou-se, então, à construção de um espaço de diálogo político-pedagógico entre e com as mulheres de todas as regiões do país, com exclusividade para as pautas e agendas lésbicas.

O Seminário Nacional de Lésbicas é determinante na construção coletiva de busca pela representação identitária. As Lésbicas presentes no SENALE decidem por garantir um dia nacional de Visibilidade Lésbica, dada a data da realização do Seminário, essa agenda passou a ser configurada no dia 29 de agosto em todo o país como marco de luta desse segmento.

Com objetivo de organização coletiva, surgem, após anos de conversas, entre algumas militantes, em articular uma proposta de interação de militância lésbica no país, a necessidade de estruturação da militância LESBI. Organizam-se, então, em redes nacionais, como a Liga Brasileira de Lésbicas(LBL), Articulação Brasileira de Lésbicas(ABL), CANDACES (

Articulação de Mulheres Lésbica Negras) para apresentar socialmente as agendas políticas desse segmento LGBT e afirmar diante do cenário do movimento social brasileiro as vozes das próprias mulheres que poderiam "falar por si e de si" (LOURO, 2000) sem intermediários.

Conforme as lesbianidades aparecem no cenário nacional, outras representações se aproximam dessa luta e constituem a expressão desse movimento, como as bissexualidades. A concepção de diversidade influência a realização dos SENALES, a cada edição, como a condição geracional, regional, etária, culminando na definição do Seminário, em 2014, realizado em Porto Alegre(RS), à reconstrução do espaço de referência de diálogo entre lésbicas e bissexuais para SENALESBI (Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais).

Nessa caminhada amores se perderam, amizades se romperam para construir referência de representação no movimento LGBT brasileiro. A medida em que as lésbicas se organizaram, coletivamente, materializando suas representações, criando resistência e provocando "tensionamentos" (FOUCAULT, 1998) em espaços políticos de definição da agenda LGBT, passaram a ter um outro enfrentamento: sobreviver às artimanhas estruturadas pela sociedade masculina que defini quem ocupa o quê (inclusive nesse movimento). E, organizadamente, passam a disputar espaço nas Paradas LGBT do Rio de Janeiro, São Paulo; Parada Livre em Porto Alegre/RS, Parada da Diversidade em Sergipe, Parada do Orgulho no Piauí, no Rio Grande do Norte, no Amazonas, entre outras.

A partir dessa leitura de organização e atuação, as mulheres trazem suas vivências e estratégias de resistência para o movimento e percebem o espaço público(ARENDT, 1958) como um meio de enfrentamento social, cultural e político contra a imposição da heterossexualidade. Em tal contexto, alguns estados como Porto Alegre, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Norte definem por organizar as Marchas Lésbicas com forte atuação da Liga Brasileira de Lésbicas(LBL) em suas frentes. As Marchas Lésbicas demarcaram as especificidades em âmbito regional, criando ou fortalecendo lideranças lésbicas no cenário nacional.

As Marchas Lésbicas materializaram na rua, a luta por liberdade dos corpos de lésbicas e bissexuais, evidenciando o que aponta Foucault(1988, p.143) que o poder é absorvido de tal forma pelos sujeitos que passa a ser contestado por dentro dele mesmo. De acordo com o pensamento foucaultiano, criamos "resistências", tanto por dentro do movimento LGBT, rompendo com a dependência das definições políticas masculinas, quanto nos "tensionamentos" provocados por nossa presença em espaços de decisão política pelo país afora.

Os tensionamentos causados pelas Marchas Lésbicas, desde a organização até as mulheres nas ruas das capitais do país, nos levaram à caracterização das representações identitárias sexuais de lésbicas e bissexuais no cotidiano de luta contra a LGBTfobia. Retratando o que Freire anunciou como a única condição para um ser ético que"só se é o que se está vivendo" (FREIRE, 1996, P.36).

Vale notar que as dificuldades entre firmar uma pauta política coletiva que contemple todas as mulheres, ainda, é um desafio nesse segmento, a exemplo, da absorção das demandas das mulheres com deficiência, ou, não diferente de outros espaços de organização, o racismo presente nas nuances desse movimento, bem como, outros preconceitos, como o geracional, de classe, regional, entre outros.

Importante registrar, o embate frente aos seus pares de movimento que perceberam o crescimento das redes e das lideranças de mulheres, que atravessam com suas vozes e articulação coletiva o enfrentamento à misoginia e o sexismo instalados no movimento nacional LGBT. Nesse contexto, as redes se articulam e na década de 2000, já na I Conferência Nacional LGBT, lésbicas e bissexuais se colocam como especificidade, mas muitas, ainda, comprometidas

com redes ou organizações que agregavam também homens não romperam com suas antigas lideranças e mantiveram um cenário de configuração masculina no espaço nacional. Chegamos à II Conferência Nacional LGBT, as redes, como a LBL se organizaram e colocaram, suas lideranças estratégicas para representação de acordo com as delegações estaduais. Nesse contexto, o movimento muda seu percurso e as Mulheres lésbicas e bissexuais passam a construir visibilidade nacional que resultou com a estratégia da sigla com a composição "L" no início e se manteve na III Conferência Nacional LGBT realizada em 2016.

É relevante considerar que na última Conferência Nacional (BRASIL, 2016), as mulheres já atuaram em condições de igualdade nos espaços de decisão, idealização, organização e realização das Conferências, que em muitos estados, foi orquestrada por lésbicas e bissexuais. A própria Conferência Nacional foi conduzida por liderança lésbica, que demarcou, historicamente, a participação das Mulheres nesse espaço.

Percebe-se que o empoderamento de lésbicas e bissexuais no cenário brasileiro é um fato, que se revela, por exemplo, a cada campanha eleitoral, em que nossas Companheiras de luta, articuladas em ações partidárias, visibilizam nossa identidade sexual e nos colocam dentro das agendas de discussões políticas. Nesse contexto, criam-se referências para além dos espaços de militâncias lésbicas e bissexuais.

Os fatos demonstram que o movimento vem se refazendo, ao longo do tempo, por questões variadas, desde o afastamento das Mulheres por cuidado com suas questões pessoais, por outros interesses, como a vida acadêmica ou profissional, até a ocupação dos espaços políticos partidários (importantíssimo dada a forma de representação no país), por doença e, infelizmente, inclusive, por mortes das Companheiras. Dessa forma, a reestruturação do movimento é importantíssima. Algumas de Nós, viemos da luta presencial, física na rua; mas, outras, são da geração midiática, com foco nas redes sociais promovidas pela internet, então, precisamos organizar estratégias que contemplem as experiências de construção do movimento com as novas expectativas trazidas pelas jovens militantes.

Cabe a reflexão que vivemos um recrudescimento das ações afirmativas, que atingem os pequenos avanços que mudaram a

colocação da população LGBT no país. Nesse sentido, torna-se imprescindível que criemos estratégias de formação, transmissão e produção de conhecimento entre nossas Mulheres para que tenhamos capacidade de enfrentamento coletivo às reações conservadoras políticas que se anunciam no país.

A leitura sobre a constituição do movimento de lésbicas e bissexuais no país, mostra que construiu-se a história desse movimento, transversalizada à vida de mulheres que se entrecruzam com a existência do próprio movimento LESBI no Brasil. Ao saírem às ruas do país, lésbicas e bissexuais anunciaram o marco histórico no movimento LGBT brasileiro, predizendo as novas formas de luta e de embate à sociedade heterossexista, machista e LGBTfóbica, indicando que seus corpos estariam ali presentes, visibilizados, organizados coletivamente para as disputas políticas conceituais, culturais e estruturais necessárias para a convivência e existência dos sujeitos.

Nessa caminhada histórica das mulheres lésbicas e bissexuais, percebe-se uma das formas de luta admiradas por Freire, que as considerou ao "tempo histórico das Marchas", segundo Ele: "[...] dos que querem amar e não podem... dos que se recusam a uma obediência servil... dos que se rebelam... Dos que querem ser e são proibidos de ser[...]".

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. [1958]. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10 ed., 2005.

BRASIL. Ministério Especial dos Direitos Humanos. *Relatório final - 3ª Conferência nacional de políticas públicas de direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais.* Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília, 2016. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/3a-conferencia-nacional-lgbt/deliberacoes/relatorio-final-3a-conferencia-nacional-lgbt-1.

Acesso em: maio de 2017.

FOUCAULT, M. *Historia da sexualidade 1- A vontade do saber***.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque, Graal- Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: http://www.academia.edu/6772895/FOUCAULT_Michel_Historia_da_sexualidade_1-_A_vontade_do_saber._Graal-_Rio_de_Janeiro_1988._77_p

Acesso em: 18 agosto 2017.

_____. *A Microfísica do Poder*. Organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Tradução Marcio Alves da Fonseca; Salma Tannus Muchail. 1998, Disponível em: https://www.sabotagem.cjb.net

Acesso em: 11agosto 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *As Marchas* (Trecho de sua última entrevista), em 17/04/1997. PUC/SP

Disponível em: https://youtu.be/MZQtP-7Ezbw

Acesso em: 15 out 2017.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade.* Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PERES, W.S. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* / Rogério Diniz Junqueira (organizador). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, 235-264.

> “[...] dos que querem amar e não podem... dos que se recusam a uma obediência servil... dos que se rebelam... Dos que querem ser e são proibidos de ser[...]”
>
> Paulo Freire

Maria Rita



Marita é lésbica, estudante de letras, artes e mediação cultural na UNILA, conheceu o hardcore lesbofeminista na adolescência, com uma amiga que fez na fila de um show, desde então colabora na organização de eventos e projetos culturais relacionados a gêneros, sexualidades e feminismos.



Resumo

Traça um panorama do movimento musical de lésbicas denominado Riot Girrl, surgido nos EUA nos anos 90 e do surgimento do punk feminista, como um movimento político contra cultural com críticas ao machismo, racismo e à homofobia. Destaca projetos culturais relacionados às lésbicas ocorridos no Brasil de 2004 a 2017, principalmente em São Paulo e cita diversas bandas femininas surgidas à época caracterizadas como Punk e Hardcore. Estas ativistas são majoritariamente jovens entre 14 a 30 anos, que trazem para o movimento novas formas de ativismo. O movimento riot grrrl, como diz a autora, "pode ser um espaço de acolhimento e construção da identidade lésbica permitindo que jovens lésbicas vivam de forma estável".



Hardcore Lesbofeminista: visibilidade, construção e consolidação de identidades dissidentes através da (contra-)cultura

Nos anos 90 o feminismo ganha força no país, organismos e organizações nacionais, estaduais e municipais direcionadas às políticas públicas pra mulheres se consolidam. Assuntos relacionados à sexualidade são inseridos na pauta do movimento, mesmo com a resistência de algumas feministas heterossexuais que acreditavam que isso poderia ser mal visto pela sociedade e dificultar certas alianças políticas.

Nesse mesmo momento, nos EUA, surge o *riot grrrl*[1]: movimento de garotas que reivindica seu espaço na cena do *punk rock* e *hardcore.* O *punk* feminista, então, surge como um movimento político contra cultural com críticas ao machismo, racismo e homofobia focado nos espaços relacionados a esses gêneros musicais. É um feminismo considerado jovem, pois as participantes tem entre 14 e 30 anos. Outra característica que vem com o *riot* por ser uma vertente do *punk*, é a busca por autonomia, fazer o que quiser e de preferência no conceito *D.I.Y.* (*do-it-yourself*, em português: "faça você mesma"), com as próprias mãos.

A formação pessoal constituída através da autonomia, como um "condicionamento pra ser autossuficiente" é uma característica que Cheryl Clarke coloca como uma das raízes da sua lesbianidade, particularmente me identifico com essa citação, acredito que nos sentirmos autônomas, nos dá espaço pra viver as expressões

1. riot grrrl – a tradução é algo como: "motim de garotas", a palavra girls escrita com rrr é uma onomatopéia que representa o rosnado de um felino.

identitárias que tivermos vontade, e nos faz mais livres pra perceber que a heterossexualidade não é a única opção.

Ainda nos anos 90, mas um pouco depois dessa movimentação na América do Norte, surge na cidade de São Paulo, a banda de *hardcore Dominatrix*, que se identifica como a primeira banda *riot grrrl* do Brasil. Mais do que expressar o sexismo da cena nacional do *punk* e *hardcore* através das letras das músicas, o objetivo principal do grupo é ser um estímulo pra outras meninas se sentirem confortáveis pra cantar, tocar e saber que é possível criar uma branda.

A partir daí, o fogo da revolução se espalha e muitas bandas com integrantes mulheres, principalmente garotas adolescentes e jovens, são formadas por todo o país. Boa parte dessas bandas estão desvinculadas sonoramente do estilo *punk rock* e *hardcore*, mas a grande maioria vem com a atitude política *riot grrrl* na essência.

No final dos anos 90 e começo dos anos 2000, a internet passa a ser mais acessível e por esse meio que a comunicação entre as garotas principalmente se dá, mas algumas seguem trocando cartas e *zines*[2] impressos e se organizam com o intuito de produzir shows e festivais direcionados às mulheres.

Tânia Navarro Swaim afirma que "os feminismos promoveram um ambiente favorável às descobertas, ajudando as mulheres a se revelarem e experimentarem o amor e o afeto com outras mulheres e a lesbianidade".

Tenho o *riot grrrl* como um feminismo vivido na prática ao construir um ambiente que proporciona sororidade, encontros e atividades compartilhadas entre mulheres, tudo isso fomentado também por mulheres, se mostrando um espaço seguro e confortável pra livre expressão das sexualidades dissidentes.

No movimento *riot*, performar feminilidade não é algo naturalizado independentemente de gênero e sexualidade, talvez isso possa ter influenciado numa polêmica questão que o difere dos movimentos feministas historicamente institucionalizados. No *riot grrrl* não existe a dificuldade de aceitação das mulheres lésbicas, as chamadas "*dykes*", termo em inglês usado no início de forma

2. zines – publicação independente que surge no meio punk inicialmente para divulgar bandas.

pejorativa pra identificação das lésbicas, mas que foi reapropriado e ressignificado, assim como a palavra "sapatão" que passa a ser usada em muitos espaços lésbicos, não somente no meio *riot*.

Em 2004, com o tema "Conhecimento para a resistência feminista", é organizado em São Paulo o primeiro *Ladyfest* Brasil, festival feminista que já acontecia em outras partes do mundo e conta com a participação de bandas, exposições, mostra de vídeos, oficinas e palestras. Nesta edição, Vange Leonel (1963-2014), uma das lésbicas ícones do país, ministrou a palestra "As mentiras que contam para nós: mitos sobre a feminilidade". A escritora que também era musicista, se apresentou algumas vezes com a banda *Dominatrix* entre 2006 e 2010 em eventos relacionados à visibilidade homossexual e violência contra mulher.

Na segunda edição do *Ladyfest* que acontece no ano seguinte, 2005, entre outras atividades, destaco a oficina "Consenso sexual para jovens lésbicas - Ginecologia *D.I.Y.*", que em forma de roda de conversa exclusiva para mulheres que se relacionam com mulheres, pautou a discussão da sexualidade e violência entre lésbicas.

"É menina ou Menino? Gênero: O machismo torturando nossa identidade", foi o tema do *Ladyfest* em 2006. Quantas vezes uma lésbica não ouviu essa pergunta? E quanto a mostra de vídeos dessa edição, foi explicitamente focada nas lesbianidades: "Lésbicas Jovens: qual é a nossa?" é a questão que dá nome ao tema dos curtas exibidos.

Muitas das integrantes das bandas que fazem parte da cena *riot grrrl* são dissidentes sexuais, portanto, a questão da sexualidade perpassa no discurso da banda e/ou nas letras. Por exemplo no Projeto Santa Claus, Cláudia toca guitarra, dá play na bateria eletrônica e ao mesmo tempo canta: "eu sou sapatão, eu sou sapatão, eu sou sapatão, e daí?", o projeto, de 2003, se mostra impactante e ousado, até porque naquele momento a palavra "sapatão" estava no seu processo de ressignificação pelas lésbicas. A banda Pulso de Brasília, não era composta apenas por lésbicas, mas a questão da lesbianidade é encontrada na letra da música Bolero: "podemos apenas ficar paradas, olhando uma pra cada lado, tentando apenas demonstrar o quanto a gente ainda se gosta" (2004).

Dykeland ("terra sapatão", em livre tradução), é o nome do disco de estreia da banda *I'm a bonsay kitten,* conhecida também como

The bonsai kittens, banda formada em 2006 entre amigas lésbicas, uma delas inclusive participante do grupo Um outro olhar, um dos coletivos que iniciou a Caminhada de Lésbicas e Bissexuais em São Paulo. Os temas das letras dessa banda remetiam ao cotidiano da vivência lésbica das integrantes. Elas diziam que o estilo musical que tocavam era o *dykerock*. Depois do lançamento do primeiro disco, tocam no encerramento da VI Caminhada de Lésbicas e Bissexuais de São Paulo, em 2008.

Dos encontros proporcionados a partir de interesses em comum como a música e/ou feminismos, surgem outras iniciativas culturais onde as lésbicas são o foco. O Projeto Sapataria aparece em 2007, festa exclusiva para mulheres sediada em uma casa no bairro Vila Madalena. No ano seguinte as organizadoras propõem a edição *Dyke Doll,* onde as bandas The Bonsai Kittens e Projeto Santa Claus se apresentam juntamente com Comma.

Também em 2007, temos uma edição SapaFest!, o festival sapatão que *Dominatrix* e Santa Claus dividem repertório. Bonsai Kittens, S.A.44 e Anti-Corpos são as bandas que completam o line-up.

Outra expressão lésbica derivada dessa movimentação é a *Dykon Records*, um selo musical formado por lésbicas com o intuito de lançar e gravar bandas 'de minas'.

O portal pop feminista Quitéria, apesar de abarcar outras questões além de lesbianidades, em sua estreia, produz uma vinheta apenas com mulheres fazendo o jogo de passar cartão com a boca, simulando beijos entre elas.

A *dykeband* Dykes4ever, brincadeira politizada que aparece como paródia das *boybands* na versão sapatão, fez um clipe que veiculou na MTV, emissora que na época tinha sinal aberto, e fez uma única apresentação no *Ladyfest* 2007.

Por algum tempo, pelo menos na cidade de São Paulo, o movimento contra cultural que uniu tantas lésbicas pareceu estar adormecido, até que em 2011, a banda Anti-Corpos, formada em 2002 por duas meninas lésbicas na Praia Grande/SP e que passou por diversas formações, depois de um tempo longe dos palcos, volta a tocar com uma formação inteiramente lésbica e se (re-)lança como uma banda de "*hardcore* lésbica-feminista". Elas deixam o que já era visível ainda mais explícito.

A banda Anti-Corpos toca no encerramento da Caminhada de Lésbicas e Bissexuais de São Paulo nos anos 2013, 2014 e 2015. Santa Claus, Post, X-So Pretty, Quintal de Iaiá, Luana Hansen e Tiely Queen foram algumas artistas que compartilharam o palco com elas durante esses três anos.

Nesse contexto, o *riot grrrl* se renova e outras bandas e artistas surgem, o discurso sapatão está mais forte, consistente e destemido.

A potência e resistência lésbica se coloca com toda a força em agosto de 2017 no *Dyke Fest #1,* festival focado em *hardcore* organizado e produzido pelas sapatões. Com o intuito de falar sobre visibilidade lésbica, o festival reuniu shows, roda de conversa, exposições e material independente produzido por lésbicas. As bandas que se apresentam no evento são: Bioma, Crowd, Sapataria e Bertha Lutz, todas de São Paulo e formadas após 2016, com exceção das Bertha Lutz, banda de Belo Horizonte/MG que completou 10 anos de formação em 2018.

Além do discurso pró-lesbofeminismo, a Bah, vocalista da banda mineira, vem questionando "onde estarão as mulheres negras do *punk* e do metal?", promovendo rodas de conversa pra falar sobre a questão do racismo dentro do rock, mais precisamente do *riot grrrl*, que apesar de algumas transformações ao longo dos anos, segue sendo uma movimentação política composta majoritariamente por garotas e mulheres brancas.

Algo interessante da cena é que o encontro entre as lésbicas se dá não necessariamente por conta das afinidades musicais, mas depois que estão no ambiente, mulheres que já se identificam como dissidentes sexuais ou não, se sentem acolhidas e livres pra expressar seus desejos e escolhas. Podemos ver essa afirmação na fala de algumas entrevistadas da pesquisa "Entre umas e outras: Mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo" de Regina Facchini:

> "**Luísa:** Depois da faculdade, em 2000, vim morar aqui em São Paulo, em Perdizes. Eu morava com 3 pessoas hétero de outro estado e fazíamos sempre muita coisa em casa, jantar. Saía só com meu amigo pra lugares gays. Aí conheci umas pessoas da USP. Mas até ali, não tinha rolado uma mudança muito radical, assim, de postura, de comportamento, assim. Isso rolou mesmo quando

eu conheci as meninas do *hardcore*. Comecei a namorar uma menina e aí eu caí num show do *Dominatrix*. Eu ia numas baladas tipo a Torre, o Rabo de Saia, não achava tão legal assim, mas daí eu caí nesse meio do rock. Eu, particularmente, não curto rock. Gosto de MPB e de boteco, jogar sinuca e jogar conversa fora. Essa foi uma mudança grande. Hoje eu falo: "nossa, só fui conhecer isso com essa idade, e tem umas meninas aí de quatorze anos que…". Eu olhava e falava: "meu deus, é muita sapatãozinho!", e aí acabei conhecendo as meninas, e a gente tinha gostos totalmente diferentes, mas se dava muito bem nessa situação do boteco. Foi uma mudança maior... daí, eu acho que eu me identifiquei mais com essa postura de busca de atitude, de procurar o seu espaço, de estar no meio de pessoas que ficariam descontentes caso se escondessem, não como as pessoas de Sorocaba, as pessoas de Assis, e até mesmo as pessoas daqui. Então, essa mudança... Eu me identifiquei, eu me identifico, com essas pessoas... mas com aquelas que estão buscando não ficar dentro do armário. (...) Não esconder o que eu realmente queria, o que eu pensava, o que eu fazia, que até então era uma coisa escondida, as pessoas sabiam... os mais próximos ficavam sabendo, eu contava minhas histórias, mas não era uma coisa... Era pros mais próximos, os amigos e tal, não pro tio da rua ali. O que eu acho, hoje, pra mim faz uma diferença muito grande. Porque eu não quero que ele não saiba. Não é uma coisa de querer me mostrar, mas eu me sinto no direito que qualquer pessoa tem de manifestar amor pela minha namorada na frente de todas as outras pessoas. Eu acho isso o principal, primeiro essa questão do afeto, assim, que era escondido, e depois a questão de procurar buscar os seus direitos mesmo. [...] O que marcou em conhecer as meninas pra mim, na época, foi: "Nossa, tem gente que não se esconde!".

Regina: Mas elas tinham um discurso de visibilidade, uma coisa assim? Como é que era isso?

Luísa: Não, não era um discurso. Eu acho que era uma coisa natural, o que eu achava mais legal (entrevista com Luísa, 2007)."

***

"Quando a gente começou a frequentar os shows de rock de mina, foi uma realização, assim, você ouvia elas falarem tudo aquilo que você não sabia pôr em palavras, sabe, assim? Era muito libertário pra gente. Por isso que eu te falei que parecia um mundo paralelo. Me chamava a atenção a facilidade com que elas falavam que eram gays e como falavam bonito do feminismo. Umas coisas que eu, como era mais nova, não sabia como falar pras pessoas, então só usava aquelas frases clichês. E elas falavam com muita naturalidade, não era decorado, era com sentimento. E aí você fica encantada, porque, imagina, você é mulher e sempre te trancaram num mundo e, de repente, você descobre outro, onde você pode ser você mesma. Isso que é muito legal do rock. Eu me descobri bastante, assim, como pessoa. Quando eu fiquei longe do rock, que foi nessa fase minha de aceitação que eu te falei, eu vivia meio perturbada, sabe assim? De pensar na roupa que eu ia pôr pra me sentir igual, porque, tipo, eu me vestia do jeito que eu queria, eu não era igual às outras meninas, sabe?

Porque eu tinha essa coisa, não como lésbica, mas com esse pensamento de que eu posso vestir o que eu quiser, e elas não. E foi isso que o meu pai me falou, inclusive, quando eu contei pra ele que eu era gay: "Eu já sabia: as suas amigas se vestem pros meninos e você se veste pra você". E aí ele deduziu e eu falei, assim: "Pô, é verdade". [...] A primeira vez que eu fiquei com uma menina... Eu ia em show de banda feminista, Hangar e tal. Era uma coisa muito natural, minhas amigas ficavam com minas, era o *Dominatrix*, elas eram lésbicas. Rolava muito, na época, uma coisa de, tipo, beijar todo mundo, beijo a três. Então, foi meio isso, a gente ficava todo mundo meio que se beijando, aí tava eu e ela, a gente não se conhecia e a gente se beijou. Aí ela beijou minha amiga, depois a gente se beijou de novo, sabe? Foi meio isso, era meio curtição mesmo, pré-adolescência, sei lá. Eu não tinha, assim, uma barreira em relação a isso, eu tinha um tio gay... Meus pais nunca falaram diretamente sobre homossexualidade comigo, mas nunca barraram isso, sempre foi uma coisa

> normal, não se comentava, mas nem a favor nem contra. Então, quando eu comecei a ficar com menina, era natural, eu estava a fim de ficar com menina, então, vou ficar com menina (entrevista com Vera, 2007)."

A importância de um espaço seguro pra livre experimentação e expressão identitária que foge aos padrões estéticos, de gênero e/ou sexualidade considerados hegemônicos, se faz necessária na nossa formação pessoal, principalmente se estamos falando de uma pessoa lida enquanto mulher pela sociedade e que vive em um contexto familiar e social onde performar e perpetuar a feminilidade e a heteronormatividade é o que está naturalizado.

Ao longo da minha vivência, pude perceber o movimento *riot grrrl* como potenciador, além de um espaço de acolhimento essencial na construção da minha identidade lésbica, assim como conseguir vivê-la de maneira emocionalmente estável, compartilhando até hoje shows e histórias com amigas lésbicas que conheci nesse contexto.

Acredito que toda manifestação artística e/ou cultural que vá contra os poderes de hierarquia vigentes na sociedade contemporânea, é potencialmente um espaço seguro onde lésbicas ou qualquer pessoa que não se encaixe nos papéis propostos, se sinta segura para expressar e experimentar seus desejos e escolhas que diferem da norma.[3*]

3. *A maioria dos fatos, bandas e eventos citados, são da cidade de São Paulo, onde estive por mais tempo presente durante esses anos e pude acompanhar e viver de perto o processo, porém, sei que a movimentação das bandas 'de mina' esteve ativa em outros estados do país e imagino que, sendo igualmente importante pra formação identitária das lésbica locais.

Referências Bibliográficas

CAMARGO, Michelle Alcântara. *Riot Grrrls em São Paulo:* estética corporal na construção identitária. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

CLARKE, Cheryl. *El Lesbianismo: Un acto de resistencia* em **"**Esta Puente, mi espalda – Voces de las tercermundistas en los Estados Unidos"**,** editado e traduzido por Cherríe Moraga e Ana Castillo**,** ISM Press, São Francisco-USA, 1988, 98-107.

FACCHINI , Regina & FRANÇA, Isadora Lins. *Dossiê:* Feminismos Jovens - Cadernos Pagu (36), janeiro-junho de 2011, 9-24.

FACCHINI , Regina. *Entre umas e outras:* mulheres, (homo) sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2008, 156-157.

_____. *Não faz mal pensar que não se está só*: estilo, produção cultural e feminismo entre as minas do rock em São Paulo - Cadernos Pagu, n. 36. janeiro/junho de 2011, 117-153.

RIBEIRO, Jéssyka K. A. COSTA, Jussara C. & SANTIAGO, Idalina M. F. L. *Um jeito diferente e "novo" de ser feminista*: Em cena, o Riot Grrrl. Revista Ártemis, Edição V. 13 jan-jul 2012. 222-240.

SOARES, Gilberta Santos & COSTA, Jussara Carneiro. *Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil:* recuperando encontros e desencontros. Rev. Labrys, 20-21, 2011.

SWAIN, Tânia Navarro. *Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão*. Cadernos Pagu, v. 12, 1999, 121-139.

Videografia

https://www.youtube.com/watch?v=KtYW2zexs8s – acessado em 15/06/2018.

https://www.youtube.com/watch?v=v9xpXdrqUXw – acessado em 15/06/2018.

https://www.youtube.com/watch?v=hCl3VP7jRCg – acessado em 15/06/2018.

https://www.youtube.com/watch?v=euVGZSdy8uc – acessado em 15/06/2018.

Sites

https://www.obaoba.com.br/comportamento/noticia/entrevista-the-bonsai-kittens – acessado em 15/06/2018 e 26/06/2018.

http://vangeleonel.blogspot.com/ search?q=Dominatrix+%2B+Vange - acessado em 26/06/2018.



Dandara Pinheiro

Dandara Pinheiro é lésbica, negra, integrante da Articulação Brasileira de Lésbicas e do Grupo de Mulheres Felipa de Sousa. Formada em Serviço Social e estudante de Ciências Sociais, trabalha como assistente social em um CREAS e também atua como conselheira no Conselho Municipal de Assistência Social no município de Iguaba Grande, Estado do RJ.



Resumo

A autora apresenta a personagem "Senhora Passado" da militante Rosângela Castro do RJ, da Articulação Brasileira de Lésbicas e do Grupo de Mulheres Felipa de Souza. No descrever desta personagem, que faz um registro da estética adotada pelas lésbicas brasileiras da década de 70 ao século XXI, os "signos" usados pela comunidade de mulheres lésbicas para autorreconhecimento em ambientes sociais nada receptivos e a troca destes símbolos em cada década vão sendo revelados. Trata-se de uma narrativa que percorre o tempo e a moda sendo usada para nosso reconhecimento e aproximação, relacionando a performance às estratégias de visibilidade e clandestinidade que usávamos. No final do artigo existem links para vídeos da personagem publicados no youtube.



Senhora Passado: memória, cultura e resistência

Por volta de seis anos de idade, tinha por hábito consultar palavras no dicionário, estimulada por minha mãe. Logo quando ouvi dizer que duas mulheres poderiam ter um relacionamento, aquilo despertou minha atenção de um jeito que procurava a definição no "pai-dos-burros", como ela costumava chamar, pelo menos umas 4 vezes na semana para viajar naqueles significados. Não era de se esperar que um dicionário de 1991 tivesse algo relevante sobre lésbicas naquela época, então a referência ao envolvimento sexual e afetivo entre mulheres se resumia a três palavras subsequentes:

> **Lesbiano**, *adj.* Lésbico.
>
> **Lésbico**, *adj.* Relativo à Ilha de Lesbos; *(poes.)* diz-se do metro ou medida dos versos sáficos; lírico.
>
> **Lésbio**, *adj.* Lésbico; diz-se do amor de uma mulher a outra; s.m. indivíduo natural ou habitante de Lesbos (Dicionário Brasileiro, 1991).

Não satisfeita com o pouco conteúdo apresentado, tentava me aprofundar pesquisando por "sapatão", "sapata" . e nada encontrava. Tentava então homossexual, termo muito utilizado na época, e que carregava outro em seguida:

> **Homossexual** (*cs*.), *adj*. *2 gên*. Relativo a atos sensuais entre indivíduos do mesmo sexo; que pratica esses atos. (De *homo*+*sexuale*.)

> **Homossexualismo**, *s.m.* Prática de atos sensuais entre indivíduos do mesmo sexo (Dicionário Brasileiro, 1991).

Excetuando as amigas de minha mãe que viviam como "primas" e se escondiam a qualquer custo - principalmente das minhas tentativas de flagrar um beijo olhando pelas frestas das portas - não tinha qualquer acesso ao universo lésbico que tanto me encantava, sem mesmo conhecer a fundo. Porém, no ano de 2003, a lesbianidade saltou na tela e eu fascinada, não acreditava.

Todas as noites ficava aguardando a novela "Mulheres Apaixonadas" para ver as personagens Clara e Rafaela. Embora naquela época não houvesse beijo gay, nem lésbico, as cenas eram muito mais soltas e abordavam o assunto com bastante naturalidade. Havia cena de banho juntas, de declarações de amor e outros tipos de intimidades que eram muito mais profundas que o beijo sem graça de Clara e Marina, na novela "Em família", no ano de 2014. Rafaela, interpretada pela atriz Paula Picarelli, era a personagem que mais me chamava a atenção. Era o que podemos chamar com muitas aspas de "lésbica identificável" usava top, bermudão, tinha um jeito decidido e meio masculino.

Quando usei propositalmente o termo "lésbica identificável" quis postular que lésbica não é apenas uma orientação sexual. Ser lésbica é fazer parte de um grupo social com seu conjunto de códigos, crenças, valores e identidades. Os objetos que construímos e outros já existentes que inserimos em nosso modo de vida, dando a eles novos significados, contam a nossa história e fortalecem identidades e criam o que podemos chamar de cultura lésbica, entendendo a cultura como:

> (.) um sistema de significações envolvidas nas formas de atividade social, um conjunto de categorias e planos de ação compartilhados por um grupo, ou grupos, que não apenas definem coletivamente o mundo, mas o gerem e organizam (Lima, 2009).

A forma de organizar o mundo lésbico não poderia ser melhor explicada do que por uma personagem que atravessou décadas e o século para contar o que fizemos e estamos fazendo para tornar nossas vivências mais leves e mais políticas possível. Esta personagem é a "Senhora Passado" que carrega em seus acessórios a história viva

da nossa criatividade diante do medo, da violência, da impossibilidade de viver abertamente nossos afetos.

Meu primeiro contato com a Senhora Passado foi durante o II Encontro Nacional da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), ocorrido no Museu da Maré em novembro de 2017. Sobre a pele de Rosângela Castro, fundadora do Grupo de Mulheres Felipa de Souza e membra da Articulação Brasileira de Lésbicas, Senhora Passado contou a história e o presente da cultura lésbica através de objetos que jamais poderia imaginar que um dia fizeram parte da nossa trajetória de resistência.

De óculos aviador, corte de cabelo igual ao da cantora Simone, relógio na mão direita, anel de coco, com algumas camadas de roupas, sendo a primeira uma camisa branca e uma calça com bolso envelope, sapato preto coité com meias brancas, bolsa estilo 007 e outros objetos que ao longo da apresentação vão surgindo e saindo conforme a passagem das décadas. Este é o perfil da personagem em questão. Não é prolixa, vai da década de 70 ao século XXI em pouco tempo, o suficiente para deixar as marcas da história lésbica na plateia que assiste extasiada à sua desenvoltura e seu orgulho em carregar a lesbianidade no corpo. Tentarei, neste espaço, recontar um pouco da história transmitida por Senhora Passado.[1]

Sua trajetória de reconhecimento enquanto lésbica começa na década de 70. Naqueles anos, as lésbicas se identificavam usando relógio na mão direita. As lésbicas de classe média ou menos pauperizadas, as chamadas - na época - de remediadas, usavam anel de prata no dedo mindinho. A dificuldade em conseguir trabalho empurrava boa parte dessas mulheres para a venda de enciclopédias Barsa ou planos de saúde da Golden Cross, sempre acompanhadas da bolsa estilo 007. A prancheta também era um signo lésbico porque era comum os institutos de pesquisa terem preferência por lésbicas porque "davam produtividade boa: não tinham filhos, podiam viajar, não ficavam doentes, podiam viajar no feriado e não reclamavam para não perder o emprego."

1. Para recontar essa história utilizei três fontes distintas: a intervenção artística realizada no II Encontro Nacional da ABL que registrei por escrito em minhas anotações pessoais, um vídeo no Youtube produzido por Ana Carla Lemos e a entrevista concedida por Rosângela Castro em 13 de junho de 2018. Todas as fontes se encontram referenciadas no final deste artigo.

Com o passar do tempo e o aumento da escolarização, as remediadas passaram a usar os óculos estilo caçador. Para trabalhar, as lésbicas também se identificavam pelo estilo de roupa que era calça com bolso envelope, sapato coité com a meia branca, blusa branca de manga dobrada e o tradicional colete. Ainda sobre vestuário, além da pochete que era muito popularizada, as remediadas usavam uma calça chamada "Calça Lee", que era o jeans que saía de Pernambuco ia para os Estados Unidos e voltava com a calça escrita "Lee". Também o uso do chinelo de borracha com a parte colorida virada para cima servia como identificador, assim como brinco de argolinha em uma orelha e na outra uma pedra. Alguns tipos de perfume e o hábito de fumar cachimbo também foram signos lésbicos.

Senhora Passado destaca que a invisibilidade era tão grande que foram necessários códigos para mostrar as práticas sexuais em espaços de sociabilidade lesboafetiva. De que forma isso era feito? Lésbicas que se identificavam como passivas usavam um lencinho indiano do lado direito da calça e o chaveiro do lado esquerdo marcavam as ativas. O uso do canivete suíço também era uma forma de demonstrar poder pelas lésbicas ativas. "As lésbicas mais idosas e as que pisavam um pouquinho muito forte carregavam um relógio de bolso para ver se a gatinha estava atrasada" - este também era um código presente no rito dos envolvimentos afetivos. Senhora Passado também nos conta que havia demarcadores de classe entre as lésbicas. Um deles era a moedeira de pelica que as lésbicas ricas importavam da Argentina.

O corpo lésbico também carregava os signos, como o corte de cabelo da Simone, por exemplo, para lésbicas brancas e corte estilo Pigmaleoa para lésbicas negras. Na época não era comum mulheres terem unha curta, então as unhas conviviam com "o dedo do carinho", que se mantinha com unha curta.

Senhora Passado também reviveu a memória de Cassandra Rios, a escritora maldita, cujos livros foram proibidos de circular durante a ditadura militar: "A gente não tinha poesias lésbicas, tinha a escritora maldita. Fazia o que: comprava um e rodava. Assim tinha acesso às poesias sáficas através de Cassandra Rios."

Sobre a década de 80 contou que a blusa quadriculada, a camisa polo, boné de turista (mais usado por lésbicas brancas), sandálias de tiras da usaflex, camisa listrada de capuz, pochete de perna, cinto de listras, calçador de sapatos e a calça que virava bermuda larga para disfarçar para a família (essa calça tinha um fecho-éclair estratégico

na altura do joelho que poderia ser destacado com facilidade)... Foram peças introduzidas no guarda-roupa das lésbicas durante essa década. O corte de cabelo v8 ou asa-delta também foi um estilo muito adotado na época. Somavam-se ao visual o uso do celular pendurado na cintura, o rádio de bolso, o diskman e o teletrim ou bip, que era um tipo de aparelho que recebia mensagens telefônicas e as transformava em mensagens de texto. Também era comum entre as lésbicas militantes o uso de um apito para avisar sobre possíveis perigos, como a aproximação da polícia, por exemplo. O anel de lua e estrela, cantado por Caetano Veloso, foi outro demarcador da identidade lésbica nos anos 80.

Com o advento dos telefones públicos, nessa década, conhecidos como orelhão, as namoradas "amarravam a linha na ficha, enfiavam no orelhão, e quando a pessoa atendia puxava correndo". Dessa forma era possível conversar por horas sem gastar a ficha. Logo, a expressão"caiu a ficha" é uma criação das lésbicas — como reivindica Senhora Passado.

Ainda nos anos 80, havia uma personagem política que virou um ícone lésbico. Na época, era uma ministra famosa por ter sua heterossexualidade contestada. Ela usava uma camisa branca e um colar de pérolas e influenciou o estilo de muitas mulheres que presenteavam suas namoradas com o colar semelhante ao seu.

E o que Senhora Passado viveu nos anos 90 e início do século XXI? Lésbicas com bermuda de surfista, pochete, boné e óculos escuros, sem falar do anel no dedo polegar. A pochete veio para trás e era moda usar uma sandália de couro com uma tira nos dedos e a outra no tornozelo. Também teve a moda das "sapas" devotas de São Jorge, que usavam o anel e a camiseta estampando a sua devoção. Surgem dois ícones que irão se entranhar na trilha sonora dos romances lesboafetivos: Cássia Eller e Ana Carolina. Essas cantoras não só marcaram os romances como ditaram moda entre as lésbicas, como a tatuagem de patinha no ombro exibida por Cássia Elller e os cabelos vermelhos de Ana Carolina. Senhora Passado também contou que nessa época era comum ver lésbicas com bonés com rabo de cavalo para fora. Nas favelas, seguiam o mesmo estilo, mas com a aba virada para trás, que se juntava ao uso de cueca de seda à mostra e top.

Tive a oportunidade de entrevistar Rosângela Castro[2] que relatou sobre o surgimento da personagem, sua importância para a militância lésbica e cada signo utilizado em suas apresentações. De acordo com a protagonista que dá vida à Senhora Passado, a ideia surgiu após ficar entediada com as palestras que fazia sobre lesbianidade. Queria reformular o modo de contar a nossa história, então se lembrou de que o ator Miguel Falabella sempre falava em um de seus programas que crachá de sapatão era pochete. Então associou a ideia de crachá com os signos que permeavam as vivências lésbicas e marcava a identidade de um grupo. A personagem nasce num evento da visibilidade lésbica no ano de 2007. Na época, Rosângela Castro trabalhava como assessora de diversidade e inclusão da superintendência de políticas para as mulheres e naquele mês foi realizada uma grande mobilização pela visibilidade lésbica agregando as mulheres do centro do Rio de Janeiro e do Grande Rio, o que também possibilitou a criação do Fórum de Lésbicas do Rio de Janeiro.

Para Rosângela Castro, Senhora Passado, hoje, já virou uma marca, uma marca dela, uma marca do Grupo de Mulheres Felipa de Souza. Fica feliz com o fato das pessoas começarem a identificar o que usavam, durante a apresentação. Ela afirma que Senhora Passado traz a história do movimento desde quando se reconheceu enquanto lésbica. Conta que já fez essa apresentação nas quatro regiões do país e que Senhora Passado não apenas conta a história dos signos lésbicos como abre ao debate a interseccionalidade, quando mostra as vivências lésbicas a partir de recortes de cor e classe.

Rosângela Castro destaca a música como um signo lésbico e a figura de Bethânia como referência àquelas que declamavam para seus amores textos emblemáticos recitados pela cantora:

> Uma lésbica da minha idade que nunca ofereceu alguns textos que Bethânia falou, ou nunca recebeu, ela não viveu a lesbianidade com plenitude (risos). Tem um que é bem interessante é... Fernando pessoa com fundo musical de Fauzi Arap. Que ele fala assim: "Eu vou te contar que você não me conhece / E eu tenho que gritar isso porque você está surdo e não me ouve / A sedução me escraviza a

2. Entrevista concedida por Rosângela Castro em 13 de junho de 2018, em sua residência, no bairro do Engenho Novo, no Rio de Janeiro.

> você / Ao fim de tudo você permanece comigo mas preso a mim e não ao que eu criei / E quanto mais falo sobre a verdade inteira um abismo maior nos separa. / Entre eu e você existe a notícia que nos separa / Eu me dispo da notícia / E a minha nudez parada /Te denuncia e te espelha / Eu me delato / Tu me relatas / Eu me acuso e confesso por nós / Assim me livro das palavras com as quais você me veste." Mas tem um outro pedaço que é interessante que fala assim: "eu sou o centro das atenções e você é um rosto na multidão. Eu sou o centro das atenções..."

Para Rosângela Castro Senhora Passado é uma doação de tudo que aprendeu na militância, do que pode repassar e construir junto. É um momento de renovação. "Senhora Passado representa uma metodologia educativa que poderia ser expandida para que a educação fosse estruturada de forma lúdica".

Ao falar sobre os signos lésbicos, brincou que uma famosa marca de chinelos de borracha deveria pagar uma porcentagem de seus lucros ao movimento de lésbicas porque a ideia foi nossa de virar a parte colorida do chinelo para cima para nos reconhecermos. Ainda sobre as coisas que nos identificam pontuou que alguns signos perduram até hoje nos corpos de muitas lésbicas:

> Às vezes a gente vai em alguns lugares e vê uma Senhora Passado vestida. Tem mulheres que elas são tão fiéis a esses signos que as identificavam como lésbicas que até hoje elas usam. Volta e meia no centro da cidade nas áreas de Direito, de Administração, volta e meia a gente encontra uma Senhora Passado perdida. É interessante que naquela época com tudo aquilo que a gente usava pra se identificar entre a gente, a gente achava que a gente não dava pinta. A gente não dava pinta, a gente era uma mancha!

Sobre o formato da apresentação, conta que muitas pessoas dizem que Senhora Passado precisa ter uma estrutura mais teatral, com direção, roteiro e etc. Reconhece que é até necessário pela quantidade de informações que são dispostas durante a apresentação, porém lamenta que a interferência profissional empobreceria o trabalho de sua essência.

Também acrescentou outros signos que não aparecem nas apresentações como o uso do kichute e um jeito específico de passar o cadarço ao redor do sapato e a moda da tatuagem de gaivota ou adesivar o carro com gaivotas em referência a uma boate lésbica que havia no Rio de Janeiro por volta dos anos 80 que se chamava "Gaivota". Sobre o uso do anel de coco, que é atual mas vem desde os anos 90, explicou que o anel é uma identificação franciscana e os franciscanos eram os que tinham menos preconceito com as identidades sexuais. Falou de outros símbolos como blusa de malha dobrada, blusa social e cinto. E, sobre as formas de identificação de lésbicas ativas e passivas e acrescentou que não se tratava apenas de criatividade: "É muita necessidade de sobreviver à clandestinidade. Acho que Senhora Passado é isso, é mostrar que nós sobrevivemos." Quanto aos signos atuais, considera que as tatuagens são mais comuns entre as lésbicas porque antes da redemocratização, tatuagem era coisa de lésbica branca, para lésbicas negras era considerada coisa de marginal, e hoje já há lésbicas com o triângulo negro tatuado ou o labrys - que é o machado de dois gumes - ambos símbolos do movimento de lésbicas.

Durante a entrevista pontuei que a cultura gay está entranhada na sociedade hetero-cis-normativa e tem maior aceitação e visibilidade que a cultura lésbica e perguntei se Senhora Passado seria uma forma de afirmar a existência de uma cultura lésbica. Rosângela explicou que temos um agravante, que o imaginário coletivo associa o gay à beleza, às profissões ligadas à moda, à estética. Enquanto que nós somos imaginadas como carrancudas, encrenqueiras, indignas de sermos mencionadas. Como ela mesma afirma: "O gay todo purpurinado e a gente tendo que ficar... porque, afinal de contas, eles são homens. Os espaços são masculinos. A cultura é masculina."

É por isso que, Rosângela Castro considera Senhora Passado mais do que um resgate da memória. É um resgate das violências, da sobrevivência, da preservação do que construímos, é abertura de possibilidades de diálogos, é uma forma de resgatar o passado da família de lésbicas jovens, de promover o diálogo entre as gerações e quem sabe corroer as estruturas da lesbofobia nas relações intrafamiliares:

> Senhora passado faz um pouquinho de denúncia em relação às lesbofobias institucionais que a gente passa, as lesbofobias dentro da militância, as violências . Também

levanta questões como a intergeracionalidade quando fala de signos como a ficha telefônica e que poucas lésbicas jovens conhecem.

"Eu espero ter vida longa pra sair pelo mundo apresentando Senhora Passado." Essa frase dita com tanto orgulho e carinho pela protagonista Rosângela Castro resume bem o nosso passado que é um contínuo presente com tantos signos carregados por lésbicas de diferentes gerações que imortalizam, recriam e criam tantos outros como o copinho de iogurte, o anel de coco, as músicas de Ana Carolina e tantas infinidades de gírias e expressões que permeiam o nosso cotidiano.

Nosso universo cheio de estratégias de visibilidade e clandestinidade (quando necessária) constrói o que temos de mais nosso enquanto lésbicas, que é a nossa cultura. Lesbianidade como bem observado, através dessa breve experiência aqui relatada, não é apenas uma orientação sexual, trata-se de uma forma de organizar o mundo a partir de nossos desejos, de ressignificar coisas já existentes, transformá-las para atender às nossas necessidades sexuais e sociais. Trata-se de estabelecer conexões com as cores, os gestos, os sabores, o interno e o externo. É fazer do espaço público nossa arena de disputas com a cultura hegemonicamente do homem. A cultura material construída através dos signos lésbicos, como diz Vianna e Ribeiro (2009), "se apresenta como um campo de investigação que contribui para a compreensão (...) dos processos sociais do mundo em que vivemos hoje." Como visto, esses signos explicam as estratégias de resistência e visibilização dos nossos afetos e sexualidades tão bem expostos por esta querida Senhora.

Referências Bibliográficas

BOURROUL, Beatriz. Paula Picarelli ainda é lembrada por par romântico com Alinne Moraes. *Quem Acontece*. 05/08/2010. Disponível em <http://revistaquem.globo.com/Revista/Quem/0,,EMI160998-8224,00-PAULA+PICARELLI+AINDA+E+LEMBRADA+POR+PAR+ROMANTICO+COM+ALINNE+MORAES.html> Acesso em 17 jun. 2018.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. *Dicionário Brasileiro.* SP: Globo, 19 ed.,1991.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, n. 25, set./dez. 2010, p. 158-198.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Rev. bras. Ci. Soc*., São Paulo , v. 13, n. 38, p. , out. 1998 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 jun. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000300010.

Videografia

LEMOS, Ana Carla. Senhora passado - Signos Lésbicos. *Youtube*, 31 ago. 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LMVAV9oI_Rs> Acesso em 16 jun. 2018. (Duração: 24:09).

LENA, Bárbara Siqueira. Beijo lésbico de Clara e Marina na novela Em família. *Youtube*, 30 jun. 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6blZSaUt2_4> Acesso em 19 jun. 2018. (Duração: 0:40).

Marisa Fernandes

Marisa Fernandes é lésbica e tem 65 anos. Mestre em História Social, na área de Gênero e Família pela Universidade de São Paulo, atualmente atua como pesquisadora para o Coletivo de Feminisas Lésbicas – CFL. Integrou o Grupo SOMOS/SP, sendo co-fundadora, em 1979, do Grupo Lésbico Feministas – LF; em 1980, do Grupo Ação Lésbica Feminista – GALF e, em 1990, do Coletivo de Feministas Lésbicas – CFL. Vive hoje na cidade de São Bernardo do Campo/SP - ABC paulista, distante 25 km de SP, Capital.



09

Resumo

A partir da vivência da autora no Grupo SOMOS, primeiro Grupo organizado de afirmação homossexual do Brasil e posteriormente a criação do Grupo Lésbico Feminista – LF, o artigo aborda o Feminismo das Lésbicas, traçando um panorama histórico de seu surgimento como pensamento político e teórico. Aborda o heterofeminismo e o feminismo das Lésbicas e como lésbicas e bissexuais lutam para terem suas pautas inseridas nas pautas feministas. Cita algumas autoras e fala sobre a dificuldade de construir em movimento misto. Finaliza criticando os enquadramentos impostos aos gêneros.



O FEMINISMO DAS LÉSBICAS

Este artigo foi elaborado a partir do ponto de vista e "lugar de fala" de uma ativista lésbica feminista desde 1979, que ingressou no Grupo SOMOS de Afirmação Homossexual, o primeiro Grupo organizado no Brasil e que já existia há oito meses quando, em fevereiro de 1979 as lésbicas chegaram e, dentro dele fundaram o primeiro grupo organizado de Lésbicas Feministas do país, o Grupo Lésbico Feminista, ou simplesmente, o *LF*.

O Brasil vivia um regime ditatorial, sob o qual as lésbicas e gays integrantes do Grupo SOMOS, com muita coragem, energia e resistência, estabeleceram uma agenda inédita, progressista e transformadora, por visibilidade, respeito, combate a homofobia e pela redemocratização do país.

O artigo abordará o Feminismo das Lésbicas, que ainda precisa ser mais conhecido. Como ele surge e se desenvolve como pensamento político e conceitos teóricos e os obstáculos encontrados, para que os heterofeminismos e o movimento LGBT o incluam, de forma efetiva.

Quando as lésbicas entraram no SOMOS, muitas já eram feministas, embora o conhecimento que tínhamos era sobre os feminismos hegemônicos, branco, de classe média e heterossexual.

Os editores do *Jornal Lampião da Esquina* convidaram as lésbicas do SOMOS para escrever uma matéria sobre lésbicas, que seria publicada na edição de maio. Conseguimos formar um coletivo de 25 lésbicas que durante todo o mês de abril se reuniu para, a partir de vozes lésbicas, cumprir o compromisso assumido. Descobrimos então o quanto foi agradável trabalhar juntas, mas também que ainda podíamos continuar juntas, pois havia muito ainda sobre o que se conversar, debater, descobrir e criar juntas.

Passados apenas três meses de atividades com os gays, nós percebemos a existência de atitudes machistas e discriminatórias dos nossos companheiros de militância. A palavra usada para identificar tanto os gays quanto as lésbicas era *"bicha"*, mas as mulheres do SOMOS queriam ser chamadas de lésbicas, uma palavra a qual se tinha imputado uma conotação pejorativa e agressiva, então era preciso usá-la, para esvaziar seu conteúdo violento. Ao se referirem às mulheres em geral, os gays usavam os termos *"racha"* ou *"rachada"*, o que para nós era inadmissível.

O *Relatório Hite* foi lançado nos Estados Unidos em 1976, mas no Brasil, sob uma severa censura imposta pela ditadura militar e civil, ele ficou censurado até ano de 1978. Nele podemos ler um trecho, que à época foi no mínimo inquietante[1]

> [...] observando que a humanidade foi tão barbaramente submetida a acreditar nos sexos biológicos, nas diferenças de gênero, na existência do amor romântico que foi impelida à heterossexualidade de tal forma que não se pudesse mais pensar em outra coisa. Fomos todos convencidos disso [...]

Abertamente de forma explicita, a heterossexualidade foi exposta como tendo sido considerada a única natureza para a sexualidade humana, contrária à liberdade das mulheres e a outras sexualidades.

Esta afirmação jogou uma importante luz para a formulação de um novo conceito para o feminismo, o que interessou muito às lésbicas que questionavam a ideia contida no senso comum, de que a heterossexualidade era natural, uma atração entre dois sexos opostos.

Mas, o marco definitivo para a constituição de um feminismo das lésbicas ocorreu em 1980, com o artigo *Heterossexualidade Compulsória e a Existência Lésbica*, de Rich[2]:

> [..] Gostaria de falar um pouco sobre o modo que "Heterossexualidade compulsória" foi originalmente

1. HITE, Shere. O relatório Hite: um profundo estudo sobre a sexualidade feminina. 10 ed. São Paulo: Difel, 1980.

2. *RICH, Adrianne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*. Signs: Journal of Women in Culture and Society, n. 5, p. 631-360, 1980.

> concebida e, ainda, sobre o contexto que estamos agora vivendo. O texto foi escrito em parte com a proposta de desafiar o apagamento da existência lésbica de boa parte da literatura acadêmica feminista, um apagamento que eu sentia (e sinto) ser não apenas antilésbico, mas também antifeminista em suas consequências, além de distorcer igualmente a experiência das mulheres heterossexuais. Não foi escrito a fim de ampliar ainda mais as divisões, mas sim para encorajar as feministas heterossexuais no exame da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres e, portanto as impede de mudá-la [...]

Neste artigo, aprendemos também que as lésbicas não dependem dos homens, nem econômica, emocional e materialmente, definem-se a si mesmas nos termos das mulheres e não aceitam as determinações feitas pelos homens de como a mulher deve agir, aparentar, viver e sentir. Rejeitam a opressão, a subordinação e a "natureza" inexistente da política da heterossexualidade transformada em norma. Foi ele, portanto, que de forma contundente revelou para as lésbicas feministas, que não seria possível retroceder nem mais um centímetro. Ali estava exposto um novo conceito e uma nova política feminista, que não vinha apenas para validar vidas pessoais, mas para ser ativado politicamente.

Sabíamos que nossas especificidades como mulheres - e não apenas como homossexuais femininas – geravam a nossa dupla discriminação. Algumas lésbicas que integravam o SOMOS, mas não todas, como lésbicas e feministas decidimos atuar como um subgrupo autônomo dentro do SOMOS, cuja identidade seria um grupo de atuação lésbico feminista. Em julho de1979, informamos a todos e todas, que nós encaminharíamos a discussão sobre machismo e feminismo no SOMOS; criaríamos um grupo de acolhimento e afirmação da identidade só para lésbicas; teríamos um temário específico e buscaríamos alianças, também com o movimento feminista. Surgia assim o *Grupo Lésbico Feminista* ou apenas *LF*.

As lésbicas do *LF* começaram sem nenhuma referência e experiência organizativa. Aqueles já vividos 15 anos de ditadura, tinham efetivado um apagamento de tudo o que poderia ser novo e transformador, assim o que nós tínhamos era a potencialidade

revolucionária dos discursos sobre o desejo, o prazer sexual e a possibilidade de subverter uma realidade imposta, a heterossexualidade obrigatória. No entanto, reconhecíamos que feminismo das lésbicas, sem dúvida era um conceito revolucionário e subversivo contra o fortíssimo poder da dominação masculina.

O *LF* inibia o confinamento e chegou a ter mais de 30 lésbicas. Nossas reuniões eram ilustradas por teorias feministas, pelo combate à reprodução dos estereótipos dos papéis de gênero, bem como o fim da monogamia, com o incentivo das relações amorosas abertas, como forma de fugir da opressão da mulher de ser propriedade privada, gerada pelo ideal do amor romântico, no qual os abusos suportados não eram entendidos como violências, mas como provas de amor. No entanto, nos faltava um devido amadurecimento para tratar esta questão, que tocava no ponto fraco dos casais de lésbicas, além de não haver experiência de organização de grupo e de não se saber trabalhar com as diferenças culturais, de classe, raça e pessoal.

A realidade de muitas das recém-chegadas ao *LF* estava em aceitar-se como homossexual e superar as repressões vividas. A desigualdade de linguagens e necessidades tornava difícil a convivência, que se tornava até mesmo conflitiva.

A partir do que as lésbicas formaram estes novos argumentos conceituais e teóricos que possibilitou a elaboração de um pensamento feminista próprio, cujo resultado criou um forte impacto nos feminismos contemporâneos? Foi da mesma forma que outros feminismos, como o das mulheres negras e das transexuais. Fazendo uma releitura e interpretação da história, da cultura e da sociedade e tendo por base as nossas experiências e vivências concretas e históricas. Partindo das nossas resistências contra as ordens estabelecidas de exclusão, violências e discriminação, que atingem as lésbicas de uma maneira distinta das experiências de outras mulheres, sobretudo dos heterofeminismos.

As lésbicas nunca foram vistas como mulheres, na verdade foram as inomináveis, as invisíveis. Não puderem buscar apoio na ancestralidade, porque nunca houve histórias, estas foram destruídas pelas famílias, para que nenhum vestígio pudesse revelar que ali existiu alguma lésbica. A sensualidade erótica, de uma mulher por outra mulher é o fato mais suprimido da existência lésbica.

A única ancestral com que as lésbicas contaram era de uma referência histórica muito distante e permeada de dados imprecisos. Trata-se de Safo, uma poetiza grega, que nasceu provavelmente no século VII a.C, entre 630 e 612 a.C. Viveu em Mitilene, Capital da ilha grega de Lesbos, ativo centro cultural daquele período. No entanto, a maioria dos dados e materiais sobre Safo é impreciso e de difícil confiabilidade. Sua poesia, com forte conteúdo erótico falava de paixões, de amor e de saudade, em muitas das quais ela se declara para mulheres, portanto, a palavra lésbica vem de Safo de Lesbos, considerada a maior poetisa lírica da Antiguidade.

O que restou da obra poética de Safo são apenas poucos fragmentos, com inúmeras lacunas. Consta que Safo teria coordenado uma Escola de aperfeiçoamento para jovens mulheres, com aulas de poesia, de dança e música, mas também sobre esse fato não há dados mais precisos, assim como sobre a sua morte, na verdade não se sabe onde ou quando ela morreu.

As lésbicas integram uma parte da população humana que não podia existir, que não encontrava acolhimento nem mesmo na família, que foi persuadida a viver para sempre "dentro do armário", na clandestinidade e sobre a qual pesaram graves estigmas, como o de pecadora, doente ou criminosa. O que de fato sempre esteve por trás do apagamento da existência lésbica? A resposta é simples, a heterossexualidade como ideologia e instituição social construída e naturalizada na diferença entre os sexos, imposta e transformada em "norma". Para Butler, o surgimento e fortalecimento de um feminismo próprio, é o feminismo que defenderá uma "desmontagem de todo tipo de identidade de gênero que oprime as singularidades humanas que não se encaixam, que não são "adequadas" ou "corretas" no cenário da bipolaridade no qual acostumamo-nos a entender as relações entre pessoas concretas".[3]

A heterossexualidade imposta é um dos métodos pelos quais o poder, que se entende como a "verdade" é manifestado, não apenas pela manutenção da desigualdade e da posse, mas também, por forças como a violência física e o controle de uma falsa consciência das mulheres.

---

3. TIBURI, Marcia**.** *"Judith Butler: feminismo como provocação"***.** Revista CULT, nº 185, novembro, 2013. Disponível em: http:www.revistacult.com.br

As teorias do feminismo das lésbicas merece ser mais bem conhecida. Os heterofeminismos têm muito ao que se adequar deixando de trabalhar apenas com o binarismo de gênero. O caminho para a luta feminista é avançar contra a opressão do discurso da heteronorma, estabelecida pelo domínio da cultura patriarcal.

A existência lésbica vem sendo abordada como algo defensável pelos heterofeminismos, afirmando-as como mulheres, mas o sentido é limitado, pois ainda somos entendidas e tratadas como algo excepcional. Com esta prática de fazer referência à existência lésbica, os heterofeminismos se resguardam, mas, o fato é que verdadeiramente, ainda não ousaram incorporar a existência lésbica, como um projeto central, assim como não fazem um exame da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres.

De maneira geral, as lésbicas e as bissexuais criticam a ausência de debates e reivindicam dos heterofeminismos, que enfrentem a discussão da lesbifobia e da heteronorma, porque reconhecem que o machismo, sexismo e a homotransfobia são pilares estruturantes das opressões sobre todas as mulheres.

Convencidas de que os heterofeminismos ainda não dão conta do aprofundamento da discussão da lesbifobia, as lésbicas e mulheres bissexuais criaram suas próprias agendas. Não se trata de uma ruptura, mas de um desafio para o feminismo heterossexual. As lésbicas e as bissexuais passaram a um ativismo capaz de atender suas políticas e ações. Formam o movimento de lésbicas e bissexuais feministas, tem publicações e redes de comunicação e de articulação específicas, realizam Seminários Nacionais, como os SENALESBI, encontros locais, regionais e internacionais, assim como suas Caminhadas de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, além da definição do dia 29 de agosto como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.

Uma grande mudança para o feminismo seria a incorporação na sua missão e objetivos, a realização de forma continuada de reflexões, ações e difusão dos efeitos prejudiciais da heteronorma, visando o desmonte deste discurso e de suas representações sociais.

A corrente não radical do movimento Feminista das Lésbicas considera a contribuição dos feminismos, mas ressalta a importância de que estes ponderem e incluam, em suas reflexões e ações, as lésbicas e as bissexuais, que estão colocadas fora do modelo hegemônico.

Insistem para que haja uma visão nova, considerando indispensável a inclusão do tema da heterossexualidade imposta e institucionalizada como norma. Caso contrário, não serão destruídas as discriminações, preconceitos e violências cometidos contra a lesbifobia e contra todas as outras mulheres. Se o feminismo é um movimento verdadeiramente revolucionário, ele não pode continuar dando prioridade a uma única forma de sexualidade, a heterossexualidade e desconsiderar politicamente aquelas que não se encaixam nos discursos que alegam a "natureza" fixa dos corpos.

Considero que se o feminismo contemporâneo fizesse essa reflexão e a compartilhasse, por ser uma matriz de transformação seria muito proveitoso, para o fim das opressões e para libertar a sexualidade das mulheres.

Finalizando, se não for pela manutenção dos valores patriarcais, entendidos como poder masculino, heterossexual, branco e de elite, se não for pela imposição da cisheteronorma, do cissexismo, do racismo, do classismo e da xenofobia, por que então ainda persistem as profundas discriminações e violências baseadas nas diferenças entre os sexos, as sexualidades, contra os negros, pobres, homossexuais, transgêneros, imigrantes, crianças e jovens?

Conclusão

É uma grande mentira a existência de uma única e determinada forma de existir. São completamente falsas as atribuições imputadas aos gêneros. Nenhuma pessoa deve ser discriminada por seu sexo, cor, etnia, local de procedência, classe social, faixa etária, orientação sexual, identidades de gênero. Toda vida humana precisa ser respeitada e ser tratada com dignidade.

O momento atual que estamos vivendo, não só no Brasil é do fortalecimento de um pensamento político reacionário, ligado à ascensão dos fundamentalismos religiosos que desejam preservar a hierarquização da natureza dos sexos e do racismo.

As lésbicas e as bissexuais feministas e as heterofeministas, para o enfrentamento destas tiranias que recaem sobre as mulheres, as

meninas, as jovens, as pessoas negras e outras existências vulneráveis, devem reverter a ideia naturalista sobre as sexualidades provenientes da ideologia da heterossexualidade como uma instituição social construída e naturalizada, que oprime e fragiliza pessoas sacrificadas por esses interesses.

Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity.* New York: Routledge, 1990.

_____. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004.

DE LAURETIS, Teresa. *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film and Fiction*. London: Macmillan Press, 1989.

FIRESTONE, Shulamith. *A Dialética do Sexo: um estudo da revolução feminista*. Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil, 1976. (Coleção de bolso Labor, 6).

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

HITE, Shere. *O relatório Hite: um profundo estudo sobre a sexualidade feminina.* 10 ed. São Paulo: Difel, 1980.

FALQUET, Jules . *Quebrando o tabu da heterossexualidade, acabando com a diferença de gênero: as contribuições de lesbianismo como um movimento social e teoria política*,"*Gênero, Sexualidade e Sociedad".* [Online] 1 | Primavera de 2009 publicado 07 de julho de 2009. URL: http//gss.revues.org/705.

MAYORGA, Claudia, COURA, Alba, MIRALLES,Nerea, CUNHA, Vivane Martins. *As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual***.** Revista Estudos Feministas. Vol.22 no.2 Florianópolis, maio-agosto/2013

*RICH, Adrianne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence***.** Signs: Journal of Women in Culture and Society, n. 5, p. 631-360, 1980.

TIBURI, Marcia. *Judith Butler: feminismo como provocação***.** Revista CULT, nº 185, novembro, 2013. Disponível em: http:www.revistacult.com.br

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Madrid: Egales, 2006.

“Toda vida humana precisa ser respeitada e ser tratada com dignidade.”

Andréia Augusta

Andréia Augusta de Souza Santos é lésbica feminista autônoma de Brasília, licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás e pós Graduada em Psicopedagogia, Psicomotricidade e TGD/TEA pelo Instituto Brasileiro de Educação IBEDF. Também conhecida como Andréia Nayrim, é musicista e agente cultural do DF.



10

Resumo

Artigo que apresenta o relato histórico da construção do SENALE/SENALESBI, com foco nas suas primeiras edições enquanto o Seminário ainda era SENALE, apresentando suas demandas e interlocuções. Construído a partir do relato oral de militantes que estão no movimento, tendo sido entrevistadas as militantes, I SENALE - Neusa das Dores- RJ, II SENALE - Zora Yonara- BA, III SENALE - Soraya Menezes- MG, IV SENALE - Alice Oliveira- SP, V SENALE - Rita Quadros- SP, VI SENALE - Merylucia Mesquita- PE.



SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas: resgate histórico

Este levantamento histórico foi coletado a partir de entrevistas abertas a mulheres que iniciaram o movimento de lésbicas no Brasil, entre 2006 e 2007. Por isso, essas linhas trazem a visão única e pessoal das lésbicas entrevistadas. Essas lésbicas são sujeitos da História. De uma história humanitária centrada na busca pelas garantias dos direitos humanos, visando o resgate e reconhecimento de seus feitos.

Vale ressaltar que no momento da coleta das entrevistas e da apresentação deste trabalho de conclusão de curso, graduação em história, o SENALE ainda não era SENALESBI.

Foi entrevistada uma mulher por SENALE, e o trabalho encontra embasamento teórico na História das Minorias e na História Oral.

A História Oral soa como método importante quando se trata de dar voz às visões de mundo esquecidas. O relato pessoal deixou de ser visto como algo vivido por aquela que o narra e é agora a transmissão de experiências coletivas. Nessas linhas, as subjetividades são objetos do pensamento científico. O relato oral é a principal fonte. E não visa solucionar problemas, ele quer entender como as lésbicas experimentam o passado tão presente da construção dos SENALEs e visibilizá-las como sujeitos históricos.

A atividade da memória é essencial a essas mulheres entrevistadas porque está relacionada à definição e à construção de suas identidades.

Mulheres entrevistadas:

- I SENALE: Neusa das Dores- RJ.
- II SENALE: Zora Yonara - BA.
- III SENALE: Soraya Menezes - MG.
- IV SENALE: Alice Oliveira - SP.
- V SENALE: Rita Quadros - SP.
- VI SENALE: Merylucia Mesquita - PE.

O SENALE

O SENALE foi pensado a partir da necessidade de promover visibilidade às mulheres lésbicas e bissexuais no movimento que até então era chamado de Gay. Devido aos frequentes acontecimentos apontados como machistas e racistas, mulheres lésbicas e bissexuais pensaram em segmentar o movimento homossexual, criando grupos de debates a fim de questionar as opressões vivenciadas e criar sua própria identidade.

Palco inicial desse recorte é o Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ). Formado por cerca de cinquenta lésbicas e bissexuais, contava com mais de 90% de mulheres negras. Ele serviu a princípio como um espaço para conversas. Aqui as mulheres não pensavam na fundação de uma ONG. Por acreditarem na importância da visibilidade, votaram pela permanência da palavra Lésbica no nome do Coletivo.

A primeira atuação do COLERJ como movimento social organizado foi em 1995, no Rio de Janeiro, na conferência Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA). A interferência quantitativa e qualitativa no evento garantiu a elas a secretaria de mulheres da ILGA.

Até ali, a ILGA era vista por esse movimento recém-formado como um espaço ocupado por homens, brancos e acadêmicos. Ou seja, um espaço opressor: machista, racista e classista. Elas articularam a primeira oficina desse encontro que carregava um título próximo

a “Lesbianidade e negritude”. Sendo fomentada e representada pela militante Neusa das Dores, que inclusive fez uma denúncia na imprensa acusando o movimento Gay de racista. O impacto foi imediato.

A negação dos espaços de poder às mulheres faz parte da cultura patriarcalista, não é surpresa que também estivesse presente no intitulado movimento Gay. É aí que as integrantes do COLERJ verificam a urgência de um encontro Nacional, reunindo mulheres lésbicas a fim de pensar estratégias para a erradicação do machismo, do racismo e da lesbofobia.

I SENALE

Em 1996 essa ideia amadurece e, sob a organização de Neusa das Dores, de Elizabeth e do financiamento da Dra. LLair Guerra, o I Seminário Nacional de Lésbicas acontece.

Com o objetivo de criar um espaço de discussão autônomo, esse seminário tem como tema: Saúde, Visibilidade e Organização. A metodologia era feminista e a abertura foi marcada pela apresentação do grupo de mulheres negras de São Paulo, ILU.

Muitas mulheres não tomaram conhecimento do evento, uma das justificativas foi o não lançamento dele na internet. A divulgação foi basicamente boca a boca e por cartas. Zora Yonara se inscreveu, uma mulher que viria a ser uma das organizadoras do II SENALE.

Realizado nos dias 29, 30 de agosto e 1 de setembro, teve repercussão importantíssima na mídia, foi noticiado pela TV Bandeirante, pelo SBT, pela TV Globo, pela CBN, a Rádio Guanabara, Jornal Globo e pela Mídia alternativa. Algumas mulheres foram convidadas para falar sobre o evento e alguns canais resolveram noticiar sem elas. Para as organizadoras, o I SENALE foi um trabalho emocionante.

Na plenária final, foi deliberado que o II SENALE seria em Salvador/BA.

II SENALE

Com o tema central "Saúde e Cidadania", o SENALE contou com setenta e cinco integrantes lésbicas, lésbicas feministas e heterossexuais. Nenhuma assumida como bissexual. Participaram mulheres de todo o Brasil. Houve financiamento de passagem, hospedagem e alimentação para as inscritas e as palestrantes.

Líderes do movimento de Lésbicas no Brasil como Neusa das Dores, Rosângela Castro, Míriam Martinho, Yonne Lindgren, Marisa Fernandes e Alice Oliveira marcaram presença.

A organização entendeu que encontraria dificuldades na construção do SENALE, alegou que não tinha experiência na elaboração de seminários. Nesse tipo de evento seria importante grupos de trabalho, no entanto, elas criaram oficinas.

Zora Yonara, uma das organizadoras, afirma que essa construção é parte do processo histórico do SENALE. Todos os SENALEs passaram por essas dificuldades, não obstante, possibilitaram aprendizado e crescimento a todas envolvidas.

Luiz Motti, escritor do livro "O que é lesbianismo no Brasil", integrou uma mesa com Lígia Bellini, a escritora heterossexual do livro "A Coisa Obscura". Essa mesa foi tida como a mais polêmica. Por um lado, a presença de um homem gay e de uma mulher não lésbica causou incomodo em quem acreditava na ideia de visibilidade, onde mulheres lésbicas relatam suas próprias vivências para mulheres lésbicas e para a sociedade. Por outro lado, algumas participantes pensavam ser válida a interferência do olhar de fora, pois entendiam como somatória a presença de outros sujeitos na construção da história das lésbicas.

De acordo com a organização, esse impasse incentivou as mulheres lésbicas a narrarem e a registrarem sua própria história, despertando-as para a importância da inserção no espaço acadêmico, na produção científica.

Vale também registrar que uma integrante da SPM do Rio Grande do Sul fez um resgate dos instrumentos legais pertinentes ao movimento e que o tema "uso de drogas pelas mulheres lésbicas",

já com o viés da política de Redução de Danos, foi debatido pela primeira vez no Seminário.

Além da abordagem sobre saúde e direitos esse SENALE possibilitou novos nomes para o movimento. Nomes que viriam a acrescentar uma página nova à história da militância lésbica.

III SENALE

Sem um grupo de lésbicas constituído, Minas Gerais ganhou a responsabilidade de atarefar o III SENALE. Soraya Menezes foi uma das organizadoras e, incentivada pelo conselho de Neusa das Dores, articulou a Associação Lésbica de Minas para estruturar o III Seminário.

Devido a pouca experiência das mulheres com a formulação e a apresentação de projetos, o financiamento do Seminário veio dos movimentos sociais.

O III SENALE foi realizado em um sítio, nos 25, 26 e 27 de setembro de 1998. As militantes pensaram em possíveis impedimentos, por isso convocaram um advogado a fim de acompanhar o combinado com o dono do local. Foi acertado que se ele voltasse atrás, ao saber que se tratava de um evento organizado por lésbicas e para lésbicas, deveria pagar o dobro do contrato. Luzia, uma das futuras integrantes do grupo Lésbico de Minas Gerais, garantiu o pagamento do sítio com um cheque de três mil reais.

As participantes do III Seminário Nacional de Lésbicas não tiveram suas passagens financiadas e pagaram a inscrição do evento. O valor garantiu a alimentação e a segurança do cheque que Luzia ofertou.

Rosângela Castro e Gilma foram uma das responsáveis pelas oficinas de visibilidade.

Um dos momentos mais marcantes nesse III SENALE foi a criação da Rede Nacional de Lésbicas. As militantes já pensavam na Rede desde 1996, no Rio de Janeiro, ainda no I SENALE. Consequência dela foi o nascimento da Liga Brasileira de Lésbicas.

Na medida em que a Associação Lésbica se consolidava, surgia a preocupação de construir a 1ª Parada LGBTT de Minas Gerais. A empolgação era grande entre as mulheres lésbicas, que mais tarde seriam responsáveis pela organização do movimento homossexual do Estado.

Para as ativistas de MG, a maior herança do III SENALE foi a criação da ALÉM, a Associação Lésbica de Minas, que mais tarde estaria no DF requerendo, junto ao grupo Matricial de Brasília, o financiamento da Parada do Orgulho LGBTT de Belo Horizonte, que até então era a única desamparada pelo poder Federal.

No final desse seminário, foi acordado que o IV SENALE aconteceria em Pernambuco, entretanto devido a alguns problemas internos, que dizem respeito ao movimento, as grandes lideranças (Marisa, Beth, Nelzinha entre outras) acertaram que seria em Fortaleza. A Transferência foi considerada de suma importância. Devido às demandas, o SENALE permaneceria no Nordeste.

IV SENALE

O evento aconteceu nos dias 29, 30 de agosto e 1 de setembro de 2001 e, teve como organizadora Alice Oliveira.

Não existiam grupos de lésbicas em Fortaleza. Alice Oliveira encontrou dificuldades na construção do Seminário, porque não havia nenhuma articulação, as mulheres de Fortaleza ainda não entendiam a importância de criarem ou participarem de um grupo organizado. Consequentemente, seria difícil constituir uma comissão organizadora, já que a experiência que se tinha era de SENALES preparados por grupos ou por mulheres lésbicas militantes autônomas.

O IV Seminário Nacional de Lésbicas foi atípico. Não foi coordenado apenas por mulheres do movimento. Na verdade contou só com três lésbicas, o restante era mulheres e homens heterossexuais amigos de Alice.

O Seminário aconteceu no município de Aquirás e foi projetado para duzentas mulheres, no entanto contou com aproximadamente cento e trinta. Seu tema foi: “Cidadania, Visibilidade, Saúde e

Organização". Todo o material foi feito com um olhar social. A ideia central foi valorizar outras entidades. As bolsas foram confeccionadas pelas mulheres do presídio feminino, que também se encarregaram de preparar os lanches e a alimentação em geral.

As mulheres do presídio sabiam que estavam ajudando na construção da parte do material que seria distribuído em um evento para lésbicas. Inclusive, no dia da abertura, a diretora da casa de detenção conseguiu levar duas delas para assistir.

O grupo de jovens CURUMIM ficou encarregado pelas camisetas. A justificativa era a mesma, articulação com outras entidades sociais a fim de promover parcerias e politização.

Uma parceria com o hospital do câncer também foi estabelecida. Um dos apartamentos do hotel foi usado como clínica ginecológica, com mesa apropriada e material cedido para o exame Papa Nicolau. As mulheres tiveram assistência de médicas do Sindicato de Ginecologistas.

Essas articulações possibilitaram a interação da sociedade com o evento. Toda a cidade sabia que o seminário estava acontecendo.

V SENALE

De Fortaleza o SENALE foi para São Paulo. Umas das responsáveis pela organização, que também estava no IV Seminário, foi Rita Quadros. Ela apontou que SP tinha várias divergências políticas entre os grupos organizados de lésbicas. Por isso, ficou definido que a comissão organizadora seria composta por mulheres e não grupos. Ou seja, participaram da organização integrantes de grupos e aquelas chamadas de ativistas autônomas.

O V SENALE aconteceu nos dias 18, 19, 20, 21 e 22 de junho de 2003. Com o tema central: "Políticas Públicas: conquistas de cidadania para as lésbicas" e teve quase duzentas mulheres participantes.

Em relação aos temas, o V SENALE promoveu espaço para debater a Violência entre as mulheres lésbicas. Pois enxergava que nas relações lésbicas havia a reprodução do discurso hierárquico presente nas relações heteronormativas.

Foi exatamente um dia antes da Parada "LGBTT" de São Paulo, sob a sugestão do grupo "Umas e Outras" e aprovação da comissão organizadora do V SENALE, que as militantes realizaram uma caminhada lésbica. A ideia significou para elas, e mais tarde para o Brasil, a visibilidade das lésbicas nas ruas. Depois disso, aquelas que estavam diluídas em meio ao movimento "LGBTT" apareceram e entenderam que aquela ideia de segmentação soava positiva. Foi um momento historicamente importante para as lésbicas.

Na plenária final do V SENALE, ficou acordado que o próximo Seminário Nacional de Lésbicas seria em João Pessoa, na Paraíba. No entanto, devido às dificuldades da comissão organizadora, o local precisou ser revisto. Logo, pensaram em Recife, Pernambuco, e foi lá que o VI SENALE aconteceu.

VI SENALE

De 18 a 21 de maio de 2006, sob a temática "Movimento de Mulheres Lésbicas como Sujeito Político: Poder e Democracia", aproximadamente 246 mulheres reuniram-se para trabalhar questões pertinentes aos SENALEs anteriores.

Dez mulheres integrantes de um grupo misto, ou seja, "LGBTT", organizaram o VI SENALE. Enquanto comissão organizadora, Merylucia, uma das representantes, apontou que a escolha do tema centrou-se no reconhecimento da construção e do acúmulo histórico do movimento de lésbicas no Brasil.

Nesse VI Seminário, foi comemorado dez anos de SENALE. Com o objetivo geral de fortalecer, ampliar e visibilizar o movimento de lésbicas no Brasil como sujeito político, a comissão organizadora trabalhou em prol de reunir representantes de todos os Estados. Os debates pautaram-se no enfrentamento da lesbofobia social e institucional.

Como em todos os SENALEs, construiu-se um calendário para o movimento, bem como planos estratégicos de ação. Também surgiu a ideia de se fazer um resgate histórico escrito sobre os dez anos de

SENALE. O resgate foi feito, de acordo com a comissão organizadora, no entanto, ainda não havia sido impresso.

Apenas uma mulher da comissão organizadora do VI SENALE participou de outra edição do Seminário, a Iris. Logo, a comissão passou por dificuldades tão iguais às vivenciadas na construção dos demais SENALEs. Nesse momento, Merylucia aponta que a parceria com o movimento feminista de Pernambuco foi fundamental.

Cinco mesas centrais marcaram o VI SENALE: O movimento de mulheres lésbicas como sujeito político, poder e democracia; O movimento de mulheres lésbicas interface com os movimentos feministas, negros, gays, bissexuais, transexuais, profissionais do sexo e pessoas com deficiência; Saúde para lésbicas e controle social; Racismo, criminalização racial e lesbianidade; Mídia e visibilidade lésbica. É interessante lembrar que foi a primeira vez que se trabalhou a questão das transexuais e das profissionais do sexo no Seminário.

A proposta do Movimento de Lésbicas do Brasil seria realizar o SENALE uma vez por ano. Entretanto, alguns fatores, como a falta de financiamento, impediram que o Seminário seguisse esse curso.

O VII SENALE estava previsto para o ano de dois mil e oito. As organizações que possivelmente ficariam responsáveis pelo andamento do Seminário seriam: a LBL/DF e a Associação Lésbica Feminista de Brasília – Coturno de Vênus. Ainda não havia tema, nem data exata.

“A História Oral soa como método importante quando se trata de dar voz às visões de mundo esquecidas.”



Vanessa Gil

Vanessa Nesbeda da Silva Gil tem 38 anos e é lésbica. Militante da Marcha Mundial das Mulheres, Mora em Porto Alegre. Possui graduação em Ciências Sociais pela UFRGS. Especialização em História do Pensamento Marxista e pós-graduada em Gestão Pública na Perspectiva de Gênero e Promoção da Igualdade Racial. Mestra em Educação pela UFRGS. Doutoranda em Educação pela Unisinos.



Resumo

Vanessa apresenta experiências de mulheres lésbicas militantes da Marcha Mundial das Mulheres a partir da experiência de encontros e ações internacionais, principalmente durante a 3a Ação Internacional, quando houve tensão entre participantes heterossexuais e lésbicas/bissexuais durante a ação. Também relata o trabalho relativo à defesa do estado laico, durante a ação de retirada dos símbolos religiosos no TJ-RS, feita em conjunto da MMM-RS e entidades ligadas à população LGBT do estado, como a Liga Brasileira de Lésbicas e o Grupo Nuances.



A Marcha Mundial das Mulheres: experiências para a garantia do Estado Laico para a superação do patriarcado, da lesbofobia

Este artigo apresenta duas experiências importantes vividas por mulheres lésbicas protagonizadas pelas militantes da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) em diálogo e aliança com outros movimentos. O objetivo, aqui, é reforçar a importância do movimento social popular de caráter transnacional na desconstrução de chagas históricas que oprimem mulheres de todo o mundo: patriarcado, machismo e capitalismo.

Inicialmente, apresentarei a MMM. Após, tratarei dos Encontros Internacionais em que as Ações Internacionais são organizadas e têm seus temas definidos. Julguei necessário colocar como se deu especificamente o funcionamento da Terceira Ação, pois justamente nela ocorre uma das experiências mais significativas para nós enquanto lésbicas. Em seguida, trabalharei como a MMM compreende a importância do conceito de patriarcado como elemento central no combate à superação do machismo e do capitalismo. Relembrarei a luta da MMM em conjunto com demais movimentos sociais para a garantia do Estado Laico e a sua importância para a luta antilesbofóbica e, por fim, concluirei o artigo ressaltando a importância dessas experiências para as mulheres de todo o mundo.

Encontros internacionais: preparando ações em todos os continentes

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é uma organização transnacional, presente em setenta e seis países espalhados por todos os continentes, que busca a construção de consenso entre diversos movimentos sociais feministas ou mistos na promoção de uma agenda de lutas comum visando à superação do capitalismo e do patriarcado. Foram realizados nove encontros internacionais, sendo eles o 1º Encontro Internacional, Montreal/Canadá, 1995; o 2º em São Paulo/Brasil, 2000; o 3º em Montreal/Canadá, 2001; o 4º Encontro Internacional na Índia, 2003; o 5º em Ruanda/África, em 2004; o 6º no Peru, 2006; o 7º na Galícia/Espanha, 2008; o 8º em Manila/Filipinas, 2011; e o 9º Encontro Internacional em São Paulo/Brasil, 2013.

As linhas gerais debatidas e definidas durante os encontros também fazem parte da preparação política das ações internacionais da MMM. Os encontros que caem próximo a uma ação (por exemplo, o 9º Encontro em 2013, o último antes da 4° Ação Internacional) têm sua programação pensada para dar mais peso ao planejamento concreto da ação, o debate de formato, lema, foco político etc. Dessa forma, o 9º Encontro Internacional (2013) tratou mais especificamente da IV Ação Internacional (2015), como o 7º Encontro (2008) tratou mais especificamente da 3° Ação Internacional (2010). É o Comitê Internacional, com apoio do Secretariado Internacional, que define as programações e metodologias conforme as demandas do Movimento e o "subsídio" das Coordenações Nacionais (com quem as duas instâncias estão em contato entre os encontros). A Coordenação Nacional que sedia o Encontro também tem um papel na definição de ações locais.

Nesses processos, as mulheres podem perceber que suas opressões possuem múltiplas determinações e, reconhecendo-as, podem lutar contra elas, criar estratégias comuns. Podem, além isso, se reconhecer em suas dores e alegrias; podem conhecer as correntes que as prendem, movimentando-se juntas e rompendo-as coletivamente. As mulheres educam a si mesmas e às outras; transformam o geral a

partir do específico; ensinam ao mundo que sempre haverá resistência e transgressão onde houver violência e opressão.

Portanto, os Encontros Internacionais são definidores da política do movimento, incluindo a construção de documentos[1] que sintetizam suas ações e desafios para o próximo período. Permitem, também, o diálogo entre mulheres de diferentes culturas e reforçam o sentido de solidariedade que será necessário para a efetivação das Ações Internacionais, em que o debate global ocorrido no Encontro é traduzido em ações locais.

Ações Internacionais: feminismo derrubando fronteiras

A Marcha Mundial das Mulheres já realizou quatro grandes Ações Internacionais, nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2015. A Terceira Ação Internacional foi lançada com marchas nacionais simultâneas e diferentes tipos de mobilizações entre os dias 8 e 18 de março de 2010, marcando, também, o aniversário de 100 anos da Declaração do Dia Internacional das Mulheres por delegadas à 2ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas em Copenhague, em 1910. A Ação foi encerrada com marchas e ações simultâneas ao redor do mundo durante o período de 7 a 17 de outubro, terminando, oficialmente, com um evento internacional em Bukavu, República Democrática do Congo. A escolha de Bukavu como cidade de encerramento se deu pelo alto índice de violência contra mulheres ali, em decorrência de um contexto de guerra.

No total, 76 países de cinco continentes participaram da Ação Internacional, 57 dos quais organizaram atividades nos seus próprios países e 19 dos quais mandaram delegadas nacionais para participar em ações regionais e internacionais. A Ação durou 18 dias, com um público estimado de 80.000 mulheres e homens[2].

---

1. Documento final do 9° Encontro Internacional da MMM disponível em: <https://encontrommm.wordpress.com/2013/08/31/documento-brasil-feminismo-em-marcha-para-mudar-o-mundo/>. Acesso em: 23 maio 2015.

2. Documento disponível em: <http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/WMW_Book_2011_PORTUGUESE.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

Ao redor do mundo, nos lugares onde a opressão se faz sentir com mais força através da militarização, mulheres levantaram vozes e bandeiras na busca de um mundo mais justo e solidário. A amplitude dessa ação em nível internacional pode ser resumida pela seguinte citação de um documento da Ação:

A 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) iniciou-se a 8 de março de 2010. Desde essa data foram realizadas ações nacionais em 52 países, envolvendo diretamente mais de 38.000 mulheres que construíram plataformas nacionais em torno a quatro campos de ação: a autonomia econômica das mulheres, o bem comum e serviços públicos, a violência contra as mulheres, e a paz e desmilitarização. No Paquistão, as mulheres foram para as ruas, mesmo depois de fundamentalistas terem explodido bombas para aterrorizar a população. No Mali, mulheres debateram a construção da paz e manifestaram-se em Gao, uma área de conflito armado. Na Grécia, elas realizaram manifestações contra a persistência de elevados dispêndios militares durante a crise financeira – num momento em que outros gastos públicos estão sendo cortados, denunciando a falta duma política pública em resposta aos níveis crescentes de desemprego (já elevados entre as mulheres). No Brasil, mais de 2.000 mulheres marcharam durante 10 dias sob a bandeira: 'Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres! (MMM, 2011, p. 14).

No Brasil, ações foram realizadas durante o mesmo período; a ação principal foi uma marcha em São Paulo. Durante dez dias, duas mil mulheres caminharam de Campinas a São Paulo num processo intenso de denúncia, formação feminista e organização social. Muitos dos depoimentos que registrarei a seguir, na tentativa de compreender esse momento, foram retirados de um vídeo produzido pelo Movimento para documentar a ação[3]. Nele, Nalu Farias explica o processo de construção da ação:

No encontro da Marcha em Peru, em 2006, nós definimos já um pouco o caráter dessa ação de 2010 e definimos isso, que seria dez dias de ação e a proposta era de que a gente marchasse mesmo. Em novembro de 2008 a gente fez o primeiro seminário e em maio de

3. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=myXa1JFSZ9Y>. Acesso em: 26 abr. 2015.

2009 nós definimos esse formato, que seria aqui de campinas a São Paulo, com esse esquema de alojamento e tudo, né? A nossa Marcha é de reivindicação, ela é de denúncia, ela é de diálogo com a sociedade. Nós estamos reivindicando, sim, políticas públicas, mudança nas politicas, mas também estamos querendo mostrar que as mudanças na sociedade tem que ser mais amplas pra gente realmente construir igualdade para as mulheres. (SEGUIREMOS..., 2011, 01:55).

Toda a organização se deu de forma coletiva, através de reuniões, debates e formações dos núcleos. Organizadas em fileiras, mulheres de diferentes lugares, campo e cidade, jovens e idosas, todas elas assumem tarefas diferentes para o bom andamento da ação.

Nós tiramos equipes nacionais responsáveis pela formação, equipes nacionais responsáveis pela saúde, pela infraestrutura, pela questão da segurança. Nós fizemos vários debates, com as mulheres das comunidades, de assentamentos rurais, de bairro, das cidades (SEGUIREMOS..., 2011, 06:00).

As militantes responsáveis pela alimentação iam à frente, com transportes terrestres. Essa equipe ficava com toda a responsabilidade sobre o almoço e a janta das duas mil marchantes. Conforme um trecho do vídeo: “Nós estamos lavando cerca de quatro mil marmitas e cerca de trezentos e cinquenta panelas, panelões onde é preparado o almoço e o jantar também” (SEGUIREMOS.., 2011, 08:54)As marchantes levantavam ao nascer do sol, armazenavam seus pertences, mochilas, roupas, colchões, e os guardavam nos caminhões que os levavam até o próximo destino. Após, alimentavam-se e iniciavam a marcha. No final do dia, montavam tudo novamente no destino e, então, iam para as formações. Todos os dias havia um momento de formação. Apesar do cansaço, da caminhada no sol, sobre o asfalto quente, todas participavam desses momentos de debate.

Na foto acima, Aleida Guevara participa de uma das formações da 3° Ação. É importante destacar a pluralidade de bandeiras que se encontram ao fundo e que representam as mulheres que ali sentam no chão, sem ordem definida, para ouvir outra mulher, cubana, médica e declaradamente socialista. Isso pode ser considerado transformador, pois quebra com a manipulação midiática que se faz em relação à Cuba, à vida nessa ilha revolucionária. Portanto,



Imagem 1: Preparação das refeições na Terceira Ação (Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/marchamulheres/4426314040/in/album-72157623478502177/>. Acesso em: 31 maio 2018.)



Imagem 2: Formação com Aleida Guevara na Terceira Ação, em São Paulo. Foto cedida pelo Movimento.

as formações apresentavam-se como espaços de educação contra-hegemônica, desconstruindo os bombardeios ideológicos que muitas dessas mulheres certamente sofreram por toda a vida.

Todo o processo da marcha foi pensado como formativo, e isso foi percebido e compreendido pelas militantes. Eram mulheres conscientes de seu papel naquele espaço e não dialogavam somente entre si, mas com o conjunto da sociedade pelos locais onde passavam, com as mulheres e homens que encontravam pelo caminho e, em especial, com aquelas que não podiam seguir com elas justamente pelo peso da sociedade patriarcal.

A consigna *Seguiremos em Marcha até que todas sejamos livres* foi escolhida para marcar a Ação. Ela demonstra a responsabilidade da ação com a libertação das mulheres, a partir de sua própria luta, bem como a nitidez de que nenhuma estará livre enquanto outra continuar a ser oprimida. Nas fotos a seguir está expressa a pluralidade das mulheres que participaram da ação e que dialogaram com a definição do feminismo da MMM: anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, antilesbofóbico.



Imagem 3: Mulheres do Maranhão. Ação 2010 da MMM. Foto do Arquivo MMM.



Imagem 4: Mulheres trabalhadoras durante a Terceira Ação[i]Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/marchamulheres/4426314214/in/album-72157623478502177/>. Acesso: 31 maio 2018.)

Preconceito: o diálogo como arma de transformação

A Marcha Mundial das Mulheres denuncia que todas as opressões às quais estão submetidas as mulheres são frutos da aliança perversa do patriarcado com o capitalismo. O patriarcado baseia-se na divisão sexual do trabalho, construindo-se a partir da escravidão feminina processos históricos religiosos de transformação “das deusas” em “O Deus” que constitui as três grandes religiões. Ao atravessar os diferentes modos de produção, o patriarcado impregnou-se no inconsciente da humanidade e até hoje constitui nossas identidades e modos de pensar, mesmo que dele não tenhamos consciência (LERNER, 1990). Assim, para muitas pesquisadoras feministas (SAFFIOTI, 2004; HIRATA, 2010; FARIA, 2005), o patriarcado continua a ser condicionante nas relações sociais e seu uso deve ser retomado pelas teóricas contemporâneas, reconhecendo-o como um fenômeno estruturante da sociedade.

Portanto, o patriarcado seria uma forma de dominação masculina disseminada nas diferentes instituições sociais que atribuem ao homem o poder sobre todas as formas, sobre todas as posses, incluindo as mulheres e as crianças. É uma ideologia que, através da socialização, naturaliza relações de opressão historicamente construídas. Como ressalta Saffioti (2004, p. 101) "Além de o patriarcado fomentar a guerra entre as mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive mulheres", e logo em seguida define o patriarcado como "[...] um regime que se ancora em uma maneira de os homens assegurarem-se para si mesmos e para seus dependentes, os meios diários para a produção e reprodução da vida" (SAFFIOTI, 2004, p. 105).

> A Marcha Mundial das Mulheres, da qual fazemos parte, identifica o patriarcado como o sistema de opressão das mulheres e o capitalismo como o sistema de exploração de uma imensa maioria de mulheres e homens por uma minoria. Estes sistemas reforçam-se mutuamente. Eles se fundamentam e se articulam com o racismo, o sexismo, a misoginia, a xenofobia, a homofobia, o colonialismo, o imperialismo, a escravatura e o trabalho forçado. Eles legitimam os fundamentalismos e os integrismos que impedem as mulheres e os homens de serem livres. Eles geram a pobreza e a exclusão, violam os direitos dos seres humanos, em particular os das mulheres, e colocam a humanidade e o planeta em perigo. Nós rejeitamos este mundo! (CARTA.., 2009).

Portanto, se aceitamos o patriarcado como estrutural, essa engrenagem que já não depende da presença física masculina para oprimir, é possível identificá-lo operando mesmo dentro dos movimentos feministas, pois está introduzido dentro das mulheres. Dessa forma, a reunião de tantas mulheres com histórias de vida diversas não se deu sem conflitos durante a Terceira Ação. Uma das dificuldades apresentou-se na relação das militantes héteros com as lésbicas e bissexuais. No segundo dia, algumas mulheres solicitaram que as lésbicas não usassem o mesmo banheiro que marchantes heterossexuais. O entendimento era de que lésbicas não eram

mulheres, ou que não poderiam ocupar o mesmo lugar de mulheres que se consideravam heterossexuais. Sobre esse tema específico, realizei uma entrevista com Cinthia Abreu, militante da MMM de São Paulo para compreender a forma como o Movimento tratou da questão. Diante do ocorrido, reuniram-se lésbicas e bissexuais que formaram uma comissão e buscaram auxílio na coordenação da MMM. A orientação foi que cada coordenação estadual, ou seja, a coordenação das responsáveis pelos ônibus dos estados, conversasse com suas companheiras para que o tema fosse tratado. Segundo Cinthia, sobre esse processo:

Acho que isso, pra mim, é um marco na Marcha Mundial das Mulheres, porque disso saiu uma coisa muito linda. O primeiro momento foi muito difícil, muito duro, inclusive para dialogar entre nós, lésbicas, porque as meninas mais jovens lésbicas, elas achavam que no outro dia teríamos que implodir a Marcha, nem deixar a Marcha sair. Então dialogávamos com as meninas, olha, se a gente implodir a Marcha a gente consegue dialogar com as mulheres héteros, a gente consegue colocar pra elas as nossas pautas? Mas essa é uma reflexão que nós, mulheres lésbicas mais organizadas, tínhamos naquele momento e não as jovens que estavam lá. Não tinham tanta construção política pra entender. Fizemos um chamado e eu disse olha, nós podemos implodir a Marcha amanhã sem problemas, eu vou com vocês, mas a questão é, isso vai melhorar a nossa vida? Nós vamos conseguir dialogar com as mulheres héteros? Elas vão sair daqui levantando a nossa bandeira? Com certeza não. Então, esse não é o caminho pra gente.

A opção feita pelas lésbicas foi de sair com a Marcha marcando muito mais no visual dos materiais, com corpos e rostos pintados.



Imagem 5: Foto Terceira Ação. Cedida por Naiara Malavolta.

As rodas de conversa aconteceram e, segundo o relato de Cinthia, muitas coordenadoras solicitaram ajuda das lésbicas pois não sabiam os motivos que levavam essas mulheres a marchar. O vídeo[4], gravado durante uma dessas oficinas com a delegação de Alagoas, caminha no sentido do que foi descrito por Cinthia. No começo os rostos eram tensos, mas atentos. A mediadora buscava relacionar o preconceito sofrido pelas militantes por suas companheiras de marcha com aqueles que elas sofriam no cotidiano. Logo, algumas delas passaram a relatar os preconceitos que parentes próximos sofreram por serem gays ou lésbicas. Um trecho da oficina traz o seguinte diálogo:

> Eu quero agradecer à Cinthia, eu quero me aprofundar mais no conteúdo, eu quero saber falar mais de vocês, de bem viu? Sobre vocês. Sobre o Movimento, quero

4. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T6ScrOyAsFc>. Acesso em: 31 maio 2018.

> ajudar, quero somar, quero contribuir para o movimento. Resgatar esse preconceito e sair desse preconceito. Sou feminista, do movimento de mulheres trabalhadoras rurais e pescadoras em Alagoas, sou feminista, trabalho na zona rural, e nas reuniões de mulheres onde eu tiver oportunidade, não vou deixar de falar das mulheres, de nós, como somos e o que pretendemos, certo!? (AÇÃO..., 2013, 01:50:00).

Nesse sentido, a Marcha da Ação 2010 possibilitou o encontro de mulheres que, mesmo integrando outro movimento, puderam ter outras vivências de quebrar preconceitos e estabelecer novos paradigmas por conta da troca realizada nesses dias. A Ação possibilitou a troca de experiências entre Aleida Guevara e as pescadoras do interior de Alagoas. Permitiu que jovens universitárias, oriundas dos grandes centros urbanos, trocassem experiências, dialogassem com mulheres indígenas. E, muito além disso, permitiu que organizassem coletivamente suas lutas, que incorporassem os desafios umas das outras na atuação política.

A luta pelo Estado Laico

A criminalização das mulheres possui um fundo moralista e baseado fortemente em crenças religiosas. O Brasil, apesar de ser constitucionalmente um Estado Laico, vem convivendo com uma ofensiva dos setores conservadores, que buscam retrocessos justamente nos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Assim, quando a autonomia das mulheres sobre o próprio corpo passa a ser cerceada por projetos de lei de cunho religioso e fundamentalista, como estamos vendo nos últimos tempos (GONZATTO, 2015), não só o conceito de Estado Laico como também o de Democracia precisa ser discutido.

A Marcha Mundial das Mulheres no Rio Grande do Sul vem travando uma batalha constante com os setores conservadores pela garantia do Estado Laico. No ano de 2011, a MMM, juntamente com a Liga Brasileira de Lésbicas, Somos, Nuances, Rede Feminista de Saúde, Themis iniciaram luta para a retirada dos símbolos religiosos

das instituições públicas. Em março de 2012, em uma decisão histórica e unânime, o Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) determinou a retirada dos símbolos religiosos das dependências da Justiça gaúcha (OLIVEIRA, 2012). Infelizmente, a decisão foi revogada em 2016, a partir da contestação judicial da Arquidiocese de Passo Fundo. A partir de então, cabe a cada cidade decidir sobre o tema.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) identificou setenta e quatro deputados federais evangélicos eleitos em 2014 (ATUALIZAÇÃO..., 2014). Dessa forma, tem-se o Congresso mais conservador desde o Golpe Militar de 1964. Cabe ressaltar que nessa lista não constam os católicos (LEONARDO..., 2015) ou também os cristãos (anglicanos e/ou os luteranos), nem aqueles que, apesar de não professarem nenhuma fé publicamente, temem qualquer tipo de confronto com essa população. É sem nenhum constrangimento que parlamentares, em sua imensa maioria homens, legislam sobre a vida de milhares de mulheres e homossexuais, a partir de suas crenças pessoais e de seu universo masculino.

Segundo levantamento do Grupo Gay da Bahia (GGB), 445 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais foram mortos em 2017. Um relatório sobre violação dos direitos humanos no Brasil divulgado em 2018 pela organização não governamental Human Rights Watch demonstra que a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos recebeu 725 denúncias de violência, discriminação e outros abusos contra a população LGBT somente no primeiro semestre de 2017.

Nesse contexto de violação dos Direitos Humanos, de golpe parlamentar midiático que retirou a Presidenta Dilma e permitiu a tomada do cargo por Michel Temer, de ascensão da bancada evangélica no Congresso Nacional, lutas como a da Marcha Mundial das Mulheres são fundamentais para a vida das mulheres lésbicas. O cenário político atual permite a solidificação de grupos como o MBL (Movimento Brasil Livre) e Escola Sem Partido, que visam a dar sustentação ideológica ao preconceito, reforçando o pensamento hegemônico de ódio de desrespeito à das mulheres. Fazer a luta contra-hegemônica é imprescindível nesses tempos de ódio.

Conclusão

A Marcha Mundial das Mulheres é de suma importância para a luta das mulheres lésbicas em todo o mundo. Por estar presente em países de todos os continentes e realizar a luta conjunta, de forma transnacional, cria e implementa estratégias de luta construídas por uma multiplicidade de experiências e realidades. Sabemos que em diversos países a homossexualidade é considerada crime (MANTOVANI, 2016) e que, no Brasil, ainda não temos uma lei específica que tipifique o crime de homofobia. A denúncia constante desse movimento, sua capilaridade mundial e busca de construção de alianças com demais movimentos sociais populares se apresentam como armas poderosas na superação dos preconceitos e de fortalecimento da luta das mulheres lésbicas.

A forma encontrada pela MMM para superar o conflito entre lésbicas e não lésbicas durante a 3° Ação Internacional demonstra a maturidade política desse movimento. Optar pelo diálogo, mostrar o que há de comum na opressão patriarcal a qual todas as mulheres estão submetidas, debater sobre as especificidades das lutas das lésbicas e gerar solidariedade com as demais são passos revolucionários que fortalecem todas as lutas.

Da mesma forma, abraçar a pauta do Estado Laico em parceria com demais movimentos sociais populares reforça a experiência democrática; fortalece aquelas e aqueles que lutam desde seus espaços individuais, no cotidiano da vida, para a consolidação dos direitos humanos. Além disso, esse esforço respalda professoras e professores que buscam garantir uma educação não sexista, antilesbofóbica, anti-homofobóbica, anticapitalista e antirracista.

Seguiremos em Marcha até que todas sejamos livres!

Referências bibliográficas

AÇÃO 2010 Lesbianidades. Produção Marcha Mundial das Mulheres. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T6ScrOyAsFc>. Acesso em: 31 maio 2018.

ATUALIZAÇÃO da bancada evangélica: DIAP identificou 74 deputados. *DIAP*, Brasília, DF, 6 out. 2014. Disponível em: http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24534:bancad a-evangelica-levantamento-preliminar-do-diap-identifica-43-deputados&catid=59:noticias&Itemid=392/. Acesso em: 30 mar. 2018.

CARTA Mundial das Mulheres para a Humanidade. 24 jun. 2009. Disponível em: <cartamundialdasmulheres.blogspot.com>. Acesso em: 24 maio 2018.

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu, POULIN, Richard (Org.). *Desafios do Livre Mercado para o Feminismo*. São Paulo: SOF, 2005. p. 11-39.

GONZATTO, Marcelo. Saiba como a bancada evangélica pode mudar a sua vida. *GaúchaZH*, Porto Alegre, 23 fev. 2015. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/saiba-como-a-bancada-evangelica-pode-mudar-a-sua-vida-4704370.html>. Acesso em: 4 jun. 2018.

HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. *Revista Feminista*, Recife, n. 2, 2010.

LEONARDO Boff, sobre o Papa e o aborto: "Uma vez aberta a porta, já não se fecha". *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, 4 set. 2015. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br/.../546449-leonardo-boff-sobre-o-papa-e-o-aborto-uma-vez-aberta-a-porta-ja-nao-se-fecha>. Acesso em: 11 abr. 2018.

LERNER, Gerda. *La creación del patriarcado*. Barcelona: Critica, 1990.

MANTOVANI, Flávia. Relação homossexual é crime em 73 países; 13 preveem pena de morte. *G1*, São Paulo, 21 jun. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/relacao-homossexual-e-crime-em-73-paises-13-preveem-pena-de-morte.html>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (Portugal). *Terceira Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres* – 2010: Solidariedade feminista internacional em ação. [s. l.]: MMM, 2011. Disponível em: <http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/WMW_Book_2011_PORTUGUESE.pdf>. Acesso em: 24 maio 2018.

OLIVEIRA, Samir. TJ-RS determina retirada de símbolos religiosos dos prédios da Justiça gaúcha. *Sul21*, Porto Alegre, 6 mar. 2012. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/noticias/2012/03/tj-rs-determina-retirada-de-simbolos-religiosos-dos-predios-da-justica-gaucha/>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

Videografia

SEGUIREMOS em marcha até que todas sejamos livres! Produção Marcha Mundial das Mulheres. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=myXa1JFSZ9Y>. Acesso em: 26/04/05 abr. 2018.

Parte II

Perspectivas Pessoais e Circunstânciais





Caroline Siqueira

Caroline Siqueira Noal tem 23 anos, é lésbica e vive em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Estudante de Psicologia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).



Resumo

Seu artigo intitulado **Um relato de experiência sobre lesbofobia e a produção de ciência no contexto universitário** constitui-se em relato da experiência de lesbofobia vivenciada pela autora, estudante de psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em intercâmbio (mobilidade acadêmica) realizado em uma Universidade colombiana. A autora relata que Universidade acolheu e incentivou o trabalho de pesquisa somente até tomar conhecimento de sua temática (lesbofobia) — momento a partir do qual a instituição passou a usar instrumentos burocráticos para impedir o prosseguimento do projeto. Como conclusão a autora aponta que a invisibilidade das mulheres lésbicas no contexto social e no desenvolvimento de políticas públicas que contemplem nossas especificidades, também é encontrada na academia, onde a liberdade de saberes e pensares que deveria ser cultivada neste ambiente é, na verdade, silenciada.



Um relato de experiência sobre lesbofobia e a produção de ciência no contexto universitário

Introdução

Este trabalho consiste em um relato de experiência da primeira autora em relação a uma vivência de lesbofobia, que foi vítima durante seu processo de Mobilidade Acadêmica. O relato escancara uma situação que muitas vezes é dissertada na teoria, a lesbofobia, no entanto, é de extrema importância apresentar a vivência prática de alguém que sofreu essa opressão dentro de um ambiente acadêmico.

Mobilidade Acadêmica consiste em um processo no qual estudantes de graduação e pós-graduação têm a oportunidade de cursar, geralmente até dois semestres, em outra instituição universitária. Esta pode, ou não, ser realizada em território nacional. Quando desenvolvida fora do país, a mobilidade se destaca como uma importante forma de expressão do processo de internacionalização do Ensino Superior. Segundo Laus (2003), Teichler (2004), Altbach e Knight (2007) e Castro e Neto (2012), a internacionalização do Ensino Superior é um fenômeno que está associado às esferas políticas e econômicas. Nesse sentido, para esses autores, as mudanças pelas quais passa a educação, principalmente a de nível superior, inscrevem-se no processo mais geral de globalização. Tal fenômeno se torna visível a partir desse relato de experiência, no sentido de que as questões envolvidas no processo relatado refletem posições políticas de ambos os lados, a partir de uma tentativa da autora de fazer câmbios de perspectivas adotadas nos dois países.

A ideia de internacionalização, nessa via, remete a uma perspectiva de compartilhamento de experiências, abertura às diferenças a fim de

obter novos aprendizados para os estudantes e instituições envolvidas. Destaca-se, nesse processo, a oportunidade de repensar fenômenos naturalizados. Mesmo em um cenário aparentemente favorável para reflexões e estudos, a autora se deparou com lesbofobia, estando relacionada a não aceitação do desenvolvimento de um projeto escrito por ela, lésbica, que abordava justamente esta temática.

O conceito de *lesbofobia* é atribuído ao preconceito em relação a mulheres homossexuais. Nisso se difere da homofobia, já que na lesbofobia se lida com a fusão de duas categorias minoritárias: mulheres e homossexuais. Nesse sentido, considera-se que esta mesma consiste em uma sobreposição de duas opressões: machismo/misoginia e homofobia. As mulheres lésbicas, além sofrerem as opressões relativas às duas categorias citadas anteriormente, também sofrem opressões geradas a partir dessa sobreposição.

Ao pensar sobre lesbofobia, é importante analisar o conceito de *violência simbólica*. Esta é caracterizada por Bourdieu (2003) como uma "violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento". Isso significa que nessa violência, o dominado internaliza o ponto de vista do dominante, naturalizando tal processo e contribuindo para a reprodução de estruturas de dominação. Segundo Bourdieu (2003):

> Quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar o dominante (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.) resultam da incorporação de classificações assim naturalizadas, de que seu ser social é produto.

Aplicando-se o conceito de violência simbólica a categorias sociais minoritárias, Rosa e Brito (2009) afirmam que esta atua conservando padrões dominantes e preservando a estabilidade do campo organizacional, porto que intenta garantir a dominação daqueles possuidores de posições de destaque nesse espaço e, assim, subjugar as minorias que se inserem no mesmo espaço. Analisando a dominação simbólica no contexto da homossexualidade, percebe-se que o preconceito sofrido pelos mesmos envolve, além da estigmatização, uma invisibilidade.

A lesbofobia difere-se da homofobia sofrida por homossexuais homens, no sentido que é necessário considerar a dominação masculina na sociedade (Bourdieu, 2003) e o heterossexismo, visto que "quando o assunto é discriminação às lésbicas, as assimetrias de gênero são cruciais à discussão, tanto quanto o tabu que envolve a orientação homossexual" (Leonel, 2011).

As formas que a lesbofobia pode assumir são variadas, perpassando desde práticas mais diretas, como as agressões físicas ou o estupro corretivo, até violências mais sutis. O estupro corretivo, por exemplo, é realizado com a finalidade de fazer com que a mulher "aprenda a gostar de homens" e "se torne mulher de verdade" (Leonel, 2011), adequando-se ao contexto heteronormativo que presume que todos são ou deveriam ser heterossexuais (Miskolci, 2012).

As formas mais sutis de violência geralmente estão ligadas à hiperssexualização/fetichização e à invisibilidade. Toledo e Teixeira (2011) afirmam que estigmas e estereótipos relacionados às mulheres lésbicas as demonstram ora com o caráter de aberração ora com o de ilegitimidade, evidenciando, desse modo, uma perspectiva na qual são encaradas como espetáculos pornográficos destinados aos homens, ou rotuladas como "machonas". Ou, ainda, heterossexuais frustradas, que não foram desejadas por homens ou tiveram relacionamentos fracassados com os mesmos e terminaram se relacionando com mulheres como uma segunda alternativa.

Inúmeras vezes, ao se assumirem lésbicas, muitas mulheres sentem a necessidade (imposta socialmente) de reproduzirem uma postura considerada heterossexual na vida pública, reservando, nessa via, suas demonstrações em relação à sexualidade ao âmbito privado. Isso se dá por uma pressão social reservada às mulheres para performarem feminilidade "em uma sociedade heterocentrista, qualquer atitude que afaste um ser humano do sexo feminino de seu papel de gênero de mulher é vigiada e cobrada" (Gomide, 2007).

Dentro do movimento LGBT, que poderia ser uma ferramenta de auxílio a essas violências, a homossexualidade feminina ainda ocupa um espaço pequeno em relação à homossexualidade dos homens, visto que o movimento "[...] comporta 90% de gays e 10% de lésbicas e é ainda marcado por uma forte tradição masculinista" (Bourdieu, 2003). Tendo em vista esse contexto, muitas mulheres lésbicas, buscando criar uma identidade e afastar-se da invisibilização, presente até mesmo dentro do movimento LGBT, buscam a formação de um movimento próprio. É importante observar, também, que a

invisibilidade social que envolve as lésbicas é considerada "uma atitude que manifesta um desdém muito maior, reflexo de uma misoginia que, ao transformar a sexualidade feminina em um instrumento de desejo masculino, torna-se impensável as relações erótico afetivas entre mulheres" (Borillo, 2010). Isso reflete a ideia do falocentrismo nas relações, demonstrando que, apesar do enorme estigma carregado pelos homossexuais masculinos, suas relações são percebidas como legítimas pelo fato de serem homens.

Tomando como base esse contexto, percebe-se a necessidade de visibilizar os estudos em relação à temática da lesbofobia, de modo a oferecer ferramentas para que se transformem em instrumentos de luta contra a mesma. Como observou a autora, a presença de opressões no cenário da costa colombiana mostrava-se muito mais visível que em sua cidade natal, no Brasil, a ponto de deixá-la surpresa e incomodada com a situação. Nesse sentido, o desenvolvimento de um projeto que trabalhasse a questão da lesbofobia seria de grande proveito.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir a relação entre lesbofobia e a produção de ciência no contexto universitário. Através de um relato de experiência de uma das autoras, estudante de Psicologia, sobre seu processo de Mobilidade Acadêmica na Colômbia e o impedimento, imposto pela Universidade colombiana, de executar um projeto de sua autoria com a temática *lesbofobia*, objetivamos analisar de que modo as instituições públicas possuem poder de decisão a respeito de fatores capazes de manter e reforçar opressões, utilizando-se da burocracia para amparar medidas baseadas em preconceitos pessoais. Considerando o meio acadêmico como um importante ambiente formador de profissionais (e cidadãos), tem-se o propósito de visibilizar os efeitos negativos que uma educação perpassada por preconceitos pode ocasionar.

Método

Este é um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência, que tem como finalidade expressar experiências práticas

como uma forma de denúncia de problemas sociais recorrentes. Os elementos teóricos presentes na introdução, provenientes dos Estudos de Gênero, auxiliarão a compreensão dos fatos abordados no relato.

A escolha pelo método "relato de experiência" vêm de uma crítica da autora em relação à forma com que geralmente é produzida a pesquisa em ambiente acadêmico: há uma independência entre objeto de pesquisa e cientista, sendo este último considerado um observador externo e isento de valores pessoais em relação àquilo que é estudado. Essa ausência de relação entre "pesquisador" e "pesquisado" é, muitas vezes, considerada uma garantia de confiabilidade do estudo, já que consistiria em uma dita imparcialidade, muito valorizada nos estudos acadêmicos. Tendo em vista esse cenário, os estudos que aí se originam possuem, muitas vezes, conteúdo superficial, já que formalidades valem mais que o teor humano que em um primeiro momento inspirou e incentivou o estudo. Além disso, a maneira com que se constrói a ideia de "saber" coloca o pesquisador em um patamar acima de seu objeto de estudo, conferindo-lhe um lugar de superioridade em relação às outras pessoas. Isso se contradiz à finalidade primeira da academia, que deveria ter como objetivo uma construção de saber que conversasse de maneira horizontal com a comunidade "além dos muros", trabalhando de modo a oferecer um retorno para a mesma. No entanto, nesse sentido, a sociedade fora da academia mais funciona como um provedor de material de pesquisa, sendo vítima, muitas vezes, de um estudo exploratório que somente visa recolher informações sem oferecer nenhum retorno.

Essa nítida separação entre academia e sociedade reforça lugares de poder e privilégios já existentes: a grande maioria dos pesquisadores são homens brancos, reafirmando um padrão de saber historicamente estabelecido. O saber acadêmico, considerado universal, dotado de neutralidade e imparcialidade é produzido por pessoas que falam a partir de um lugar, em grande maioria, de privilégios de gênero, raça e classe. No entanto, como o conhecimento proveniente de produções de pessoas socialmente privilegiadas já é considerado universal, é esquecido o fato de que essas pessoas falam a partir de um lugar, que não representa a imensa maioria da sociedade. A partir dessa rígida consolidação do perfil do pesquisador, passa-se a considerar qualquer outro estudo proveniente de outro lugar de fala como "alternativo", ou até mesmo, enviesado.

Nesse sentido, determinados "modelos" de pesquisa são considerados válidos pela academia em detrimento de outros, privilegiando um olhar tecnicista em relação à ciência. Ao mesmo tempo em que é difícil pensar determinadas áreas com base em um paradigma positivista, como é o caso das ciências humanas, uma tentativa de aproximação das mesmas às ciências naturais e exatas foi realizada por várias correntes de pensamento, buscando o ajuste ao paradigma dominante. No entanto, outras reconceitualizações da ciência deixaram à mostra uma crise na visão tradicional de compreensão da realidade, explicitando que o paradigma positivista - empirista não resolvia uma série de questões, se fazendo necessário, portanto, uma nova revolução do fazer científico.

Novas correntes científicas surgiram, então, criticando e se opondo ao positivismo, defendendo a postura de que cabia às ciências sociais a compreensão do significado da ação humana. Essa mudança em relação à maneira de produzir conhecimento, ainda que gradual, vem alterando a própria compreensão do papel social de algumas áreas, como as ciências humanas, visto que: "diferentemente da abordagem quantitativa, a qualitativa se afirma no campo da subjetividade e do simbolismo, realizando uma aproximação entre sujeito e objeto. A geração do conhecimento é, portanto, advinda da conexão social ao invés da separação" (Paiva, 1997).

O surgimento de uma nova maneira de pensar a respeito do processo de produção de conhecimento não diz respeito apenas ao modo como será feita a pesquisa, mas também, a quem tomará a frente da mesma e ao lugar de fala que esta pessoa ocupa. Nesse sentido, pessoas que antes não eram percebidas como pesquisadoras em potencial passaram a conduzir estudos a partir de novos vieses, proporcionando referenciais que diferiam do conhecimento resultante da produção hegemônica de conhecimento científico até então conhecida. A partir daí, uma diversidade de "novos saberes" começou a surgir e se opor à hegemonia até então conhecida, ainda que de maneira tímida, trazendo questões relativas à diversidade de classe, gênero e raça, entre outras. Focaremos aqui nos estudos feministas, que atentam seu olhar a questões de gênero.

A dominação masculina se fez presente em todas as esferas da vida humana, entre elas, a ciência. Neste meio se destaca o modelo positivista-empirista, que tem como principal característica

a objetividade, considerada essa uma aptidão essencialmente masculina, sendo atribuído à subjetividade um caráter feminino. Tomando como base essa perspectiva, "o feminismo classificou a ciência como androcêntrica, ou seja, é em si mesma uma projeção da ideologia ou dos valores masculinos" (Paiva, 1997). Hubbard (1993), afirma que toda ciência é derivada da tradição patriarcal, uma vez que a maior parte dela foi desenvolvida e controlada por homens brancos e de classes média alta e alta, que compõem o mundo científico, denominado por ela "torre de marfim". Unger (1993) disserta sobre o fato de a perpetuação da hegemonia acadêmica ser justificada, muitas vezes, por atribuições biológicas. Segundo a autora:

> Como sexo não pode ser experimentalmente manipulado, a tendência foi renegá-lo à área de pesquisa da diferença individual, ao lado de outras variáveis incômodas tais como raça, etnia, tamanho e aparência física[...] Habitualmente eram dadas explicações biológicas e as explicações sociais eram ignoradas.

Ao tomar-se conhecimento da utilização da ciência como ferramenta de grande importância para a manutenção de privilégios, fez-se de extrema importância reformular o fazer científico, de modo a torná-lo menos concentrado no poder de um grupo restrito de pessoas e em determinados vieses. Segundo Gergen (1993), "é necessário que as comunidades de acadêmicas (os) e outras pessoas interessadas tomem a si o desafio de criar em conjunto instâncias concretas de ideais abstratos".

Gergen, ao criticar o paradigma empirista, sugere elementos para uma metateoria feminista e uma metodologia auxiliar: reconhecer uma relação de interdependência entre pesquisador e objeto de pesquisa; a importância de levar em consideração o contexto do objeto de pesquisa para prover sua identidade, não sendo possível "descontextualizar" um fenômeno sem modificar sua significação; a impossibilidade de que exista uma ciência isenta de valores, propondo o desafio ao (à) pesquisador (a) para que articule tais valores e, com base neles, desenvolva novas teorias e formular novas práticas de pesquisa; o que se transforma em fato estabelecido não reflete o mundo como ele é, mas o mundo submetido à interpretação, por isso, a forma como a linguagem modela o trabalho científico é de vital importância para as preocupações metodológicas feministas;

o (a) cientista deve respeitar o valor em potencial das ideias dos objetos de pesquisa e defender e realçar a voz dos(as) participantes da pesquisa. Como evidenciam direta ou indiretamente grande parte dos elementos propostos por Gergen (1993), o reconhecimento da existência de uma inter-relação entre pesquisador e objeto de pesquisa faz-se de extrema importância para a construção de uma ciência menos verticalizada e marcada por relações de poder e mais coerente com a vida humana e social. Segundo Gergen:

> Na pesquisa de inspiração feminista, se pretende o reconhecimento de que cientistas, objetos de pesquisa e ‘’fato” estão todos inter-relacionados, envolvidos em influências recíprocas e sujeitos a constrangimentos linguísticos e de interpretação. Além disso, os empreendimentos científicos seriam tratados como tendo carga de valor e tomados com orientações de valor específicos em mente.

Além da necessidade identificada pela autora de que a ciência opere de maneira horizontal, de modo a não afastar pesquisador de objeto pesquisado, esta mesma identificou outra grande falha no fazer científico, desta vez referindo-se àquele produzido por mulheres: a hegemonia nos estudos feministas. Assim como na pesquisa mediada por homens, que predominantemente ocupam um lugar de privilégio, o mesmo passa à maioria das pesquisadoras mulheres. Grande parte dos estudos desenvolvidos pelo público feminino ainda contemplam um grupo hegemônico privilegiado: mulheres brancas, pertencentes a classes sociais privilegiadas, heterossexuais, inseridas no meio acadêmico, etc. Nesse sentido, ocorre automaticamente uma invisibilização de qualquer mulher que não esteja inserida nesse pequeno grupo.

Pensando na importância de colocar-se como parte da produção de conhecimento, afastando-se da ideia, ainda muito recorrente na academia, de universalidade e impessoalidade da ciência e aproximando-se dos conceitos trazidos por Gergen nas teorias feministas, a autora optou pela escrita de um relato de experiência, de modo a poder colocar-se em seu estudo de maneira ativa, com base em experiências práticas vividas por ela mesma, relacionando com a teoria. Além disso, busca expandir (mesmo que contemplando somente uma categoria de opressão além do gênero: a de orientação

sexual) a visão hegemônica dos saberes produzidos por mulheres, trazendo questões relativas a uma categoria ainda pouco presente nos estudos acadêmicos: mulheres lésbicas.

Discussão

Em uma experiência de Mobilidade Acadêmica é comum que existam esforços das universidades para agregar reconhecimento e aprendizado tanto para o estudante quanto para a Universidade. Muitas vezes, há incentivo da Universidade visitada em integrar alunos estrangeiros provenientes do processo de Mobilidade Acadêmica a projetos de pesquisa e extensão, trazendo, dessa forma, vantagens para ambas as partes. Assim, logo ao iniciar sua experiência de intercâmbio, a estudante foi convidada por um setor da Universidade destinado a coordenação de Pesquisa e Extensão a integrar algum projeto, de sua escolha, com base em interesses pessoais e acadêmicos. Nesse processo, a autora deveria tomar conhecimento sobre os projetos coordenados por cada professor e inserir-se em algum. Tais projetos consistiam em grandes grupos com um assunto chave, no qual cada integrante escolheria um tema específico a ser pesquisado.

A ideia para a elaboração do projeto surgiu de uma demanda vivenciada pela própria autora na cidade onde esteve por seis meses. Tal cidade era localizada na região da costa atlântica colombiana, conhecida por seu forte conservadorismo em relação a pautas sociais, entre elas, relações de gênero e homofobia. A autora, lésbica, foi orientada desde o início de sua vivência nessa região a não expor sua orientação sexual, pois isso poderia trazer consequências graves. Além da homofobia expressada por esta advertência, percebeu fortemente em sua vivência o machismo e a misoginia presentes em todos os ambientes nos quais teve acesso, inclusive o acadêmico.

Os assédios dirigidos às estudantes eram corriqueiros, dentro e fora da sala de aula, e considerados "normais". Além dos estudantes homens, alguns professores fomentavam e praticavam dissimuladamente (ou não) atitudes de assédio com as estudantes. Além disso, papéis tradicionais de gênero eram defendidos em sala de aula e difundidos como a única maneira possível de portar-

se socialmente. A autora percebeu a ausência de discussões ou problematizações em sala de aula, discussões que, mesmo que ainda tímidas, ocorriam em sua universidade de origem no Brasil (UFSM). A Universidade colombiana foi vista pela autora como um espelho do mundo externo na cidade onde vivia. A estudante foi muito questionada por sua postura considerada "subversiva", postura essa que não passava de atitudes rotineiras no Brasil. O simples fato de sair sozinha a alguns lugares, não estar casada/noiva e com filhos, além de expor algumas opiniões em público de maneira não receosa, já eram motivo de surpresa pelos colombianos.

A cidade onde a autora viveu durante sua experiência de intercâmbio era considerada a capital de um ritmo musical denominado "Vallenato", bastante folclórico e que muito diz sobre a cultura local. As letras das músicas, além de relatarem fatos cotidianos da vida das pessoas pertencentes a essa região, reforçam, de maneira contundente, papéis sólidos de gênero, revelando fortemente seu cunho machista. Entendemos que a cultura influencia a música, e essa última reforça a cultura, ditando como as coisas devem ser.

Como consequência de uma sociedade machista, com papéis de gênero extremamente fixos e não questionados, as temáticas LGBT eram percebidas como tabu. Isso reflete de maneira importante no modo como pessoas não heterossexuais são tratadas nesse ambiente, sofrendo pela invisibilidade, e ao mesmo tempo, sendo motivo de chacota e repulsa. Em seu convívio com estudantes LGBT da universidade, a autora percebeu os efeitos da LGBTfobia na vida pública e, principalmente, privada desses jovens. Como consequência, havia, por parte dos mesmos, grande dificuldade de autoaceitação e de expor publicamente sua sexualidade, mesmo a pessoas muito próximas.

Com o passar do tempo, a estudante tomou conhecimento de um pequeno grupo formado dentro da universidade com objetivo de discutir pautas LGBT e promover espaços que proporcionassem visibilidade e empoderamento de estudantes que não se enquadrassem na hegemonia heterossexual e na cultura de performances tradicionais de gênero. No entanto, a repercussão dessas iniciativas desenvolvidas pelo grupo ainda era muito pequena, principalmente pela vergonha que muitos estudantes possuíam de serem reconhecidos por integrar-se em atividades vinculadas à pauta LGBT.

Relatos do sofrimento gerado por situações de opressão, somados a vivências desagradáveis da própria estudante e a percepção da pouca mobilização em relação a pautas sociais em ambiente acadêmico mobilizaram a autora a desenvolver, a partir disso, um projeto de pesquisa e extensão que colaborasse de alguma maneira à vida dos estudantes desta universidade. Amparada pelo aparente incentivo fornecido pela Universidade à inserção da estudante em projetos, a mesma foi em busca de algum vinculado ao curso de Psicologia que apresentasse uma temática de seu interesse. A autora inteirou-se, então, de um projeto de pesquisa e extensão com enfoque em gênero e sexualidade, coordenado por uma professora que estudava o assunto. A estudante solicitou a integração ao projeto, que foi aceita com a condição de delimitar um público-alvo para seu estudo e uma forma de aplicação do projeto, essa última vinculada à extensão. A forma de aplicação escolhida foi a organização de um grupo de escuta, discussão e empoderamento dos estudantes que se encaixassem no público alvo posteriormente delimitado pela autora e se disponibilizassem a participar do mesmo.

A escolha do público alvo a ser trabalhado no projeto e, consequentemente do tema de pesquisa, foi um processo demorado. Primeiramente, a autora desejou englobar tanto o público 'mulheres' como o 'LGBT's', devido a grande demanda percebida ao longo do tempo. No entanto, as dificuldades foram muitas: em primeiro lugar, a estrutura disponível para organizar um projeto com um público alvo tão grande era insuficiente, pois exigiria um grande investimento de pesquisa e aplicação tanto da autora como da Universidade. Na mesma direção, o tempo era escasso diante da complexidade do estudo.

Ainda, a simpatia pessoal da autora pela vertente feminista interseccional (que se baseia em recortes feitos dentro da questão do 'ser mulher', como raça, classe, orientação sexual, etc.) a fez refletir sobre a grande quantidade de invisibilidades que poderia gerar no grupo devido à falta de conhecimento/pertencimento a determinados recortes, e o quanto isso seria prejudicial. Em relação à teoria do feminismo interseccional, Souza (2016) afirma:

> O feminismo interseccional (ou intersec) é uma das vertentes do movimento feminista. Ele diz respeito as intersecções ou recortes de opressões e vivências que devem ser feitos quando se for analisar as estruturas sociais

> de dominação-exploração, assim como os sujeitos que são atingidos (des)favorecidamente por elas. As feministas intersecs defendem, por exemplo, o recorte de gênero, de condição de gênero, de etnia, de classe, de orientação sexual, pois se reconhece que as mulheres não sofrem todas juntas as mesmas opressões e que nem sempre a mulher está em situação de desvantagem nas relações de poder na sociedade, pois estas não se configuram somente no sistema patriarcal tendo em vista que existem outros sistemas de opressão.

Esta teoria foi de grande serventia para a delimitação do público-alvo que integraria o projeto: como a autora seria a coordenadora do grupo, necessitaria estar plenamente imersa na temática abordada, ou seja, além de conhecimento, seria necessária experiência prática e lugar de fala. A estudante então, como mulher e lésbica, decidiu focar-se na resultante das opressões de gênero e orientação sexual, vivenciadas pela mesma em seu cotidiano: a lesbofobia. Esta última consiste em uma especificidade no cerne de outra: a lésbica sofre uma violência particular advinda de um duplo menosprezo, pelo fato de ser mulher e pelo de ser homossexual (Borillo, 2009). Em outras palavras, a lesbofobia sobrepõe opressões como machismo, misoginia e homofobia, ocasionando novas opressões provenientes da união destas.

Além do preconceito palpável em relação às lésbicas, devido a sua condição enquanto mulheres e homossexuais, existe uma forma de violência extremamente silenciosa que consiste na invisibilização desse grupo. Mesmo dentro do movimento LGBT, muito se fala sobre homens gays, e as pautas femininas são inúmeras vezes esquecidas, percebendo-se aí reflexos de uma sociedade machista e misógina mesmo em espaços que deveriam ser de acolhimento e de luta para essas mulheres.

> O que caracteriza as lésbicas nas relações sociais baseadas em gênero é o fato de elas serem, devido a sua feminilidade, invisíveis e silenciosas. Materializada em mecanismos de interdição e controle das relações amorosas e sexuais, percebem-se os efeitos da matriz organizativa da heterossexualidade compulsória. (BUTLER, 1990)

Essa invisibilização tem fortes origens relacionadas às performances sociais tradicionais associadas às mulheres ao longo da

história. A construção de uma imagem feminina totalmente afastada de uma sexualidade independente e empoderada, existindo somente para agradar ao homem e destituída de prazer entra em choque com o fato de mulheres se satisfazerem em um relacionamento sem homens. O prazer sexual historicamente pertence ao homem, o papel da mulher se resume em proporcioná-lo.

A indústria pornográfica é um dos reflexos mais visíveis da construção de um modelo sexual falocêntrico: mesmo quando há a presença de duas mulheres, a figura masculina é requisitada, e o prazer somente se dá após a chegada de um homem. As mulheres mostradas são altamente fetichizadas e pertencem a um inegável padrão de beleza tradicional. Os filmes pornográficos, então, são um espelho do mundo externo: lésbicas são vistas como um fetiche masculino, pois representariam uma fonte de prazer dupla para os homens. No entanto, se não seguirem a risca um determinado padrão de beleza, são vistas como um afronte, pois estão questionando normas sociais extremamente rígidas de papéis de gênero. Souza (2016) afirma:

> Se por um lado as lésbicas foram visivelmente menos perseguidas que os gays, por outro, isso não pode ser interpretado como indicativo de uma maior tolerância a seu respeito. Pelo contrário, essa indiferença é sinal de uma depreciação ainda mais forte, reflexo de uma misoginia que, ao fazer da sexualidade feminina um objeto do desejo masculino, torna impensáveis as relações erótico-afetivas entre mulheres. O desdém dos homens pela sexualidade feminina – inclusive a sexualidade lésbica, pensada como inofensiva – se transforma em violência quando as mulheres contestam o status atribuído a seu sexo, ou seja, quando se recusam a ser esposas e mães. Séculos de antifeminismo revelam o repúdio da sociedade misógina pelas lutas libertadoras das mulheres. Se não desejam ser mães, elas se transformam em um perigo para si mesmas e para a sociedade, pois, ao se aproximarem de uma característica viril, colocam em risco não apenas sua identidade, mas sobretudo o equilíbrio demográfico.

As consequências dessa invisibilização são bastante perigosas, pois afetam o reconhecimento e aceitação da mulher enquanto lésbica, prejudicando a formação de sua identidade e empoderamento enquanto tal. Se socialmente pouco se fala sobre mulheres

homossexuais, o poder público segue a mesma lógica. Um dos reflexos práticos mais prejudiciais da invisibilização é o descaso com as mesmas na saúde. Parte disso se deve à cultura machista de associar "saúde da mulher" à maternidade, concentrando as atenções, desde modo, às mulheres heterossexuais situadas em uma faixa etária considerada fértil. Relacionada à maternidade, outra problematização surge no sentido de que se presume que mulheres lésbicas não pretendem ter filhos, reservando-se a condição de constituir família a pessoas com relacionamentos heterossexuais, associando pessoas homossexuais necessariamente a uma vida "não tradicional".

Além disso, a realização de exames como o Papanicolau, importantíssimo para detectar, por exemplo, o HPV, é negligenciado em mulheres lésbicas. Enquanto 89,7% das mulheres heterossexuais realizam ou já realizaram tal exame, apenas 66,7% das mulheres lésbicas o fizeram. Isso porque é frequente uma relativização de sua importância pelos profissionais da saúde, fato derivado de não considerar sua relação sexual como algo legítimo e, portanto, com chances de que uma DST seja contraída. A partir daí, é importante pensar na ausência de políticas públicas direcionadas às lésbicas, por exemplo, políticas de prevenção à DST's. Ainda consideradas "grupo de risco", mulheres lésbicas são muitas vezes maltratadas e humilhadas nos serviços de saúde, além de não possuírem maneiras dignas de terem relações sexuais seguras, justamente pela invisibilização da mulher enquanto ser sexual.

> A lesbofobia mantém a discriminação em sua forma dissimulada, menos explícita, mas não menos presente e causando prejuízos. Formas de regulação dos afetos e das percepções sobre as vidas dignas ou indignas. O marco normativo heterossexista torna precária a vida dessas mulheres: controle invisível da liberdade de expressão, da liberdade de ser, de viver sem medos, sem angústias, sem a necessidade de esconder-se.

Tendo em vista esse cenário, percebe-se que boa parte dos argumentos sobre a necessidade de combate à lesbofobia são relacionados à invisibilidade desse grupo na sociedade, reforçada nas mídias, nos meios de comunicação, no poder público e nos discursos das pessoas. O projeto elaborado pela autora visaria principalmente à diminuição dessa invisibilidade dentro da universidade em questão,

fomentando discussões para salientar questões importantes na vida de estudantes lésbicas. Essas discussões seriam realizadas em um grupo, constituído por aproximadamente 12 participantes, com encontros semanais. O principal propósito desse grupo era proporcionar acolhimento às participantes, possibilitando um espaço de troca de experiências e afetos. O grande objetivo da autora é que as reflexões, trocas e união gerassem empoderamento nas estudantes participantes do grupo, de modo a sentirem-se mais fortes para enfrentar a difícil tarefa de colocar-se como lésbica no mundo. Além disso, o projeto consistiria em uma integração com a universidade de origem da autora (UFSM), fazendo um estudo comparativo entre estas e desenvolvendo na UFSM, no próximo semestre (1° semestre de 2018), um grupo com a mesma estrutura e objetivos daquele realizado na Colômbia.

Definidos o público-alvo e a estrutura dos encontros, o projeto começou a ser elaborado, sob a orientação da professora coordenadora do grupo de pesquisa e extensão relativo a gênero e sexualidade da universidade colombiana. Foi acordado também com a professora coordenadora do projeto de pesquisa e extensão (coautora deste trabalho) no qual a estudante pertence desde o início da graduação, na UFSM, que essa mesma orientaria e supervisionaria a segunda parte do projeto, a ser realizada no Brasil.

A definição do projeto a ser desenvolvido foi passada à secretaria de Relações Internacionais da universidade colombiana, também ao setor responsável pela Pesquisa e Extensão e à Coordenação do curso de Psicologia. Neste momento, a temática do projeto a ser desenvolvido pela estudante ainda não havia sido divulgado. A ideia foi aprovada e apreciada, já que a estudante, autora do projeto, havia sido a primeira a integrar um grupo de pesquisa e extensão. Foi falado na possibilidade de bolsas de estudo e de continuação dos estudos acadêmicos na universidade durante aquele semestre (já que o programa de Mobilidade Acadêmica garantia somente um semestre de estudo na Universidade).

Com o passar do tempo, e encerrado o projeto que guiaria as atividades a serem desenvolvidas no próximo semestre, o mesmo foi encaminhado às secretarias que estavam coordenando os ajustes para que tal projeto fosse homologado. Desta vez, os responsáveis por essas secretarias tomaram conhecimento da temática trabalhada, e a reação foi de desapontamento. A autora do projeto foi questionada

em relação a sua escolha de tema, com frases como: "Por que você se interessa em trabalhar com essa temática?" ou "Há algo pessoal seu nessa escolha?". Esse questionamento foi feito claramente com intenções de pessoalizar o projeto em questão e descobrir informações íntimas sobre a autora. Além disso, o grupo no qual a estudante havia se inserido já era conhecido por apresentar uma temática considerada "subversiva", e a própria escolha do grupo não foi percebida como algo positivo pelos setores da universidade responsáveis pelos ajustes do projeto.

A estudante então expôs sua orientação sexual, além da percepção de que ao longo de sua vivência de intercâmbio havia identificado inúmeras demandas em relação ao tema e que gostaria de colaborar de alguma maneira para atendê-las. Surgiram, então, tentativas de modificar a temática do projeto, alegando condições que não foram expostas anteriormente, como a necessidade de que todo projeto da Universidade necessitasse incluir em seus assuntos abordados a questão do processo de paz colombiano[1]. A estudante, não conformada com as sugestões, insistiu em manter a temática do projeto, levando em conta também o fato de que este já estava concluído e havia demandado muito trabalho e tempo. Os responsáveis pelas secretarias que antes haviam incentivado a estudante a desenvolver algum projeto, após a apresentação do mesmo, alegaram a necessidade de avaliar melhor a situação e reunir-se com "superiores".

1. O governo colombiano, sob gestão de Juan Manuel Santos (2011-2017), engajou-se em negociações de paz com grupos armados no país buscando pôr fim ao conflito civil que perdura há mais de 50 anos. As negociações iniciaram-se em 2012 com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), maior grupo de guerrilheiros do país, sendo seguida no começo deste ano pelo início do diálogo de paz com o Exército de Libertação Nacional (ELN), segundo maior grupo armado. Após diversas iniciativas frustradas de conciliação (em 1982, 1985, 1991, 1992 e entre 1999 e 2002), em setembro de 2016 o governo colombiano finalmente firmou um acordo de paz com as FARC, contando com mediação de Cuba, Venezuela e Noruega. Em busca da legitimação das negociações, este acordo foi sujeito a plebiscito no dia 02 de outubro, sendo rejeitado por 50,2% dos eleitores (GOVERNO DA COLÔMBIA, 2017). O governo voltou à mesa de negociações com as FARC, buscando a revisão do acordo e a incorporação de demandas feitas por diferentes setores da sociedade. O acordo revisado foi submetido à aprovação do Congresso, sendo aprovado em novembro de 2016. Sua implementação teve início em 1º de dezembro, porém vem esbarrando em uma série de dificuldades. (GONÇALVES, 2017)

A autora, então, se manteve no aguardo de uma resposta das autoridades responsáveis em relação à possibilidade de sua estadia e desenvolvimento do projeto escrito. Foram ao todo dois meses de espera por tal resposta. Vários e-mails foram enviados pela estudante para as secretarias responsáveis pela avaliação e decisão dos assuntos relacionados ao projeto, no entanto, a maior parte deles não foi respondida. Quando havia algum retorno desses e-mails, os mesmos continham informações vagas, alegando a necessidade de uma nova reunião com pessoas que nem haviam sido mencionadas anteriormente.

O prazo estava acabando, e a estudante precisaria ser informada sobre sua possibilidade ou não de permanência na Universidade colombiana para trâmites pessoais como a compra ou não de suas passagens de regresso ao Brasil e a matrícula na Universidade de origem. Por esse motivo, a estudante começou uma forte pressão para que essa decisão fosse tomada, pois prorrogar a mesma poderia trazer sérias consequências para ela. Em resposta, foi informada que não teria direito a uma bolsa para permanecer no país e, além disso, não poderia frequentar as aulas na Universidade.

A aluna, ainda interessada na aplicação do projeto, seguiu questionando as secretarias sobre a viabilidade de desenvolvê-lo, mesmo sem a bolsa de estudos e a possibilidade de frequentar as aulas do curso. Algumas semanas depois lhe foi informado que não seria possível pôr em prática seu projeto, e os argumentos em relação à decisão da Universidade não foram claros e, além disso, conflitantes. O coordenador de uma das secretarias informou à estudante que a Universidade não possuía verba para desenvolver projetos de extensão. A outra secretaria argumentou que havia uma norma no estatuto da Universidade que impedia que estudantes estrangeiros (em processo de intercâmbio) participassem de projetos de pesquisa e extensão. As duas explicações foram incompatíveis em relação ao que havia sido dito há dois meses (antes do conhecimento da temática), quando a Universidade havia se mostrado receptiva em relação ao projeto, não colocando objeções ao desenvolvimento e aplicação do mesmo. Além disso, o segundo argumento utilizado se mostra completamente incoerente com o que lhe foi dito durante todo semestre: que a Universidade prezava muito pela inserção de um

estudante intercambista em alguma atividade vinculada à pesquisa e/ou extensão.

Ao analisar a situação como um todo, comparando o que foi dito pelos órgãos da Universidade responsáveis pela pesquisa e extensão e pela internacionalização ao longo do semestre e após a apresentação do projeto aos mesmos, é possível identificar a presença de diversas incoerências e contradições. O apoio e incentivo oferecidos à estudante antes da apresentação da temática do projeto contrastam com o desapreço em relação à aplicação do mesmo e com a posterior decisão contundente de não aplicá-lo. Além disso, não havia coesão entre os argumentos dos diferentes setores da Universidade, o que nos leva à hipótese de que estes mesmos não estariam justificando realmente o desfecho dado ao projeto. Outro fator a ser analisado é a tentativa de mudança da temática do projeto, feita depois da finalização do mesmo e baseada em informações que não haviam sido divulgadas anteriormente. Observando-se esta situação com olhar pouco crítico, é possível que se chegue à conclusão de que houve um empecilho burocrático, algo que não é raro e, infelizmente, impede que grandes projetos sejam desenvolvidos. No entanto, as mudanças em relação ao incentivo para o desenvolvimento do projeto, o momento em que essas mudanças ocorreram (depois da divulgação da temática do mesmo), a tentativa de alterar o tema do mesmo e a investida em perguntas pessoais feitas à estudante nos levam à hipótese de que este pode tratar-se de um caso de lesbofobia.

Tomando como base essa hipótese, há uma grande ironia em perceber que o próprio desfecho para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa e extensão com a temática de lesbofobia e empoderamento de estudantes lésbicas seja lesbofóbico. A partir dessa situação, é possível constatar a forte presença de uma opressão simbólica e silenciosa contra mulheres homossexuais, que extrapola a violência perceptível nas mais diversas esferas da vida (social, familiar, laboral, etc.), atingindo, também, instituições públicas, que na teoria deveriam ser desprovidas de preconceitos e estigmatizações. A desaprovação do projeto elaborado pela autora violou não somente

os direitos[2] e as liberdades de expressão dentro da Universidade, impedindo que estudantes tivessem acesso a temáticas consideradas tabus, mas também os direitos da própria aluna autora do projeto, uma vez que foi questionada abertamente sobre sua orientação sexual em um ambiente acadêmico que não possuía relação com questões pessoais.

Conclusão

Esse relato de experiência buscou explicitar as grandes proporções que uma opressão pode desencadear. Ao falar-se em opressões, é comum que primeiramente seja feita a relação com eventos da esfera privada, como pensamentos e atitudes dirigidos a determinados grupos de pessoas, difundidos socialmente ao longo dos anos. No entanto, instituições públicas também se utilizam dessas opressões e estigmas sociais para tomar decisões, incriminar e categorizar seres humanos. Utilizando-se da burocracia, é possível mascarar preconceitos, de modo a perpetuar e intensificar opressões, sem que se faça necessário colocar-se como o agente que pratica a discriminação.

A partir desse relato de experiência, é possível perceber com nitidez como alguns órgãos públicos conseguem utilizar-se de questões aparentemente burocráticas para invisibilizar determinados assuntos e consolidar preconceitos, havendo assim, a manutenção de desigualdades. Além disso, tomando-se como base o contexto acadêmico, do qual trata este trabalho, é possível visualizar o imenso potencial deste meio para a construção de mudanças sociais e, ao mesmo tempo, o malogro do mesmo, devido à utilização de preconceitos pessoais dos administradores como base na tomada de algumas decisões. Conclui-se, desta forma, que há uma grande fluidez entre valores sociais e poder público, uma vez que os operadores deste último têm, muitas vezes, o poder de utilizar argumentos

2. Na Colômbia, de acordo com a Lei 1482 de 2011, está previsto que se deve "sancionar penalmente atos de discriminação por razões de raça, etnia, religião, nacionalidade, ideologia política ou filosófica, sexo ou orientação sexual, deficiência e demais razões de discriminação". Deste modo, a hipótese de lesbofobia na desaprovação do projeto revela, além de uma falha ética e moral, um caráter ilegal.

burocráticos como justificativa para atos baseados em preconceito. As universidades, enquanto agentes fundamentais no desenvolvimento de novos profissionais (e cidadãos) têm o poder de direcionar o caráter desta formação: se esta mesma será progressista ou se utilizará seu saber para reforçar opressões. Uma educação baseada no respeito à diversidade é uma das principais ferramentas para que mudanças sociais possam ocorrer, pois somente através do acesso ao diferente será possível ressignificá-lo e incluí-lo na dinâmica social, respeitando-o em sua diferença e aprendendo com ele.

Referências bibliográficas

ANTONIAZZI, L. (2014). *Mobilidade estudantil no Ensino Superior:* uma experiência de intercâmbio na Unicamp. Campinas, São Paulo, Brasil.

Constitución política de Colombia [Const.] (1991) 2da Ed. Legis

GONÇALVES, Fernanda. (18 de junho de 2017). *Colômbia e o processo de paz: breve análise dos avanços e desafios*. Acesso em 08 de julho de 2018, disponível em Revista Mundorama: http://www.mundorama.net/?p=23689

LEITE, L. (08 de agosto de 2014). *SOS Lesbofobia*. Acesso em 07 de junho de 2018, disponível em Geledés: http://www.geledes.org.br/sos-lesbofobia/

PAIVA, Mirian Santos. Teoria feminista: o desafio de tornar-se um paradigma. Rev. bras. enferm., Brasília , v. 50, n. 4, p. 517-524, Dec. 1997 .

SOUZA, L. (29 de novembro de 2016). *Afinal, o que é feminismo interseccional?*. Acesso em 30 de maio de 2018, disponível em Diários de uma feminista: http://diariosdeumafeminista.blogspot.com/2016/11/afinal-o-que-e-feminismo-interseccional.html.



Íris de Fátima é Educadora Popular e coordenadora do Grupo AMHOR e do MNU/LGBT de Pernambuco. Atualmente trabalha como técnica da Coordenadoria LGBT de Pernambuco em assuntos para Lésbicas e Mulheres Bissexuais

Íris de Fátima



Resumo

Em seu texto **Uma memória de um Sapatão: sua existência e resistência lésbica nas encruzilhadas periféricas de fronteiras subalternas,** a autora busca apresentar e problematizar a invisibilidade de lésbicas negras e periféricas em relação às outras identidades políticas consideradas subalternas. Através da narrativa da sua história de vida e militância, Íris traz a análise sobre uma questão cara para lésbicas e mulheres bissexuais, que durante todo percurso de luta por existência, reconhecimento e visibilidade, vêm sendo tratadas como um "apêndice" do homem gay através da imagem de sapatão como mulher masculinizada.



Uma MEMÓRIA de um Sapatão: sua Existência e Resistência Lésbica nas Encruzilhadas Periféricas de Fronteiras Subalternas

A construção discursiva narrativa literária sobre a existência lésbica da personagem Iris de Fátima uma paraibana que nasceu no universo lésbico permeada de invisibilidades.

Dentro dos campos de gêneros e sexualidades, por exemplo, uma das grandes dificuldades para as pessoas estudiosas analisar certos personagens como Iris de Fátima, ou seja, uma lesbiana é complexo para o entendimento da produção clássica acadêmica, que ainda é muito irrestrita, sobre a temática das MULHERES NEGRAS LÉSBICAS DE PERIFERIAS

Um dos fatores determinantes para a existência remota de memórias que possam serem sistematizadas nessa vertente é o fato de que durante um longo período a lesbianidade foi tratada como um apêndice da homossexualidade gay, o seu quase sinônimo. Significa dizer que os estudos dialogavam sobre as homoafetividades de forma quase hegemônica, gerindo, de acordo com Rich (2010), um apagamento lésbico da existência das mulheres lésbicas negras como a Íris de Fátima oriundas de periferia a ser analisada através de escritos para academia um lugar ainda de exclusão para essa especificidade no que se refere lesbi-afetividade.

Esse apagamento social lésbico para a personagem Iris de Fátima contribuiu para que possamos conferir não apenas invisibilidade dela como lésbica negra de periferia, mas também a lesbianidade, sobretudo, por promover pouca produção acadêmica sobre o tema de enfrentamento de lugares ainda não estudados por causa de vários preconceitos do não reconhecimentos desses lugares de fronteiras. Sendo assim, favorece ainda algumas publicações de relatos sistematizados desses não lugares até não visto antes que tratavam da

experiência formal centrada nos parâmetros do modelo de diálogos enviesado, ou seja, na medida em que muitos falavam a partir de um olhar masculino da esteriotipização da figura do sapatão macho que se fez presente na maioria das memórias coletivas feminista sobre as homossexualidades homem gay e que não capturam as especificidades da existência da mulher negra lésbica. Como esse ser tão latente da personagem periférica, a Iris de Fátima

O crescimento de diálogos, memórias e relatos como essa personagem que estamos enfatizando vindo do interior da Paraíba no que se refere sobre a temática numa narrativa da lesbianidade, que fala a partir do universo específico lésbico de fronteiras e de enfrentamentos sociais, que foi influenciado pelo surgimento desta personagem Iris de Fátima, mulher negra, lésbicas de periferia, através do seu processo afirmativo da identidade de mulher lésbica iniciado na década de 1990 e intensificado na década de 2000. Podemos afirmar, portanto, que historicamente essa personagem teve seu incremento nos espaços de poder como nos órgãos governamentais que escutou os ecos de seus enfrentamentos, e posteriormente, o lugar de fala acadêmica tomou a ciência que essa personagem periférica negra lesbiana possui nexo com a autonomização do movimento lésbico em relação ao movimento homossexual. Ou seja, da identidade de fronteira lésbica em relação às outras identidades políticas subalternas.

Não queremos com esses relatos normatizar as identidades ou afirmar nenhuma supremacia da memória endógena lésbica nem deixar de considerar a pluralidade de várias fronteiras de coletivos de gêneros identitários. Importa-nos, porém, adequar a necessidade de dar ênfase à personagem mulher lésbica a partir de um olhar não impregnado de sanções e culturas do macho – homem gay, colonizador, que atravessou através de suas imposições ideológicas das publicações academicistas sobre as homoafetividades de uma forma genérica, reproduzindo especificidades do universo do homem gay sem dar a devida visibilidade às peculiaridades do universo lésbico.

Essa crítica não é inédita, pelo contrário, ela foi pensada num modelo de intervenção central no que se refere a autonomização dos movimentos sociais lésbicos em relação aos movimentos sociais gays, expressos inclusive em visibilidades atenuantes, como a reprodução de vários diálogos que sempre foi levantada na voz dessa personagem Íris de Fátima: “Não somos meninas gays, somos lésbicas”. Então, é

de súmula importância que os relatos acadêmicos venha com uma releitura sobre lesbianidade sendo pensadas não a partir de um discurso que constrói e significa o universo masculino do macho gay, mas que seja fruto de uma postura crítica desta personagem vinda da Paraíba de periferias questionadoras sobre a heterocentricidade, e da identificação entre mulheres (RICH, 2010) e não destas com o universo heterossexual normalizador, hierárquico e classificatório.

A vulnerabilidade do apagamento, nesse caso, é o de, como acontece com a escrita literária e acadêmica feminista sobre as mulheres lésbicas em especial as negras, se ter por referência central o homem gay branco, reproduzindo a normalidade das relações heterossexuais e reforçando assim a heterossexualidade como uma instituição política cultural de afirmação que não potencializa as mulheres negras lésbicas, posto que, na perspectiva da heterocentricidade das lésbicas, possuem o espaço da subalternidade (RICH, 2010). A memória coletiva Sapatão é a revolução! Existências e resistências de enfrentamentos lésbicos nas encruzilhadas de periferias subalternas sendo idealizado, portanto, a partir desse vácuo histórico e das necessidades desse personagem Iris de Fátima tomar seu lugar de direito na visibilidade das memórias e sobre as existências de mulher negra lésbica, no que tange as suas vivências subalternizadas, mas também suas resistências e enfrentamento sociais por um espaço de poder social a partir de perspectivas interseccionais, nas quais se entrecruzam diferenças étnico-raciais, de identidades de gênero, classe social, geracionais, sexualidades, estéticas e que, embora funcionem como fatores de subordinação, conforme afirma Crenshaw (2014), também podem se constituir em potencialização, através da liga social lésbica, rasurar as normatividades. Esta narrativa literária reunidos traz uma inovação numa perspectiva interseccional, o que possibilita analisar acontecimentos e processos em sua complexidade e de forma circunstanciada.

Possuem ainda uma diversidade temática que se ancora, majoritariamente, em abordagens pós-coloniais, nas análises subalternas. Inaugurando uma memória coletiva da personagem ora citada da lésbica negra vinda do interior da Paraíba que relata seu deslocamento espacial da resistência a partir do ativismo político do movimento lésbico, resgatando sua história desde o período da chegada deste lugar de pertença e de afirmação política social na promoção

dos direitos humanos, passando pela redemocratização humana de seus valores, desencadeado pelo golpe do machismo eurocêntrico, ou seja, um processo que tem por particularidades o recrudescimento do conservadorismo, a criminalização dos movimentos sociais e o desmonte das políticas públicas no que dá eco às mulheres negras lésbicas que vêm afetando diferentes segmentos subalternizados, incluindo as diversidades sexuais e de gênero feminino.

Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica uma falsa democracia nos direitos da promoção das relações étnico-racial e da livre orientação sexual das mulheres negras lésbicas através de uma abordagem feminista, recuperando historicamente a ação política do movimento lésbico com um novo modelo de se pensar o espaço igual para as lésbicas e discutindo novas formas de não invisibilidade desse processo de resistência a partir do padrão eurocêntrico do, racismo e sexismo.

"Lesbofálica" na análise dos jogos de poder que se estabelecem entre o movimento LGBT e o governo. Em epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária, a personagem pensa aqui sobre quem é de verdade e pode ser considerado humano e reflete sobre como uma epistemologia negra sapatão pode ser um dos pontos produtivos para pensar uma teoria de liberação descolonial.

A narrativa desta personagem. Lésbicas, negra, ativista são visibilizadas no artigo na perspectiva de uma inovação sociabilizadora "Lésbicas Negras", identidades interseccionais. Ser mulher, negra, lésbica, em uma sociedade machista, racista e lesbofóbica, é problematizado de modo interseccional e o texto desta narrativa literária aponta uma das estratégias de resistências que foi utilizada por essa personagem Iris de Fátima mulher lésbica negra de periferia.

Este relato teve o intuito de pensar sobre as lesbianidades e apresentar algumas discussões que foram produzidas por meio da reconstrução de narrativas na vertente da desconstrução Barthesiana "CÂMARA CLARA" (2000). As memórias coletivas da personagem Iris de Fátima aborda um roteiro lésbico ainda embrionário no nosso dia a dia pernambucano, em especial, na cidade do Recife demonstrando uma visão não homogeneizada das lésbicas que desconsidera as suas diversas identidades. Essa é a temática tratada neste relato que podemos intitular de artigo em busca de uma narrativa lésbica do Nordeste fazendo uma correlação Paraíba/Pernambuco

o espaço vivido da personagem com as duas categorias do espírito humano tempo/espaço de como se apresenta e se representa a mulher negra lésbica de periferia nos diálogos do poder que está em todo lugar funciona como uma teia de dispositivos legais, ninguém escapa MICHEL FOUCAULT (1986).

A invisibilidade da mulher lésbica negra não heterossexual na sociedade pernambucana mostra o apagamento cultural como o OUTSIDER e/ou o fora de lugar de não protagonismo de personagens de suas narrativas vividas com a de Íris de Fátima que não correspondam ao perfil masculino, branco e heterossexual nos grandes centros urbanos cosmopolitas. Assim, a presença desses personagens de mulheres lésbicas negras são escassas e invisibilizadas, o que reforça a marginalização e opressões. Que finalizamos a memória narrativa do "Sapatão" "MULHER NEGRA LÉSBICA MAS DEMARCADA" que podemos afirmar é a revolução da orientação sexual no meio que habita, como se apresenta e se representa nas isotopias urbanas, na promoção dos direitos humanos: censura, erotismo. Esse artigo aguarda provocações e sugestões para que possamos dialogar muito mais levando a um grande número de leitores questões sobre a subjetividade de uma parcela da população estigmatizada durante um tempo em que existirá uma censura rígida na narrativa literária.

Boa leitura.!

Referência Bibliográficas

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, E. M.; PINHEIRO, M. S.; LIMA, T. C. B. *Orientação sexual e inclusão*: um estudo de caso em organização varejista de fortaleza. In: Anais... I CBEO, Fortaleza, Ceará, 2013

BORRILLO, D. *A homofobia: in Homofobia e Educação:* um desafio ao silêncio. Tatiana Lionço; Debora Diniz (Orgs). Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I:* a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. *História da sexualidade II:* o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *História da sexualidade III*: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. *Ditos e escritos V – Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *Vigiar e punir*: a história da violência nas prisões.

Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Daniela Furtado é paulistana e hoje vive em Córdoba, Argentina. Tem 31 anos, dos quais 9 dedicados a viver, estudar e militar a bissexualidade. Fundou o Bi-sides quando ainda morava em São Paulo. Atualmente faz parte do grupo Bisexuales Transfeministas Córdoba.





Daniela Furtado

Resumo

De uma perspectiva pessoal a autora narra sua trajetória para se colocar no mundo enquanto bissexual nos anos 2000, considerando que sua sexualidade bissexual era considerada como "um apêndice discursivo, "uma sexualidade café com leite" nos meios lésbicos. Percorrendo os caminhos da tentativa de identificação com os discursos de rechaço aos desejos heterossexuais, reconhece que nenhum destes discurso dava conta do seu desejo. Discorre de forma dolorida sobre ser enquadrada como doentia, anormal, bizarra e de não encontrar pessoas ou grupos com os quais compartilhar sua perspectiva bissexual. Narra sua primeira manifestação na Marcha Lésbica de SP na condição de bissexual e o surgimento do grupo Bi-Sides, considerando a importância de se encontrar e reconhecer em algum lugar onde não se está só, mas, se faz parte de um todo, onde se existe.



Bi-sides antes e por quê

Minha militância bissexual começou a partir do vazio e da impossibilidade. Não existia no meu mundo próximo nada que pudesse chamar de meu lugar, só longe, em textos de blogs e portais em inglês, escrito por e para gente de outra realidade, com quem eu não poderia me comunicar mais que por um e-mail tímido.

Não foi por falta de tentativa ou esperança. Em algum momento entre 2008 e 2009 já não pude me manter ou forçar uma volta ao meu armário interno. Todas as idas e vindas no processo de aceitar minha bissexualidade tinham chegado ao fim e eu estava, finalmente, sozinha. Ao encontrar um nome definitivo para o que eu sentia - anos antes tinha sido o *bi-curious* do *Orkut* - eu já tinha meio caminho andado para encontrar meu grupo, as pessoas que iam me entender, me acolher e me ensinar como encarar o mundo do jeito bi de encarar.

Não só era tímida e não saía na noite como já tinha uma vida construída sobre a identidade hétero; a família e os amigos eram hétero e suas amizades gays e lésbicas eram só um exemplo de sua tolerância. Nesse contexto e nessa época o caminho natural a seguir era a internet. Encontrei vários sites e blogs lésbicos e em todos a palavra com B era mencionada sempre no meio ou no fim de alguma lista: "...e bissexuais", "...ou bissexual", bissexualidade raramente aparecia, nunca se falava dela, éramos um apêndice discursivo, uma sexualidade café-com-leite.

Não dei bola e continuei tentando, encontrei o *Leskut*, o *Orkut* das lésbicas e -supostamente- bissexuais. Foi aí que conheci o e-jovem, um grupo para adolescentes LGBT que me recebeu razoavelmente bem e que não tinha nada a oferecer especificamente a uma pessoa bi, os vi umas duas vezes e ficou nisso, não dava pra muito mais, os comentários sobre como era fácil ser eu jamais me ajudaram. O leskut também não rendia muito. Nada rendia muito.

Eu tentava me ver nos relatos lésbicos de total rechaço ao "desejo heterossexual", tentava me inspirar nas histórias de superação em que a saída do armário separava totalmente os afetos (hétero) do passado dos afetos (homo) do futuro. Abri-me a me sentir identificada com essas e outras histórias aparentemente super fortes reais e lindas para muitas pessoas. Não deu. Nada dava conta do que eu continuava sentindo pelos corpos e expressões masculinas, nada dava conta da minha dificuldade em entender o que sentia pelos corpos e expressões femininas e principalmente nada dava conta da dor de forçar a convivência dessas coisas que durante mais de 20 anos tinha sido condicionada a acreditar que eram mutuamente exclusivas.

Nas várias vezes que esse desejo aflorava, não poder conciliar terminava sendo resolvido por alguma explicação de que algo andava mal. Durante a infância e pré-adolescência era algum tipo de doença mental. Uma perversão particular minha por ser altamente depravada, que se juntava ao fato bizarro e pecaminoso de me masturbar (quando descobri o que era pensava que era coisa só de menino). Era, portanto portadora de uma precoce subversão de gostar-daquilo-que-eu-não-gostava-realmente porque meu desejo transbordava de forma doentia do normal que é decidir por um objeto só. Depois era crise de identidade de adolescente, uma resolução incompleta da perversão infantil ou simplesmente confusão e já ia passar. Comecei a namorar e aprendi como funciona a economia afetiva hétero monogâmica, como seduzir homens, como ser passiva e acessível. Me apaguei. Tentei.

Quando finalmente aceitei que era bi, só tinha minha convicção de que realmente sentia isso e o apoio de um namorado cuja boa intenção não passava disso: uma boa intenção. E foi aí que procurei e não achei. E quando vi que não estava chegando longe usei o enorme privilégio de viver na classe média, ter tido educação particular entre outras coisas que me permitiram aprender inglês suficiente para me aventurar quase sem limites na internet. Não ia encontrar comunidade, amigos pra sair, mas apostei que poderia encontrar informação. Foi aí que descobri nossa bandeira, descobri a bifobia, o monossexismo, a epistemologia bissexual, o 23 de setembro, o Bisexual Journal, Brenda Howard, Shiri Eisner, Kinsey, Klein, Ochs, Yoshino e um longo etc.

No dia em que me sentei na frente do computador tentando encontrar pessoas como eu o objetivo nunca foi fazer o trabalho de

reuni-las nem muito menos de fazer militância, nem sabia o que era isso, mas os caminhos me levaram a não ter opção. Desde criança tenho a iniciativa de organizar, reunir, inventar pautas, deliberar, ensinar... Com a bissexualidade não ia ser diferente. Comecei com um blog em algum momento de 2009, queria escrever em português num espaço controlado para depois divulgar essas ideias em outros espaços. Caso alguém lesse e se interessasse em manter contato fiz um grupo de e-mail, assim poderíamos ter um espaço para ser sem ter que provar nem explicar nada. Entrei em outros grupos de e-mail LGBT para ver se surgia algo bi e foi aí que soube da existência da Caminhada Lésbica de São Paulo, até então ia com minha família hétero aliada às Paradas Gay para nos divertir e demonstrar apoio nosso apoio hétero. Escrevi à LBL e Márcia Balades me respondeu, muito simpática. Não, não havia bloco bi nem nada parecido, só a namorada dela bi, o que reforçava seu apoio, e me ofereceu a possibilidade de subir no caminhão e dizer algumas palavras. Um pouco antes dessa data já tinha conseguido uma bandeira comprada pela internet num site do Reino Unido, tive que esperar pelo menos um mês para chegar por correio, os lugares que contatei no Brasil que faziam a bandeira do arco íris não sabiam do que eu estava falando.

No dia não sabia o que dizer, tinha medo e era minha primeira vez em vários aspectos. Alguém me disse que eu tinha que dizer quais eram as demandas bis ao estado, mas eu ainda não sabia quais eram. Me chamaram, subi com bandeira, não lembro o que disse, não lembro se aplaudiram ou vaiaram, estava tonta de nervosismo. Quando cheguei embaixo com as pernas tremendo, encontrei uma Natasha Avital que chegava ofegante na porta do caminhão, queria tocar a bandeira, disse algo sobre ser a primeira vez que a via ao vivo. Não é oficial (não existe uma data oficial) mas foi nesse momento exato que o bi-sides surgiu como coletivo bissexual. Ela foi a primeira pessoa a acreditar no projeto e continua dedicada ao bi-sides até hoje.

Nesse mesmo dia conheci Regina Facchini e soube que em algum momento houve tentativas de formar redes e espaços bissexuais durante a década passada e que duraram só alguns anos, mas que as pessoas que formaram parte delas estavam por aí. Também nessa caminhada fui entrevistada pelo canal da Marta Suplicy e do vídeo no youtube fui encontrada por Alex Tso, militante bi que assim como Natasha tinha experiência na militância LGBT. Ele também continuou dedicado ao bi-sides e os dois eram quem me inspiravam a continuar.

O resto de 2010 foi participar de eventos políticos dos quais eu entendia pouco e nada, ir a uma votação para o conselho LGBT da cidade e ouvir comentário bifóbico e sexualmente violento de uma das pessoas que compunham a mesa, participar de debates só ouvindo porque não estava preparada para nenhum debate político. Na segunda metade do ano, para marcar o dia da visibilidade bissexual, organizamos o primeiro pic-nic pela visibilidade bissexual no Centro Cultural São Paulo, divulguei no blog outros pic-nics que estavam fazendo em outras partes do Brasil, alguns seguindo nossas ideias (como em Natal) outros que por coincidência ou não estavam paralelamente tentando levantar o tema, como o Arco Íris de Joinville.

Durante 2011 e 2012 se definiu melhor o que era o coletivo, quem eram as pessoas dedicadas a ele e quem era só parte do grupo de e-mail, que contava apenas com algumas dezenas de pessoas, de várias partes do país. No final de 2013 foi criado o grupo de Facebook que demorou a crescer nos primeiros anos e onde hoje se reúnem mais de quatro mil bissexuais.

No final de 2012 me mudei para Argentina onde vivo e continuei mais ou menos envolvida com as decisões e projetos do coletivo até abandonar oficialmente minha participação em 2015, principalmente pela óbvia dificuldade imposta pela distância. Desde então o bi-sides cresceu e aumentou a atuação política, o site que havia saído do ar voltou a funcionar e o coletivo conquistou objetivos muito maiores do que eu desejava ou imaginava ser possível.

Sinto que mesmo não sendo único nem primeiro coletivo bissexual no Brasil, teve protagonismo na onda de militância bissexual que começou em 2010 e que teve um público muito mais amplo que o meio especificamente LGBT militante do momento anterior (Coletivo Brasileiro de Bissexuais, Espaço B, Jornal Bis etc). Bissexuais que não sabiam sobre si, que não sentiam pertencimento real em seus mundos, sempre se camuflando entre héteros, gays e lésbicas, encontraram um nexo e uma fonte de informação, encontraram comunidade.



Ana Laura & Jéssica Akemi



Ana Laura Perenha dos Santos tem 22 anos, é lésbica e mora em Maringá-PR. É estudante do 4º ano de Letras-Português da UEM-Universidade Estadual de Maringá. Em seus trabalhos realizou estudos na vertente da Análise do Discurso Francesa aplicados a materialidades literárias, focalizando principalmente os discursos femininos. Atualmente é membra do GPLEIAD - Grupo de Pesquisa em Leitura, Análise do Discurso e Imagens.



Jéssica Akemi Kawano Ribeiro tem 23 anos, é lésbica e mora em Maringá-PR. É mestranda no programa de Ensino: Formação Docente Interdisciplinar na UNESPAR — Universidade Estadual de Paraná, campus de Paranavaí. Possui licenciatura em Filosofia pela UEM — Universidade Estadual de Maringá. Suas pesquisas são voltadas para os seguintes temas: ensino de filosofia, surdez, feminismo e lesbianidade.

Resumo

No presente artigo acadêmico as autoras analisam o papel da professora lésbica na formação de alunas lésbicas e no rompimento do padrão heteronormativo, debate importante que sempre esteve invisibilizado nas escolas. Constatam no relato que uma docente assumida traz referências para as alunas lésbicas, facilitando o debate sobre a homossexualidade e fortalecendo a identidade das meninas, como ferramenta de reconhecimento e autoafirmação. Sendo a educação escolar um meio relevante na formação dos indivíduos, a impossibilidade da vivência da lesbianidade pelas alunas e professoras acarreta a inexistência de modelos lésbicos afirmativos no contexto social, escolar e familiar.



O papel da professora lésbica na formação de alunas lésbicas adolescentes: da formação do imaginário docente

Introdução

De acordo com Wittig (2006b), a sociedade heterossexual possui uma tendência à universalização. Assim, a heterossexualidade não se resume à sexualidade individual, visto que que é principalmente um regime político (WITTIG, 2006a) que abarca a cultura, o discurso e a sociedade num geral. Dentro de tal caráter obrigatório onde "você será heterossexual ou não será" (WITTIG, 2006b, p. 52)[1], tais mulheres que fogem à norma encontram empecilhos para viver segundo seus próprios referenciais, sendo frequentemente necessário se apoiar nos discursos do pensamento heterossexual.

Quando uma mulher lésbica se torna visível, ou seja, se assume e refere a si mesma como lésbica, ela não atende as expectativas voltadas a ela, o que a coloca como uma "marginalizada" dentro da sociedade. No ambiente escolar a realidade não é diferente, uma vez que, ainda hoje, professoras e alunas lésbicas são prejudicadas pela intolerância, exclusão familiar, trabalhista ou social e pela falta de referenciais do que é ser lésbica.

Segundo Pêcheux (1993), os processos discursivos funcionam por meio de formações imaginárias, onde A e B atribuem a si e ao outro um lugar. Sendo assim, todo discurso possui uma determinada imagem de seu objeto, a qual não é individual, mas constituída

1. Tradução nossa do espanhol: "tú-serás-heterosexual-o-no-serás".

socialmente no decorrer dos anos. Podemos então assumir que a possibilidade de hoje uma mulher lésbica adentrar a escola como professora no Brasil, assim como de uma adolescente já conseguir ver a si mesma assumidamente como lésbica, representa um rompimento das formações imaginárias presentes na sociedade heterossexual em que vivemos.

Neste artigo, pretendemos questionar o pensamento heterossexual (WITTIG, 2006b) e as formações imaginárias (PÊCHEUX, 1993) que perpassam o ambiente escolar e principalmente a relação professora-aluna. Com tal objetivo, partimos do pressuposto que a professora lésbica foge às formações imaginárias heterossexuais e se torna um modelo às alunas lésbicas adolescentes, majoritariamente formadas pelos preceitos da sociedade heterossexual em que vivem.

De fato, as lésbicas não possuem experiências idênticas, as quais também podem possuir especificidades no que diz respeito à raça, etnia ou classe social. Contudo, o encontrar-se na outra, ou seja, a possibilidade de a aluna lésbica reconhecer-se na professora também lésbica, reduz um pouco do estranhamento muitas vezes sentido quando inserida em um local majoritariamente ou exclusivamente heterossexual. Além disso, permite a visão mais nítida de um futuro enquanto lésbica, em uma sociedade onde as meninas ainda aprendem que o único horizonte possível à mulher adulta é baseado no casamento heterossexual e na maternidade.

1. Monique Wittig: o pensamento heterossexual e a existência lésbica

Monique Wittig (1935-2003) foi uma teórica francesa contemporânea que trabalhou as questões feministas e lésbicas. Algumas de suas principais teorias traçam paralelos com conceitos já canonizados, como é o caso da teoria do contrato heterossexual (1989), onde podemos pensar no contrato social de Rousseau (1762); assim como o conceito de pensamento heterossexual (1980), baseado no pensamento selvagem de Strauss (1962).

A relação natureza e sociedade foi intensamente trabalhada por Wittig (1980; 1981; 1982; 1989). Segundo a teórica (2006c), as

divisões entre oprimido e opressor são explicadas pelo "senhor" como resultantes de diferenças naturais. Enquanto que os oprimidos, quando se rebelam, passam a interpretar as supostas diferenças naturais como fruto de oposições sociais. Porém, o grupo opressor possui a força dominante intelectual ou, nas palavras de Dworkin (1981), os homens possuem o poder de nomear. Sendo assim, as diferenças presentes na relação entre homem e mulher permanecem embasadas na visão de que são inatas, causadas pelas características naturais destes e não por relações sociais e opressões estruturais.

A partir da categoria de sexo como social e política, Wittig (2006a) apresenta o seu conceito de contrato heterossexual. Trazendo um paralelo com a obra de Rousseau, *Do contrato social* (1999), ela compara a relação entre senhor e servo com aquela entre homem e mulher. Se analisamos a famosa citação de Rousseau: "O homem nasceu livre e por toda parte ele está agrilhoado" (ROUSSEAU, 1999, p.9), podemos entender melhor a análise de Wittig (2006a; 2006b). Afinal, não só o homem, mas também a mulher, supostamente nasce livre. Porém, o contrato social heterossexual firmado entre ambos lhe tira diversos direitos, inclusive civis, na mesma medida em que aumentam "as obrigações que nos amordaçam sem nosso consentimento" (WITTIG, 2006a, p. 61).[2]

Segundo Wittig (2006c), a mulher que vive dentro do contrato heterossexual possui trabalho doméstico não remunerado, ou seja, cuidar da casa e dos filhos, além de obrigações como o coito forçado e a coabitação dia e noite. Ela passa a pertencer e depender de seu marido, o que é inclusive respeitado pela polícia. Afirma Wittig:

> A polícia intervém perante uma denúncia por agressões quando um cidadão golpeia outro cidadão. Mas uma mulher que firmou um contrato de matrimônio deixa neste momento de ser um cidadão comum (protegido pela lei). A polícia expressa abertamente sua negação em intervir em assuntos domésticos (em oposição aos assuntos civis), aqui a autoridade do Estado não tem porque intervir diretamente, uma vez que esta autoridade foi substituída pela do marido. (WITTIG, 2006c, p. 27)

2. Tradução nossa do espanhol: "las obligaciones que nos amordazan sin nuestro consentimiento".

Tal como o contrato social, essas convenções e regras do contrato heterossexual não são formalmente enunciadas, porém, são conhecidas e aplicadas como que por mágica (WITTIG, 2006a). Portanto, o contrato social e o contrato heterossexual acabam por se sobreporem e se equivalerem, nas palavras de Wittig (2006a), ambos são objetos não existentes, fetiches, formas ideológicas. Assim sendo, "viver em sociedade é viver em heterossexualidade" (WITTIG, 2006a, p. 66).[3]

O contrato heterossexual está inserido no que Wittig (2006b) chama de "pensamento heterossexual". Wittig (2006b) segue a linha de pensamento de Ti-Grace Atkinson (1974) onde as relações heterossexuais não são baseadas na natureza, mas sim são culturalmente ensinadas. Ou, nas palavras de Bev Jo (2015), passamos pela maior máquina de propaganda existente: a instituição da heterossexualidade. Assim, tal universalização do pensamento heterossexual afirma que seu discurso é aplicável a todas as sociedades, épocas e indivíduos (WITTIG, 2006b). Dentro do pensamento heterossexual, todos, heterossexuais ou não, vivem sob o discurso da heterossexualidade e sob a visão da diferença natural entre homens e mulheres.

Uma vez que as mulheres frequentemente não conseguem enxergar a opressão e dominação que os homens exercem sobre elas, e quando enxergam afirmam que os homens não o fazem conscientemente (WITTIG, 2006c), o pensamento de que os homens dominam as mulheres não chega a ser questionado. É necessária uma luta de classes entre homens e mulheres, precisamos do conflito e da luta para enfim encontrarmos a dialética, o câmbio e o movimento (WITTIG, 2006c).

Segundo Wittig (2006a), é necessário romper com o contrato social heterossexual e nós, lésbicas, desertoras, escravas fugitivas, já estamos a fazê-lo. Para Wittig, as relações humanas são construídas de modo social, histórico e político. Sendo assim, as lésbicas, ao negarem o estatuto de mulher como inserida no contrato heterossexual, também rejeitam o pensamento heterossexual e dão o primeiro passo em direção a um novo discurso e à crítica da naturalização das relações homem-mulher. De fato, o pensamento heterossexual se mantém soberano, e seu poder nomeador (DWORKIN, 1981)

3. Tradução nossa do espanhol: "vivir en sociedad es vivir en heterosexualidad".

permite que negue o discurso e cultura lesbiana. Nas palavras de Hawthorne (2003), a existência aberta e visível de lésbicas é uma afronta à afirmação de que as mulheres não podem viver aquém dos homens. São as lésbicas uma ameaça ao pensamento heterossexual dominante.

2. As formações imaginárias da professora no ambiente escolar

Os estudos da Análise do Discurso são iniciados por volta dos anos 60 na França. Como principais expoentes dessa corrente de estudos temos Michel Pêcheux e Michel Foucault. A análise de discurso busca compreender a língua no movimento dos sentidos, enquanto trabalho simbólico e parte do trabalho social geral constitutivo do homem e da sua história. Assim a análise de discurso (AD) não vê a língua como sistema abstrato, mas sim como movimento que constantemente se significa e ressignifica, uma vez que o estudo é voltado para o discurso como prática.

Neste trabalho faremos uso das formações imaginárias, conceito proposto por Michel Pêcheux no livro Por uma análise automática do discurso (1993), a fim de verificar o funcionamento desse mecanismo na relação professor-aluno. Será destacada a imagem projetada da professora lésbica e o papel da mesma na formação das alunas lésbicas adolescentes dentro de uma sociedade dominada pelo pensamento heterossexual.

Quando pensamos em formações imaginárias temos que ter em mente que em um determinado discurso se fazem presentes um sujeito A e um destinatário B, que se encontram em lugares determinados na estrutura de uma formação social, neste caso, retratadas pelo ambiente escolar. Esses lugares não são somente representados nos processos discursivos, mas modificados. Daí um discurso não implicar necessariamente uma mera troca de informações entre A e B, mas sim um jogo de efeitos de sentido entre os participantes. Os sentidos seriam produzidos por um certo imaginário, que é social e é, por sua vez, resultado das relações entre poder e sentidos. Existiriam nos mecanismos de toda formação social regras de projeção responsáveis por estabelecer as relações entre as situações discursivas e as posições dos diferentes participantes. As relações imaginárias podem ser, portanto, apontadas como a maneira pela qual a posição dos

participantes do discurso intervém nas condições de produção do discurso (PÊCHEUX,1993).

Assim ao pensarmos a imagem do professor na estrutura de nossa formação social vislumbramos predominantemente a mulher como presente no quadro de docentes do Brasil. Durante o século XIX nasce a docência feminina por conta da expansão do ensino público primário e de movimentações políticas e econômicas que permitiram às mulheres a ocupação tanto do espaço escolar quanto de outros espaços. Tal movimento de ocupação feminina de cargos docentes perdura ao longo do século XX, como ilustrado por Vianna (2001):

> Ao longo do século XX, a docência foi assumindo um caráter eminentemente feminino, hoje, em especial na Educação Básica (composta da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio), é grande a presença de mulheres no exercício do magistério (VIANNA, 2001, p. 83)

Ao longo dos anos o processo de feminização da docência foi observado por muitos pesquisadores, porém a questão de gênero atrelada a análise dessa movimentação é recente. O uso do gênero tem sido utilizado como maneira de buscar superar um determinismo biológico que se baseia nas diferenças de sexo e se reforça por afirmações originárias dos campos da medicina e das ciências biológicas para justificar homens e mulheres serem assinalados como qualitativamente distintos. Para Maciel (2014) a partir dos estudos de gênero criou-se, portanto, uma articulação entre a produção cultural das práticas sexistas e as péssimas condições de trabalho das professoras.

Partindo do fato que em nosso imaginário se sobressai a imagem da professora mulher e que ela se encontra em um lugar determinado na estrutura de uma formação social, neste caso, o ambiente escolar verificamos que a imagem da professora é cercada por discursos dominantes. Segundo Maciel, "é evidente que no campo da Educação, no Brasil, ainda há também um regime hierárquico que privilegia o entendimento de uma visão universal de mulher, pretensamente branca, de classe média e heterossexual" (2016, p. 258). Mesmo que a professora lésbica possa ser de classe média e/ou branca,

constatamos que o fato de sua sexualidade ser desviante acarreta em uma dissonância com o espaço escolar.

Ao observarmos tais pontos fazendo necessariamente parte do imaginário do ser professora no Brasil, é importante pensarmos como mulheres que manifestam sua sexualidade de maneira diferente do determinado pela sociedade heterossexual se inserem dentro do espaço escolar. Uma vez que tal espaço é também constituído a partir do pensamento heterossexual, a professora lésbica se põe como a representação da diferença dentro da escola. Neste sentido, quando nos referimos a lésbicas e suas relações com a escola e com a docência nos deparamos com um grupo de pessoas ocupando um duplo espaço de exclusão, haja vista que no contexto verificado a mulher é ligada a profissões consideradas desvalorizadas, e também pelo fato de ser lésbica, ou seja, uma desviante da norma e da sociedade heterossexual.

3. Professora lésbica e aluna lésbica: a possibilidade de identificação e resistência

Partindo da conceituação de formações imaginárias proposta por Pêcheux (1993) que consistiria, grosso modo, nas posições atribuídas pelo sujeito a si e ao outro no momento discursivo. Neste capítulo mobilizaremos a conceituação feita pelo teórico da Análise do Discurso para trabalharmos um mecanismo de análise baseado na produção de formações imaginárias baseadas no discurso da lesbianidade em contraponto com o discurso heterossexual inserido no contexto escolar. Para ilustrar a situação de possibilidade das formações imaginárias Pêcheux (1997) propõe a seguinte tabela:

Tabela 1: Representação do jogo de formações imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A — I_A (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou para lhe falar assim?"
A — I_A (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B — I_B (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para ele me fale assim?"
B — I_B (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"

Fonte: Pêcheux (1997, p. 83 apud NOTARI, 2016, p. 893)

Por meio de tal tabela podemos verificar a posição ocupada por sujeitos de um discurso no jogo das formações imaginárias, na medida em que estabelecem relações da imagem de lugares de sujeitos falando de diferentes posicionamentos e utilizando diferentes questões. Assim, em um processo discursivo esse jogo imaginário produz diferentes efeitos de sentido em um discurso, como consequência, define a forma como o discurso vai acontecer (NOTARI, 2016).

Para nossa análise recortaremos a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B, representado pelo sujeito da aluna lésbica e sua relação e percepção do sujeito A, ou seja, a professora também lésbica. Também analisaremos o lugar de A para o sujeito colocado em A, sendo esse sujeito a professora lésbica visível no ambiente escolar e como ela vê a si mesma dentro da sociedade heterossexual e a maneira que enxerga seu papel dentro da escola.

Haja vista que no imaginário coletivo de nossa sociedade a imagem da professora mulher e heterossexual é algo vigente, pois a escola é construída a luz de uma sociedade fundada pela heterossexualidade (WITTIG, 2006b), a presença de uma professora que manifesta sua sexualidade e seu discurso por meio de práticas diferentes causa um estranhamento. Tal fato é ilustrado na pesquisa realizada por Maciel

e Garcia no artigo intitulado *O feminino no magistério: professoras lésbicas nas escolas* (2014), no qual mostram trechos de entrevistas feitas com professoras lésbicas do Rio Grande do Sul que assumiram abertamente sua sexualidade nas escolas em que trabalhavam. Segue abaixo dois trechos dos relatos das professoras relatando o estranhamento de suas sexualidades na escola:

> Aí o que eu fazia? Botava o bermudão! Deixei os cabelos das minhas pernas crescerem e botava um boné e ia pra escola. As pessoas chegam na sala da diretora, tem uma criatura sentada desse jeito e aí perguntam: -Cadê a diretora? - Sou eu! Tudo bom! Muito prazer! Bom, olha, era uma coisa hilária. Mas pra impactar mesmo, assim, pra provocar. E todos os alunos e as alunas conviviam com isso muito bem. (Sílvia, 2013)
>
> [….] eu me lembro com uma colega, uma colega que me fez uma pergunta dessas, desse tipo assim e pra quem eu respondi, deixei ela tão avexada que eu fiquei com pena dela, mas assim porque ela disse: -Alice tu é uma mulher tão bonita, tão bacana, tão legal, tão interessante, tu é uma pessoa tão…. eu não entendo porque tu não tem um namorado! - Eu digo, eu não tenho um namorado, mas eu tenho uma namorada. (Alice, 2013)
>
> (MACIEL; GARCIA, 2014, p. 170-172)

Mesmo com todo o estranhamento promovido pela presença de uma professora lésbica na escola, a existência dela nesse espaço tem sua relevância marcada pela discussão sobre a aceitação da diversidade sexual. Não pela premissa de que tal professora é politizada, feminista e pautada em discussões acerca da sexualidade na sala de aula, visto que nem sempre é o que ocorre. Partimos do pressuposto de que muitas lésbicas não se sentem representadas pelo movimento feminista, o que é compreensível. Porém, a simples atuação docente de uma mulher lésbica representa um desvio das formações imaginárias do ser professor, o que permite, ou até mesmo exige, que a aceitação da diversidade se desenvolva não só entre alunos e seus familiares como também entre os outros professores e funcionários da escola.

Tal fato, ilustra sua relevância para todas as alunas e alunos, não apenas lésbicas e meninos homossexuais, uma vez que representa uma visão "do outro lado da moeda", permitindo que crianças e adolescentes cresçam com uma melhor formação humana baseada em princípios como aceitação da diversidade e respeito à diferença. Atualmente muitos educadores no Brasil promovem tais discussões, independentemente de sua orientação sexual, o que é de extrema relevância e demonstra um avanço nos discursos escolares no que diz respeito à sexualidade. Porém, a presença da professora lésbica representa a retirada de lésbicas e homossexuais do mero papel de objetos teóricos, para que passem a ser vistos como sujeitos, profissionais e também enunciadores dos discursos.

A presença da professora se torna ainda mais relevante quando tratamos das alunas lésbicas adolescentes que podem estar presentes em sala de aula, sejam elas assumidas ou não. Tal discussão nos leva a pensar na imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B representado pelo sujeito da aluna lésbica. Assim, com a presença da professora manifestando a sua sexualidade de maneira diferente do imaginário coletivo, a aluna pode se identificar com a docente e perder um pouco do estranhamento, muitas vezes sentido quando inserida em um local majoritariamente ou totalmente heterossexual. Tal como permite que ela visualize um futuro digno, feliz e "comum", diferente do que muitas vezes é propagado pela mídia, pelas famílias ou até dentro da escola acerca da lesbianidade e da homossexualidade no geral.

Acerca das formações imaginárias do lugar de A para o sujeito colocado em A, podemos analisar a forma como a professora lésbica vê a si mesma como sujeito lésbico na sociedade heterossexual e como educadora dentro do contexto escolar, também pautado no pensamento heterossexual. Tomamos como pressuposto que também a professora é afetada pelo estranhamento dentro da escola, o que pode atrapalhar sua atuação docente. Por exemplo, ela pode optar por esconder sua sexualidade, evitando entrar em tais temáticas ou sugerindo que tem um namorado para evitar complicações.

Como colocado por Wittig (2006b), muitas lésbicas ignoram a causa de sua opressão e entram em um vácuo a-histórico, uma vez que não possuem facilmente acesso a espaços lésbicos e aos discursos de tais mulheres. Inseridas na sociedade heterossexual, sua visão acerca

de si mesma e de outras lésbicas pode se tornar distorcida. Tal fato ocorre porque a sociedade heterossexual nos nega a possibilidade de falar segundo nossos próprios termos. Nas palavras de Wittig, "sua ação sobre nós é feroz, sua tirania sobre nossos corpos e mentes é incessante" (WITTIG, 2006b, p. 49).[4]

Assim, da mesma forma que muitas vezes faltam modelos lésbicos às alunas, também os faltam às professores e mulheres lésbicas adultas no geral. Se tomamos em consideração que as lésbicas adultas brasileiras foram criadas e educadas em momentos diferentes da história, muitas vezes durante a Ditadura Militar (1964-1985), constatamos que sua bagagem pessoal e intelectual acerca da lesbianidade pode ser ainda menor. Tais mulheres cresceram em um momento onde as discussões acerca da sexualidade, assim como a presença de lésbicas visíveis em ambientes escolares e na sociedade como um todo, era ainda mais escassa e combatida.

Atualmente, podemos discutir a presença da professora lésbica na sociedade e nas escolas brasileiras. Embora muito ainda tenha a ser desenvolvido, é inquestionável que avançamos em diversos pontos nas últimas décadas, seja em questões teóricas e pesquisas desenvolvidas acerca da sexualidade, como no despertar social acerca da diversidade sexual e questões relativas à lesbianidade.

A partir do momento em que a professora lésbica passa a ver a si mesma como lésbica e, portanto, desviante dos padrões da sociedade heterossexual, ela pode se tornar visível no ambiente escolar e um modelo afirmativo às alunas lésbicas ou em vias de se assumirem. Podemos, portanto, concluir que a relação entre os sujeitos A e B e suas formações imaginárias se relacionam diretamente, uma vez que é permitido à aluna lésbica se identificar com a realidade da professora e ver a possibilidade de uma vida adulta fora dos termos do pensamento heterossexual. Por outro lado, a professora lésbica também pode ver a si mesma como aquém das formações imaginárias do ser professor e da sociedade heterossexual, mas poderá encontrar a força necessária para manter-se visível ao perceber que ao menos uma aluna pode estar se reconhecendo e se identificando com sua atitude de resistência: ser lésbica.

4. Tradução nossa do espanhol: "Su acción sobre nosotras es feroz, su tiranía sobre nuestras personas físicas y mentales es incesante".

Conclusões

Neste processo de verificação de atuação de sujeitos vislumbramos que existem processos de estranhamento e identificação dentro do ambiente escolar. Como ilustrado pelas teorias de Pêcheux (1993), as formações imaginárias acerca do ser professor, baseadas em um modelo hegemônico, não abarcam a professora como um sujeito não-heterossexual. Sendo uma carreira majoritariamente exercida por mulheres (VIANNA, 2001), a imagem projetada acerca da educadora inclui trejeitos como a feminilidade e a heterossexualidade, tal como ser branca e de classe média.

A professora lésbica, por outro lado, diverge de tais características, uma vez que não está em um contrato heterossexual (WITTIG, 2006a) e se opõe ao afirmado pelo pensamento heterossexual acerca das relações entre homens e mulheres e suas diferenças supostamente naturais (WITTIG, 2006b). Como colocado por Wittig (2006c), a sociedade heterossexual atua na apropriação masculina dos corpos das mulheres, assim como da sua possibilidade de reprodução – que em certa medida é também a reprodução da sociedade heterossexual. Enquanto que a mulher lésbica, ao afirmar seu envolvimento amoroso exclusivo com mulheres, recusa a naturalidade dos processos heterossexuais, pois, uma vez que é possível haver uma mulher que não se relaciona com homens, podemos passar a afirmar que "a categoria de sexo não tem existência a priori, antes de que exista uma sociedade" (WITTIG, 2006a, p. 25).[5]

De fato, nem sempre as mulheres lésbicas consideram o papel político que sua sexualidade representa. Porém, o simples fato de sua existência lesbiana representa "a rejeição do poder econômico, ideológico e político de um homem" (WITTIG, 2006d, p. 36).[6] Assim, mesmo que o pensamento heterossexual permaneça dominante, as lésbicas já deram ao primeiro passo em direção a luta de classes entre homens e mulheres, onde estas questionam as diferenças

5. Tradução nossa do espanhol: "la categoría de sexo no tiene existencia a priori, antes de que exista una sociedad".

6. Tradução nossa do espanhol: "el rechazo del poder económico, ideológico y político de un hombre".

estabelecida entre estes, assim como a necessidade das relações heterossexuais.

No ambiente escolar, o posicionamento e visibilidade das professoras lésbicas representa um papel de grande relevância, seja na relação com os alunos e seus familiares, quanto entre os próprios professores e outros funcionários. A presença de uma professora lésbica coloca o sujeito homossexual como enunciador de um discurso, como professor, profissional, ou seja, um "sujeito comum".

O que para alunos e outro sujeito pertencentes ao ambiente escolar representa a viabilidade de discussão da diversidade, para as alunas lésbicas adolescentes toma proporções ainda maiores. Ao conviver com uma professora lésbica, a adolescente lésbica coloca em cheque os discursos frequentemente distorcidos sobre a lesbianidade e consegue ver a si mesma em um futuro não muito distante. Ela já não é mais uma estranha e pode passar a ver a si mesma como parte da escola e da sociedade, encontrando assim na professora a possibilidade de identificação e resistência.

Referências bibliográficas

ATKINSON, Ti-Grace. *Amazon* odyssey. New York: Links Books, 1974.

DWORKIN, Andrea. *Pornography*: men possessing women. England: Penguin Books, 1989.

HAWTHORNE, Susan. The Depoliticising of Lesbian Culture. *Hecate*: an interdisciplinary journal of women's liberation, 2003, 29 (2). pp. 235-247.

JO, Bev. Supporting butches supports all lesbians. In: JO, Bev; STREGA, Linda; RUSTON. *Dykes-Loving-Dykes*: Dyke Separatist Politics for Lesbians Only. 2015. Disponível em: https://bevjoradicallesbian.wordpress.com/2017/09/06/chapter-four-2015-update-25-years-later-supporting-butches-supports-all-lesbians/.

MACIEL, Patrícia Daniela; GARCIA, Maria Manoela Alves. Os femininos no magistério: professoras lésbicas nas escolas. In: *Currículo sem Fronteiras*, v. 14, n. 3, p. 160-180, set/dez 2014.

MACIEL,Patrícia Daniela. O desafio de ser professora e lésbica nas escolas: a arte de viver e produzir o gênero na docência. In: Periodicus n. 4, v. 1 nov 2015.-abr. 2016 p. 254-274.

NOTARI, Viviane Favaro. Formações imaginarias em/no discurso: A(s) família(s) invisibilizada(s) em propagandas midiáticas. In: 4 Encontro da Rede Sul Letras,2016 Palhoça- SC.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, M e HAK, F (Ed.). *Por uma análise automática do discurso:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2ª edição. Campinas: Pontes, 1993.

ROUSSEAU, J-J. *O contrato social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIANNA, Claudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. In: *Cadernos Pagu* (17/18) 2001/02: pp.81-103

WITTIG, Monique. A propósito del contrato social. In: WITTIG, Monique. *El pensamento heterosexual y otros ensayos*. Madri: Egales, 2006. p. 59-71.

WITTIG, Monique. El pensamiento heterosexual. In: WITTIG, Monique. *El pensamento heterosexual y otros ensayos*. Madri: Egales, 2006. p. 45-58.

WITTIG, Monique. La categoría de sexo. In: WITTIG, Monique. *El pensamento heterosexual y otros ensayos*. Madri: Egales, 2006. p. 21-30.

WITTIG, Monique. No se nace mujer. In: WITTIG, Monique. *El pensamento heterosexual y otros ensayos*. Madri: Egales, 2006. p. 31-44.

Wakyla Corrêa



Wakyla Cristina Amaro Corrêa tem 23 anos é negra, sapatão e gorda. Mora no Município de Cariacica, região metropolitana do Espírito Santo. Acadêmica em Serviço Social faz parte de um coletivo auto-organizado de negras e negros do curso. Bolsista de extensão no Núcleo de Movimentos e Práticas Sociais compõe o coletivo Santa Sapataria, que reúne mulheres lésbicas e bissexuais do ES.



Resumo

A autora, uma jovem lésbica e negra, discorre sobre sua experiência e trajetória em tornar-se e ser lésbica, desde a adolescência. Relata sobre sua militância junto aos movimentos LGBT do Estado do Espírito Santo, cita outras autoras e traz na narrativa assuntos como a heterossexualidade compulsória e o racismo.



Negra, lésbica e jovem: minha trajetória como militante no Estado do Espírito Santo

Começo essa narrativa trazendo o lugar de onde vim e um pouco de tudo aquilo que compõe minha trajetória. Me chamo Wakyla, tenho 23 anos, sou uma mulher negra, lésbica e gorda, assumida desde os 14 anos e criada pela minha avó paterna. Sou a filha mais velha dentre quatro irmãos e moradora de Cariacica - ES, mas nascida no interior do Rio Grande do Sul, descendente de Africanos por parte paterna e Indígena por parte materna.

Enquanto mulher negra, o racismo esteve presente em todos os âmbitos e espaços que estive, desde a minha educação, até a saúde. Recordo de na escola, um colégio particular de bairro no qual estudei com bolsa, me sentir frequentemente excluída daquele espaço. A todo o momento eu era rechaçada devido ao meu corpo, e digo corpo de uma forma abrangente, pois era motivo de piada desde a cor da minha pele ao meu tamanho, meu peso e formato. Percebi criança que um corpo negro e gordo incomoda bastante o padrão estabelecido. *Hoje, vejo a potência disso, mas na infância os efeitos são bastante devastadores: estar fora da norma fere, machuca, te transforma.* Nesse sentido, poucas vezes víamos mulheres negras na televisão, e quando essas mulheres apareciam, quase nunca era em uma imagem positiva. Me recordo do lançamento de um filme, Norbit, onde tinha uma personagem principal mulher negra e gorda, que se chamava Rasputia. O filme é extremamente estereotipado na gordofobia, utilizando o corpo gordo como sinônimo de piada e entretenimento. Após o lançamento do filme, eu comecei a ser chamada na escola por Rasputia: ninguém me chamava pelo nome a não ser os professores. Nesse mesmo período escolar, entrei para o time de futsal da escola, como forma de tentar me inserir em alguma

atividade e para “poder emagrecer”, o que era também, uma pressão familiar. Mas nesse time não havia nenhuma outra menina jogando. Por conta do futsal não ser um esporte considerado feminino, comecei a ser rotulada na escola mais uma vez, agora como “mulher-macho”. Descrevo esses acontecimentos porque me marcaram intensamente: em um período de deixar da infância e entrar para adolescência, eu aprendi que cada dia que estamos vivas é uma vitória. Que para nós, negras, viver é resistir. Também compreendi que nunca estaria dentro daquilo que esperavam de mim, que a sociedade impõe como padrão, eu queria ser eu mesma e não aquilo que deveria ser.

Na adolescência me deparei com a inquietação em relação a minha orientação sexual, mesmo na época não tendo dimensão desses termos e nomenclaturas, comecei a pesquisar nos lugares que tinha acesso aos computadores a seguinte frase “mulheres que beijam mulheres”. Inocentemente, buscando me compreender, me deparei com várias informações de uma única vez: desde a vídeos extremamente voltados para o mercado pornográficos, a imagens e textos condenatórios, informando que uma mulher beijar outra mulher é pecado. No entanto, ao ver imagens de mulheres se beijando, senti algo diferente: percebi que poderia ser eu uma das meninas da foto, comecei a pensar nessa possibilidade. Em um primeiro momento fiquei assustada por conseguir imaginar-me perfeitamente beijando outra mulher, tendo em vista que nunca tinha beijado ninguém, o fato de imaginar e projetar era muito forte. Mais madura, percebo politicamente a invisibilidade dada à experiência lesbiana, ou aquilo que muitas teórica lésbicas chamaram de heterossexualidade compulsória como uma forma de manutenção do poder patriarcal. A heterossexualidade compulsória consiste, resumidamente e nas palavras de Adrienne Rich, pensadora lésbica branca, em “deixar invisível a possibilidade lésbica”[1], através da “suposição de que 'a maioria das mulheres são heterossexuais de modo inato'.”[2] Eu tive que buscar, sozinha, descobrir a possibilidade de ser aquilo que eu intimamente gostaria

1. RICH, Adrienne. Heterossexualidade Compulsória e Existência lésbica - *Compulsory Heterossexuality and Lesbian Existence. In: Bagoas.* Trad. Carlos Guilherme do Valle. n.5. Rio Grande do Norte: UFRN. 2010. p. 34

2. RICH, Adrienne. Heterossexualidade Compulsória e Existência lésbica - *Compulsory Heterossexuality and Lesbian Existence. In: Bagoas.* Trad. Carlos Guilherme do Valle. n.5. Rio Grande do Norte: UFRN. 2010. p. 35

de ser, porque me parecia algo impossível. Foi então que comecei a entrar em comunidades de mulheres lésbicas pelo ORKUT e conheci outras meninas e mulheres. Comecei a notar que não estava sozinha, que havia outras mulheres iguais a mim. Percebendo isso me abri à possibilidade, me apaixonei, entrei no meu primeiro relacionamento, dei meu primeiro beijo, transei pela primeira vez e todas essas experiências iniciais foram com uma outra mulher. Foi libertador e encantador, e eu tive desde muito nova como única certeza o fato que eu continuaria beijando mulheres para o resto da minha vida. Apesar disso, no decorrer do relacionamento, minha família o descobriu e foi uma pressão para que eu terminasse, uma total abominação com relação a minha lesbianidade. Eles culpabilizaram minha namorada que estaria me "influenciando e manipulando". Com o término, devido à pressão familiar e manipulações por parte principalmente do meu pai, passei alguns anos negando qualquer sentimento em relação às mulheres. Negava para eles e para mim, ser lésbica era algo que eu não podia ser, que eu deveria lutar contra e resistir. Meu pai, com atitudes de um machismo, lesbofobia e gordofobia escancarados dizia para mim que minha lesbianidade era por eu ser gorda e por isso nenhum homem me queria. Essas insinuações foram tão violentas e devastadoras para mim que busquei, um único dia e uma única vez, me relacionar com um homem. Assim, na minha cabeça imatura, eu conseguiria comprovar para o meu pai a autonomia da minha orientação sexual. Mas percebo, hoje com muito mais clareza, que foi a fala do meu pai que acarretou essa necessidade de comprovação em mim, mesmo que isso me ferisse e fosse contra meu desejo e minha vontade. O que aconteceu comigo, é resultado de um sistema hétero patriarcal que desconsidera a autonomia das mulheres com relação a seus próprios corpos, sexualidades e afetos. A lesbianidade, para o pensamento que meu pai expressou, mas que não são apenas dele, não poderia ser considerada uma forma legítima de estar no mundo, mas a consequência da falta de desejo dos homens com relação a mim, uma mulher-objeto. Reconheço minha história nas palavras da poeta norte-americana lésbica, negra e gorda, Cheryl Clarke, que cito:

> A sexualidade de mulheres Negras ainda é uma sexualidade ameaçada. A experiência da escravização e as práticas sádicas daquela instituição como foi aplicada aos povos africanos nas [...] Américas ainda nos marca na expressão de nossa sexualidade e do erótico. Nossa sexualidade é muito ameaçada por [...] heterossexualidade compulsória, racismo, opressão de classe, e a sempre presente ameaça de estupro.[3]

Ao passar por toda essa violação apenas para provar ao meu pai que eu tinha certeza sobre minha sexualidade, sofri essa violência em meu corpo e minha mente: eu me senti violentada em um nível que não conseguia explicar, mas meio que como resposta a isso, eu comecei a me assumir enquanto sapatão. Sapatão e lésbica. Sapatão porque entendo que subverter o termo lesbofóbico, comumente usado para nos denegrir é um posicionamento político. Sapatão é utilizado como forma pejorativa, mas eu uso como forma de resistência. Falo publicamente que sou sapatão e Negra, mesmo que a cor da minha pele já o diga por mim, em todos os espaços que eu estou presente e meu modo de agir não-feminilizado também o diga. Utilizo desses adjetivos como mecanismo de enfrentamento consciente a todo racismo, lesbofobia, machismo e gordofobia que perpassou e perpassa minha vida. Faço, novamente, uso das palavras de Cheryl Clarke, nas quais me identifico politicamente:

> Eu me nomeei "lésbica" porque esta cultura as oprime, silencia e destrói mesmo lésbicas que não se chamam de "lésbicas". Eu me nomeei "lésbica" porque quero me tornar visível para outras lésbicas negras. Eu me nomeei "lésbica" porque não concordo com a heterossexualidade predatória e institucionalizada. Eu me nomeei lésbica porque quero estar com outras mulheres (e elas nem precisam se nomear "lésbicas"). Eu me nomeei "lésbica" porque é parte da minha visão. Eu me nomeei lésbica

3. CLARKE, Cheryl. The everyday life of black lesbian sexuality. In: _____. *The days of good looks*: the prose and poetry of Cheryl Clarke, 1980 to 2005. New York: Da Capo Press, 2006. p. 225-236 *apud*. DOS SANTOS, Tatiana Nascimento; BOTELHO, Denise. Sinais de luta, sinais de triunfo: traduzindo a poesia negra lésbica de Cheryl Clarke. *In: Revista Língua & Literatura.* FW, v. 15, n. 24, p. 1-289, Ago. 2013

> porque me identificar como mulher me manteve sã. Eu me chamo de "Negra" também, porque o negro é o meu ponto de vista, minha estética, minha política, minha visão, minha sanidade.[4]

Um pouco antes de entrar na universidade me aproximei muito timidamente do movimento LGBT em Vitória, capital do Espírito Santo. Existe aqui no Estado, um piquenique do grupo de militância LGBT Cores, esse evento tem o intuito de promover o encontro de pessoas LGBT em um piquenique para trocar ideia, falar um pouco sobre a vivência e os processos de se assumir para família. Conheci grandes companheiras de lutas, mas, assim como elas, não cheguei a compor nenhum coletivo. Inquietava-me perceber que não havia mulher lésbica nem bissexual compondo esses coletivos e o fato do afastamento das mulheres desses espaços ser devido ao protagonismo e o direito a fala se concentrar nas mãos dos homens gays. Não me sentia segura, e nos espaços de militância LGBT, que são de disputa política também, eu só participava de algumas atividades e debates. Avalio como importante essa fase inicial, pois comecei a perceber como o movimento se estruturava em meu Estado e vivenciar como dentro do movimento o machismo aparece de variadas formas. Por exemplo, em representações masculinas constantes em cargos estaduais, nos espaços de fala apenas os homens tendo voz e também nos discursos misóginos presentes nas brincadeiras e mesmo nos debates mais sérios.

Durante todo esse processo, eu estudava em duas instituições fazendo cursos técnicos e quando estava finalizando meus estudos, recebi o resultado que tinha passado para o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Surgiu uma grande expectativa sobre como seria esse novo momento em minha vida. Ao entrar na Universidade, percebi que o curso é majoritariamente composto por mulheres, achei isso incrível e um ponto positivo, que aumenta até hoje meu amor pelo curso. Com o passar dos anos, desde que me assumi aos 14, a minha família foi aceitando e modificando suas atitudes, suas falas e a formas de tratamento. Namorei algumas

4. CLARKE, Cheryl. New Notes on Lesbianism. The days of good looks: the prose and poetry of Cheryl Clarke, 1980 to 2005. Nova York: Da Capo Press, 2006b. Tradução de Thamires Zabotto. Disponível em: https://escamandro.wordpress.com/tag/thamires-zabotto/ Acesso em: 07/07/2018

mulheres e todas elas frequentavam minha casa, sem nenhum problema. Às vezes parece que isso é muito pouco, mas é um grande avanço, principalmente pelo fato de eu morar em uma casa que a maioria é mulheres idosas, familiares da faixa da idade da minha avó. Uma situação que ajudou a convivência e o encontro de gerações, foi quando eu saí de casa para morar mais próximo a universidade e por conta de muitas discussões familiares. Ao retornar para casa da minha avó, um tempo depois, notei uma diferença enorme em relação a minha orientação sexual por parte de todas e todos. Foram anos muito doloridos até chegar a essa aceitação, porém com o tempo, tudo foi se modificando e se harmonizando.

Nesse contato com o curso de Serviço Social vou percebendo a presença fortíssima do movimento estudantil e de lutas feministas nos espaços de formação política e começo a timidamente a me aproximar de ambas as lutas. Diante disso, conheci algumas mulheres lésbicas e bissexuais e ao conhecê-las comecei a me identificar com cada uma, construindo amizades, amores e paixões. O curso me proporcionou o envolvimento em uma enorme rede nacional de mulheres, as estudantes de Serviço Social por todo o Brasil. A cada encontro de estudantes pude me relacionar e conviver com minhas companheiras: essa troca de ideias, compartilhamento de experiências e leituras marcaram toda minha trajetória dentro da universidade que hoje, em 2018, estou prestes a concluir. Eu acredito que a experiência de convivência, gerenciamento de encontros e atividades práticas e teóricas que seja majoritariamente feminina, como é o caso dos cursos de Serviços Sociais, podem proporcionar modos de pensamento e ações de resistências ao sistema racista-capitalista-machista que estamos inseridas. Nessa caminhada longa dentro da universidade, entrei para o movimento estudantil, fiz parte da executiva do curso, do centro acadêmico e ao mesmo tempo, parte de um núcleo de pesquisa que estuda movimentos sociais. Compondo esses espaços de militância estudantil, sentia a necessidade de um debate sobre lesbofobia dentro do curso. Junto de outras companheiras, iniciamos um movimento nesse sentido e passamos a ser conhecidas e nos denominarmos como *Sapabonde*, nos encontros de Serviço Social. Começamos um processo de reconhecimento entres as lésbicas estudantes do curso. Foi um movimento incrível! Às vezes pensamos estar sozinhas e é maravilhoso quando encontramos outras iguais a nós. Acredito, então, que o primeiro passo seja se reconhecer enquanto lésbica para depois se aceitar e após isso, podermos nos organizar enquanto um coletivo e daí partirmos para disputas políticas.

Durante minha formação universitária, por estudar movimentos sociais, participei de alguns eventos que envolviam a população LGBT e o debate sobre HIV/AIDS e assim me aproximei novamente do movimento LGBT do Estado. Nesses encontros, nossos objetivos eram as capacitações dos jovens LGBTs a respeito da prevenção das DSTs e então comecei a me questionar com relação a saúde da mulher lésbica e bissexual. Eu questionava em todas as mesas possíveis, onde é que nós estávamos, como andava a nossa saúde, tanto a sexual como a física e a mental, pois muitas vezes os dados são subnotificados e nós não aparecemos neles. No mesmo semestre, eu pude estar presente na Caminhada Lésbica e Bissexual de São Paulo e percebi a importância de nos organizarmos e de estarmos juntas, pois sozinhas somos resistentes, mas coletivamente somos muralhas!

Na universidade me aproximei do movimento negro e comecei a entender melhor e coletivamente como o racismo se manifesta de diversas formas e maneiras de enfrentá-las. Mas mesmo sendo um espaço de construção coletiva, que reúne negras e negros de vivências diversas, não é um movimento isento de lesbofobia, infelizmente. Para construir todos os espaços de militância que participo, luta feminista, movimento negro e LGBT, gosto muito de utilizar o pensamento da Audre Lorde para pontuar questões relevantes quando falamos sobre negritude e lesbianidade.

> Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay porque eu e centenas de outras mulheres Negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão Negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são Negros. Não há hierarquias de opressão.[5]

Nessa citação, Lorde está considerando sua condição enquanto mulher lésbica Negra dentro do dinamismo das interação entre eixos

5. LORDE, A. There is no hierarchy of oppression. In: Dangerous liaisons: blacks, gays and the struggle for equality, ed. Eric Brandt. I am your sister: collected and unpublished writings of Audre Lorde. Nova Iorque: Oxford University Press, p. 156-157, 2009.

de subordinação[6], que, segundo ela, não se hierarquizam. Djamila Ribeiro, feminista negra brasileira, em *Feminismo negro para um novo marco civilizatório*[7] retoma o pensamento crítico da escritora estadunidense bell hooks (pseudônimo de Gloria Jean Watkins) para pensar "como as opressões se combinam e entrecruzam, gerando outras formas de opressão"[8], e são fundamentais para se pensar outras formas de existência[9]. Partindo do pensamento dessas três autoras, eu acredito que as mulheres negras sofisticam os debate dos movimentos LGBTs, do movimento negro e das lutas feministas, ao incluírem o debate da interseccionalidade. Em minha trajetória, percebi então uma necessidade de conhecer outras mulheres lésbicas negras, principalmente aquelas que não estão no âmbito da universidade e de me organizar, estando em contato com outras mulheres e em dividir os espaços de disputa política. A teórica Jasbir K. Puar desenvolve o enquadramento conceitual de *homonacionalismo*, que acredito ser enriquecedor para o debate que proponho em todos os espaços que componho. Segundo Puar:

> O homonacionalismo corresponde à ascensão em simultâneo do reconhecimento legal, de consumidor e representativo dos sujeitos LGBTQ, e à restrição das prestações sociais, dos direitos dos imigrantes e da expansão do poder do Estado nas tarefas de supervisão, detenção e deportação. [10]

Apesar de estar falando do movimento LGBT dos Estados Unidos, acredito que seu pensamento crítico pode ser utilizado nos contextos brasileiros, nos quais me insiro, pois a autora chama a atenção para um movimento dos direitos *liberais* dos sujeitos homossexuais, mas

6. *Cf.* RIBEIRO, Djamila. *op. cit.* p. 355

7. RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. *In: Histórias da Sexualidade: antologia.* Org. Adriano Pedrosa, André Mesquita. São Paulo: MASP, 2017.

8. RIBEIRO, Djamila. *op. cit.* p. 354

9. *Cf.* RIBEIRO, Djamila. *op. cit.* p. 354

10. PUAR, K. Jasbir. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. *In: Revista Lusófona de Estudos Culturais.* Vol. 3, n. I, 2015. p. 299

que “continua a produzir o outro sexual como branco e o outro racial como heterossexual”, não considerando o que LGBTs negras e negros, indígenas, latinos e muçulmanos têm a dizer e reivindicar. O que busco pautar, portanto, é que percebo minhas lutas como dependentes entre si, sempre em intersecção. Isto é: toda militância deve ser primordialmente antirracista, mas o movimento negro não pode ser misógino e nem LGBTfóbico; a militância LGBT deve ser antirracista e feminista e não pode desconsiderar a luta de classes; as lutas feministas têm que ser antirracista, anticlassista e nunca LBTfóbica. Através dessas minhas inquietações, decidi compor coletivamente e me aproximei do coletivo Santa Sapataria. A Santa Sapataria, reúne Lésbicas e Bissexuais do Espírito Santo, é um movimento social de lésbicas e bissexuais com origem em 2009, na cidade de Vitória - ES. Com essas mulheres acredito que poderei construir coletivamente uma luta política substancial em minha cidade e meu Estado.

Eu tenho 23 anos. Eu sou uma mulher lésbica, eu sou uma mulher Negra. Eu sou uma jovem mulher de 23 anos lésbica, Negra e gorda. Sei que minha trajetória está ainda em seu início, mas desde muito nova eu percebi que minha vida seria uma vida de luta. Hoje, eu abracei minhas lutas, minha luta antirracista em todas as suas formas e forças, minha luta enquanto feminista negra, minha luta anticapitalista atrelada ao serviço social e minha luta lésbica, por autonomia e liberdade e por uma representação de nós por nós. Eu me aproximo do pensamento de Cheryl Clarke, cujas palavras de um poema cito a seguir:

Mas... não seja pega no seu sono agora.
Chame seus assassinos pelo nome agora.
Deixe sinais de luta.
Deixe sinais de triunfo.
E corra
[...]
Deixe sinais.[11]

Como observa Tatiana Nascimento dos Santos, mulher negra lésbica, tradutora de Clarke para o português, os sinais de nossa luta são paralelos aos nossos sinais de triunfo *"da celebração do gozo, do prazer, da possibilidade que se abre contra, apesar e a partir de."*[12] Sei que minha trajetória está ainda em seu início e desde muito nova eu percebi que minha vida seria uma vida de lutas e sei que minhas lutas são meu triunfo, enquanto jovem Negra e lésbica.

Referências bibliográficas

CLARKE, Cheryl. Ne w *Notes on Lesbianism. The days of good looks: the prose and poetry of Cheryl Clarke, 1980 to 2005*. Nova York: Da Capo Press, 2006b. Tradução de Thamires Zabotto. Disponível em: https://escamandro.wordpress.com/tag/thamires-zabotto/ Acesso em: 07/07/2018

---

11. CLARKE, Cheryl. living as a lesbian underground: a futuristic fantasy. In: CLARKE, Cheryl. The days of good looks: the prose and poetry of Cheryl Clarke, 1980 to 2005. New York: Da Capo Press, 2006d. p. 108-112. apud. DOS SANTOS, Tatiana Nascimento; BOTELHO, Denise. Sinais de luta, sinais de triunfo: traduzindo a poesia negra lésbica de Cheryl Clarke. In: Revista Língua & Literatura. FW, v. 15, n. 24, p. 1-289, Ago. 2013

12. DOS SANTOS, Tatiana Nascimento; BOTELHO, Denise. Sinais de luta, sinais de triunfo: traduzindo a poesia negra lésbica de Cheryl Clarke. *In: Revista Língua & Literatura.* FW, v. 15, n. 24, p. 1-289, Ago. 2013, p. 67

DOS SANTOS, Tatiana Nascimento; BOTELHO, Denise. Sinais de luta, sinais de triunfo: traduzindo a poesia negra lésbica de Cheryl Clarke. *In: Revista Língua & Literatura.* FW, v. 15, n. 24, p. 1-289, Ago. 2013. Disponível em: http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/871 / Acesso: 06/07/2018.

LORDE, A. There is no hierarchy of oppression. In: Dangerous liaisons: blacks, gays and the struggle for equality, ed. Eric Brandt. I am your sister: collected and unpublished writings of Audre Lorde. Nova Iorque: Oxford University Press, p. 156-157, 2009.

PUAR, K. Jasbir. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. *In: Revista Lusófona de Estudos Culturais.* Vol. 3, n. I, 2015.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. *In: Histórias da Sexualidade: antologia.* Org. Adriano Pedrosa, André Mesquita. São Paulo: MASP, 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade Compulsória e Existência lésbica - *Compulsory Heterossexuality and Lesbian Existence. In: Bagoas.* Trad. Carlos Guilherme do Valle. N.5, p. 14 - 44, Rio Grande do Norte: UFRN. 2010. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05bagoas05.pdf / Acesso: 06/07/2018.

“Mas... não seja pega no seu sono agora.
Chame seus assassinos pelo nome agora.
Deixe sinais de luta.
Deixe sinais de triunfo.
E corra
[...]
Deixe sinais.”



Caroline Bastos
& Natália Duarte



Caroline Bastos da Silva tem 34 anos, é bissexual, reside em Porto Alegre. Graduanda do Bacharelado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dirigente acadêmica do Centro Acadêmico de Estudantes de Saúde Coletiva – UFRGS, Conselheira Estadual LGBT no RS é articuladora local da Liga Brasileira de Lésbicas no Estado.



Natália Duarte Flores tem 25 anos, é lésbica, residente em Porto Alegre-RS. Graduanda do Bacharelado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul é militante dos direitos da população LGBT. Possui interesse e experiência nas áreas de Comunicação em Saúde, Promoção e Educação em Saúde, Políticas Públicas de Saúde.

Resumo

O artigo traz a descrição de algumas pesquisas realizadas sobre atendimento em saúde da mulher e a inexistência de políticas de saúde que reconheçam e identifiquem a mulher lésbica e suas especificidades.

O tema é de grande relevância para lésbicas e mulheres bissexuais, para as quais as questões de saúde reforçam toda a invisibilidade que nos acometem. Fica nítida a dificuldade para encontrar referências bibliográficas sobre o tema, o que denota a importância de produções acadêmicas que possam servir de instrumentos para elaboração de políticas públicas.



Promoção da Saúde e Lesbianidade

Através dos estudos das cartas das conferências internacionais de promoção da saúde, entendemos a promoção da saúde como campo de importância altamente relevante para a construção de sistemas e serviços de saúde que compreendam de fato as populações e contemplem suas necessidades e capacidades. Dessa forma, populações tidas como minorias se tornam reféns de políticas locais de acordo com os interesses dos governantes, considerando suas culturas, dogmas e ideologias, mas desconsiderando as reais necessidades dessas populações. No caso da saúde das mulheres a promoção da saúde a nível mundial está, sem sombra de dúvida, muito aquém do necessário para contemplar as especificidades desse grupo. Ao tratar do tema, sem uma construção internacional, em casos como o aborto, estupro e lesbianidade, as diferentes culturas e leis interferem diretamente em sua saúde. Muitos países criminalizam o aborto, mas realizam a venda de medicamentos como o misoprostol, sem qualquer restrição e capacitação dos serviços para receber mulheres em processos de abortamento. No Brasil, a venda desse medicamento é proibida, mas segundo o livreto *"20 Anos de Pesquisas sobre aborto no Brasil"* (2009), o perfil das mulheres que fazem uso do misoprostol para realização de abortos induzidos, é predominante na faixa etária entre 20 e 29 anos, em união estável, com até oito anos de estudo, trabalhadoras, católicas, com ao menos um filho e usuárias de métodos contraceptivos. Segundo a Organização Mundial de Saúde, 25 milhões de abortos induzidos são realizados mundialmente por ano, sendo 97% deles realizados nos continentes Africano, Asiático e Latino-americano. Ressalta ainda que a proibição completa ou parcial não reduz o número de casos e destaca a necessidade de

garantir acesso a métodos contraceptivos, educação em saúde sexual e aborto seguro, e que, ao seguir as orientações da OMS, 55% dos abortos realizados entre 2010 e 2014 são classificados como seguros. Ou seja, a orientação mundial existe, a questão é que são priorizadas políticas públicas que atendam aos dogmas e ideologias de gestores, políticos locais e o capital.

Ao fazermos o recorte de lesbianidade, quanto à saúde das mulheres, os sistemas e serviços de saúde se mostram ainda mais deficitários tanto a nível local quanto mundial. Considerando que, segundo dados da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais (ILGA), a homossexualidade é criminalizada em 72 países no mundo e em 123 países não há ou nunca houve punição para relações entre pessoas adultas do mesmo gênero. A dificuldade de tratar do tema da sexualidade é permeada por diferentes culturas e crenças religiosas, que permeiam interesses políticos. O estudo alerta para a necessidade de reconhecimento e fortalecimento da população LGBTI através de legislações e regulamentações. A violência com que a sexualidade é concebida não possibilita a construção de um entendimento mundial sobre a liberdade sexual de indivíduos. Em relatório publicado em 2013, pelo Ministério dos Direitos Humanos no Brasil, foram analisados dados coletados através do Disque 100, da ouvidoria do SUS e da ouvidoria da Secretaria de Políticas para Mulheres. À época, somente no estado do Piauí, foi registrada a média de 5,22 pessoas reportando ter sofrido violência homofóbica, mulheres lésbicas representam 13% da população analisada, 8,6% das lésbicas relatam ter sofrido violência verbal por conta de sua orientação sexual e 4,4% da população LGBTI assassinada é composta por lésbicas. Como desfecho do estudo se coloca novamente a necessidade de aprimoramento das políticas públicas, esforço das esferas de governo juntamente a sociedade. A elaboração e construção de políticas públicas para mulheres lésbicas no Brasil não considera as especificidades dessa população, e os próprios movimentos sociais não se atentam a saúde nesse contexto. Ainda que existam algumas políticas, a ausência dos serviços e informações em saúde adequados, afeta tanto a população atendida quanto profissionais de saúde. Muitas vezes, esses profissionais atuam de forma incorreta ou insatisfatória por conta dessa ausência, e por fim, baseiam suas ações em estereótipos socialmente construídos. Mulheres lésbicas, são uma parcela da população que não tem suas

necessidades contempladas no sistema de saúde do Brasil. Questões como câncer no colo do útero, sífilis, clamídia, HPV e hepatite B não são pautas da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT quanto as mulheres lésbicas. A falta de capacitação dos profissionais ao atender uma mulher lésbica, em casos como consulta ao ginecologista, se torna traumatizante para a usuária. Com receio de sofrer algum tipo de preconceito e sofrer com o despreparo de profissionais de saúde, acabam se afastando dos serviços ou resistindo a falar sobre questões ligadas à sua sexualidade, muitas vezes omitindo essas informações. O*"Dossiê da Saúde da Mulher Lésbica"* (Rede Feminista de Saúde, 2006) traz a seguinte análise de saúde no Brasil:

> *"[...] poder estimar o tamanho da população homossexual feminina, conhecer aspectos relacionados a crenças, atitudes e práticas vinculadas à saúde e à sexualidade, assim como identificar suas demandas e necessidades de cuidado, constitui, sem dúvida, um ponto de partida para a formulação de políticas públicas voltadas para este grupo."*;

quanto ao acesso aos serviços,

> *"Dados relativos aos quatro primeiros estudos mostram que a proporção de mulheres que fazem sexo com mulheres, que não acessaram serviços ginecológicos anualmente, variou de 13% a 70%; e 3% a 7 % nunca foram ou não vão a tais serviços (BRASIL. Coordenação Nacional de DST-AIDS, 2002; Coelho, 2001; Granado, 1998; Pinto et al., 2005).*
>
> *Entre as mulheres que acessaram os serviços de saúde, cerca da metade (40 a 60%) não revelou sua orientação sexual. Entre as que revelaram, mais da metade relatou reações negativas/discriminatórias ou de surpresa por parte do profissional. Após a revelação, 28% referiram que os médicos começaram a atender mais rápido e em 17% dos casos deixaram de pedir exames que as pacientes entendiam ser necessários.Fonte: Pinto, 2005.*

> *Em outro estudo, 59,5% relataram sua orientação sexual ao profissional de saúde: 88,6% delas por iniciativa da paciente e 5,1% a partir de abordagem do médico. Destas, 18,3% relataram reação preconceituosa por*
>
> *parte do profissional; 7,9%, demonstração de surpresa; e 15,3%, alguma 'situação desagradável' após o relato. Entre as que não relataram, 30,6% saíram do consultório com receita de contraceptivo; 19,4% com indicação de preservativo masculino; 3,2% com indicação de teste de gravidez e 4,8% tiveram hipótese diagnóstica associada a gravidez, ou seja, 58% foram avaliadas e receberam condutas como se tivessem orientação heterossexual, embora a maior parte delas praticassem sexo exclusivamente com mulheres. Fonte: Coelho, 2001.".*

O exemplo da situação em saúde das mulheres lésbicas reflete a realidade sobre como se dão os processos de elaboração de políticas e ações. Para falar de saúde é preciso considerar muito mais do que questões biológicas, ainda que estas tenham devida importância. É preciso pensar saúde de forma integrada a ações sociais, educacionais e culturais, pensando o todo e de modo global. Em tempos de disseminação de informação digital, campanhas publicitárias e vídeos explicativos são complementares, porém não são essenciais e não podem compor ações somente nesse formato. Imputar a responsabilidade da promoção da saúde em campanhas publicitárias, sem treinamento e capacitação de profissionais a profissionais é como deixar a água escorrer pelo ralo na tentativa de saber por qual caminho ela percorrerá, a informação se torna vazia. Estabelecimentos de saúde são recheados de cartazes, mas as ações não refletem as campanhas publicadas nas paredes. Enquanto pensarmos saúde de forma isolada e sem a construção do entendimento de amplitude do termo "saúde", seguiremos a elaborar ações e serviços que lidem com os problemas depois de terem acontecido. Escolhemos o tema da saúde da mulher lésbica, por conta de vermos essa população sem acessar serviços de saúde, inclusive por toda a vida, por conta da falta de preparo dos serviços de recebê-las. Fortalecemos nossa ideia de que, a tanto a saúde quanto a violência homofóbica, são temas entrelaçados e formadores de opinião acerca dessa população. A ausência de autonomia do corpo da mulher, a violenta quando decide

sobre sua sexualidade e a criminaliza quando aborta de forma insegura por ter sido vítima de estupro corretivo. Estamos falando de dados que são inexistentes e invisibilizados perante a sociedade e instâncias de poder. Tratar da saúde requer a ampliação da perspectiva sobre o que compõe indivíduos, para isso, caberá a toda população mundial atentar para a realidade o quanto antes ou as desigualdades serão agravadas ano após ano.

Referências bibliográficas

Livreto 20 Anos de pesquisas sobre aborto no Brasil. (http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livreto.pdf). Consulta dia 31/10/2017, às 14:42 (horário local de verão)

Em entrevista publicada pela ONU BR, em 28 de setembro de 2017 – (https://nacoesunidas.org/oms-proibicao-nao-reduz-numero-de-abortos-e-aumenta-procedimentos-inseguros/) Consulta dia 31/10/2017, às 14:55

Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013 (http://www.mdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos) Consulta dia 31/10/2017, às 16:07.

Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. (http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf) Consulta dia 31/10/2017, às 12:16 (horário local de verão).

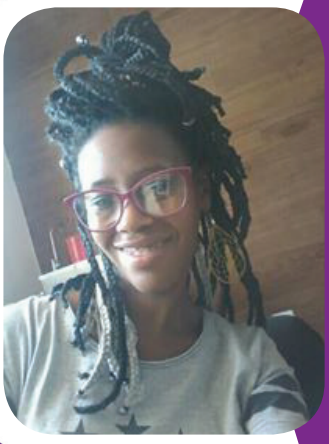
Dossiê da Saúde da Mulher Lésbica (http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/detalhes.asp?cod_dados=316). Consulta dia 31/10/2017, às 17:09

Campanha Nacional de conscientização sobre saúde de LGBT. (http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1174-sgep-raiz/lgbt/19320-sobre-a-campanha) Consulta dia 31/10/2017, às 12:47 (horário local de verão)

> “Tratar da saúde requer a ampliação da perspectiva sobre o que compõe indivíduos, para isso, caberá a toda população mundial atentar para a realidade o quanto antes ou as desigualdades serão agravadas ano após ano.”

Liliane Cristina Martins é psicóloga, lésbica, tem 38 anos e vive em Divinópolis, Minas Gerais. Militante pela Rede Afro LGBT de MG e do Coletivo Victoria Firmina. Pós Graduanda em Direitos Humanos e Cidadania e em Psicologia Sexual.





Liliane Martins

Resumo

O artigo apresenta um compilado histórico de questões que perpassam a luta das mulheres com foco nas mulheres negras em todo o mundo, apontando o racismo e a lesbofobia presentes nos dias de hoje no movimento LGBT. A autora traz uma reflexão acerca da dificuldade enquanto lésbica negra de construir uma identidade, fala sobre o não espaço para o debate das lésbicas *versus* a abertura de outros temas, dialoga sobre o racismo, traz dados para reflexões e fala da periferia, local que deveria ser a base da nossa escuta.



O que é ser mulher, negra e lésbica na atual conjuntura do país? Ainda em busca pela garantia dos Direitos Humanos de 1° geração

Meu lugar de mulher negra, e me percebendo lésbica muito cedo, me construindo enquanto mulher todos os dias, sempre dando muito valor a minha liberdade, e por muito tempo não me dando conta das vulnerabilidades há que eu estou exposta, não pode ser ignorado, no período entre 2000 e 2017, foram registrados 180 homicídios de lésbicas no Brasil1, e ao mesmo tempo o número de homicídios de mulheres negras cresceu 54% em dez anos, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 20132. Durante os anos de formação na graduação em psicologia, onde dos vinte e oito alunos apenas cinco se declaravam negros, estive trabalhando e conversando sobre a pauta trans, sobre hormonização, despatologização, direito ao nome social, retificação de nome, e descobri que o mais difícil pra mim seria falar do meu lugar, do meu lugar de mulher lésbica, negra e periférica. Partindo do principio de que vivemos em um país onde mais de 50% da população se declara negra ou parda como se construiu a ideia ou ideal euro centrista que o bonito é ser homem, branco, rico e heterossexual?

1. Dossiê sobre lesbocídio no Brasil
2. Carta Capital

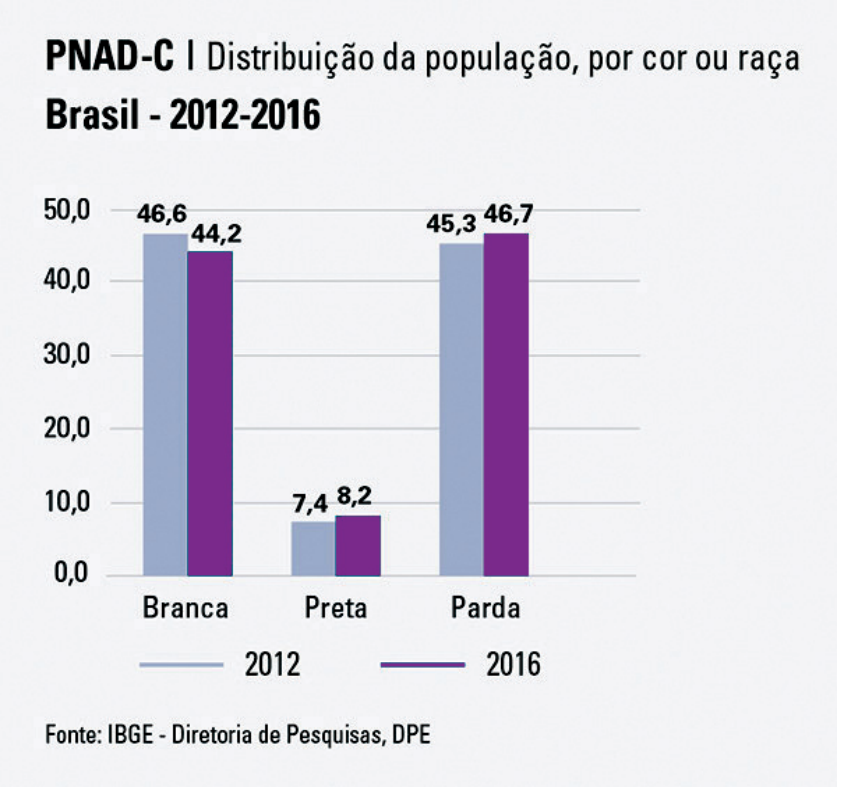


Imagem 1

Os estudos sobre a homossexualidade masculina são mais comuns no Brasil, em uma foram encontrados 23 artigos, as pesquisas sobre lesbianidades tem menos espaço no campo acadêmico e científico, mas vem crescendo e ganhando forma a partir da segunda década de 90. A maioria das pesquisas se debruçou sobre a homossexualidade e o feminismo e foram marcadas por homofobia e machismo. Os trabalhos e pesquisas desenvolvidas hoje ainda estão longe de chegar perto de uma pesquisa fidedigna, posto que a maioria dos pesquisadores e pesquisadoras falam de si mesmo e deu seus meios, que são em sua grande maioria de pessoas brancas. Houve e há ainda hoje tensões entre o movimento lésbico e o movimento feminista,

Posto que a demanda da mulher lésbica seja ainda invisibilizada dentro de alguns feminismos, hoje não podemos falar em um tipo de feminismo, posto que tenha o feminismo radical, o interseccional, o feminismo negro entre outros.

> Quando as mulheres resolveram empunhar a bandeira emancipatória, passaram a ser chamada de feministas, expressão com severo sentido pejorativo: ser feminista é odiar homens, é ser feia, mal amada, "sapatão". Assim, como pretender que o movimento de mulheres se articulasse com o movimento dos homossexuais? DIAS, Berenice. MUNIS Eloá.

Pautando da fala de Simone de Beauvoir "Não se nasce mulher, torna-se." Se ate hoje não foi possível identificar o que é ser mulher me pergunto... O que é ser lésbica? Mulheres que amam mulheres? Mulheres que fazem sexo com outras mulheres? Mulheres que se sentem atraídas por outras mulheres, mas não ousam o sexo? Mulheres que amam outras mulheres e fazem sexo com homens? A lesbofobia passa por varias vertentes, se você é lésbica, mas e feminina, tem cabelo liso, grande, magra, passara despercebida no trabalho, vai passar nas entrevistas de emprego, vai passar pela escola sem maiores problemas, além de que se souberem que você é lésbica ganha de brinde fazer parte das fantasias sexuais masculinas, obténs se os privilégios da passabilidade[3]. Mas se você for uma lésbica com estereótipos masculinos, negra, cabelo crespo, gorda, a possibilidade de conseguir uma colocação no mercado de trabalho diminui drasticamente e a de ser chamada de sapatão, mulher macho, ou mesmo de ser agredida aumenta e muito. Até que ponto o imaginário masculino defini o que é ser lésbica? Pensando num pais como o Brasil em que orientação sexual e raça são marcadores sociais, falar de ser mulher, lésbica e negra é pensar em varias outras formas de estar exposta a vulnerabilidades, posto que raça, gênero e classe são conceitos que estão interligados.

> Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum

3. Termo usado para definir que a pessoa está te lendo como você não se identifica.

> poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (Sojouner Trut, 1951, Women's Rights Convention).

Falar das categorias de mulheres e lésbicas, pauta se que estou a falar de minorias, "são minorias em termos de baixa representatividade em cenários socioculturais e Políticos, de poder, de tomada de decisão e de capacidade de significação nas bases culturais gerais". Dias (2012, p. 08), em 2018 temos uma população total de 209.186.802 milhões de brasileiros dos quais 103.189.829 milhões são homens e 105.996.973 milhões são mulheres[4], tendo 2.807.14 milhões a mais de mulheres no país. Se usar o termo minoria sexual então sim posso categorizar as mulheres lésbicas por que essas sim, fazem parte de uma minoria, e não somente de minoria em direitos.

Os direitos humanos foram construídos a base da revolução francesa com seus princípios de liberdade, igualdade e fraternidade[5], mas partindo do princípio da dificuldade de definir o conceito de direitos humanos posto que, os mesmos não se fazem somente de tratados internacionais e leis, mas, também das reivindicações dos movimentos sociais e sociedade civil organizada, torna se importante orientar este trabalho sobre a perspectiva de mais de um ponto de vista. "A grande maioria da população não é sujeito de direitos humanos. É objeto de direitos humanos." (Santos, p. 15), Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição (ONU), Nada é mais universal que garantir a todos a possibilidade de Lutar, plural e diferencialmente, pela dignidade humana.

A maior violação aos Direitos Humanos consiste em impedir que algum grupo, indivíduo, grupo ou cultura possa lutar por seus objetivos éticos e políticos mais gerais; entre os quais se destaca o acesso

4. IBGE

5. www.politize.com.br/três-gerações-do-direitos-humanos

igualitário aos bens necessários ou exigíveis para se viver dignamente (FLORES, 2009, p.119). Como falar de liberdade e igualdade para as mulheres lésbicas negras quando a escravidão no país tendo acabado há 130 anos e ainda se é difícil falar em igualdade e liberdade para a população negra em geral? Da população negra foram tirados os direitos fundamentais, Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade[6], sabemos que das mulheres negras foi lhe tirado o direito a maternidade e de constituir família, posto que seus filhos foram na maioria das vezes vendidos, *"O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, (...) forma um adiantamento a longo prazo do sobre trabalho eventual a ser produzido. O assalariado, pelo contrário, fornece este sobre trabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão" (MELLO, João). Assim sendo, o trabalho escravo já não tinha serventia para o país, houve grande migração de europeus para o Brasil no período pós Lei Áurea e dentre as* teorias da época veio a teoria do embranquecimento onde seu maior defensor declarou que.

> *Das três raças que constituíram a atual população brasileira a que um rastro mais profundo deixou foi por certo a branca segue-se a negra e depois a indígena. À medida, porém, que a ação direta das duas últimas tende a diminuir, com o entendimento do selvagem e a extinção do tráfico de negros, a influência europeia tende a crescer com a imigração e pela natural tendência de prevalecer o mais forte e o mais hábil. O mestiço é a condição dessa vitória do branco, fortificando - lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do clima.* (ROMERO, Silvio)

E no decorrer desses anos acabei me perguntando onde estão as mulheres negras que não estão dentro das salas de aula nas universidades?

6. Constituição Federal 1988.

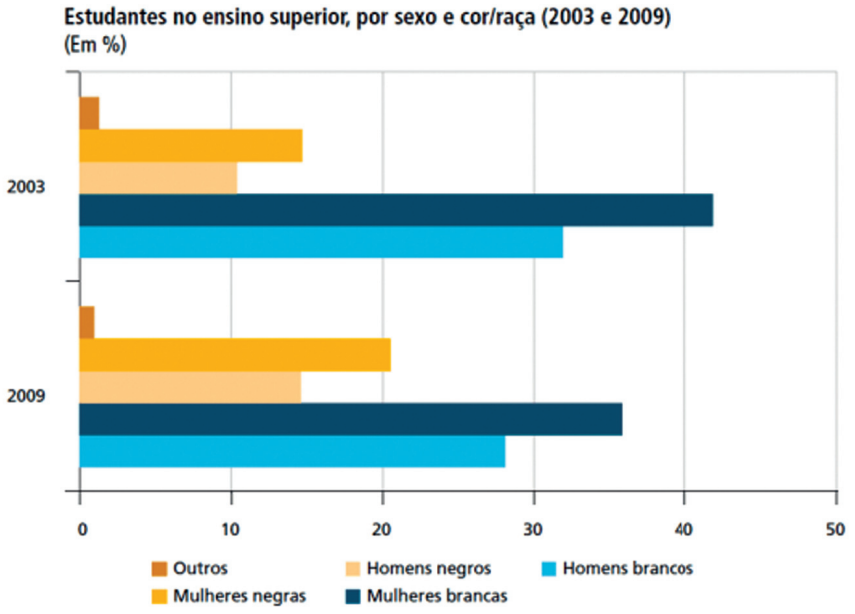


Imagem 2: Elaborado pelo IBGE e extraído de Sotero, 2014.

Muitas dessas mulheres negras estão constituindo suas famílias, direito este que lhe foi negado por toda uma vida de escravidão, trabalhos domésticos, como cozinheiras, arrumadeiras e até mesmo amas de leite, escravas parideiras, lavradoras e trabalhos que as exploravam de variados tipos. O aborto entre as mesmas era uma pratica comum, pois era uma forma de livrar seus filhos da escravidão. As mulheres brasileiras passaram a se organizar no fim do século XIX, e quando me refiro às mulheres brasileiras, neste momento me refiro às mulheres brancas, que eram proibidas de votar, ocupar cargos políticos, e se quer eram lembradas na formulação das leis. A partir do século XX com o surgimento do Partido Comunista do Brasil começaram alguns avanços, em 1934 as mulheres conseguiram o direito ao voto, as mulheres se envolvem na politica e por volta dos anos sessenta com acesso a universidades e ao contraceptivo desfrutam desses avanços. Mas onde estavam as Mulheres negras? Somente na década de 80 as ideias do feminismo negro começam a ter mais força no Brasil, a partir do século XXI a criação das cotas, das redes sociais e a criação de coletivos de mulheres negras mudam

aos poucos o cenário de outrora, muitas (mulheres negras) já abriram caminhos nas universidades, mas o caminho ainda é longo. Acredito que com a implementação das cotas essa realidade venha a mudar nos próximos anos. É preciso confrontar esse saber pautado numa lógica excludente. Não se pode ter uma voz única não só falando, mas legitimando a epistemologia dominante. São necessárias uma multiplicidade de vozes, RIBEIRO, Djamila:

> Quando participei de grupos feministas, descobri que as mulheres brancas adotavam uma atitude condescendente em relação a mim e outras participantes não brancas. A condescendência que elas dirigiam a mulheres negras era um dos meios que empregavam para nos lembrar de que o movimento de mulheres era "delas" – que podíamos participar porque elas nos permitiam, até mesmo incentivaram; afinal, éramos necessárias para legitimar o processo. Elas não nos viam como iguais, não nos tratavam como iguais. E, embora esperassem que fornecêssemos relatos em primeira mão da experiência negra, achavam que era papel delas decidir se essas experiências eram autênticas. Frequentemente, mulheres negras com formação universitária (mesmo aquelas de famílias pobres e de classe trabalhadora) eram desconsideradas como meras imitadoras. Nossa presença em atividades do movimento não contava, já que as mulheres brancas estavam convencidas de que a negritude "real" significava falar o dialeto dos negros pobres, não ter estudos, ser esperta e uma série de outros estereótipos. Se nos atrevêssemos a criticar o movimento ou assumir responsabilidade por reformular ideias feministas e introduzir novas ideias, nossa voz era abafada, desconsiderada, silenciada. Só poderíamos ser ouvidas se nossas afirmações fizessem eco às visões do discurso dominante. (HOOKS, Bell)

O movimento negro tendo se ocupado de questões de políticas afirmativas, e sendo um movimento muito machista, também pelo imaginário social que se tem em relação a negritude, os homens sendo vistos como garanhões e a hipersexualização do corpo da mulher negra, as demandas de negros e negras LGBTs ficaram por muito tempo em segundo plano, na verdade vem hoje timidamente começando a buscar suas especificidades e a buscar espaços dentro

do movimento que por ser um movimento LGBT não deixa de ser um movimento racista.

Os movimentos LGBT[7] são dirigidos por homens gays, na sua maioria homens gays brancos classe média, dentro dos movimentos há muitos negros gays e negras lésbicas que se destacam dentro dos mesmos, mas que não tem nenhuma identidade de sua negritude, e fazem o discurso da chapa branca sem ver que estão do lado de quem também nos oprimi. Uma das maiores dificuldades dos movimentos é reconhecer suas diversidades internas assim como legitimar todas as vozes que estão dentro dele. A partir dos anos 70 onde apareceram os primeiros movimentos de homossexuais no Brasil, os mesmos eram formados em sua grande maioria por homens gays, em poucos anos surgiu o movimento das mulheres lésbicas, mais independente, nos anos 90 as travestis e transexuais e por volta dos anos 2000 às pessoas bissexuais, (FACHINI, Regina). Mesmo com o passar do tempo essa supremacia masculina aos espaços de poder dentro dos movimentos LGBT permaneceram, espaços estes que são políticos e colocam em evidencia ou não as necessidades de uma parcela da população, e assim como a produção de conhecimento não está livre da imparcialidade a luta por garantias de direitos também não está.

A mulher negra lésbica é invisibilizada assim como sua voz não é ouvida ou seus direitos respeitados pensando nos espaços de militância, espaços estes que deveriam ser de fortalecimento, reconhecimento e acolhimento. Infelizmente continua sendo um espaço machista, sexista e racista onde se reproduz a uma lógica lesbofóbica e eurocentrista.

O poder é o conjunto de recursos, de natureza psicológica, material ou econômica, existentes na sociedade, que os indivíduos põem a serviço de uma autoridade suprema, para manter a ordem pública (HOBBES, Tomas).

Enquanto não houver representatividade de mulheres lésbicas negras dentro dos espaços de poder, se perpetuará a dificuldade em falar em garantia dos direitos humanos de primeira ou segunda geração para as mesmas, pois sem legitimidade não é possível conseguir igualdade e liberdade, que são primordiais para que se

7. LGBTs - Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

possa exercer seu direito civil e político assim como direitos sociais, culturais e econômicos.

Referências bibliográficas

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html, aceso em 23/05/2018.

http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-03/dossie-aponta-crescimento-na-violencia-contra-mulheres-lesbicas-no, acesso em 23/05/2018.

www.mariaberenice.com.br/.../arq/(cod2_634)51__genero_e_homossexualidade.doc, acesso em 23/05/2018.

https://interferenciatransmutante.wordpress.com/2014/10/09/sobre-passabilidade-cis/ , acesso em 23/05/2018.

http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf, acesso em 23/05/2018.

https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/, acesso em 23/05/2018.

http://www.politize.com.br/tres-geracoes-dos-direitos-humanos/, acesso em 23/05/2018.

http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,direitos-humanos-uma-hegemonia-fragil-visao-critica-da-obra-de-boaventura-sousa-santos,46785.html, acesso dia 23/05/2018.

https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/, acesso em 23/05/2018.

Direitos Humanos e lesbianidades em Goiás: Um estudo sobre discursos e mulheres “candidatas a cidadãs”. Daniela Maroja Ribeiro, Goiânia, 2014. Universidade Federal de Goiás Pró-reitoria de Pós-graduação, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm,

acesso dia 23/05/2018.

https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/, acesso em 23/05/2018.

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23, acesso em 27/05/2018.

https://www.geledes.org.br/um-olhar-sobre-mulheres-negras-e-o-ensino-superior-brasil/, acesso em 27/05/2018.

http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00193.pdf, acesso em 30/05/2018.

https://fhistoria.wordpress.com/2016/06/16/a-mulher-negra-escrava-no-brasil/, acesso em 30/05/2018.

http://www.familiastronger.com/a-invisibilidade-das-mulheres-negras-e-lesbicas-no-movimento-lgbt/, acesso em 30/05/2018.

http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0105.pdf, acesso em 30/05/2018.

http://www.afreaka.com.br/notas/o-feminismo-negro-brasil-um-papo-com-djamila-ribeiro/, acesso em 30/05/2018.



Amanda Rastrelli

Amanda Neves Rastrelli é sapatão, capricorniana, psicóloga, mestranda em Psicologia Social pela UERJ-RJ, feminista interseccional, tem 28 anos e mora em Nova Friburgo, serra do Estado do Rio de Janeiro. Define sua escrita com a frase: "Uso palavras, sobretudo, por que mulheres nunca puderam usá-las".



Resumo

O artigo faz uma análise histórico conceitual sobre as teorias feministas descolonias e suas intersecções com as identidades de gênero e sexuais. A autora apresenta os conceitos relacionando-os com as lutas e resistências lésbicas com foco especial na América Latina. Citando Judith Butler e Paul Beatriz Preciado como a base de sua formação a autora reforça a necessidade de ouvir vozes latinas, valorizando observando o recorte geográfico, local, dos espaços de fala, como forma de se auto-entender, chegando, então às autoras das teorias descoloniais. Finaliza o texto afirmando que "Amar outra mulher é um ato político".



O que a Descolonialidade tem a ver com a Luta e Resistência Diária que é ser Lésbica

De onde são as vozes que ouvimos?

Comecei a estudar teorias sobre a construção do gênero e identidades sexuais desde a graduação. Sem perceber muito bem que quando eu tentava entender esse processo, tentava também me entender, que quando queria descobrir os manejos psíquicos e, sobretudo, sociais que atravessam tais construções, era de mim também que eu procurava saber.

As primeiras teorias sobre o tema que tive contato foi a *teoria queer*, da filósofa estadunidense especializada em linguística Judith Butler e de *multidões queer* do filósofo espanhol Paul Beatriz Preciado.

Importante saber sobre Butler é que ela escreveu, em 1990, o livro "Problema de gênero", onde diz que o gênero é performativo, produzido a cada dia por cada sujeito, e não algo decidido quando se nasce pela lógica binária que conhecemos dos órgãos reprodutores (quem nasce com pênis é homem e será socializado como homem, quem nasce com vagina é mulher e será socializada como mulher).

> Se o gênero não está amarrado ao sexo, causal ou expressivamente, então ele é um tipo de ação que pode potencialmente proliferar-se além dos limites binários impostos pelo aspecto binário aparente do sexo. Na verdade, o gênero seria uma espécie de ação cultural/corporal que exige um novo vocabulário, o qual institui e faz com que proliferem particípios de vários tipos

> categorias ressignificáveis e expansíveis que resistem tanto ao binário como às restrições gramaticais substantivadoras que pesam sobre o gênero (Butler, 1990, pág.:163).

A partir da *teoria queer* de Butler (1990), Preciado (2015) inventou o conceito de *multidões queer*, que inaugura em seu livro "Manifesto Contras sexual" em 2015. Para Preciado, o corpo inteiro é performativo – e não só o gênero. Gosto, em especial, da parte em que o corpo é colocado como uma escritura social, como algo a ser desvendado e inventado por cada indivíduo.

> O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hétero) sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetições e de recitações dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais (Preciado, 2015, p. 26).

Ter estudado as teorias de gênero de Judith e Paul Beatriz foi o que me trouxe até aqui, foi a partir delas que consegui reconstruir a afinidade com a Psicologia, área em que sou graduada, que tinha se exaurido. No final da graduação eu achava a Psicologia muito normativa e nada crítica. As teorias dos homens brancos europeus já não me contemplavam e eu não tinha ferramentas pra explicar os porquês. Butler e Preciado me deram mecanismos pra entender o sujeito socialmente. Pra explicar como o ambiente em que vivemos influencia em quem nos transformamos, em tudo que nos transformamos, inclusive no gênero/corpo que construímos. Por vezes nessa trajetória acadêmica eu quis não citar mais a *teoria queer* por achar que o lugar de que Butler e Preciado falam é de total privilégio em relação ao lugar de fala de teóricas da Ibero-América[1], não havendo nenhuma menção a este privilégio em suas obras. Entretanto, tais contribuições são irrevogáveis na discussão sobre gênero mundialmente e também na construção do meu pensamento. Foram elas que me abriram as portas para entender

1. Territórios colonizados por Portugal e Espanha compreendido por América do Sul e América Central.

que importa muito de onde se fala e que, portanto, é muito mais fácil ser ouvida se você está na Europa ou nos Estados Unidos.

Estudar Butler e Preciado me direcionaram ainda acerca do posicionamento teórico e político que é ler, citar e ouvir autoras latinas. De como as vivências e experiências são diferentes e do quanto é necessário o que fazer com este recorte geográfico.

Assim, meio procurando alguma voz que pudesse falar também por mim, encontrei o trabalho da psicóloga lésbica boliviana Maria Galindo. O primeiro contato que eu tive com a teoria de Galindo foi também o primeiro contato que eu tive com a teoria descolonial. Neste contato, Galindo construiu uma instalação durante A 31ª Bienal de Arte de São Paulo, em 2014, chamada "Espaço para abortar". Tal instalação consistia em um círculo vermelho desenhado no chão onde se lia "espaço para abortar", com duas pernas gigantes feitas de metal. No meio dele, havia espécies de tubos com fones de ouvido escrito "útero" em cada um deles, onde as pessoas entravam e podiam ouvir histórias de abortos contadas por mulheres que o fizeram. No alto das pernas havia uma placa onde se lia "nem boca fechada, nem útero aberto – Mujeres Creando". As histórias foram coletadas pelo coletivo Mujeres Creando, nas ruas de São Paulo para a exposição.

Lendo, vendo fotos e assistindo a vídeos a respeito da instalação, me deparei com a frase de Galindo "No se puede descolonizar sin despatriarcalizar".

> A ideia é promover um ambiente de discussão e diálogo com a ajuda de um enorme útero ambulante, temporariamente estacionado no Pavilhão da Bienal. Em pauta, as implicações do aborto, da colonização do corpo feminino e o que pode significar a decisão soberana, o livre-arbítrio e a liberdade de consciência em uma democracia contemporânea, como a de nossos países sul-americanos, nos quais o aborto é ilegal e penalizado. (Mujeres Creando, 2014, pág.: 1)

"Colonização do corpo" foram três palavras que viraram uma chave em mim, foi onde eu comecei a entender que o gênero construído na teoria queer de Butler e Preciado não era o mesmo gênero construído na América do Sul que Galindo pensava.

Portanto, é primordial que se entenda, que a identidade sexual que construí é a de um corpo que, assim como este continente, foi invadido, estuprado, colonizado por portugueses e espanhóis – majoritariamente – e que foi ensinado a se distanciar do próprio corpo e da própria sexualidade. Assim, a partir do momento em que compreendo o corpo como cultural e social, assumo que o corpo e, portanto, a identidade sexual construída no antigo Abya Yala [2](Espinosa-Miñoso, 2014), é um território político.

Feminismo descolonial e aproximação de si mesma

Para entender do que se trata o corpo colonizado e de onde vem o conceito de colonialidade e descolonialidade, é preciso antes entender o movimento feminista descolonial. De acordo com a dominicana, ativista, acadêmica, Yurdeskys Espinosa-Miñoso, o feminismo descolonial "é um momento contemporâneo, que está agora em plena construção, e que se articula para um tempo mais longo de produção de uma voz subalterna e não hegemônica" (Espinosa-Miñoso, 2014, página: 1).

Para Espinosa-Miñoso (2014), este movimento é um campo aberto e fértil para diálogo e revisão contínua e constante de teorias e práticas, onde se propõe repensar a base da construção dos pensamentos que desenvolvemos: de onde vem, quem fala, por que fala, de qual lugar fala? E também das ações: como e por que nos comportamos de determinadas maneiras, o que refutamos e o que escolhemos vivenciar? Esta abertura para repensar tem também o intuito de desomogenizar o conhecimento e as afirmações tornando-o acessível e até mesmo acolhedor. Inclusive, não é necessário que se defina como teórica descolonial para fazer descolonialidade, visto que a mesma está sendo feita a cada vez que epistemologias são elaboradas de forma anti-imperialista, anticapitalista, antipatriarcal, anticolonial.

2. Nome do continente que hoje compreende-se como América Latina antes da colonização. Significa terra em plena maturidade.

O feminismo descolonial é também o movimento de olhar pra trás, pra própria história, entender o que foi descartado em nossa cultura para dar lugar ao conhecimento do homem branco. Se o movimento colonizador a que somos submetidos propõe intrinsecamente um afastamento de si mesmo, do próprio corpo, da própria sexualidade, o movimento descolonial propõe que se reate consigo mesma(o). Com isso, lembro que nos séculos XVIII e XIX, auge do período industrial e, portanto, auge da expansão capitalista, a masturbação deixou de ser condenada pela Igreja Católica e passou a ser patologizada pela medicina. Isto porque neste período o conhecimento médico passou a ser mais importante e relevante do que o conhecimento cristão.

> Durante os séculos XVIII e XIX, predomina uma patologização do tato e uma preferência pela visão como o sentido mais apropriado ao conhecimento e à ação racional. O tato e a pele são dois denominadores comuns às duas formas de "contaminação" venérea. A pele se transforma na superfície de inscrição na qual os signos do desvio sexual se escrevem. As pústulas cutâneas são consideradas como os sinais visuais comuns ao vício masturbatório e à promiscuidade sexual do sifilítico. (Preciado, 2015, pg.: 105)

Nas escolas desta época, era comum o uso de cinto de castidade e havia constante vigília sobre o contato dos discentes com o próprio corpo. Estes são exemplos de controle do próprio corpo propostos pela Igreja e instaurados à nossa realidade desde que espanhóis e portugueses chegaram ao Abya Yala. Então, quando digo que o movimento descolonial propõe acabar com o distanciamento de si mesmo e do próprio corpo, é porque o mesmo intenta romper com o pacto de conhecimento, de sabedoria científica das elites intelectuais (branca europeia) do indivíduo e colocar, no lugar dela, as memórias sociais e o conhecimento popular; a comunidade a fim de emancipar mulheres; e gênero e sexualidades tidos como desviantes (que não se enquadram à lógica heterossexual e ao sistema binário sexo/gênero).

Esta emancipação e rompimento são feitos a partir do ponto da não universalização dos indivíduos (isto é, compreender que onde se nasce, vive e se é socializada e socializado constitui quem se é) e da não linearidade histórica, acreditando-se que passado é algo

pior ou menos desenvolvido que o presente ou o futuro, visto que a tentativa de promover a descolonialidade é reatar com conhecimentos não elitistas e, portanto, conhecimentos ancestrais, que não são reconhecidos cientificamente, por exemplo.

> Al menos desde mi mirada, porque justamente ahí debería decir que como es un proceso en construcción existen muchos debates, es un campo en disputa donde hay diferentes actores/as que están tratando de lograr, de pensar esa idea del feminismo en su relación con la decolonialidad. Hay una disputa de sentidos que hace que sea un campo muy fértil y en ebullición, donde nada se da totalmente por sentado. (Espinosa-Miñoso, 2014, pág.: 1)

Enfim, o feminismo descolonial é uma tentativa de heterogenizar o conhecimento e, sobretudo, não hierarquizá-lo ou finalizá-lo. Não há uma verdade, não há relação de poder, mas diferentes pontos de vista e modos de fazer legítimos e que não precisam, para tal, passar pelo crivo da ciência ou da religião embranquecedoras.

Corpo território político

Uma vez que se entenda o porquê de o feminismo descolonial ser primordial para que nos aproximemos novamente de nós mesmas, da nossa essência, do nosso corpo, precisamos entender que corpo é esse e como o mesmo foi constituído.

Logo, parto do pressuposto de que o corpo é histórico e não biológico. E, assim sendo, nossos corpos colonizados, assim como a América Latina, foi construído a partir de opressão, exploração, submissão, desvalorização, alienação. Foi construído para ser apagado desde o momento que portugueses e espanhóis chegaram aqui e começaram a tentar nos embranquecer e subestimar toda a cultura que aqui existia, julgando-a primitiva.

Os corpos das mulheres cisgêneras índias que aqui estavam e negras trazidas do continente africano para cá não foram violados à toa, havia um objetivo final intencionalmente calculado de que o corpo branco europeu fosse reproduzido aqui como o corpo certo.

De acordo com Galindo (2014), o corpo da mulher cisgênera que estava em posição de dominação no Abya Yala na época da América do Sul colônia era território de conquista assim como todo o continente. Exatamente por uma lógica patriarcal dos homens como superiores as mulheres, que já existia em outras culturas trazidas pra cá junto dos navios portugueses e espanhóis, as mulheres pertenciam aos homens. Para Galindo (2014), "(...)es una verdade a medias de um lugar social brutalmente conflicitvo, desgarradoramente irresuelto, ardorosamente ilegítimo y cientos de veces prohibido" (Galindo, 2014, pág.:107). E ainda "(...)aqui no hay mestizas, sino bastardas" (Galindo, 2014, pág.:107). Por isso, inclusive, Galindo não utiliza o termo "mestiçagem" para designar os indivíduos gerados a partir da violação sexual de colonizadores com colonizadas, mas de bastardismo.

Para repensar e mudar, de alguma forma, a história e a política destes corpos, é preciso reconhecê-lo como território histórico e político, compreendendo também que a história que ele traz é pessoal, mas também é ancestral.

Como reconhecer-me até aqui: mulher, cisgênera, branca, lésbica, latina, classe média, sem admitir que estar no mundo é fazer a tal política a partir de todas as hierarquias sociais que me perpassam? É impossível, para mim, olhar para trás, para minha história, para os meus ancestrais sem pensar que o meu corpo é oriundo de uma miscigenação forçada, de violência. Sem pensar em mim como território político. Como esclarece a feminista índia guatemalteca mestre em antropologia social Dorotea Gómez Grijalva (acerca do conceito de Espinosa-Miñoso), quando foi perguntada sobre o motivo de considerar o próprio corpo como território político:

Pensar em mestiçagem em vez de bastardismo é não reconhecer a tentativa de embranquecimento da América Latina. Não reconhecer a proposta da vinda dos europeus para cá de fazer uma extensão do próprio continente, de conquistar mais um território, a qualquer preço, inclusive o de violar os corpos, tentar dizimar o povo, escravizar quem aqui estava é romantizar a colonização e tudo que ela acarretou.

> De esa cuenta, reconozco a mi cuerpo como un territorio con historia, memoria y conocimientos, tanto ancestrales como propios de mi historia personal. Por otro lado

> considero mi cuerpo como el territorio político que en este espacio tiempo puedo realmente habitar, a partir de mi decisión de repensarme y de construir una historia propia desde una postura reflexiva, crítica y constructiva. Este proceso de habitar mi cuerpo ha adquirido una dimensión holística, puesto que lo he venido haciendo cada vez más desde una perspectiva integral, trenzando las dimensiones emocional, espiritual y racional. No considero que haya jerarquías entre ellas porque las tres dimensiones son igualmente importantes para revalorizar el sentido y la forma como quiero tocar la vida a través de este cuerpo. (Grijalva, 2012, pág.: 7 e 8)

A pergunta que me permeia ao me deparar com a conclusão do corpo como território político é: o que fazer para descolonizar este território que sou?

Como Galindo ensina, não se pode descolonizar sem despatriarcalizar. A despatriarcalização se descoloca desse terreno de todas as lutas sociais quando pensamos que é a luta para que todo um sistema de pensamento e construção da sociedade seja modificado. Ao mesmo tempo ela é a criação de um sujeito político, o que é primordial para tornar-se concreta (o sujeito político foi expressado por Galindo, metaforicamente, como índias, putas e lesbianas – juntas, revoltas y hermanadas). Quando, por exemplo, mulheres se unem ao invés de competirem, está acontecendo a despatriarcalização. Bem como quando vivemos nossa sexualidade; quando conseguimos falar e escrever sobre nossa história e nosso ponto de vista, há uma revolução despatriarcal. A vida política de um corpo político é um lugar histórico.

Galindo (2013) diz ainda que para descolonizar e despatriarcalizar é preciso ter uma visão complexa do patriarcado como hierarquia social que favorece o gênero masculino e desfavorece o gênero feminino. Que é um eixo de construção do mundo econômica, cultura, política e socialmente falando. Ir de encontro a essa lógica é perceber o patriarcado como uma estrutura que pode ser desmantelada através da desobediência maciça de mulheres.

E a direção do pensamento de Galindo acerca de gênero e colonização me leva à ideia da antropóloga afro-dominicana, que relaciona antropologia com dominação, Ochy Curiel, que defende

que não é só o gênero que é normativo, as sexualidades também são. Para Curiel (2017) a lesbianidade - que uso como ponto de visão justamente por eu ser lésbica - é uma posição política que implica entender que a é um sistema e regime político normatizante e, portanto, assim como o patriarcado, bem difícil de ser desmantelado. A lesbianidade é muito mais que uma orientação sexual, muito mais do que com quem se faz sexo, é uma proposta de não depender de homens em nenhuma instância: econômica, sexual, emocional, cultural. É criar laços de solidariedade que transpassem as relações de poder que a figura do homem branco representa. É entender que o patriarcado, assim como a colonialidade, afetam os corpos históricos das mulheres, como ele contribui para a globalização do capital, o racismo, a pobreza, a guerra, mas também como ele afeta ainda corpos que criaram resistência à desigualdade produzida por ele. "(...) cuerpos que han imaginado y cerado otras relaciones sociales, otros paradigmas, otros mundos". (Curiel, 2017, pag.:8)

Ou seja, a sexualidade aceita é a heterossexualidade normatizante. A heterossexualidade é um regime político colonizatório mais do que orientação sexual, envolve relações de poder e influência e é atravessada pela lógica econômica, jurídica, cotidiana e dos discursos.

Além disso, para Curiel, a antropologia, em cumplicidade com o colonialismo, cria o conceito de outridade, ou seja, cria modos do outro ser e viver, através de práticas de subordinação, exclusão e opressão (o que Foucault, por sua vez, chama de poder disciplinar). Logo, a exclusão não é criada pela diferença, mas a dominação que cria a diferença. A heterossexualidade precisa ser analisada, portanto, como construção histórica que define as principais construções da vida das pessoas: econômicas, políticas, familiares, entre outras. Inclusive, é importante ressaltar que o conceito de família - um homem, uma mulher e filhos - foi utilizado no período colonial pelas elites para alcançarem vantagens econômicas, de poder e religiosas.

Como mostra a teórica em literatura Francine Oliveira (2015), por exemplo, havia práticas homossexuais entre os índios que, antes do período colonizatório, não era uma questão, mas apenas formas de se relacionar, como escreveu em seu texto "Existiam índios homossexuais?".

Para Francine (2015), existem evidências de que a homossexualidade era socialmente aceita entre os índios em diferentes tribos. Porém,

vale pensar que aceitar ou não esta homossexualidade não era uma questão, visto que era apenas uma das muitas formas de se relacionar que variava de acordo com vivências, crenças, experiências, pontos de vista, interpretações, rituais de cada um e de cada tribo. Além disso, há diversos termos usados em tribos indígenas americanas que poderiam - a partir da perspectiva da América do Sul contemporânea - de alguma forma, ser compreendidos como LGBTQI. Tais práticas foram imediatamente condenadas pelos europeus que chegaram a América do Sul para colonizá-la e desde então começou uma tentativa de normatizar e tornar heterossexuais as práticas sexuais e afetivas entre os povos então colonizados.

> À época da colonização da América Latina, no século XVI, viajantes europeus relataram a presença de índios e índias sodomitas no Novo Mundo ("sodomia" era a palavra usada para se referir a qualquer prática sexual "não-natural", incluindo homoerotismo, sexo anal, oral etc.). Esses atos eram vistos pelos colonizadores como pecaminosos e selvagens, e junto com a catequização dos nativos vieram também as tentativas de apagamento do histórico dessas práticas. (Oliveira, 2015, pág.:2)

O texto de Francine (2015) complementa o pensamento de Curiel (2017) quando a mesma afirma que a heterossexualidade enquanto sistema é algo dado e inquestionável, em uma sociedade trabalhada para ser branca, heterossexual e cisgênera.

Estendendo o pensamento de Curiel (2017), há a reflexão de Tanya Saunders (2016), professora estadunidense, de sociologia e cultura, negra e lésbica que tem os estudos de gênero como foco.

Para Saunders (2016) na Europa Ocidental, a lógica que impera é do criacionismo, onde Eva foi criada por Deus a partir da costela de Adão. No criacionismo, contado pela igreja católica, Adão e Eva são uma espécie de casal modelo, ou seja, heterossexuais, brancos, cristãos, burgueses. Onde a mulher é submissa tanto no que tange à obediência que deve acontecer, como a desejos sexuais que devem apenas ser referidos ao homem, o homem é dono da mulher e, assim sendo, a mulher serve apenas para servi-lo.

> No entanto, a vida social raramente se desenrola da maneira como é imaginada por aqueles com o poder

> de nomear. Há rupturas que emergem e em um esforço para definir o ser não-completamente-humano, ou seja, a Mulher, cuja diferença humana é baseada em sua genitália imaginada, essa ruptura desestabilizadora manifesta-se com a lésbica". (Saunders, 2017, p.106)

De acordo com a autora, a lógica criacionista – onde mulheres, homens, vida e universo foram construídos por um deus onipresente e onipotente que tudo vê, controla e sabe. Cabe mencionar, que de acordo com esta lógica, a mulher foi criada a partir da costela do homem. - não só não muda durante as revoluções sociais burguesas, como dita como a ciência foi compreendida e interpretada, ou seja, serve como estrutura da lógica como a sociedade foi inventada, montada e permanece até hoje. Ser lésbica, construir uma identidade sexual divergente da heterossexualidade imposta e dominante, é romper com a estrutura desta sociedade, é desestabilizá-la, é uma forma de reinventá-la.

Descolinialidade e sexualidades, desfecho

Utilizo os pensamentos que a argentina Maria Lugones, atualmente professora de Literatura Comparada e Filosofia, Interpretação e Cultura e de Filosofia e de Estudos de Mulheres na Universidade Binghamton em Nova York, desenvolveu para explicar a interlocução entre gênero, sexualidades e descolonialidade. Lugones (2011) criou o conceito de colonialidade sexual e de gênero, ou seja, de que tanto a heterossexualidade quanto o sistema binário de sexo/gênero são sistemas colonizados de hierarquia que servem para oprimir e que, portanto, devem ser investigados com cuidado. Para a autora, é preciso ter cuidado ao observar quem fala e sobre o que fala, conhecer a autoria dos temas para poder melhor julgar sua legitimidade.

O que eu entendo é que ela está defendendo o lugar de fala, ou seja, que deixemos quem sofre as opressões falarem por si, que outras vozes sejam ouvidas que não a do homem, branco, europeu, burguês, mas que nós nos deixemos nos ouvir. Que nós leiamos, estudemos, entendamos os conceitos europeus, mas que não os coloquemos

como verdade absoluta. Que citemos Foucault, como exemplo deste trabalho que agora escrevo, mas o adaptemos a realidade da América do Sul. Que leiamos outras pessoas falando de escola, corpo; pessoas daqui que vivenciam a construção da escola e do corpo que se faz no Abya Yala e possamos fazer uma releitura do que Foucault diz. Lugones é um exemplo disso, visto que está nos Estados Unidos, lecionando e, portanto, reverberando teorias descoloniais por lá, entendendo que uma boa forma de debater com o conhecimento colonizador, é estar entre eles.

Lugones (2011) afirma que, a partir de observação das tarefas executadas, foram criados os gêneros, ou seja, além de gênero e sexo são inseparáveis, o sexo constrói o gênero. Isso porque, como no sistema binário de gênero há apenas homem e mulher, onde homem tem pênis e mulher tem vagina, logo, olhando para a genitália do indivíduo, seu sexo é deduzido e, consequentemente seu gênero, e então uma cadeia de comportamentos que precisarão ser seguidos, performados.

> Pero, si tengo razón sobre la colonialidad del género, en la distinción entre lo humano y lo no-humano, el sexo tenía que permanecer solo. Género y sexo no podían ser al mismo tiempo vinculados inseparablemente y racializados. El dimorfismo sexual se convirtió en la base para la comprensión dicotómica del género, la característica humana. (Lugones, 2011, pág.:107)

Para Lugones (2014), pensar a colonialidade de gênero é pensar em indivíduos oprimidos de forma unilateral. Algo muito mais complexo do que parece, visto que um homem branco na América do Sul, embora seja oprimido em relação ao homem branco europeu, oprime homens negros daqui e mulheres. Uma mulher cisgênera no Brasil, por exemplo, oprime mulheres transexuais/transgêneros/travestis aqui, mas são oprimidas por mulheres cisgêneras europeias. Ou seja, é preciso sempre levar em conta a intersecção gênero/raça/classe para pensar a descolonialidade de gênero.

> Como não há mulheres colonizadas enquanto ser, sugiro que enfoquemos nos seres que resistem à colonialidade do gênero a partir da "diferença colonial". Tais seres são, como sugeri, só parcialmente compreendidos como

> oprimidos, já que construídos através da colonialidade do gênero. (Lugones, 2014, pág.: 939).

Yuderkys (2014) nos chama a atenção, enfim, para a necessidade de romper com a dependência entre conhecimento e ciência e incorporar os conhecimentos "comunitários, indígenas, afros, populares urbanos". (Espinosa-Miñoso, 2014, pág.: 3). Que, na América do Sul, paremos de defender estratégias políticas e, consequentemente, de conhecimento, que perpetuem o modelo imposto por um Estado colonial, branco e burguês. Entendendo a dificuldade enorme que há por trás deste esforço descolonial, visto que a colonialidade está enraizada em nossa constituição enquanto indivíduo e enquanto sociedade. Para ilustrar, utilizo um poema do livro "manual de ginecologia autônoma" que traz as palavras de uma senhora chamada Lainha:

> Salve a todas as mulheres que vieram antes de nós A todas erveiras Curandeiras Parteiras Sacerdotisas Deusas Mães e avós. Seguiremos a trilha de sangue e folhas deixada por vós Senhoras da sabedoria milenar. Negras, Índias Mulheres bibliotecas Que guardam no envelhe-ser da pele Os aprendizados da vida. E que nos doam Em forma de chá De ditado De prece De cuidado Tudo quanto receberam das que te antecederam. (Souza, 2017, pág.:12)

Por fim, a construção da identidade lésbica vai além de amar outra mulher; é poder se reformar e transformar. É se reinventar: poder deixar crescer os pelos onde convém e tirá-los de onde não convém, não ser sufocada pela cobrança dos quilos a mais ou a menos, usar roupas e lingeries preocupadas em agradar a mim apenas, cortar o cabelo como acha bonito e não segundo um padrão.

Ser lésbica me fez compreender diversas novas formas de mundo. Sair do armário foi tornar-me quem eu sou, foi entender que a minha existência é um evento diário de resistência. Amar outra mulher é um ato político.

Referências bibliográficas

BUTLER, J. *Problema de Gênero.* Rio de Janeiro, 2015.

CURIEL, O. *El Lesbianismo Feminista: una propuesta política transformadora.* Disponível em: https://www.alainet.org/es/print/121025 acessado em 04/11/2017 às 11:00h

ESPINOSA-MIÑOSO, Y. *De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidade.* Solar. Año 12, Volumen 12, Número 1, Lima, pp.171. DOI. 10.20939/solar.2016.12.0109

ESPINOSA-MIÑOSO, Y. *Feminismo decolonial: una ruptura con la visión hegemónica, eurocéntrica, racista y burguesa.* Disponível em: https://iberoamericasocial.com/feminismo-decolonial-una-ruptura-con-la-vision-hegemonica-eurocentrica-racista-y-burguesa/ acessado em18/10/2017 às 15h.

GALINDO,M;*A despatriarcar*. Disponível em: http://mujerescreando.org/pag/articulos/2014/05-21- 2014-a%20despatriarcar.html acessado em 01/03/2016 às 22:00h

GALINDO, M. *Así como tú me quieres yo no quiero ser de ti.* Disponível em: http://eipcp.net/transversal/0605/galindo/es> acessado em: 28/07/2017 às 18h. 55

GALINDO, M. *Detrás de una mujer feliz, un machista abandonado.* Disponível em: < http://mujerescreando.org/pag/articulos/2013/02-22- 2013-detrasdeunamujerfeliz.html> acessado em: 01/03/2016 às 22:02h

GRIJALVA, D. *Mi cuerpo es un territorio politico.* Brecha Lésbica: 2012.

LUGONES, M. *Rumo a um feminismo descolonial.* Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

LUGONES, M. *Hacia um feminismo descolonial***.** La manzana de la discordia, Julio - Diciembre, Año 2011, Vol. 6, No. 2: 105-119

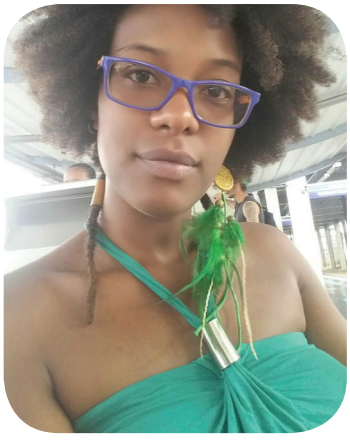
OLIVEIRA, F. *Existiam índios homossexuais?* Disponível em: https://medium.com/nada-errado/existiram-%C3%ADndios-homossexuais-86af8bed586d acessado em 04/11/2017às 13:38h

PRECIADO, P.B. *Manifesto Contrassexual***.** São Paulo- 2015.

SAUNDERS, T. *Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária.* Periódicus, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017 – Revista de estudos indisciplinares em gêneros e sexualidades

SOUZA, L. et al. *Manual de Ginecologia Natural e Autônoma***.** Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1QUWF5GJwoVwpSe0MA0kenG_eXt9-WX0s acessado em 16/0/2018 às 10:09h.

“Por fim, a construção da identidade lésbica vai além de amar outra mulher; é poder se reformar e transformar. É se reinventar...”



Duda Toledo tem 23 anos é Campineira que vive em Sumaré, interior de São Paulo. Sapatão Afrocentrada. Produtora cultural, oficineira pela educação. DJ por amor ao som do povo preto, pra exaltar as mulheres. Escritora por desespero, acredita que a caneta pode quebrar algemas na mente. Tem como objetivo denunciar o racismo machista, LGBTTs fobia e misoginia entranhada em nossos corpos.



Duda Toledo

Resumo

Auto-identificada como Mulher Lésbica, a autora traça um paralelo entre a sua condição como negra e a condição das demais lésbicas negras na sociedade racista e eurocentrada, para quem o afeto é historicamente negado e sobre as quais se deposita o peso da objetificação. Nesse percurso, fala da culpa pelos seus desejos, da heterossexualidade obrigatória, do momento em que se identificou como bissexual e da bifobia que sofreu, da vida como lésbica negra e periférica... São todas estas experiências cheias de dor, solidão, insegurança e a desumanização causada pelo racismo. A autora percorre os caminhos da violência, da subjetividade e da cultura que o povo negro vivencia pela exploração escravagista de seus corpos. O tema é relacionando à cultura do estupro dos tempos atuais, assim como à lesbofobia e bifobia que afeta as mulheres negras de periferia.



Ensaio sobre a Heterossexualidade Compulsória e a Mulher Negra

"Sabemos que nos afetarão como Lesbianas,
Porque somos/estamos em Resistência."
"Ainda assim temos que lutar e educar"
Cheryl Clarke

Lesbianidade um ato de resistência.

Há muito tempo venho pensando sobre a necessidade deste texto. Rodando pelas web da vida, ainda não achei um texto que me contemple como uma mulher negra periférica marginalizada e lésbica. Quando o texto discute a questão racial, quase nunca fala sobre a sexualidade. Quando discute heterossexualidade compulsória nunca fazem discussão racial. Quando deveriam fazer a discussão racial muito provavelmente não discutiriam a objetificação da mulher preta. Ouso ainda dizer que se esse texto existisse seria a partir de uma perspectiva academicista e eurocentradamente branca. Esse texto, que tem em sua base uma autora metida e acadêmica, não visa discutir a questão de ponto de vista acadêmico e sim a partir de vivências e relatos. Não que o que eu tenha estudado não tenha me afetado diretamente, mas é mais próximo a "dar nome aos bois".

Baseado em minha rede de conhecimentos percebi que muitos dos relatos das mulheres negras que transcenderam a heteronormatividade tiveram vivências iguais, se não iguais muito parecidas. Mas são apenas relatos, nunca organizados ou publicados. Nós, mulheres negras, precisamos escrever mais, os brancos ainda estão falando por nós! E o que não se registra se perde com o vento. E isso é um puxão de orelha inclusive pra mim que guardei esse texto por meses.

Gostaria de começar ilustrando o texto com um exemplo. O meu. Sempre me identifiquei como mulher preta. Desde sempre ouvi que preciso ser dez vezes melhor em tudo o que eu fizer pela minha cor. Eu nunca fui a número um da lista das meninas mais bonitas da sala, não posso nem dizer se um dia entrei nessa lista. No entanto, minha relação com os meninos sempre aconteciam. Eu era a menina que eles queriam ver de legging nas aulas de Educação Física, ou que eles gostariam de encontrar atrás da escola depois da aula. Na verdade não importava o local, e sim que os encontros fossem discretos e/ou que tivéssemos intimidade. Esse tipo de encontro nunca foi exclusividade comigo, mas todas as outras meninas lidas "Feias" (negras, gordas, fora do padrão). Era sempre assim, as top dez eram sempre o padrão: magras, brancas, loiras de cabelos longos e lisos. Se questionados hoje, aposto que os homens (que sobreviveram à vida) diriam que não são racistas, pois até tinham umas mulatas em seus rankings, e com certeza eles não veriam problema nenhum em **comer uma mulata**.

Cresci ouvindo comentários e opiniões alheias não solicitadas sobre meu corpo. Relativo a como ele era, como ele deveria ser, sobre o que as pessoas gostariam de fazer com ele. Isso quer dizer que antes mesmo deu entender qual era o peso social que o meu corpo negro tinha no mundo, eu já era objetificada. Certa vez, ouvi de uma ex-patroa que com a bunda que eu tinha poderia arrumar um marido rico, viver no luxo e não ficar sofrendo atrás de um balcão. Em nenhum momento houve a preocupação de saber se eu tinha outros planos para "não passar o resto da vida sofrendo atrás do balcão". Desde pequena sonho em ser professora, antes de completar a terceira série eu tinha uma pequena lousa em casa, na qual eu lecionava pros meus brinquedos. Desde sempre me esforcei nos estudos (na verdade me forcei a ser) para conseguir alcançar, o agora já sabido inalcançável meritocrático, dez vezes melhor. A universidade sempre foi o meu objetivo, mas é lógico que na cabeça de uma mulher branca de classe média isso é inconcebível. Porque o natural é que eu tenha que me encostar em marido. Seria mais fácil o homem, não? O caminho mais correto? Talvez, o mais esperado. O engraçado (na verdade é muito triste) é que em momento nenhum o meu querer foi questionado. *A sociedade está tão condicionada a acreditar que a mulher negra precisa de um homem para salvar seu mundo que esquece (se é que um dia ela soube) que somos pessoas.* Com sentimentos, vontades e cheias de querer. Parte da nossa Desumanização ocorre quando nós somos lidas

como seres sem sentimentos, sempre estereotipadas. Mas seguimos o bonde...

Em relação à sexualidade o caminho foi nebuloso. Sempre houve uma curiosidade ao sexo oposto, mas era algo muito escondido. Impensado. Proibido. Não podia, era quase um crime. Na verdade era um crime, era um pecado pelo qual eu iria pagar pelo simples fato de imaginar. A bíblia dizia que era abominação, babilônia. Quantas não foram as vezes que acordei assustada de sonhos em que eu literalmente ardia no fogo do inferno. Chorei noites inteiras pedindo pra que deus me perdoasse, que me deixasse no limbo em vez de me mandar pro inferno, que tivesse piedade de minha alma. Me apeguei por seis meses com mais afinco a uma religião e quase me perdi, ou me "achei em cristo". Eu precisava casar, pois já estava na idade do pecado, 15 anos. Tinha sonhos eróticos e achava que aquilo era o demônio dentro de mim. Fui cedendo até ver que não adiantaria nadar contra a corrente. Ainda não sabia que mais tarde me identificaria como uma mulher lésbica, mas já entendia que estava condenada ao inferno. Com o passar dos anos fui me relacionando com homens. Não com muito esforço aprendi a ser a mulher, literalmente, passiva que os homens precisam. O mais puro exemplo de Bela, Recatada e do Lar porque era o certo ao se fazer. Pelo menos foi assim que a sociedade me ensinou.

O processo do descobrimento de minha sexualidade foi iniciado a partir de um antigo namorado e atual amicíssimo que foi e ainda é muito importante pra mim. Durante nossa relação, ele me ensinou que não era tão errado assim me relacionar com outras mulheres, que eu não deveria sofrer tanto e que para isso eu precisava me cuidar. De um lado era péssimo que fosse um homem que me abriu os olhos pra algo que eu já sentia, mas não conseguia dialogar, em contrapartida nós estávamos apenas cumprindo nosso papel de gênero.

Comecei a praticar o auto amor, o autoconhecimento. E a partir disso comecei a me identificar com uma mulher bissexual. Encontrei aí uma outra dificuldade pós aceitação: Como me relacionar com mulheres??? Nunca me ensinaram a como paquerar uma moça, como demonstrar meu desejo. Havia um novo mundo ao qual eu fazia parte, um mundo ao qual eu observava apenas de longe e que agora fazia parte. A bolha na qual eu vivia dizia que era perfeitamente normal ser bissexual, desde que minhas relações fossem com casais para

o divertido e animado ménage ou para a transa sem compromisso das mulheres, já nessa vivência me recordo que poucas foram as mulheres lésbicas que queriam se relacionar comigo nesse período, sabendo que eu era bissexual. Apesar de eu ter passado um tempo me identificando como bissexual e não me relacionando com homens, ouvi muito que eu era um vetor de DST para lésbicas. Vivi esse período entre o paradoxo de ser o vetor de doenças e a de saciar a curiosidade de algumas mulheres brancas de transar com uma preta. Foi o momento que eu percebi que as mulheres podem ser bem escrotas se desinformadas. Reproduzindo machismo, racismo, misoginia e o que mais vier no combo opressão.

Gostaria de fazer um parênteses para pontuar aqui que a Solidão da Mulher Negra não diz respeito apenas ao fato de termos menos relações afetivas ou não termos. Nossa solidão é sobre o afeto que nos é historicamente negado, somando a objetificação racista e totalmente construída sobre nosso corpo. E sobre ter uma parte da população feminina negra que nunca teve acesso ao casamento, e quando teve, teve seu corpo violado pelo Estado e pelo marido. Que é inclusive quem decide o quanto de anestesia será aplicada durante o parto, se você vai continuar com o seu útero ou vai fazer ligamento das trompas após ter seu filho, depois de escolher entre o parto normal e ter de fazer cesária. Inclusive a cirurgia de reconstrução de hímen feita geralmente nos partos naturais para manter a mulher "apertada". Tem a medicina ao lado do homem para favorecê-lo sexualmente em todos os mínimos detalhes. Entre outros tantos pontos que eu poderia, mas não vou me estender. Costumo dizer que poucas pessoas conseguem nós enxergar além de uma buceta e uma bunda ambulante. De um namorado branco ou preto. De mulheres brancas ou pretas. Pessoas Cis e Trans não binárias. As pessoas nos enxergam, nos desejam. Nos objetificam, na verdade. Com base no que elas veem a partir da mídia preconceituosa estereotipada hollywoodiana branca. Poucas são as que conseguem continuar firmes nas nossas relações, pra além de uma transa massa. Aguentando nossas dores passadas e futuras, nossas depressões e solidões e a insegurança que acredito ser o ponto principal que o racismo nos causa.

A objetificação começa quando desumaniza a mulher negra a tal ponto que a faz um ser que só tem duas serventias: Trabalhar ou Transar. Quanto ao Trabalho é possível pontuar sobre o fato das

mulheres negras trabalharem mais do que qualquer outra pessoa no mundo e ainda assim ganhar salários menores. Sobre Transar é possível afirmar, tendo em mente a solidão da mulher negra não é sobre estar sozinha é sobre falta de AFETIVIDADE. E enfatizo que ambas são muito mais recorrentes do que se imagina.

O casamento por meio do Estado nos atinge como mais um cabresto, como se ali dentro ela perdesse sua voz, sua força, sua autonomia. Muitas mulheres não podem se separar de seus companheiros/as pois estes são os únicos provedores da relação (a falta de emprego e os salários baixos são um dos meios de manutenção da Solidão da Mulher Negra e Lésbica. E isso é uma (de tantas outras) formas de abuso que as mulheres (não apenas) negras passam.

A mulher negra nunca beijada sofre da mesma solidão que a mulher negra casada que sofre um relacionamento abusivo: A Falta de Afeto. Reitero: A Solidão da Mulher Negra é sobre *falta de afetividade* e não exclusivamente sobre a falta de parceiro/a. Afinal, por que dar afetividade a uma coisa que só serve pra transar e trabalhar?

O discurso de que o amor não tem cor na atualidade está mais do que ultrapassado, te convido a confirmar a "cor" do casamento ou, pelo menos, a "cor" das pessoas esperadas para serem noivas em uma simples "googlada" ou até mesmo após folhear algumas revistas de casamentos.

No entanto, no que se refere à população LGBTT, nunca deixou de marcar presença nas preferências dos usuários de conteúdos pornográficos. Que atualmente são em sua maioria estereotipados corpos femininos, pra não dizer que é um estupro gravado. Não compreendem a anatomia feminina com respeito em suas diversidades e reproduz um pensamento ignorante sobre o prazer feminino e completamente narcisista no que se refere ao modelo de homens, reflexo de uma sociedade totalmente falocentrista. O site PornHub conclui que *"as buscas mais comuns no Pornhub refletem o interesse e o comportamento dos usuários com relação ao sexo. A partir dos termos mais procurados e vistos a cada ano, o site consegue observar a evolução dos modismos e, também, a popularização de práticas muitas vezes abusivas ou prejudiciais à saúde dos atores", como por exemplo o sexo sem proteção".*

Desde criança brinquei com bonecas rosas e femininas, assisti aos filmes que diziam que princesas teriam seus príncipes. Vi os casais jovens se apaixonando nas minhas tardes e assisti eles se amarem na novela das oito. Vivi a heterossexualidade que me propuseram e a transcendi. A mesma sociedade que prega o amor ao próximo como a ti mesmo aprova uma suposta "Cura" para uma certa criminalização da minha orientação sexual, que infelizmente é partilhada por muitas irmãs. Pensando no que é relativo a compulsoriedade das relações heteronormativas em nossas vidas, de mulheres negras ouso embasar que o argumento que está introduzido, absurdamente inúmeras vezes, desde a alta até a mais miserável sociedade é que a bíblia conseguiu fixar bem a ideia de que Deus fez Adão e Eva, e não Eva e Ivone. É preciso comentar o fato de que a religião branca, eurocêntrica e moralista baseada em um livro, dita a função da mulher na sociedade. No se refere a nossas gerações familiares, são poucas as famílias em sua essência que não tem um discurso conservador, pra não dizer até desrespeitoso. A Homofobia está aí, em curso mostrando quem ocupa *quais* lugares.

Todo o tipo de ação é um ensinamento. Nosso corpo vai sendo ensinado desde de novinha a como agir, se manter calada e quieta, ser inteligente mas não demais, ser humilde sempre, a dizer não quando quer dizer sim (porque mulheres não podem ter um querer autônomo), a dizer sim quando na realidade queria dizer não (mas nunca a dizer não, quando quer dizer não se não seríamos agressiva demais). A novela nos ensina como devemos agir quando cortejadas, os filmes mostram que devemos esperar o nosso cavaleiro encantado no cavalo branco. Enquanto a pornografia diz muito nitidamente qual deve ser o nosso comportamento.

A sociedade legítima e romantiza o estupro, além de tirar toda a responsabilidade do estuprador o vitimizando e fazendo da real vítima uma simples "assanhada". Enfatizando sempre que o comportamento da mulher que se mantém calada, minimamente passiva e totalmente submissa vale mais que o daquela que se opõe a autoridade imposta. Autoridade essa que não raramente é o pai e/ou mãe, quando não algum parente próximo responsável financeiro e/ou companheiro/a, ou as instituições como a Polícia, a religião, a estética, a escola, a universidade, o trabalho e demais acopladas ao racismo/machismo institucional e/ou a um homem (que é quase um pleonasmo) têm legitimidade legal e moral sobre nós, por isso continuam abusando de nossos corpos.

Sempre ensinando a mulher a se "manter segura", quieta, a prezar pela prevenção de perigos mais recorrentes *(assaltos, estupros, sequestros, latrocínios* entre outros tantos*).* Perigos esses a que somos expostas diariamente independente de horário ou vestimenta e em que não somos diretamente responsáveis. É sempre bom evidenciar que se não fossem os estupradores os estupros *não aconteceriam*. E como se manter seu corpo livre de violência fosse o pagamento de se manter sempre a mulher passiva e dependente, que será cuidada por muito provavelmente um marido.

Ensinar a uma mulher vítima de um estupro, que eu considero a pior das violências contra as mulheres é de responsabilidade única e exclusiva dela é a prova mais cruel e doentia de quanto arraigado está a Cultura do Estupro em nossa sociedade. E de quão irresponsabilizados são os homens por suas ações. Que são muito recorrentes em mulheres lésbicas pretas como corretivos. Explícito novamente que o parecer social dando aval ao homem de que ele pode abusar do corpo de outra pessoa sem o consentimento da mesma, comprova a posição da sua não neutralidade social. E sim de uma parcialidade institucional.

Hoje, este discurso está minimamente ligado ao feminismo. Hoje as mulheres brancas se sentem vítimas dessa cultura de irresponsabilização dos homens. Hoje, as mesmas até se espantam com tais atos. Se soubessem que desde sempre as mulheres marginalizadas que viviam nos países "colonizados" (entende-se invadidos) sofreram desse mal branco Eurocivílizados, talvez fosse real essa tal irmandade. Imagine só que insano seria se nos livros de história sobre a dita "colonização" do Brasil, no que se refere a Miscigenação Brasileira estivesse escrito que esta é resultado do mais BRUTAL ESTUPRO melhor legitimado do mundo?

Não que esse tenha sido o último crime da colonização, o fato é que desde lá naturalizou se a invasão ao corpo da mulher. Usando o estupro como arma, nossa história de abuso foi totalmente romantizada. Ignorando toda a luta de resistência e não violação do corpo feminino preto.

Falar da Objetificação sem voltar a época escravocrata brasileira é no mínimo incoerente, pois nela estão as raízes de todo o preconceito criado em volta da mulher afro-brasileira atuante. A começar pela forma em que eram compradas as mulheres sequestradas e feitas de escravas em território brasileiro. Analisadas a partir do porte físico,

dentes e na beleza. Separadas em serventias para o trabalho braçal bruto, braçal doméstico e reprodução. Que, a nota de curiosidade, eram escolhidas a partir do tamanho do quadril e mamas, pois eram melhores para parir e amamentar respectivamente. As escolhidas para exercer tal função tinham que literalmente produzir mais escravos. O homem escolhido para ser o gestor destas crianças, deveria ser um homem de tão boa qualidade quanto as mulheres reprodutoras. Deveriam, portanto exercer sua função no trabalho braçal e no de reprodução. Surgem aqui os primeiros nítidos traços da objetificação do homem preto, creditando que este se resume apenas ao poder de seu falo e de sua força física.

A raiz dessa objetificação se mostra hoje pelo padrão de mulher negra mais aceito, a mulher do tipo mulata exportação embranquecida dos seios fartos, cintura fina e quadril largo. No que tange a sua orientação sexual, já é um absurdo imaginar que existam mulheres que se relacionam (afetivamente ou não) com outras, para a mulher negra esse pensamento é ainda mais arraigado, já que a ideia de que servimos para bonecas infláveis procriadoras está ainda muito viva.

Deixo aqui um pedido aos homens, de que compreendam seu papel como portadores de privilégios perante as mulheres na sociedade atual, usem de seu protagonismo para se libertar de suas respectivas cordas e não apertar mais forte ainda as nossas. Deixo aqui um convite a todas as mulheres a repensar por um momento, não só a sua sexualidade, mas a si propor a compreender seu corpo em seu espaço, sem medo com muita paciência. Espero que a sua conclusão seja a mesma que a minha, a de que ainda estamos em busca da humanidade.

Porque a sociedade se sente tão ofendida ao ver o meu corpo preto ao lado de uma preta? Porque o tópico “Lésbicas” é mais procurado nos sites de filmes pornô? Porque todos acham que eu e minha namorada estamos a fim de fazer um ménage? Porque os homens são tão solícitos a ser aquela “coisa” que eles acham que falta? Porque me julgam por ter uma namorada como se eu tivesse dado um golpe no Estado Democrático de Direito?

Parte III

Artigo Visual





Imagem 1a Jornada BIL

Descrição : Entre os dias 29 de agosto e 1º de setembro de 2013 aconteceu a 1ª Jornada de Mulheres Bissexuais e Lésbicas do Vale do Aço, primeira mobilização em prol do orgulho e visibilidade das mulheres bi e les da região, que já contava com movimento gay organizado e calendário anual de paradas do orgulho. O evento foi a primeira ação do Coletivo BIL e significou um marco na luta e organização de mulheres bissexuais e lésbicas, reunindo cerca de 80 pessoas em prol da visibilidade sapatão. Entre os anos de 2014 e 2017 a Jornada de Mulheres Bissexuais e Lésbicas se consolidou como uma referência na visibilidade e luta das mulheres bi e les em Minas Gerais, em 2018 acontecerá no mês de setembro.

Acervo: Coletivo Bil



Imagem Caminhada 8 de março

Descrição : A imagem traz a primeira caminhada do 8 de março de Ipatinga, MG. A data sempre fora marcada com atividades várias, mas em 2017 sindicatos, feministas, partidos políticos de esquerda e coletivos, entre eles o Coletivo BIL convocaram e levaram às ruas uma caminhada para denunciar as arbitrariedades promovidas pelo governo golpista e suas implicações diretas nas vidas das mulheres. As mulheres bissexuais e lésbicas tiveram voz e protagonismo, trazendo a todas sua luta e reivindicações. Em 2018 a caminhada aconteceu novamente, convocada pelas mesmas entidades e novas mulheres somando na luta.

Acervo: Coletivo Bil



Imagem J. BILT fragmentos

Descrição: J. BILT - O SEU JORNAL LGBT! É uma produção do J. BILT e parceires. Tem o objetivo de trazer representatividade LGBT para o jornalismo e abordar assuntos do interesse do segmento, a partir de uma linha editorial feminista, antirracista e em prol do Orgulho de Ser LGBT. O jornal possui acentuado protagonismo feminino de mulheres bissexuais e lésbicas. Começou como o primeiro webjornal LGBT em 28/08/2016 no youtube.com/ColetivoBIL, e em parceria com a TV Caravelas - TV Comunitária de Ipatinga/MG em 10/05/2017, tornou-se o primeiro telejornal LGBT do mundo.

Acervo: Coletivo Bil



Imagem Encontro Mineiro 2016 e 1 caminhada sapatão Vale do Aço

Descrição: Entre os dias 23 a 25 de setembro de 2016 aconteceu o 3º Encontro Mineiro de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, organizado pela Rede de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de Minas Gerais, Coletivo BIL, Rede Afro LGBT Mineira e parceiras. No encerramento do encontro aconteceu a primeira caminhada sapatão do Vale do Aço, no interior mineiro.

Acervo: Coletivo Bil

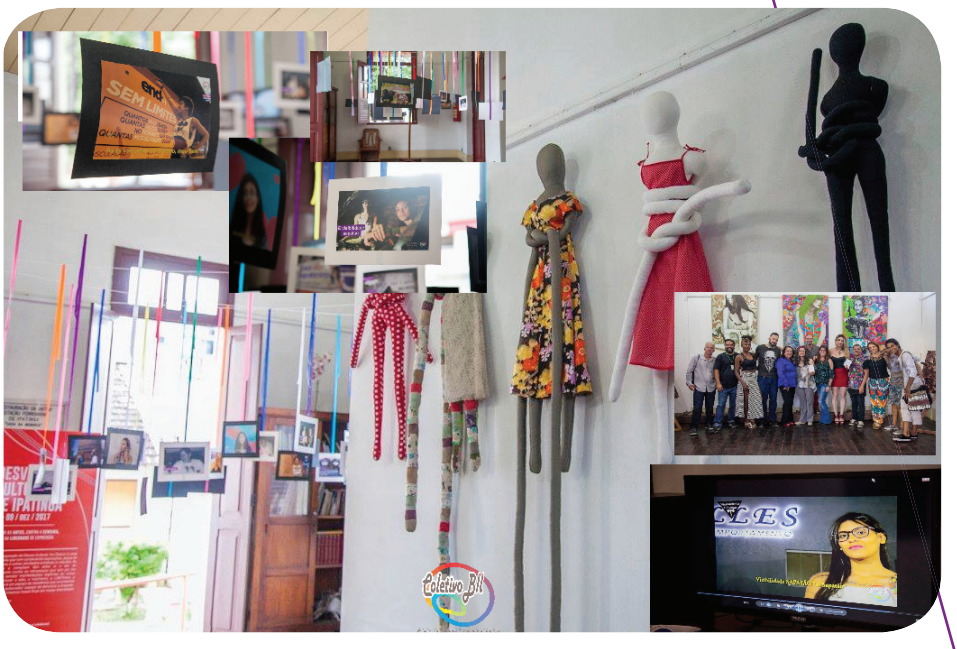

SEM Limites
Coletivo BH

Imagem Exposição campanhas visi les e visi bi museu, Desvio Cultural

Descrição: Em 2017 o Coletivo BIL realizou em Ipatinga e em Belo Horizonte duas campanhas de visibilidade lésbica e bissexual, "Visibilidade Sapatão" e "Sou Bi, e me encontrei!". As campanhas consistiam em campanha fotográfica na qual as mulheres interagiam com símbolos urbanos, placas de trânsito, fachadas de lojas etc. para dizer de suas vivências e orgulhos, bem como de uma versão de uma canção de sucesso lançada por meio de videoclipe com imagens do making of das fotos. Foram lançadas pelas redes sociais na visibilidade lésbica (29 de agosto) e bissexual (23 de setembro). Posteriormente integraram a Virada Cultural que o Coletivo BIL ajudou a organizar em Ipatinga, denominada "Desvio Cultural" entre os dias 8 e 9 de dezembro. E ficou em exposição no museu Estação Memória Zeza Souto até o dia 29 de dezembro. As imagens trazem momentos da referida exposição.

Acervo: Coletivo Bil



Encontro Feminista de Valinhos

Descrição: Foto do Encontro Feminista de Valinhos, entre heterofeministas e lésbicas. Da esquerda para a direita, sentada no chão está a Carol (Carolina) integrante à época de um importante grupo heterofeminista, pois era o mais progressista. Sentadas, eu, que era do LF - Lésbico Feminista, estava com apenas 27 anos de idade (hj tenho 65), do meu lado outra heterofeminista, na sequência Wilma Maria Monteiro, ou apenas Wilminha (já falecida precocemente, por doença de Parkison), que integrava o LF e que em outubro deste mesmo ano de 1980 funda, juntamente com outras dissidentes o Grupo Terra Maria, ao seu lado, também do LF, a Marisa Fiori.

Acervo: Marisa Fernandes

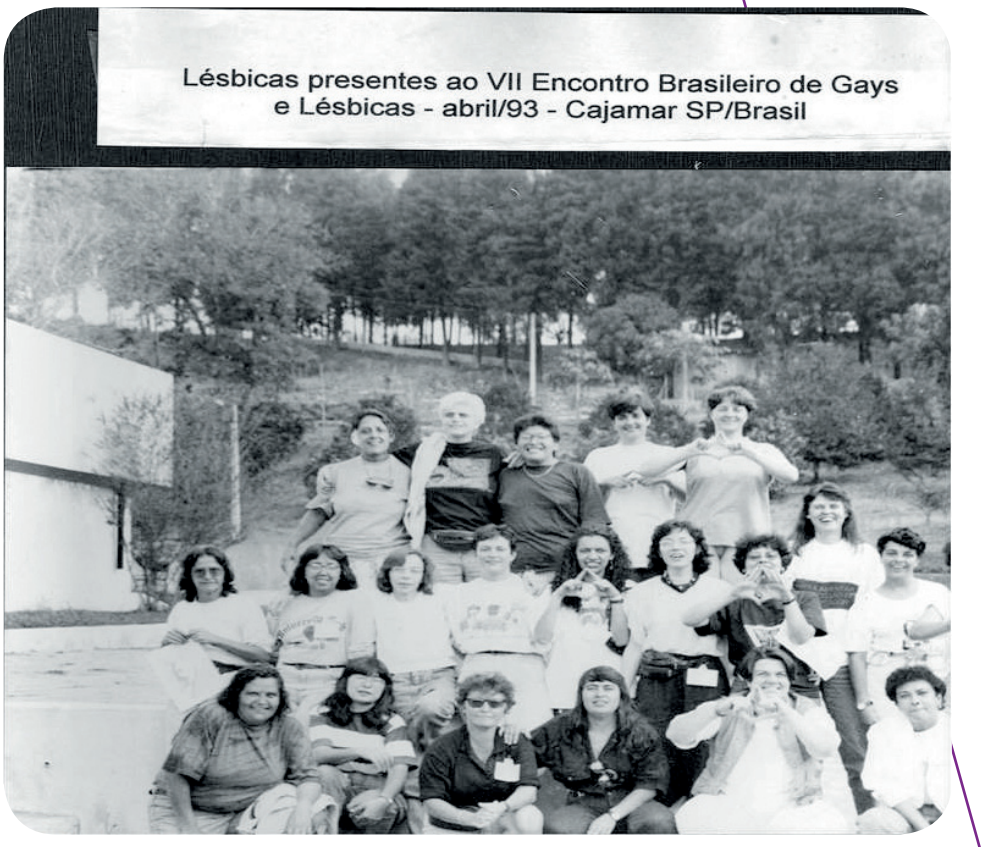


Encontro Brasileiro de Homossexuais

Descrição: Trata-se de uma mesa que aconteceu em abril de 1980 durante o I Encontro Brasileiro de Homossexuais - EBHO. Nela estão presentes, da esquerda para direita, Wilminha (LF), Miriam Martinho (hj da rede um outro olhar) à época do LF, Leila Mícolis, do Rio de Janeiro, creio que do SOMOS/RJ, Claudio era do Grupo Eros da Cidade de Guarulhos e Zezé Melgar, do SOMOS/SP.

O curioso e triste desta foto é que das 5 pessoas presentes da mesa, apenas 2 estão vivas (Leila Mícolis e Miriam). Wilminha faleceu em decorrência de doença de Parkinson, Claudio foi assassinado por homofobia com inúmeras facadas e Zezé morreu em decorrência da Aids sem tempos de não medicação que controlava a doença. Triste né.

Acervo: Marisa Fernandes



Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas

Descrição: VII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas

Acervo: Marisa Fernandes



Manisfestação em frente ao Teatro Municipal

Descrição: O grupo Lésbico Feminista em 1980 (maio) levou esta faixa, para a manifestação ocorrida na escadaria de frente ao Teatro Municipal de SP, contra a violência policial da operação "rondão" ou "limpeza", comandada pelo delegado Wilson Riquetti, que em 10 dias prendeu mais de 1500 pessoas (da boca do lixo) notadamente, travestis, putas, gays, pretos, desempregados. Em novembro deste mesmo ano a mesma ação invadiu bares de frequência lésbica prendendo as mesmas sob a acusação, "vc é sapatão".

Acervo: Marisa Fernandes


SAPATÃO
DEMO
CRÁTICA
VISIBILIDA DE
LÉSBICA
ThataMedina


Thata Medina



Visibilidade Lésbica da Maré

Descrição: As fotos são da visibilidade lésbica da maré de 2016 e 2017 além de fotos do encontro de.mov social lgbt do Rio de Janeiro que aconteceu no auditório do Rio Sem Homofobia - RSH em 2010 e da entrega do prêmio Átila de Direitos humanos dado pelo Grupo Conexão G.

Acervo: Lésbicas da Maré



Papo de Mina 2018

Descrição: Na roda Papo de Mina 2018, Michele Seixas, Ada Silva, Kamilla Valentim, Ana Teixeira, MC Natália, Luna, Raquel, Rafaela, Dandara e Dayana Gusmão.

Acervo: Lésbicas da Maré



Rio Sem Homofobia 2010

Descrição: RSH 2010 - Yone Lindgreen, Marcia Marçal (presente 0/) , Neuza das Dores, Théo Silveira, Ana Teixeira e Jessica Andrade e outres militantes.

Acervo: Lésbicas da Maré

Responsável pelo Acervo Dayana Gusmão

Todas as fotos são da fotógrafa Thaísa Medina com exceção da foto do prêmio Átila e foto RSH 2010 que são do acervo pessoal de Jessica Andrade.



3ª Marcha Lésbica

Descrição: 3ª Marcha Lésbica - LBL/RS - 2009

Na foto, Naiara Mala, Virgínia, Rose, Silvana, Helena e Mary

Fotos Naiara Mala



4a. Marcha Lésbica de POA - 2010
Foto Naiara Malavolta

4ª Marcha Lésbica

Descrição: 4ª Marcha Lésbica - Porto Alegre/RS - 2010

Foto: Naiara Mala



Marcha Mundial das Mulheres

Descrição: 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres - 2010

Foto: Naiara Mala



Encontro da Marcha Mundial das Mulheres

Descrição: Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres - Agosto de 2013



ENALESBI

Descrição: 1° ENALESBI - 2018

Foto: MaLu Pinheiro



Este livro foi composto nas famílias tipográficas:
Robotto, Conduit e Dutch
Primavera de 2018




WWW.METANOIAEDITORA.COM


ABL
Articulação
Brasileira de
Lésbicas


AFRO
LGBT
REDE NACIONAL DE NEGRAS E NEGROS LÉSBICAS
GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS


AMULETO


BI
SIDES


CANDACES
REDE NACIONAL DE LÉSBICAS E BISSEXUAIS NEGRAS FEMINISTAS


Coletivo BH


Coletiva
Brejo
SALVADOR/BA


DIADORIM


Grupo Afirmativo de
Mulheres Independentes
GAMI


LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS
Fundada em 2003
LBL




Odara
INSTITUTO DA MULHER NEGRA